

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

***ENTRE FARINHADAS, PROCISSÕES E FAMÍLIAS:
a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto,
Província de Sergipe (1850-1888)***

Joceneide Cunha dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Valdemir D. Zamparoni

*Salvador - Bahia
2004*

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOCENEIDE CUNHA DOS SANTOS

***ENTRE FARINHADAS, PROCISSÕES E FAMÍLIAS:*
a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto,
Província de Sergipe (1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, como requisito básico à obtenção do título de Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni.

*Salvador - Bahia
2004*

A Sílvia Romero, grande folclorista, cujas informações foram de grande valia para a construção deste texto.

As mulheres e homens escravos que viveram na Lagarto Oitocentista.

Aos meus pais, José Batista e Neide Cunha.

AGRADECIMENTOS

Tecer agradecimentos é uma tarefa perigosa, pois sempre poderemos correr riscos de cair nas armadilhas da memória. No entanto, o ato de agradecer é uma forma de reconhecer gestos e pessoas que foram importantes, por isso não deixarei de correr os riscos dos possíveis lapsos....

Aprendi a admirar Valdemir Zamparoni ao vê-lo exercendo a docência. Tive a felicidade de ser sua aluna, percebi como ele era um exemplo de profissionalismo. Como orientador fez leituras atentas do texto, sugestões e intervenções que foram essências para a feitura desta dissertação.

A Josué Modesto Passos Subrinho, meu orientador da graduação, devo a minha iniciação e gosto pela pesquisa; além disso, sou grata pelas conversas acadêmicas que tivemos. Aos professores, Lindvaldo Souza e Lourival Santana, minha gratidão pela amizade e livros emprestados.

No Programa de Pós-graduação em História sou grata a muitos professores, dentre eles posso destacar Maria Hilda Paraíso, pela paciência; Lina Aras, pelas leituras dos textos e pela amizade; Gabriela Sampaio, Gino Negro, João José Reis e Mary Mahony, pela indicação e empréstimo de textos e sugestões que muito enriqueceram este trabalho.

No mestrado contei com a sorte de reencontrar alguns ex-colegas do Movimento Estudantil e tivemos a oportunidade de fortalecer os laços de amizade; estes de extrema importância no caminhar de uma pós-graduação, são eles: Sérgio Guerra Filho, Ivaneide Almeida e Josivaldo Pires. No entanto, na trajetória do mestrado a lista de amigos e colegas foi sendo ampliada por todos os membros da turma na qual ingressei; sou grata a todos, pela troca ou indicação de material, leituras, hospedagem e informações, são eles: Jorge Santana, Patrícia Pereira, Jackson Ferreira, Terezinha Marcis, Jairo Carvalho, Andréa Cristina, Adriana Dumas, Lara Santos, Denílson Santos, Ricardo Behrens e Zeneide Rios. Por fim, aos

agregados da turma: Tatiana Gomez e Ana Paula. Acredito que mostramos que podemos ser mestrandos de uma mesma turma e sermos companheiros.

Ainda no mestrado ou através do mesmo conheci outras pessoas que me ajudaram nessa pesquisa. Dentre elas cito Isabel Reis e Cristina com quem tive algumas conversas bastante produtivas e que também me indicou e me emprestou algumas referências bibliográficas. E, Augusto Leal que apesar da distância teve, em alguns momentos, atitudes de companheirismo, lendo o texto e comentando-o.

Nas Instituições de Pesquisa encontrei alguns funcionários que são verdadeiros exemplos de dedicação e profissionalismo. Agradeço a todos os funcionários dessas instituições nas quais pesquisei: no Arquivo Judiciário, local que se tornou a minha segunda casa, a Carla Moraes, Sara e Eugênia Vieira; na Clemente Mariane, a Graça Cantalino; na Biblioteca do Mestrado, a Marina Silva sempre solícita a todos e, por fim, às meninas da Secretaria Paroquial de Lagarto, que entre um e outro afazer arrumavam tempo para procurar os livros de batismo e casamento.

Em Lagarto contei com o apoio logístico de Ireneu, sua amável família e Genivaldo. Todos me permitiram conhecer e compreender melhor a cidade, esclarecendo expressões locais, fazendo comentários sobre as extintas festas de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

Em Aracaju tenho muitos colegas e amigos que me auxiliaram de uma forma ou de outra na feitura da dissertação; citarei alguns deles: Lígia Monteiro, que me acompanhou a Lagarto e ao Arquivo Judiciário ajudando na coleta de fontes; Cristiane Vitória, Marcelo Santos e Mário Resende, que leram as primeiras versões deste texto, comentaram-no, fizeram sugestões oportunas e tiveram parte das suas bibliotecas deslocadas para a minha casa; Conceição Machado com quem fiz uma excursão a todos os povoados de Lagarto em busca de vestígios dos engenhos e das casas de farinha; Sônia Oliveira e Maria S. Oliveira, que me socorreram esclarecendo algumas dúvidas sobre os rituais Católicos. E, Jussileide Ramos que fez a correção gramatical deste texto. Todos foram muito generosos, sempre preocupados comigo e com o andamento do trabalho, a vocês o meu muito obrigado.

Em Salvador tive uma família que me acolheu e sem a mesma a minha ida para o mestrado seria ainda mais difícil. Sou grata a Eraldo Santos e Glória Santos, meus tios, e às minhas primas, Cristiane, Simone e Sandra, que além do carinho foram responsáveis por alguns dos poucos momentos lúdicos que tive no mestrado.

Minha família aprendeu a conviver com as minhas ausências e tolerar as mudanças repentinas de humor, principalmente na fase final. Por isso, minha gratidão a Joelma e Jailson, meus irmãos, e principalmente a José Batista e Neide Cunha, meus pais, que sempre se esforçaram para me propiciar oportunidades relacionadas à educação que foram essenciais na minha vida e mesmo sem compreender inicialmente os ideais que me moviam a fazer um mestrado, apoiaram-me. Sem isso eu não tinha sequer começado a pós-graduação. E, a Cláudio Francisco, meu cunhado, que além de cuidar com muito zelo de “Benedito”, também se preocupou comigo.

O Desembarque
(Leva de Escravo)

Foi longa a travessia? ... Mas a terra
Aparece por fim... a terra pura,
Que a seiva do porvir no seio encerra,
Que transborda de risos na verdura!
Então um paraíso se descerra
Na grandeza que se ajusta à ternura;
A vida vai suave e descuidosa,
A natureza, ativa e portentosa.

Dos navios, que tristes ancoravam,
Como ladrões... esquálidos bandidos...
Saltam homens que a pátria atrás deixaram;
Que, aos sorrisos dos ventos em seus ouvidos,
Estatelados, pávidos ficaram,
Como se ouvissem só, entre gemidos,
O choro de seus pais lá nos lares
Que ficaram bem longe ... atrás... nos mares....

É a turba famélica de escravos
Que acabam de chegar ... Ai não saudemos,
Sua alma dolorida, os seus agravos,
Todos feitos por nós...
Para lavar os crimes ignavos
Que na face dos homens inscrevemos,
A cada som que dão dos homens inscrevemos,
A cada som que dão estas cadeias,
Alma da história, quanto te mareias!...

Cambaleando, mortos de fadiga,
Repelidos do mar que os não tragara,
Onde hão de achar uma voz amiga,
Que a dor acerba em risos lhes tocara!...
Rejeitados do céu que não abriga
O cativo que o olhar no céu fitara;
Rechaçado dos homens que os devoram
A fome, a peste, a morte ... eis o que imploram!...

Ah! Não, não foi por certo a luz dos fortes
Testemunha do crime indiferente...
Foram da noite as trêmulas coortes
De sombras, que se escoam friamente,
Que guardaram a presa ... Nos transportes
Que nos mandas transidos pela mente,
Oh! Tristeza do sol, inda ressumas
Refletida do mar sobre as espumas!...

Silvio Romero, 2001, pp.264-265.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
Resumo	xii
RÉSUMÉ.....	xiii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	23
UMA VILA SERTANEJA: UM PERFIL DA PROPRIEDADE	23
E DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE LAGARTO	23
1.1 UM BREVE PASSEIO PELA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY	24
1.2 A VILA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DO LAGARTO.....	25
1.2.1 Propriedade escrava na Vila de Lagarto.....	26
1.3 UM PERFIL DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA VILA DE LAGARTO	41
CAPÍTULO II.....	51
DAS FIADAS AOS CONGOS: A CULTURA ESCRAVA	51
2.1 O MUNDO DO TRABALHO.....	52
2.2 ROÇA E FIADAS: ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS ESCRAVOS	66
2.3 O LAZER DOS ESCRAVOS	70
2.4 O LÚDICO E O RELIGIOSO.....	72
CAPÍTULO III	79
LAÇOS FAMILIARES E RITUALÍSTICOS ENTRE ESCRAVOS.....	79
3.1 SOB AS BÊNÇÃOS DA IGREJA: AS UNIÕES LEGÍTIMAS.....	80
3.2 RELAÇÕES FAMILIARES NÃO LEGITIMADAS ENVOLVENDO ESCRAVAS E/OU ESCRAVOS.....	91
3.2.1 Maternidade.....	95
3.3 A ESTABILIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES DOS ESCRAVOS.....	98
3.4 AS MORADIAS.....	102
3.5 CONFLITOS ENTRE CASAIS	106
3.6 AMPLIANDO A FAMÍLIA: O COMPADRIO DOS ESCRAVOS.....	109
3.7 FINALIDADES DA FAMÍLIA ESCRAVA.....	117
CAPÍTULO IV.....	120
ENTRE EVASÕES, SUBMISSÃO E OBEDIÊNCIA:	120
A RELAÇÃO SENHOR(A) – ESCRAVO(A).....	120
4.1 AS CARTAS DE ALFORRIA: UM MOMENTO DE NEGOCIAÇÃO	121
4.1.1 As cartas gratuitas.....	122
4.1.2 Os títulos de liberdade com ônus.....	127
4.2. UMA DISPUTA À BURGUESA: OS ESCRAVOS LUTAM NA JUSTIÇA	131
4.2.1 Comportamento dos escravos no conflito	138
4.2.2 Os senhores: o outro lado da disputa.....	142
4.2.3 Os Advogados e Magistrados.....	143

4.2.4 Terceiros	147
4.3 AS EVASÕES: UMA RESISTÊNCIA DIRETA DOS ESCRAVOS	150
4.4 “ANDE COM A GENTE COM JEITO”: RESISTÊNCIA VIOLENTA DOS ESCRAVOS	155
4.4.1 Os escravos no banco dos réus: a atuação da Justiça	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
ANEXOS	176

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELAS

Tabela 1.1: Distribuição dos proprietários e não proprietários de escravos - Lagarto	28
Tabela 1.2: Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888) - distribuição da propriedade escrava	32
Tabela 1.3: Proprietários de escravos segundo o sexo e por plantel - Lagarto (1850-1888)....	37
Tabela 1.4: Distribuição dos proprietários pela ocupação econômica - Lagarto (1850-1888).	38
Tabela 1.5: Estrutura Etária dos escravos (1873) Lagarto.....	45
Tabela 1.6: Estrutura etária dos escravos (1887) - Lagarto.....	45
Tabela 1.7: Média global de preços dos escravos - Lagarto (1850-1888).....	48
Tabela 1.8: Média de preços dos escravos de acordo com o sexo - Lagarto (1850-1888).....	49
Tabela 1.9: Ocupações profissionais dos escravos e escravas - Município de Lagarto (1850-1888).....	50
Tabela 3.1: Tipos de casamentos – Vila de Lagarto (1860-1888).....	84
Tabela 3.2: Tipos de Casamentos Mistos – Lagarto (1860-1888).....	87
Tabela 3.3: Mulheres escravas e a quantidade de filhos – Lagarto (1850-1888).....	92
Tabela 3.4: Idade em que as escravas se tornavam mães – Lagarto (1850-1888).....	96
Tabela 3.5: Duração média das relações familiares legítimas por faixa etária – Lagarto (1850-1888).....	99
Tabela 3.6: Duração média das relações familiares não legítimas por faixa etária – Lagarto (1850-1888).....	100
Tabela 3.7: Condição Social dos Padrinhos - Lagarto (1850-1888)	113

QUADROS

Quadro 3.1: Faixa etária de contrair os casamentos legais – Lagarto (1860-1888)	90
Quadro 3.2: Status social dos padrinhos e casais mistos – Lagarto (1850-1888)	115

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Mapa 1: Estado de Sergipe – Lagarto, universo em análise.....	16
Mapa 2: Lagarto em 1850 – Povoações.....	35
Mapa 3: Rotas de Comercialização com Lagarto.....	40
Figura 1: Engenho Moreira.....	36
Figura 2: Gravura de Rugendas.....	63
Figura 3 Santa Efigênia.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1: Relação dos proprietários e não-proprietários de escravos – Lagarto (1850-1888)	28
Gráfico 1.2: Faixa etária dos escravos - Lagarto (1850-1876)	44
Gráfico 1.3: Distribuição sexual entre os cativos - Lagarto (1850-1888)	46
Gráfico 3.1: Índice dos cônjuges escravos que freqüentavam a Igreja – Lagarto, 1860-1888	83
Gráfico 3.2: Situação dos padrinhos escravos e seus afilhados em relação ao senhor - Lagarto	112

RESUMO

A escravidão em regiões de agreste foi parcamente estudada, e em Sergipe não há estudos que versem sobre a temática. Visando contribuir para o preenchimento dessa lacuna, esta dissertação tem como objetivo analisar a experiência dos homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe, no período compreendido entre 1850 e 1888. Elegi a cultura, a família e a relação senhor e escravo como pilares básicos para compreensão da vida desses escravos e trabalhei com a categoria gênero. Utilizei um leque diverso de fontes históricas: inventários *post-mortem*, cartas de alforria, ações de liberdade, processos-crime dentre outras. A Vila de Lagarto era caracterizada principalmente por pequenas e médias posses e por uma produção de artigos voltados para o consumo interno da Província, essas características refletiram o perfil da população escrava, que tinha como uma das peculiaridades o equilíbrio numérico entre escravas e escravos. As especificidades econômicas da Vila repercutiram na vida dos escravos, nas relações com seus senhores e produziram peculiaridades nas suas famílias, baseadas principalmente na relação entre mães e filhos, nas atividades laborais dos escravos que possuíam poucas especializações e trabalhavam em diversas funções.

Palavras Chave: escravidão, gênero, escravidão em região de agreste, experiência.

RÉSUMÉ

L'esclavage dans des régions d'agreste a été très peu étudié, et dans Sergipe n'y a pas d'études qui tournent sur la thématique. En visant à contribuer au remplissage de cette lacune, cette dissertation a comme objectif d'analyser l'expérience des hommes et des femmes esclaves à Lagarto, Province de Sergipe, pendant la période comprise entre 1850 et 1888. J'ai choisi la culture, la famille et la relation du Seigneur et de l'esclave comme les piliers fondamentaux pour la compréhension de la vie de ces esclaves et ai travaillé avec la catégorie type. J'ai utilisé un éventail divers de sources historiques: inventaires post-mortem, lettres d'émancipation, actions de liberté, processus-crime parmi autres. Le village de Lagarto était caractérisé principalement par de petites et moyennes possessions et par une production d'articles tournés pour la consommation interne de la Province, ses caractéristiques ont reflété le profil de la population esclave, qui avait comme une des particularités l'équilibre numérique entre le genre des esclaves.. Les spécificités économiques du village ont réverbéré dans la vie des esclaves, dans les relations avec leurs seigneurs et ont produit des particularités dans leurs familles, basées principalement sur la relation entre des mères et des fils, dans les activités ouvrières des esclaves qui possédaient peu de spécialisations et travaillaient en diverses fonctions.

Mots Clé : l'esclavage, le type, l'esclavage à la région d'agreste, l'expérience.

INTRODUÇÃO

Os Congos são uns pretos, vestidos de reis e de príncipes, armados de espadas, e que fazem uma espécie de guarda de honra a três rainhas pretas¹.

A descrição citada acima, de Sílvio Romero, aponta para a existência de negros em Lagarto e a imagem que abre este trabalho é da escrava Antônia², mucama que viveu na cidade na segunda metade dos Oitocentos³. No entanto, atualmente há a idéia de que não ocorreu escravidão nessa localidade ou que a mesma foi incipiente, mas os indícios da sua existência são inúmeros, a exemplo do mito de origem do grupo folclórico *Parafusos* que representaria atos de brincadeira e resistência dos escravos⁴, de localidades com topônimos como: Palmares, Angola Cachorro e Quilombo que também fazem referência à passagem e

¹ ROMERO, Sílvio. *Folclore brasileiro: Cantos Populares do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985, p.40.

² CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca. *Sílvio Romero e a Sergipanidade*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/ Impressão Gráfica e editora LTDA, 2004.p.15.

³ Sebrão Sobrinho discorda que a foto seja da escrava Antônia, segundo o autor, é de uma outra escrava dos Romeros, mas, outros intelectuais como Sílvio Rabello, no seu livro “Itinerário de Sílvio Romero”; Ana Conceição de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha no livro “Sílvio Romero e a Sergipanidade” apresentam a foto como sendo a da escrava Antônia. O último livro foi feito com a colaboração de alguns parentes de Sílvio Romero, como por exemplo, Patrícia Dantas Romero. As descrições que Sílvio Romero e Abelardo Romero apresentam de Antônia, são de uma escrava já idosa e religiosa, pois a mesma ensinara a Sílvio a rezar o ofício de Maria e fazia galos e anjos para as festas católicas. E, a imagem mostra esses dois elementos. Outra questão é que a foto seria de uma escrava querida por todos, pois uma foto tinha um valor alto na época e, Antônia preenchia esse requisito, além do carinho expresso por Sílvio Romero à escrava, o livro do sobrinho, Abelardo Romero, é dedicado a ela; por isso, acredito que a mencionada foto seja de Antônia. Vide: CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca. *Sílvio Romero e a Sergipanidade*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/ Impressão Gráfica e editora LTDA, 2004. RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido: gênio e desgraça*. Aracaju, 1941. ROMERO, Abelardo. *Sílvio Romero em Família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960. ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1906.

⁴ Em 1984, Adalberto Fonseca, historiador local, entrevistou Benedito Puciano, que se dizia ex-escravo do Engenho Piauí, filho de africanos e falava o nagô, que tinha na época da entrevista 117 anos. E esse homem narrou o que seria os parafusos e a sua origem. Benedito teria sido membro dos parafusos. Ele narra que os escravos roubavam comida e as anáguas das sinhazinhas para disfarçarem-se, assim eles podiam fugir das fazendas e engenhos. As pessoas que os viam achavam que eram almas de outro mundo. Após a abolição, o passeio dos escravos vestidos de anáguas tinha como objetivo o desabafo e foi neste contexto que o grupo recebeu o nome de Parafusos. O vigário da época, Saraiva Salomão, teria dito que os pretos rodopiavam feito uns parafusos. A explicação da origem traz alguns equívocos: o pároco na época da abolição era Daltro e não Saraiva Salomão como é afirmado, o último desempenhou essas atividades nos anos sessenta dos Oitocentos. Todavia, o fato da autora recorrer a algumas lembranças sobre a escravidão na cidade é um indício forte da existência da mesma. Vide: FONTES, Aglaé. *Danças e Folguedos*. Iniciação ao folclore Sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado de Educação do Desporto e Lazer, 1998. pp.189-202. Conferir no anexo a ilustração dos parafusos.

vivência dos negros em Lagarto. E, por fim, na memória dos mais velhos, a doce lembrança das festas de São Benedito com a presença das taieiras e dos congos, atualmente extintas. No entanto os habitantes, sobretudo os da zona urbana, mencionam que em Lagarto não ocorreu escravidão e mesmo na academia esta tese é presente, pois a urbe se localiza num território caracterizado como agreste e a produção de açúcar é praticamente inexistente nos dias atuais.

Em pesquisa anterior identifiquei a existência de posses escravas e como as mesmas foram difundidas em Lagarto⁵; com essa constatação veio a motivação de saber como esses escravos viviam. Assim, essa dissertação objetiva analisar a experiência dos escravos que lá existiram, enfatizando as especificidades da região caracterizada, principalmente, pela presença de pequenos e médios proprietários de escravos no interstício de 1850 a 1888. Essa realidade modificava as relações entre cativos e senhores, dando à sociedade em que eles viveram características próprias com as quais aprenderam a conviver, criando estratégias específicas desse contexto. O marco temporal delimitado foi devido a corresponder aos últimos anos da escravidão. A dissertação visa, ainda, analisar a experiência dos escravos consoante ao gênero, pois trabalhei com a hipótese de haver distinções na vivência de escravos e escravas.

Fazendo uma incursão sobre a historiografia feminista percebe-se que os trabalhos historiográficos que têm a mulher como tema são relativamente recentes⁶; apesar de existirem algumas obras mais antigas, a maioria data do sexto decênio do século XX. Com o crescimento do movimento feminista e o desenvolvimento da história social e cultural o tema passou a despertar o interesse da intelectualidade. Os primeiros trabalhos abordavam a mulher como uma categoria homogênea; os subseqüentes enfatizaram a heterogeneidade de papéis por elas exercidos na sociedade, analisaram sua atuação a partir da inserção delas nos grupos étnicos, econômicos, sociais e culturais⁷. Os trabalhos mais recentes utilizam o conceito de gênero, que remete à cultura e trata da classificação entre masculino e feminino. Segundo

5 A Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto inclui outras povoações como as freguesias de Nossa Senhora de Santana da Lagoa Vermelha e a de Riachão do Dantas, atualmente as cidades de Boquim e Riachão do Dantas. Ver mapa 1. SANTOS, Joceneide Cunha dos. *De senhores de engenho a lavradores de mandioca: um estudo sobre a propriedade escrava (Agreste-Sertão de Lagarto 1850-1888)*. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (Licenciatura, DHI).

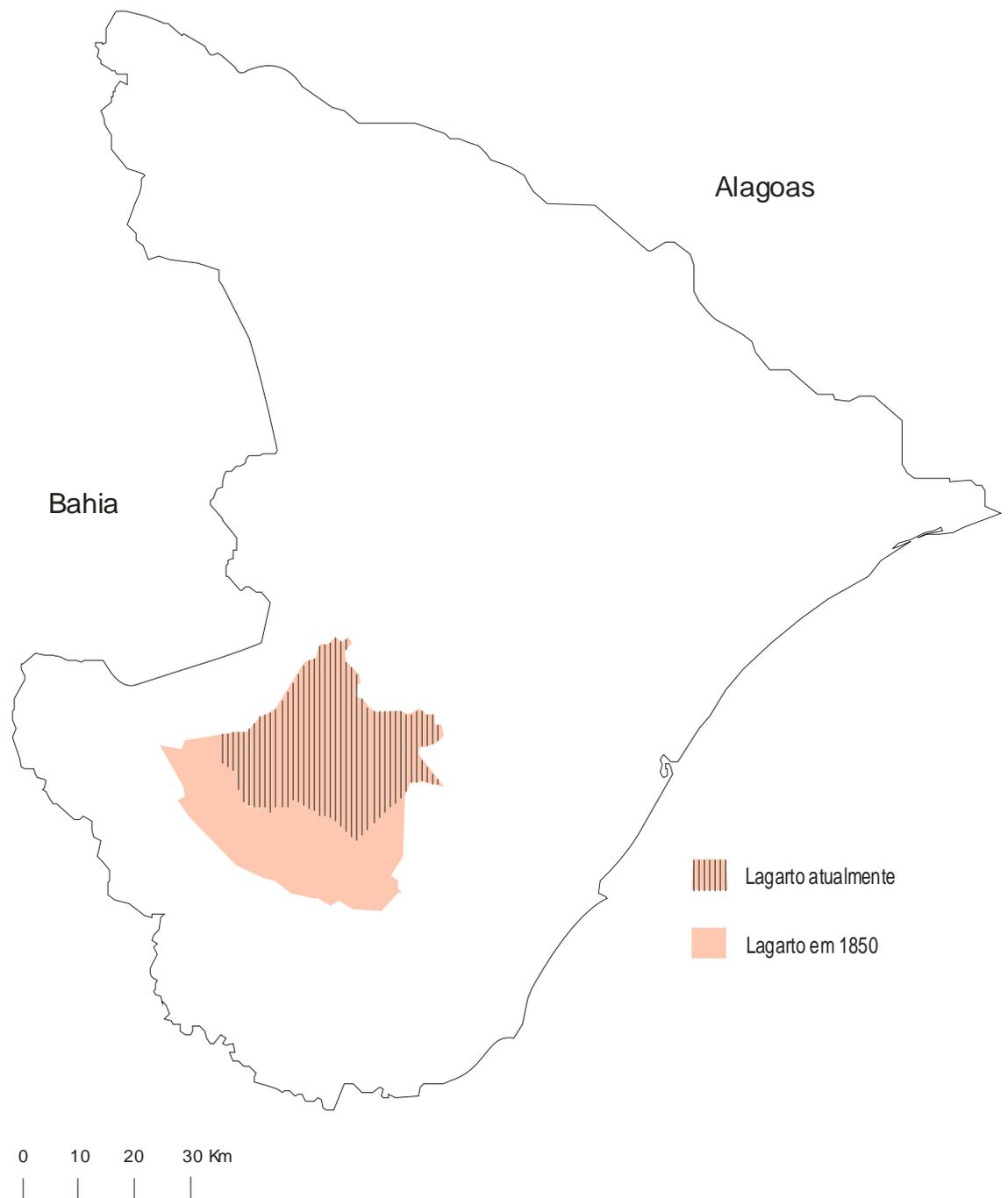
⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. RIO DE JANEIRO: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

⁷ Ver em: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. (org. FREITAS, Marcos Cezar) 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Tilly, ao se fazer uma análise da história das mulheres deve se usar os métodos de análise da história social e o conceito de *gênero*⁸.

Mapa 1
ESTADO DE SERGIPE
UNIVERSO EM ANÁLISE



Elaboração: Joceneide Cunha dos Santos
Digitalização: Hinaldo Lima

⁸ TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp.29-62.

A partir da década de oitenta o tema conquistou a simpatia da academia, entretanto, pesquisas específicas sobre as escravas no âmbito nacional ainda são reduzidas e poucos os trabalhos que abordam as relações de gênero no interior da escravidão.

No caso de Sergipe, há diversos estudos que abordam a escravidão; contudo, as especificidades da escravidão das mulheres foram abordadas em apenas um trabalho, e nele as relações de gênero foram pouco enfatizadas⁹. Ressalto que as pesquisas acerca da escravidão no agreste, sertão sergipano, são extremamente poucas, pois há uma preferência pelas regiões da Cotinguiba e Mata Sul, caracterizadas principalmente pelo trinômio monocultura, escravidão e latifúndio. Nosso propósito é ajudar a preencher essa lacuna na historiografia sergipana.

A literatura acerca da escravidão é vastíssima, mas raras são as obras que abordam as escravas. Uma breve leitura da historiografia produzida nos últimos setenta anos permite a visualização de três abordagens distintas nesta seara, a saber: a antropológica cultural, a marxista e as influenciadas por um marxismo revisionista.

Nos anos trinta do século XX, Gilberto Freyre inaugurou uma nova abordagem sobre a escravidão: a antropológica-cultural, com uma metodologia considerada revolucionária para a época. As relações senhor-escravo, segundo o autor, possuíam um caráter íntimo, estavam inseridas numa sociedade patriarcal e paternalista também caracterizada por certa devassidão¹⁰. As relações sexuais entre os filhos dos senhores e suas escravas, apesar de caracterizadas como libidinosas por Freyre, eram até “bem vistas” por contribuir para o aumento dos plantéis e ampliação da fortuna dos seus proprietários.

O autor não descarta a existência das famílias escravas, percebendo a sua presença nos testamentos do século XIX, ainda que a promiscuidade presente na escravidão impedisse

⁹ Joanelice Santana analisa as principais características da escravidão na Estância Oitocentista, e o último capítulo do seu trabalho é dedicado à análise da mulher escrava. Vide: SANTANA, Joanelice Oliveira. *Introdução ao Estudo da Escravidão em Estância, Comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, UFBa, 2003. Dentre outros trabalhos sobre escravidão cito os de: MOTT, Luís. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986; PASSOS SUBRINHO, Josué M. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000 ALMEIDA, Maria da Glória Santana. *Fundamentos de uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: Vozes. 1984. ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Nordeste Açucareiro: Desafios num processo do vir a ser capitalista*. Aracaju: UFS; Secretaria de Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

¹⁰ Segundo Freyre não existe escravidão sem devassidão, é uma característica do regime. Vide: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 29. ed., Rio de Janeiro: Record. 1992. p.3.

um número maior de casamentos. Mostra ainda que a Igreja sancionava e legitimava as uniões entre os escravos e que alguns viviam em concubinato, mas a devassidão era majoritária.

Para Freyre as escravas tinham importância capital no ambiente escravista, principalmente na casa grande onde exerciam a função de amas de leite, mucamas, amantes do senhor e iniciadoras sexuais dos sinhozinhos. O contato sexual entre senhores e escravas teria diminuído a distância entre a casa grande e a senzala. Elas intermediavam conflitos e levavam informações da casa grande para senzala. Em “Casa Grande & Senzala” afirma que a relação senhor e escravo tinha momentos de cordialidade, mas também foi violenta em algumas ocasiões; entre elas, ele descreve cenas violentas praticadas por senhoras contra as suas escravas, motivadas pelos ciúmes.

Nos anos sessenta o Brasil passou por uma inquietação política e acadêmica, fatores que fizeram aparecer debates acerca das teses defendidas por Freyre. Surgiu a chamada *Escola Paulista*, composta por intelectuais marxistas, entre os quais se destaca: Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso¹¹. Estes intelectuais caracterizaram o escravo como uma das bases do processo de acumulação do capital e da produção de bens de exportação, processos responsáveis pela vitimização do escravo, que não teria vontades e nem seria ser ativo. Essa corrente estabeleceu poucas distinções entre homens e mulheres escravos.

Um dos trabalhos mais substanciais dessa Escola, acerca da escravidão é *Da Senzala à Colônia*, de Emília Viotti da Costa, no qual analisa a escravidão em São Paulo no século XIX, período áureo da cafeicultura. Nesse contexto, segundo a autora, poucos senhores promoviam e incentivavam os casamentos religiosos entre os escravos, possuir união legal dificultava a venda e a separação dos casais escravos que poderiam não aceitar facilmente tal situação. No pós 1850 o número de casamentos teria aumentado, porque a extinção do tráfico causou problemas no fornecimento de mão-de-obra, fazendo com que o senhor aceitasse mais facilmente tais uniões. Um dos grandes problemas para a formação de família entre cativos

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed., São Paulo: Unesp, 1997. IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: DIFEL, 1962. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: EDUSP, 1965.

seria a desproporção entre o número de homens e mulheres, entrave que teria diminuído após a extinção do tráfico¹².

Também sob a influência teórica do marxismo estão alguns trabalhos que enfocaram a *resistência escrava*. Tais ensaios, produzidos, entre outros, por Clóvis Moura e Alípio Goulart¹³, apontam os quilombos como lugares de negação do regime escravocrata nos quais era possível construir uma sociedade alternativa.

A partir da década de oitenta da centúria passada, emergiram as primeiras obras da mais nova corrente historiográfica¹⁴. Entre os autores destacam-se João José Reis, Maria Odila Leite Dias, Sílvia Lara, Robert W. Slenes e Sidney Chalhoub. Alguns historiadores dessa corrente tiveram como influência teórica, entre outros, Eugene Genovese e Edward P. Thompson. Esses intelectuais buscaram tratar o escravo como agente histórico e possibilitaram a emergência de estudos sobre a mulher, família escrava, os significados da liberdade e as estratégias para consegui-la, além de outras temáticas. Os estudos que tiveram como fulcro a análise da experiência da mulher escrava perceberam as singularidades da escravidão feminina, a importância da escrava na sociedade, as diversas tarefas realizadas por elas no âmbito econômico e sociocultural e a sua atuação no cotidiano¹⁵.

Nessa corrente também há trabalhos que abordam as especificidades da escravidão nas regiões agreste e sertão. Um dos exemplos é a obra “*Cativos do Sertão*”; nela são analisadas as características da escravidão no Piauí Oitocentista. O livro é fruto de uma tese de doutorado e apresenta vasto leque de fontes utilizadas. A autora analisa os tamanhos

¹² COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala a Colônia*. 4. ed., São Paulo: Unesp, 1997. Segundo João José Reis a crioulização tendeu ao equilíbrio sexual. Vide: REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹³ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombo, Insurreições e Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. Goulart, Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972.

¹⁴ Ver em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. GIACOMINI, Sonia M. *Mulher e escrava*. Petrópolis: Vozes, 1988. MOTT, Maria Lúcia. *Submissão e resistência: mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988. SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal da Bahia.

das posses de escravos, os batismos, as alforrias, as ocupações dos escravos dentre outros elementos e chega à conclusão que a escravidão no Piauí guardava as suas peculiaridades¹⁶. Nos programas de pós-graduação há algumas dissertações que versam sobre esse tema, um dos trabalhos é “*Escravos, quilombolas ou meeiros?*”, que o autor mostra a importância da escravidão no médio São Francisco e as estratégias adotadas pelos escravos para se inserirem na sociedade adotando, em muitas situações, a submissão¹⁷.

A abordagem aqui adotada busca se aproximar das pesquisas dessa última corrente historiográfica, incluindo conceitos utilizados por seus autores. Empreguei a noção de *experiência*¹⁸ e o conceito de *luta de classes* presentes nos trabalhos de Thompson¹⁹. Outro conceito presente nesse texto é a de *paternalismo* enquanto ideologia da classe senhorial; assim, o que seria visto pelos senhores como atos de benevolência era interpretado pelos escravos como conquistas. Segundo Chalhoub, o *paternalismo* era uma “ideologia produto e instituinte do contexto de luta de classes”²⁰. Por fim, opero com a categoria *gênero*. Thompson não aprofunda a temática mencionada, mas chama a atenção para o fato que na cultura plebéia havia diferenças²¹. Segundo Martins, as “diferenças de gênero atravessam a

¹⁶ FALCI, Miridan Knox. *Escravos do Sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁷ PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros?* Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830-1888). Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal da Bahia. Outros exemplos de trabalhos sobre escravidão nas regiões do agreste ou sertão são: GALLIZA, Diana D. de. *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Universitária /UFPb, 1979; ROCHA, Solange Pereira da. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba 1820-1888*. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁸ Thompson mostra que algumas explicações acerca do funcionamento da sociedade, principalmente as de Althusser, ausentaram a experiência de homens e mulheres, como essas pessoas viveram algumas situações, as relações produtivas, os antagonismos proveniente delas. Vide: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, pp.180-200.

¹⁹ Segundo Thompson, as pessoas têm relações numa sociedade estruturada; incluídas as relações de produção baseadas na exploração e na necessidade de manter o poder sobre os dominados. As pessoas identificam pontos de interesses antagônicos e, por isso, começam a se confrontar. Nesse processo se vêem como classe; a chamada consciência de classe surge nesse momento. Por isso, o conceito chave para compreender a classe é o de luta de classes, pois é através do último que se forma o primeiro. E o processo de formação de classe pode se definir como uma formação cultural. Vide: THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979, pp. 13-61.

²⁰ CHALHOUB, Sidney. *A história nas Histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991 (Primeira Versão, 33) p.13. CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122. No primeiro livro o autor faz uma discussão intensa do termo paternalismo, a discussão também está presente na segunda obra.

²¹ THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica. p.47.

identidade de classe ou como a consciência e a luta de classes se sobrepõem às diferenças de gênero”²².

Um dos pontos de distinção entre as correntes historiográficas mais antigas e as novas correntes da historiografia diz respeito à utilização das fontes históricas. Os primeiros²³ utilizaram, principalmente, relatórios oficiais, relatos e crônicas de viajantes. Já os adeptos das novas correntes ampliaram o leque de fontes. Este fato ocorreu no Brasil, sobretudo na década de setenta, quando houve uma maior profissionalização dos historiadores com a criação e consolidação dos cursos de pós-graduação. Destarte, registra-se uma proliferação de pesquisas, inclusive na área da escravidão. Os documentos cartorários passaram a ser considerados fontes históricas e foram incorporados nas pesquisas, além dos já citados anteriormente²⁴.

Utilizei como fontes primárias a documentação cartorária, inventários *post-mortem*, processos-crime, sumários de culpa, testamentos, livro de notas, petições, ações de liberdade; as fontes eclesiásticas, registros de batismos e casamentos, as listas de classificação de escravos para a libertação no fundo de emancipação²⁵ e fontes impressas: anúncios de jornais Oitocentistas, relatórios de Presidente da Província, relatos de viajantes, relatórios técnicos, memórias e leis.

Esta dissertação tem quatro capítulos. No primeiro há uma contextualização da Província de Sergipe Del Rey e, sobretudo, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Apresentei as características econômicas e sociais, detendo-me nas atividades dos proprietários de escravos e como eram as suas posses. Também tracei um perfil da população escrava da Vila, buscando identificar elementos como faixa etária, distribuição sexual e origem. Neste capítulo, utilizei inventários *post-mortem*, principalmente por permitirem uma quantificação²⁶ e por trazerem uma descrição minuciosa dos bens do inventariado. Esses

²² MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: Classe e Gênero. *História Social*, número 4/5 – 1998. Revista de Pós Graduação em História. IFCH/UNICAMP, pp.135-155.

²³ NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1993. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

²⁴ Ressalto que acerca desse tema houve, durante algum tempo, a idéia de não existirem documentos para pesquisar sobre a escravidão, por conta das ordens de Rui Barbosa que mandou queimar boa parte do acervo. Vide: SLENES, Robert. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos* 13, N° 1, 1983, pp. 117-150.

²⁵ A documentação cartorária está localizada no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe; as fontes eclesiásticas no Arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, na cidade de Lagarto; outras fontes manuscritas como os Fundos de Emancipação estão no APES; e os jornais na Biblioteca Pública Epifâneo Dória.

²⁶ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, pp.55-56.

dados foram cruzadas com informações obtidas nos relatórios de Presidente da Província e nas crônicas de memórias.

O segundo capítulo aborda as atividades culturais das escravas e dos escravos, incluindo as atividades laborais. Analisei a divisão do trabalho de acordo com a cor, o gênero e a idade dos escravos. Neste capítulo busquei também trabalhar as formas de lazer que eram possíveis aos escravos. Pesquisei as listas de classificação de escravos para a libertação nos fundos de emancipação, que fazem uma descrição dos cativos, sua prole, profissão, “moral” e aptidão para o trabalho. Esse documento, juntamente com os inventários *post-mortem* dos senhores, serviu para traçar as ocupações exercidas pelos escravos e escravas. Nos processos crimes, ações para liberdade e fontes impressas busquei os indícios das atividades sociais e culturais²⁷.

No terceiro capítulo apresento as relações familiares das escravas. Analisei as possibilidades de constituição de famílias numa realidade em que as pequenas e médias posses eram majoritárias e também identifiquei quais foram as relações familiares possíveis de existir nesse contexto. Os mesmos inventários unidos às fontes eclesiásticas - livros de batismo e casamento - permitiram perceber quais eram as organizações familiares das escravas.

O quarto e último capítulo aborda a relação escravo(a) e senhor, evidenciando que a mesma poderia ser permeada de negociação, como também de conflito. Ao analisar a reciprocidade, também verifiquei as possibilidades que os escravos tinham para conquistarem a liberdade consoante o gênero. O método adotado foi o qualitativo. Analisei os discursos²⁸ e procurei os indícios nos Processos Crimes – documentos que trazem depoimentos de testemunhas, réus, e, às vezes, das vítimas; Ações de Liberdade – documentos que permitiram perceber as estratégias, crimes das escravas frente aos seus senhores. Nas cartas de alforria busquei indícios da relação mencionada. Por fim, também pesquisei fontes impressas, dentre elas memórias e apontamentos.

²⁷ Ver: GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁸ A análise consiste em entender o discurso como um objeto cultural, produzido segundo as especificidades históricas, numa relação de diálogo com outros textos. Vide: FIORIN, José Luís. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

CAPÍTULO I

UMA VILA SERTANEJA: UM PERFIL DA PROPRIEDADE E DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE LAGARTO

.....
Florescem belas campinas,
São tardes de passear.
.....
Ver entre as ramas floridas
Nas várzeas vultos sutis
De donzelas destemidas
Voejando aos cambuís,

São coisas da minha terra,
Encantos dos meus sertãos;²⁹
.....

Nesse poema Sílvio Romero alude sua “vila sertaneja”, com campinas e várzeas; paisagens de Lagarto³⁰. Essa paisagem, além de servir de fonte de apreciação e inspiração, também foi cenário de vivência e experiência de inúmeras pessoas, dentre as quais escravos, forros e livres. No entanto, antes de conhecer os atores dessa narrativa, faz-se necessário saber um pouco mais sobre o cenário em que ocorreu a trama, os engenhos, sítios e fazendas onde os escravos trabalhavam; se tiveram muitos companheiros de trabalho e quais atividades exerciam.

Nesse capítulo, comentarei as características econômicas da Vila de Lagarto e da população escrava; para tanto o dividirei em três tópicos. No primeiro, farei uma breve contextualização da Província de Sergipe e da Vila; no segundo, discutirei a economia de Lagarto, explicitando, sobretudo, as características da propriedade, os tipos de posse, a ocupação econômica dos proprietários dentre outros elementos, enfatizando, principalmente, a

²⁹ ROMERO, Sílvio. A caça aos Cambuís. In: *Parnaso sergipano* (edição comemorativa). Org. Luiz Antônio Barreto. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001, pp. 267-269.

³⁰ Essa é a forma com que Sílvio Romero se refere à sua cidade natal, Lagarto. Vide: ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1910, p.18.

segunda metade do século XIX; e, no último tópico, abordarei as características da população escrava.

1.1 UM BREVE PASSEIO PELA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY

Na segunda metade dos oitocentos, o Brasil atravessou um período caracterizado por grandes alterações econômicas e sociais, no qual se intensificou a transição da mão-de-obra escrava para a livre. O fim do tráfico África-Brasil e a lei de terras de 1850 foram fatores que contribuíram para as mudanças; a partir da mencionada lei a aquisição de terras devolutas só poderia ser realizada através da compra e/ou herança das mesmas. A Província de Sergipe também vivenciou esse processo, e além dessas alterações, as terras sergipanas sofreram outras grandes modificações durante toda a centúria.

A cultura canavieira foi tardia nas terras sergipanas. Somente no século XIX houve uma proliferação dos engenhos de açúcar que chegou a ocupar as terras da região Agreste, momento em que a Província se inseriu no comércio internacional. Em 1840 existiam 344 unidades de produção de açúcar e na segunda metade do século, entre 700 e 750 unidades. As regiões que mais concentravam engenhos eram as da Cotinguiba, com 373 e a Mata-Sul, com 236 engenhos em 1856, ambas localizadas na Zona da Mata. A região do Agreste-Sertão de Lagarto tinha 34 e a de Itabaiana apenas 29; por fim, o Agreste-Sertão do São Francisco que possuía 75³¹. Além dessas, outras importantes atividades econômicas da Província eram o cultivo de algodão, plantado em pequenas propriedades, e a pecuária, desenvolvida em 566 propriedades, em sua maioria situadas na região Agreste-Sertão de Lagarto, mais especificamente nas Vilas de Lagarto, Riachão e Campos³².

Os registros da presença dos escravos africanos em Sergipe Del Rey são escassos até o final do século XVIII. Até 1780 não há estimativas do número de escravos na Capitania, mas em 1802 a população escrava consistia em 34,9%, momento do ápice de sua participação percentual na população sergipana. Em 1850 haviam 55.924 escravos, mas esses correspondiam a 25,5% da população da Província e no ano da abolição, apenas 5,6%³³.

³¹ Ver esses dados em ALMEIDA, Maria da Glória S. In: DINIZ, Diana M.(coord.) *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991, pp. 73-96.

³² Atual Tobias Barreto. ALMEIDA, op. cit.

³³ Ver em MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, pp. 139-150.

A mão-de-obra escrava foi utilizada em todas as regiões de Sergipe, e provavelmente, em todos os setores da economia, porém havia certa concentração na região da Zona da Mata onde estava cerca de 61,69% dos escravos, enquanto que o Agreste-Sertão estaria com os restantes 31,31%, em 1850. Já entre população livre haveria certo equilíbrio entre as regiões³⁴.

No alvorecer do século XIX nas terras sergipanas ocorreram muitos conflitos, decorrentes das mudanças econômicas e pelas alterações das relações sociais e políticas. Um dos grandes acontecimentos desse período foi a emancipação da Capitania de Sergipe da Bahia; este processo se confunde com a própria independência do Brasil. Segundo Nunes, a emancipação foi um prêmio aos sergipanos pela lealdade a Dom Pedro I e atendia aos interesses de alguns senhores de Engenho, desejosos em negociar com as nações européias e /ou com outras partes do reino sem a intervenção da praça baiana. Tais fatos impulsionaram a maior inserção da mão-de-obra escrava africana em Sergipe, resultando em algumas revoltas e projetos de insurreições³⁵.

1.2 A VILA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DO LAGARTO

A região onde se situa a Vila de Lagarto foi ocupada através da criação de animais; a pecuária fez florescer além dessa outras povoações na Capitania de Sergipe Del Rey, a exemplo de Simão Dias e Campos. A criação visava reforçar o abastecimento do Recôncavo Baiano³⁶.

A Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, como a maioria das Vilas da Capitania, tinha uma população bastante dispersa no século XVIII, pois boa parte das pessoas vivia na área rural, em sítios e fazendas. As pequenas propriedades, juntamente com as

³⁴ Ver: PASSOS SUBRINHO, Josué M. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro (1850-1888)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, pp.76-78.

³⁵ FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas*. (Sergipe Del Rey - as Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823). Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP. NUNES, Maria Thétis, op.cit.

³⁶ NUNES, M. Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

fazendas, eram a base da estrutura sócio econômica nos Setecentos. Nesse período Lagarto era a segunda Vila mais populosa, ainda que só contasse com 317 fogos³⁷.

Com a expansão da cultura canavieira no final dos Setecentos, provavelmente foram instalados os primeiros engenhos na região de Lagarto. É importante ressaltar que no início do século XIX a Vila, por estar localizada numa região central, era também ponto de passagem de mercadorias, boiadas, tropeiros, viajantes e comerciantes³⁸. No início do século XIX os moradores já estavam envolvidos no cultivo de mandioca, milho e feijão. A lavoura de algodão era bastante reduzida e, provavelmente, nesse período chegaram a Lagarto os primeiros escravos de origem ou descendência africana. A pecuária, entretanto, costumava ser a principal atividade, conforme aponta o documento de 1808:

Os habitantes do Lagarto ... se empregam em plantar mandioca, feijão e milho para o consumo do paiz, a exportação pela proximidade do porto das Laranjeiras, que dista da sobredita Villa doze legoas. (...) Muitos se ocupam na criação do gado vaccum e cavallar, que nos anos estereis perece à falta de pastos (...). É artigo considerável de commercio desta villa o gado vaccum e cavallar, que vende-se para os engenhos da Cotinguiba e Bahia.³⁹

1.2.1 Propriedade escrava na Vila de Lagarto

Servem ao senhor de engenho em vários officios, além de escravos de enxada e foice que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, [...]. Toda a escravaria (que nos engenhos passa o número de cento e cinqüenta a duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimento e farda, medicamentos, enfermeiro e para isso são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca.⁴⁰

O relato menciona a existência de inúmeros escravos com várias ocupações, trabalhando nos Engenhos, imagem burilada pela nossa historiografia e que perdurou por alguns anos. A escravidão se fazia presente, primordialmente em regiões de monocultura e latifúndio⁴¹. Segundo tal raciocínio, uma vila caracterizada principalmente pela produção de

³⁷ Fogo era um termo utilizado para designar moradias. Para os dados sobre Lagarto ver: NUNES, Maria Thétis, op cit.

³⁸ SOUZA, Marcos Antônio. Memória sobre a Capitania de Sergipe. Sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz. Ano de 1808. In: *Revista de Aracaju*. Nº 01. Aracaju: Livraria Regina, 1942. pp.8-46.

³⁹ Ver: SOUZA, Marcos, op.cit., pp.30 e 31.

⁴⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967, pp. 6 e 7.

⁴¹ NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e funcionamento do antigo sistema colonial*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 34. ed., São Paulo: Brasiliense, 1976. COSTA,

artigos voltados para o consumo interno não teria escravos ou os possuiria numa quantidade incipiente. Todavia, nas três últimas décadas do século XX, surgiram inúmeros trabalhos apontando que mesmo nas áreas voltadas para o cultivo de alimentos e/ou em áreas mais afastadas do litoral, a escravidão se fez presente⁴². Um dos pontos que distingue as duas interpretações é a tipologia de fontes utilizadas: os autores da primeira usaram, sobretudo, os relatos de viajantes e memorialistas, como o já citado de Antonil; os da segunda, pesquisaram fontes que permitiam a quantificação e a construção de séries, como por exemplo, os inventários *post-mortem*.

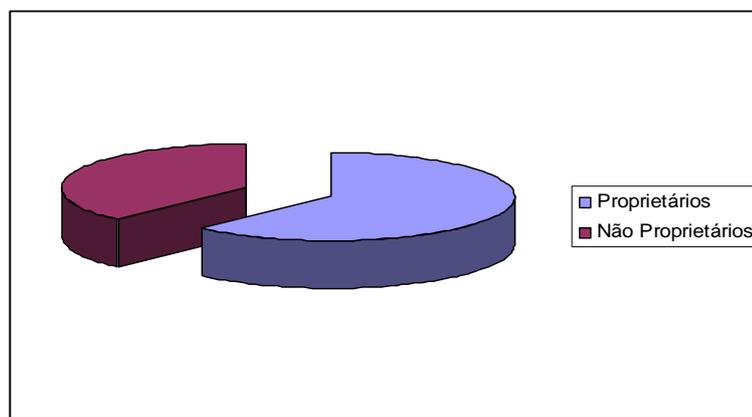
Seguindo os passos dos autores da segunda corrente, pesquisei os inventários *post-mortem* e identifiquei que a maior parte da população cujos bens foram inventariados possuía escravos. Fichei 545 inventários *post-mortem* de Lagarto, referentes ao período de 1850 a 1888. Além deles examinei a Lista de Eleitores de 1850 e a Lista de Classificação de Escravos para o Fundo de Emancipação. Apliquei aos primeiros o método quantitativo e posteriormente cotejei-os com a Lista de Eleitores e com a Lista de Classificação de escravos. Ainda nos inventários busquei os indícios, os detalhes, as pequenas informações. Por fim, consultei crônicas e memórias que continham informações sobre a vila.

Na segunda metade do século XIX a posse de escravos na Vila foi bastante difundida: cerca de dois terços da população possuía escravos. O gráfico 1.1, baseado nas informações contidas nos inventários *post-mortem*, ilustra de maneira mais objetiva:

Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed., São Paulo: DIFEL. 1976. T 2: O Brasil Monárquico, V 3: Reações e Transações.

⁴² Além dos já citados na introdução ainda é possível mencionar outros trabalhos como os de: GUTIÉRREZ, Horácio. “Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830”. In: *Estudos Econômicos*. Vol.17. Nº 02. São Paulo: USP: 1970. pp. 297-321. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “A escravidão miúda em São Paulo colonial”. In: *Brasil: colonização e escravidão*. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não exportadoras”. In: *Revista Econômica*. São Paulo: USP/Faculdade de Estudo de Economia. v. 26. nº 01, pp. 111-136.

Gráfico 1.1: Relação dos proprietários e não-proprietários de escravos – Agreste Sertão de Lagarto (1850-1888)



Fonte: AGJSE, Inventários *post-mortem* 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-1888

Com a extinção do tráfico, em 1850, ocorreu uma diminuição no número de proprietários de escravos. As conseqüências da extinção foram sentidas de forma mais intensa 10 anos após a data da promulgação da lei⁴³. A Tabela 1.1 mostra, de forma mais nítida, a diminuição relativa dos proprietários.

Tabela 1.1: Distribuição dos proprietários e não proprietários de escravos - Agreste-Sertão de Lagarto⁴⁴ (1850-1888)

Período	Inventariados	Proprietários		Não Proprietários	
	Nº	Nº	%	Nº	%
1850-9	141	104	73,76	37	26,24
1860-9	153	94	61,48	59	38,56
1870-9	152	93	61,18	59	38,82
1880-8	99	48	48,48	51	51,52
Total	545	=339	100%	=206	100%

Fonte: AGJSE: Inventários 1850-1888 1º e 2º Ofício de Lagarto

Além da extinção do tráfico Atlântico outro episódio que contribuiu para a redução do número de proprietários de escravos foi a epidemia de *Cólera-morbus* de 1855-56, que dizimou boa parte da população residente, tanto livres quanto escravos⁴⁵. Lagarto não se

⁴³ Emília Viotti da Costa observou que o impacto do tráfico foi sentido, sobretudo após a década de sessenta. Ver: COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à Colônia*. 4. ed., São Paulo: Unesp, 1997.

⁴⁴ Ver no anexo estatístico Tabela A.1, a distribuição por ano.

⁴⁵ Segundo Amácio Cardoso, a primeira região da Província que foi assolada com a cólera foi a de Lagarto, onde faleceu cerca de 21% da população. Vide: SANTOS NETO, Amâncio C. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo*

constituiu exceção e nem mesmo as pessoas mais abastadas escaparam da doença. Sílvio Romero, filho do grande negociante André Ramos Romero, português e residente em Lagarto, menciona que viu sua irmãzinha, Lídia, dar os últimos suspiros após ter contraído o cólera, e que alguns escravos do seu pai também faleceram por conta do mesmo mal.⁴⁶

Nas décadas de 60 e 70 as percentagens dos proprietários de escravos permaneceram equilibradas, 61,48% e 61,18% respectivamente, porém a epidemia voltou a se repetir nesse interstício. Por isso, nestas décadas os braços escravos começaram a faltar na lavoura, diminuindo em toda a Província, inclusive na região da Cotinguiba. Pimenta Bueno afirmou que a escassez de escravos e de capitais na Província restringia os sonhos dos proprietários e poucos podiam tentar inovações⁴⁷. Segundo Travassos, os senhores de engenho reclamavam de estarem indo à ruína por falta de braços escravos⁴⁸.

Na década de oitenta dos Oitocentos, pela primeira vez o número de proprietários foi ligeiramente menor que o de não proprietários. Vários pontos contribuíram para a diminuição no número de proprietários, dentre eles vale destacar o papel exercido pelas leis abolicionistas, principalmente a Lei do Ventre Livre. Após a sua promulgação em 1871, as crianças filhas de mães escravas não herdariam mais a condição de cativa das suas progenitoras e elas compunham uma parte considerável das posses, fato que analisarei mais adiante. Outro aspecto que intensificou na diminuição do número de proprietários foi o comércio intraprovincial: a região teria exportado 9,97% dos escravos matriculados em 1873 para as regiões da Cotinguiba e Mata-Sul. Conforme Passos Subrinho, além do comércio intraprovincial também houve o interprovincial que, no entanto, não ocorreu de forma acentuada.⁴⁹

de Cholera (1855-1856) Campinas, 2001. Dissertação (mestrado em história) Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001. pp. 41-51.

⁴⁶ ROMERO, Sílvio, op.cit., p.20.

⁴⁷ Pimenta Bueno foi o engenheiro responsável por fazer um estudo para a implantação de duas linhas férreas na Província. Conferir: BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Relatório sobre preferência de traçado para a estrada de ferro na Província de Sergipe*, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.p.9.

⁴⁸ Senhor de Engenho de Santo Amaro, região da Cotinguiba, advogado e fundador do Partido Conciliador em Sergipe em 1854, morreu em 1872. A obra *Apontamentos Históricos e Topográficos* foi publicada pela primeira vez em 1875. Vide: GUARANÁ, op. cit, p.24. TRAVASSOS, Antônio J. Silva. *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe; Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe*. Luís Antônio Barreto (org.) Secretaria de Estado da Cultura, Aracaju-Sergipe, 2004. p.69.

⁴⁹ Segundo Conrad, o Nordeste teria exportado um grande número de escravos para o sul cafeeiro e por isso os deputados nordestinos votaram nas leis abolicionistas; a escravidão não seria um elemento importante para o Nordeste. Passos Subrinho mostra que não houve uma transferência maciça da população escrava para o sul cafeeiro como foi pontuado por Conrad, apenas 8,76% da população escrava de Sergipe foi vendida via tráfico interprovincial. Ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2. ed., Rio de

Como viveriam esses ex-proprietários de escravos? Ou os homens livres que nunca possuíram a mão de obra escrava? Os historiadores tradicionais responderiam a essas indagações informando que os mencionados homens livres despossuídos de escravos eram apenas agregados das *plantation* e viviam na total dependência dos grandes senhores. A sociedade seria polarizada entre senhores e escravos⁵⁰. Seguindo esse raciocínio os ex-proprietários tornariam dependentes dos proprietários que persistiram.

Traçando um breve perfil dos não proprietários de escravos da Vila percebe-se que eles também possuíam alguma fortuna⁵¹ em *bens de raiz e semoventes*⁵²: caprinos, bovinos, cavalares e lanígenos. Esses dados evidenciam que a sociedade lagartense não estava dividida apenas entre escravos e senhores de escravos. Os homens livres, não proprietários de escravos pesquisados, em sua maioria eram lavradores, boa parte na cultura da mandioca⁵³, além de fumo e algodão. Outros homens livres pobres eram criadores e dentre a parcela minoritária estavam os comerciantes, ferreiros e sapateiros. Dentre as pessoas que não tinham escravos, mas possuíam outros bens, encontrava-se D. Josepha Maria do Amor Divino, casada com José Domingos de Góes, moradores da Cajazeira, Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Em 1873 seu patrimônio era composto por um sítio com casa, benfeitorias e dez animais cavalares. O montante total dos seus bens consistia em 767\$000 réis⁵⁴. Assim como D. Josepha existiam muitos homens e mulheres livres sem escravos, mas que muitas vezes possuíam imóveis ou outros bens.

Ainda sobre a população livre, segundo Mott, parte considerável dessa população no Agreste-Sertão de Lagarto era mestiça e forra, pois esta era uma região que tinha um maior índice de libertos e um grande número de pardos⁵⁵. Em 1850, nessa região, a relação população escrava/população livre era de 15 escravos para cada 100 homens livres; o maior

Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 e PASSOS SUBRINHO, Josué M. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1888*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

⁵⁰ Vide: NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1993; PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 34. ed., São Paulo: Brasiliense, 1976.

⁵¹ Adoto o mesmo conceito de fortuna de Kátia Mattoso, para ela a posse de qualquer bem na Bahia Oitocentista já era uma fortuna. Ver: MATTOSO, Kátia. *Bahia Século XIX: uma Província no Império*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 602-652.

⁵² *Bens de Raiz* era a denominação empregada nos inventários para os imóveis; *semovente* era o nome que se referia aos animais e, em alguns casos, aos escravos também, mas estou empregando com o intuito de nomear os animais.

⁵³ O número de rodas de ralar mandioca nos inventários dos não proprietários de escravos é razoável, o que mostra um grande indício do cultivo da mesma e da produção de farinha.

⁵⁴ O montante total corresponde a todos os bens que o inventariado possuía, sem retirar as dívidas. O valor do montante correspondia ao preço de uma escrava. AGJSE. Inventariada: D. Josepha Maria do Amor Divino; Inventariante: José Domingos de Góes, inventário post-mortem, cx. 33, 2/6/1873.

⁵⁵ Ver: MOTT, op.cit., pp.142-143.

índice se encontrava na Vila de Simão Dias: 21 escravos para 100 homens livres. Em 1854 as maiores concentrações estavam nos municípios de Riachão, Lagarto e Boquim que chegavam até mesmo a ter maiores índices do que as localidades da Mata-Sul⁵⁶.

Os proprietários foram agrupados tomando como referência o número de escravos: posses de 1 a 3 escravos estão classificadas como pequenas; 4 a 9, médias; e as com mais de 10 escravos, grandes⁵⁷. Utilizando essa classificação a pesquisa revelou que em Lagarto cerca de 89,97%⁵⁸ dos proprietários(as) de escravas e escravos tinham pequenas e médias posses. Os proprietários que possuíam apenas um escravo correspondiam a 29,9%. Para alguns, o escravo era o seu principal bem, a exemplo de José Joaquim Menezes, casado com Maria Joaquina de Sam José; em 1864 ele possuía uma escrava, Jacintha, avaliada em 800\$000 mil réis; também possuía uma casa, um quinhão de terras e alguns móveis; sua riqueza perfazia um total de 962\$000 mil réis, uma fortuna considerada mediana se comparada as de outros inventários⁵⁹.

Comparando esses dados com os de outras localidades da Província percebe-se algumas diferenças. Em Estância a porcentagem era um pouco menos elevada, 83,27%⁶⁰. As posses de escravos eram maiores que em Lagarto. Na Vila de Laranjeiras, região da Cotinguiba, os proprietários de apenas um escravo eram maioria e atingiam cifras bem

⁵⁶ PASSOS SUBRINHO, Josué M, op.cit., pp.76-80.

⁵⁷ Adoto os mesmos parâmetros de Isabel D. Paiva Costa em seu estudo sobre Bananeiras, por conta da cidade ter algumas semelhanças com Lagarto. COSTA, Dora Isabel. Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos. Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras. In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: USP, v. 26.

⁵⁸ Um estudo sobre o Recôncavo Baiano nos Setecentos mostra que 3/4 dos proprietários tinham posses de 01 a 05 escravos. E o autor pontua que provavelmente essa região era a que possuía maiores posses de escravos no Brasil. Os padrões de propriedades nas terras brasileiras eram menores que nos Estados Unidos ou na Jamaica. Verificar: Schawrtz, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 356-371.

⁵⁹ Inventariada: Joaquina de Sam José; Inventariante: José Joaquim Menezes. Inventário *Post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, Doc. 13, caixa 27, 30/06/1864.

⁶⁰ Em Sergipe há poucos trabalhos que abordam a temática da propriedade escrava e por isso nem todas as regiões foram analisadas. Dentre as pesquisas estão: ALMEIDA, Márcio Rogers Mello de. *Aspectos relativos à propriedade de Sergipe: Zona da Mata-Sul (1850-1888)*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe. RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. UFS/NPGE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. SANTANA, Joanelice Oliveira. *Introdução ao estudo da escravidão em Estância, Comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*. Salvador, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. SANTOS, Joceneide Cunha dos. *De senhoras de engenho a lavradores de mandioca: um estudo sobre a propriedade escrava (Agreste-Sertão de Lagarto 1850-1888)*. São Cristóvão, 2001. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

maiores que as de Lagarto; correspondiam a 60,4%⁶¹. Talvez, o fato de a população escrava ser maior fez com que um grande número de pessoas tivesse acesso à esta mão-de-obra.

Apesar da pequena e média posse serem maioria em Lagarto, o maior número de escravos fora verificado nas grandes e médias posses. A Tabela 1.2 apresenta, de forma mais nítida, a distribuição percentual da população escrava.

Tabela 1.2: Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888) - distribuição da propriedade escrava⁶²

Plantéis	Nº de Proprietários	%	Soma de todos os escravos existentes	%
Pequeno	191	56,34%	280	19,6%
Médio	114	33,63%	550	38,5%
Grande	34	10,03%	598	41,9%
Total	339	100%	1428	100%

Fonte: AGJSE: Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-1888.

Essa Tabela mostra que o uso de mão-de-obra escrava era bastante difundido em Lagarto; porém a população escrava estava concentrada. Ressalto que não houve grandes alterações entre os padrões de propriedade escrava nos últimos anos da escravidão.

Em Laranjeiras, apesar do grande número de proprietários de apenas um escravo (60,4%), a propriedade escrava era ainda mais concentrada que em Lagarto; os pequenos proprietários laranjeirenses detinham apenas 16,8% dos escravos, enquanto 52,8% deles estavam em propriedades com mais de 10⁶³.

Os grandes proprietários de escravos eram também os detentores das maiores fortunas da Vila de Lagarto, isto é os Senhores de Engenho; eis um dos motivos das maiores posses de escravos estarem lotadas nessas propriedades. O Piauíhy, por exemplo, de propriedade de José Souza Freire tinha 47 escravos, maior plantel e número bastante razoável, principalmente se forem levadas em consideração as especificidades da Província⁶⁴. O referido engenho foi palco de alguns conflitos envolvendo escravos, o que será analisado no quarto capítulo.

⁶¹ RESENDE, José Mário dos Santos. *Op. cit.*, p.114.

⁶² Ver no anexo estatístico à Tabela A.2, com a distribuição de forma mais minuciosa.

⁶³ RESENDE, José Mário, *op.cit.*

⁶⁴ Em Laranjeiras apenas três proprietários tinham mais de 50 escravos e em Estância havia quatro proprietários, ambas localizadas em regiões canavieiras. Ver: SANTANA, Joanelice, *op.cit.*; RESENDE, José Mário, *op.cit.*

Os engenhos sergipanos tinham posses de escravos reduzidas se comparados aos de outras regiões, como a do Recôncavo baiano, apesar das semelhanças no que diz respeito ao clima, vegetação e características socioculturais. Porém, com relação ao padrão de propriedade escrava a realidade de ambos era bastante diferente: as propriedades nas terras baianas tinham entre 60 e 100 escravos⁶⁵, enquanto os engenhos sergipanos, segundo Mott, eram verdadeiros bangüês⁶⁶. Portanto, as unidades produtoras, com raras exceções, eram bastante reduzidas haja vista que cerca de 58% dos engenhos nos meados dos Oitocentos possuíam apenas 20 cativos⁶⁷ e eram mal aparelhados, garantindo-se apenas na extensão das terras⁶⁸. Esses dados apontam para a hipótese de que a população livre teve um papel fundamental na economia sergipana⁶⁹.

É mister salientar que, além dos engenhos de açúcar existiam os alambiques e os engenhos de rapadura; estes eram bem menores. Em Lagarto, segundo os dados oficiais, existiam 15 alambiques em 1855⁷⁰.

Os descendentes dos senhores de engenho produziram crônicas que se reportam às memórias sobre a vivência deles no Piauí; no entanto, sabe-se que a memória é seletiva⁷¹. Por isso, eis alguns elementos que foram selecionados para serem lembrados:

Lagarto é também a terra do Juiz de Paz José de Souza Freire, o Zezé Freire, fundador do Engenho Piauí, (...) Só se juntaram 9 anos depois, indo morar no Engenho São José do Piauí, preparado pôr ele para o casal. Deixou ali mais de 80 escravos e um agrupamento quase autosuficiente, que vivia como nos tempos feudais, num latifúndio de uma légua quadrada...⁷²

O autor da crônica não viveu no período de Zezé Freire; dessa forma, o que ele está narrando provavelmente é fruto de histórias que ouviu dizer e que queriam celebrar a magnitude do engenho, pois no inventário do Juiz José de Souza Freire o número de escravos apontado não corresponde ao número mencionado na crônica.

⁶⁵ SCHAWRTZ, Stuart B, op.cit.

⁶⁶ “...engenhos de Sergipe, se comparados com os da Bahia ou mesmo de Pernambuco, não passavam de bangüês (...) a grande maioria dos engenhos sergipanos contava com menos de 40 cativos (...) Nos meados do século passado uma amostra de 58% dos engenhos existentes em Sergipe (447 unidades), a média foi de 20 escravos por propriedade...” (Mott, 1988, pp.144-145) .

⁶⁷ MOTT, op.cit

⁶⁸ BUENO, Francisco P. op cit., p. 9.

⁶⁹ MOTT, Luís, op.cit.

⁷⁰ Ofício expedido pelo Presidente da Província, G 01, 327, p.132.

⁷¹ LE GOFF, Jacques. O documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda vol I, 1984.

⁷² CAMPOS, Ediberto. A Quinta dos Romero. In: *Crônicas da passagem do século*. 2º vol. Aracaju: 1967. p.83

O Engenho Poções, vizinho ao Piauí, também é descrito pelo mesmo cronista como sendo imenso:

Não teve a influência política desfrutada pelo seu irmão Paulo, mas tomando conta das terras de Poção, ou Poções, ali instalou um autêntico latifúndio, com casa-grande, engenhos de cavalos e criatório de gado (...). A mansão tinha um aspecto típico das casas-grandes tão bem apresentadas pelo sociólogo Gilberto Freire.⁷³

É possível que o Engenho Poções não tivesse proporções tão grandes como as apresentadas na narrativa, pois o inventário de seu proprietário assinala 28 escravos. Uma questão interessante que foi citada pelo cronista é a de que o Engenho era quase auto-suficiente; as evidências encontradas no inventário corroboram essa informação. Outro aspecto narrado na crônica é a grande quantidade de semoventes nos engenhos pesquisados. O número elevado de animais é decorrente de vários fatores: (i) alguns senhores também eram criadores; (ii) muitos engenhos tinham como força motriz a animal, os *engenhos de cavalos*; e, (iii) os animais eram utilizados no transporte da produção que era efetuada através dos carros de boi.

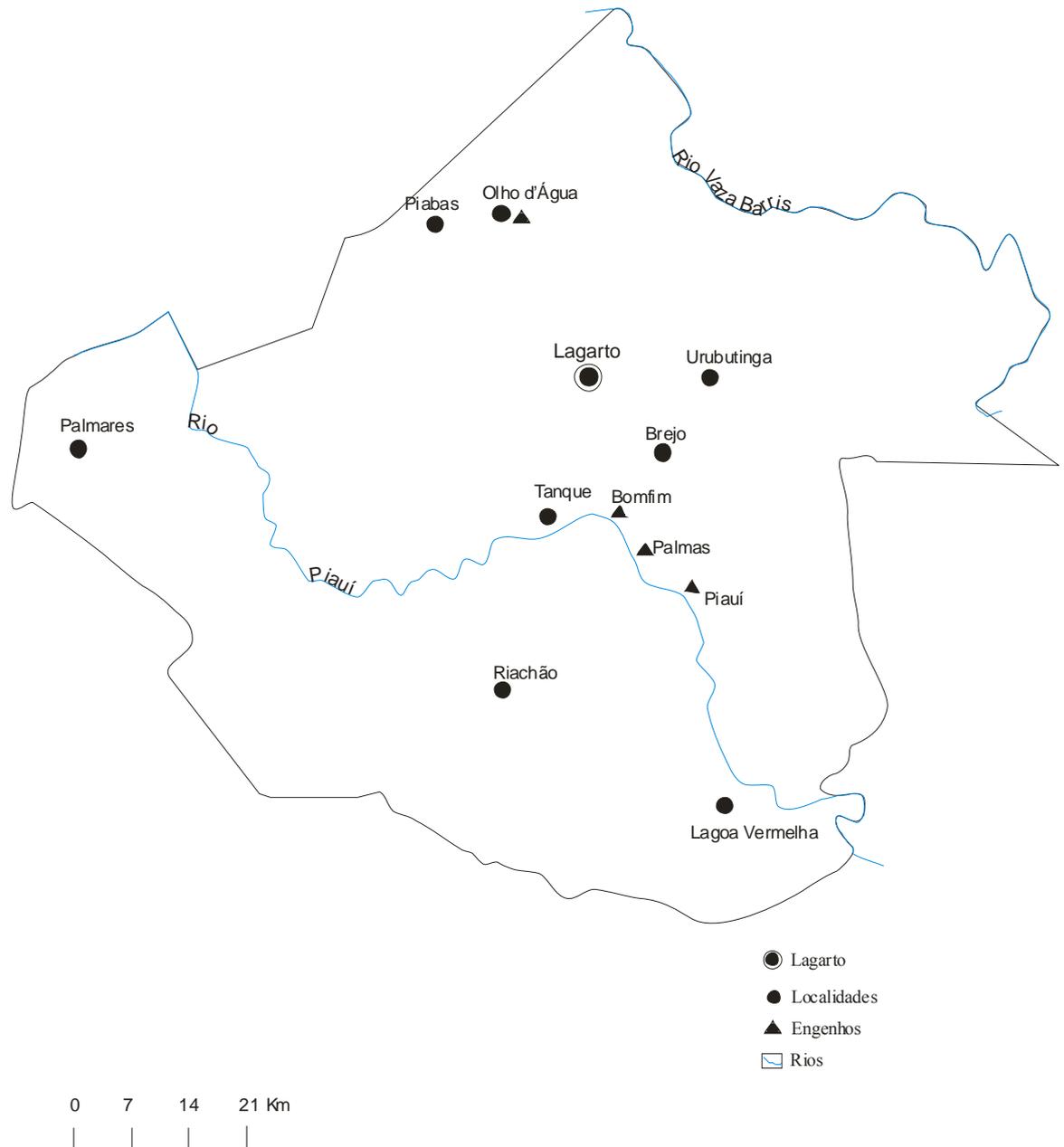
Em 1881 havia 41 engenhos em Lagarto, apenas quatro estavam com o fogo morto: todos eram movidos por animais⁷⁴. Alguns desses engenhos ficavam às margens de rios⁷⁵, mas que não tinham volume de água suficiente para moer a cana, a exemplo do rio Piauí, que além de abastecer as propriedades de água faziam a alegria das crianças que brincavam e se banhavam em suas águas (vide mapa 2).

⁷³ E.C. Os dois Bisavós. In: *Crônicas da passagem do século*. 2º vol. Aracaju. 1967. p. 92 .

⁷⁴ BUENO, Francisco Pimenta op. cit.

⁷⁵ ROMERO, Sílvio, op cit., p.19.

FIGURA 02
LAGARTO EM 1850
POVOAÇÕES



Elaboração: Joceneide Cunha dos Santos
Digitalização: Hinaldo Lima

Na Província, alguns engenhos eram construídos de taipa e telha, outros utilizaram materiais diversificados na construção, mas as casas-grandes não eram grandes construções, principalmente as de Lagarto. A foto do Engenho Moreira, onde Sílvio Romero passou os primeiros anos da sua infância⁷⁶, mostra-nos a simplicidade de tais construções.



Figura 1: Engenho Moreira.

Fonte: CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca. *Sílvio Romero e a sergipanidade*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/ Impressão Gráfica e editora Ltda, 2004, p.17.

Entretanto, independentemente do tamanho dos engenhos o período de moagem da cana era um momento de muita labuta em algumas localidades e para as pessoas que lá residiam. Bois e cavalos se movimentavam ao som de cantigas e versinhos dos tangedores, dia e noite, para moer toda a cana plantada no engenho e nos arredores.

Nos engenhos também eram cultivados produtos para a subsistência: mandioca, milho, feijão e, possivelmente, fruteiras; dentre elas as jaqueiras⁷⁷. Esses produtos contribuíam para a alimentação dos escravos, agregados e até mesmo da família do Ioiô.

Alguns senhores de Engenho possuíam atividades econômicas diversificadas e por isso, detinham vários *bens de raiz*. Em 1870, o Major José de Moura⁷⁸, proprietário do Engenho Poções, por exemplo, possuía além desse, mais doze propriedades: duas casas na

⁷⁶ ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1910, p.19.

⁷⁷ Segundo Carvalho Déda, folclorista sergipano nascido no final dos Oitocentos, em Simão Dias, cidade vizinha a Lagarto, os lagartenses eram conhecidos como *papas jaca* por conta da grande quantidade produzida e consumida do fruto naquela localidade. Conforme: DÉDA, José Carvalho. *Breféias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed., Maceió: Catavento, 2001, p.79.

⁷⁸ Doc.11, cx. 31, 3/10/1870.

Vila; quatro fazendas (Morcego, Tapia, Sobrado e Moendas); três sítios; uma casa com currais e duas posses de terras, inclusive uma era no Engenho Piauhy. Possuía ainda 179 animais do gado *vaccum*, dos quais apenas 29 estavam no Poções.

As mulheres eram maioria dentre os grandes proprietários (61, 76%) e também eram as detentoras das maiores fortunas e posses de escravos. Com o falecimento dos seus consortes restava-lhes liderar as suas propriedades e algumas se transformaram em Senhoras de Engenho, como foi o caso de Ana Joaquina de Souza Freire que chefiou o Engenho Piauhy após a morte do seu marido, em 1860. Com o intuito de ter uma pequena idéia do papel delas na região pesquisada, foi elaborada a Tabela 1.3.

Tabela 1.3: Proprietários de escravos segundo o sexo e por plantel -Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888)

Tipo de Plantel	Mulheres		Homens		Ambos ⁷⁹		Sem Dados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pequeno	75	39,27	97	50,78	10	5,25	9	4,72
Médio	55	48,25	57	50	—	—	2	1,75
Grande	21	61,76	12	35,30	1	2,94%	—	—
Total	151	44,54%	166	48,98%	11	3,24%	11	3,24%

Fonte: AGJSE, Inventários *post-mortem* 1º e 2º Ofício de Lagarto.

Pesquisas recentes tendem a buscar a importância da mulher no Brasil Colonial e Imperial, inclusive, revelando o quanto o dote levado pela noiva na realização do casamento foi importante na montagem e manutenção de grandes engenhos como também no estreitamento de laços existentes entre a elite colonial⁸⁰. Pesquisas futuras poderão revelar uma noção mais objetiva do papel desempenhado por tais mulheres na Província de Sergipe Del Rey.

Como já foi mencionado, na Vila havia inúmeros pequenos e médios proprietários de escravos, que eram lavradores, criadores, proprietários de terras. A Tabela 1.4 mostra a distribuição dos proprietários através das profissões e dos plantéis.

⁷⁹ Existem alguns inventários com dois inventariados de sexos diferentes.

⁸⁰ Ver: FARIA, Sheyla de C. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Tabela 1.4: Distribuição dos proprietários pela ocupação econômica - Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888)

Classificação	Lavrador				Criador ⁸¹		Proprietário		Outras funções		S/D	
	Mandioca		Outros									
Peq. 1	30	8,84%	26	7,67%	5	1,47%	1	0,30%	12	3,54%	13	3,83%
Peq. 2-3	42	12,38%	28	8,25%	7	2,06%			10	2,95%	17	5,01%
Médio	53	15,63%	35	10,32%			6	1,77%	7	2,06%	13	3,83%
Grande	5	1,49%	5	1,47%	6	1,77%	14	4,14%			4	1,18%
Total	130	38,35%	94	27,73%	18	5,30%	21	6,20%	29	8,55%	47	13,87%

Fonte: AGJSE. Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-1888.

Os lavradores perfaziam um total de 224 entre os proprietários, correspondendo a cerca de 66,08%; também possuíam um número razoável de animais. Os pequenos e médios proprietários eram lavradores de produtos voltados para o consumo interno da Província, com destaque para a mandioca, que envolvia cerca de 38,35%. Incluí-se aí alguns poucos grandes proprietários de escravos. A mandioca era utilizada, sobretudo, para a fabricação da farinha que era produzida para consumo e o seu excedente comercializado. Também há indícios de plantações de milho, fumo, feijão, algodão e cana.

Os pequenos e médios proprietários de escravos também cultivavam a cana que era fornecida aos engenhos. Isso ajuda a compreender a razão pela qual eles conseguiam produzir com um pequeno número de cativos. Alguns dos plantadores de cana eram agregados dos engenhos, outros possuíam as terras onde era cultivada a cana; a exemplo de D. Maria Rodrigues dos Santos⁸², moradora do Barro Vermelho que tinha 03 tarefas de cana, 06 escravos, casa em Estância e também cultivava mandioca. Lavradores de cana também existiam no Recôncavo baiano, onde um engenho precisava de aproximadamente três propriedades para fornecer-lhe cana-de-açúcar⁸³.

Poucos foram os indícios da existência do cultivo de algodão. Entretanto, esse era o segundo artigo mais produzido na Província de Sergipe que tinha uma participação considerável no montante de algodão que era exportado pelo Império⁸⁴. Uma das regiões da Província que se destacava nesta cultura era a de Lagarto; ali o produto era cultivado pela mão-de-obra escrava. Em 1871, o Sr. Francisco José da Fonseca, por exemplo, lavrador de

⁸¹ Classifiquei como criadores aqueles inventariados cujos bens não apresentavam indícios de lavoura e tinha dentre esses bens arrolados vários animais.

⁸² Doc. Nº 17; Cx. 32, 11/9/1872.

⁸³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

⁸⁴ BUENO, Francisco Pimenta op.cit.

algodão, possuía 10 escravos: 03 mulheres e 07 homens⁸⁵. Não mensuro se em Lagarto os braços escravos foram maioria no cultivo do produto; pois em Sergipe a lavoura de algodão também consistiu numa possibilidade para os homens livres pobres sobreviverem⁸⁶.

Os negociantes lagartenses participavam de forma intensa do comércio interno, tanto intraprovincial quanto interprovincial. No primeiro, intraprovincial, as relações comerciais de Lagarto eram mantidas, principalmente, com as praças de Estância e Laranjeiras, localizadas em regiões da: Mata-Sul e Cotinguiba, respectivamente. No alvorecer dos Oitocentos, o Vigário Marcos Souza já chamava atenção para um comércio de farinha de mandioca, feijão e milho que, produzidos em grande quantidade em Lagarto, eram comercializados em Laranjeiras e Estância⁸⁷. Estas cidades estavam voltadas para a grande lavoura da cana-de-açúcar e precisavam importar gêneros alimentícios⁸⁸. Outras cidades que comercializavam com Lagarto eram Itabaiana e Itaporanga, ambas localizadas em outras regiões da Província (Ver mapa 3).

No segundo tipo de comércio, o interprovincial, a localização da Vila facilitava o contato com as cidades fronteiriças da Província vizinha, a Bahia. Escravos circulavam pela fronteira, pois eram vendidos das Vilas de Jeremoabo e Itapicuru, dentre outras, para Lagarto e vice-versa. Entre os devedores dos comerciantes lagartenses haviam pessoas residentes nas mencionadas Vilas⁸⁹. Em alguns casos, percorriam distâncias medianas, como por exemplo Jeremoabo-Lagarto, conforme pode ser observado no mapa Rotas Comerciais de Lagarto (figura 4). Além de escravos eram comercializados diversos gêneros. Esse tipo de comércio foi tão intenso que no início do século XX ainda era possível perceber residentes de Paripiranga nas feiras de Lagarto⁹⁰, evidenciando que a relação comercial entre aquela e as cidades baianas da fronteira eram bastante estreitas.

⁸⁵ Doc. Nº 13; Cx. 32, 20/7/1871. Na Paraíba a mão-de-obra escrava também foi utilizada no cultivo desse produto. Vide: GALLIZA, Diana D. De. *O Declínio da Escravidão na Paraíba* (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.

⁸⁶ ALMEIDA, M. Glória, op.cit.

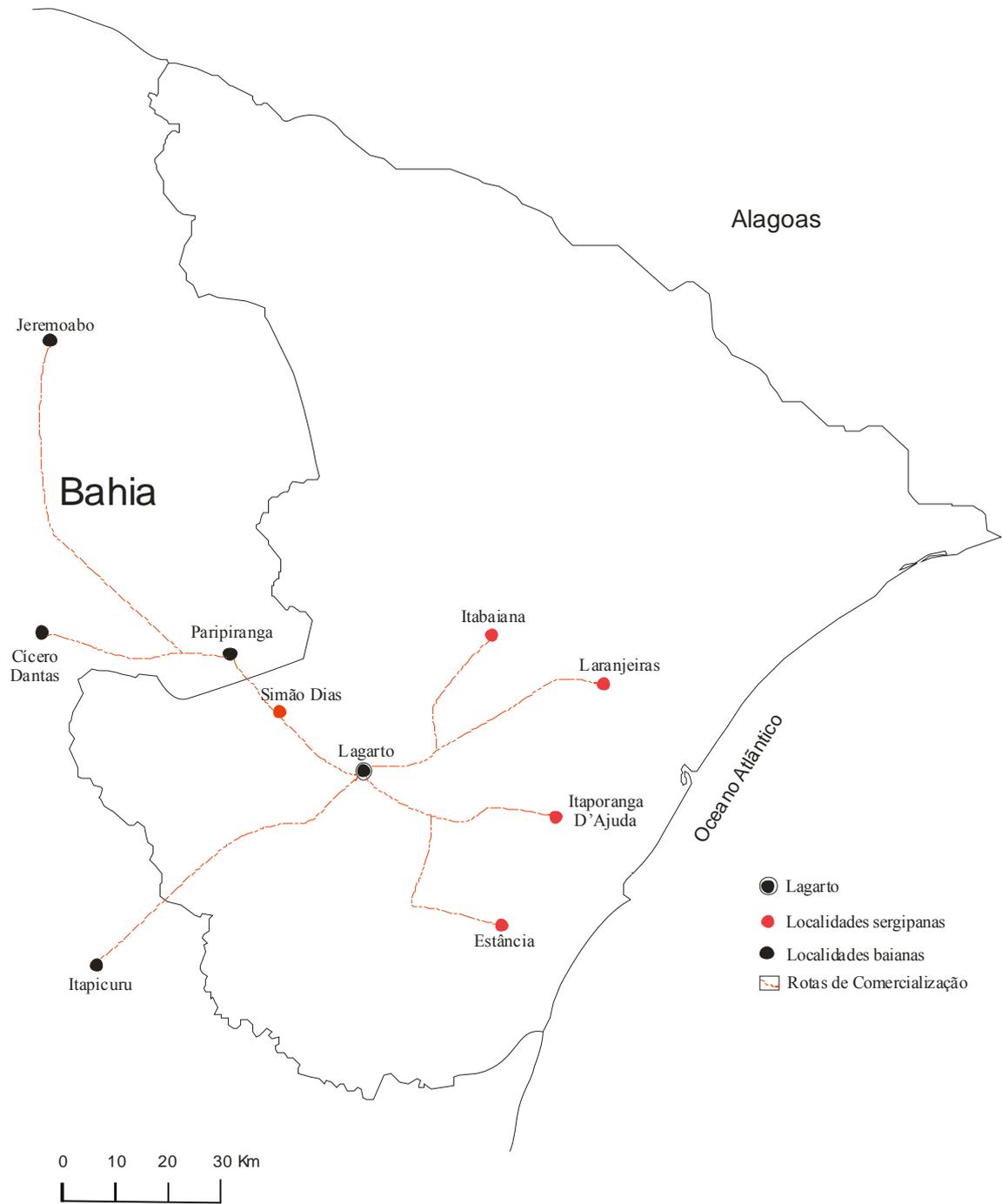
⁸⁷ SOUZA, Marcos Antônio. Memória sobre a Capitania de Sergipe. Sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz. Ano de 1808. In: *Revista de Aracaju*, nº 01. Aracaju: Livraria Regina, 1942. pp.8-46.

⁸⁸ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Relatório do Presidente da Província Sr. Evaristo Ferreira da Veiga, 1869.

⁸⁹ Inventários *Post-mortem*.

⁹⁰SILVA, Cândido e Costa. *Roteiro da vida e morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

Mapa 03
ESTADO DE SERGIPE
ROTAS DE COMERCIALIZAÇÃO COM LAGARTO



Elaboração: Joceneide Cunha dos Santos
Digitalização: Hunaldo Lima

Dessa forma, concluo que, provavelmente, o comércio interno foi rentável o suficiente para segurar mão-de-obra escrava na região pesquisada. Segundo Thétis Nunes, no período da expansão da cultura canavieira ocorreram conflitos de interesses entre esta e as culturas alimentares⁹¹. Em decorrência desses embates a Zona da Mata ficou, principalmente, com a produção de cana-de-açúcar e as regiões mais afastadas do litoral se dedicaram, de modo mais abrangente, à produção de alimentos, do fumo e do algodão tornando-se fornecedora de tais produtos.

Padres, comerciantes e professor – que era funcionário público – também eram proprietários de escravos. Tal situação só corrobora com o fato da propriedade escrava ter sido bastante difundida entre todos os setores da população da região. Em suma, a posse de escravos em Lagarto era algo comum, embora a maioria dos proprietários não estivesse envolvida em atividades agro-exportadoras, e se dedicavam à lavoura de mandioca, milho e pecuária. Os pequenos e médios plantéis eram maioria, ainda que a maior parte dos escravos integrassem grandes plantéis. Verificarei como era caracterizada a população escrava em Lagarto e quais eram as estratégias das pessoas para possuírem escravos.

1.3 UM PERFIL DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA VILA DE LAGARTO

Segundo a matrícula referente ao ano de 1873 existiam nesta data 2.635 escravos, sendo a quinta maior população da Província. Em 1872 os escravos correspondiam a 23,54% da população. Em 1887, às vésperas da abolição, o mesmo município possuía 1.408 escravos⁹².

O tipo de economia de Lagarto contribuiu para algumas das características da população escrava. Nesta seção traçarei um perfil dos escravos e abordarei questões tais como: procedência, faixa etária, distribuição sexual, preços e as ocupações dos mesmos; para tanto cataloguei, nos inventários pesquisados, um total de 1.428 escravos⁹³.

Pude apurar que somente cerca de 5% dos homens e mulheres eram africanos, diferentemente do ocorrido nas Províncias da Bahia e Pernambuco, nas quais boa parte da

⁹¹ THÉTIS, Maria, *op.cit.*

⁹² No ano de 1887 a população escrava da Comarca de Lagarto estava dividida da seguinte forma: 563 escravos em Lagarto, 448 em Boquim e 397 em Riachão. A comarca de Lagarto, criada em 1854 englobava, além de Lagarto as Vilas de Boquim e Riachão do Dantas. Na matrícula de 1872 tais localidades foram tomadas como uma unidade. Ver os dados em: PASSOS SUBRINHO, Josué M., *op.cit.*, p. 425.

⁹³ As mesmas fontes da seção anterior foram utilizadas, como também os mesmos procedimentos metodológicos.

população escrava, em pleno século XIX, era oriunda da Costa d'África. Segundo Mott, mesmo no século XVIII os escravos provenientes da África nunca representaram mais de 1/3 nos plantéis existentes na Província de Sergipe. Para ele, isso se explica pelo tamanho reduzido dos engenhos que não geravam lucros suficientes para comprar um grande número de escravos, pois a distância dos portos da Bahia e Pernambuco fazia com que a mão-de-obra ficasse ainda mais cara. Devido ao fim do tráfico legal, após 1876 os registros dos africanos se tornaram mais raros, grande parte deles chegava já adultos às terras brasileiras e, por isso, a partir da mencionada data muitos já haviam falecido, tornando-se ainda mais escassos no município.

Das informações colhidas a respeito dos africanos existentes no município, em 57,75% dos casos não havia registros sobre o local de origem dos escravos e escravas africanos, mencionando unicamente o continente de procedência. Por exemplo, na caracterização do escravo João, constava apenas que ele era africano, tinha 30 anos e era *fujão*; por isso sua senhora queria vendê-lo⁹⁴. Dentre os escravos que possuíam descrições sobre a origem, os provenientes de Angola, tal como Cosme e Maria, 36 anos, escravos de José da Costa Silva Dórea e lavradores de mandioca⁹⁵ foram maioria. Há referência aos Jeje, como o cativo Victorino⁹⁶ e, por fim, Francisco, pertencente a Simão da Fonseca Dórea, era Nagô⁹⁷.

Abelardo Romero, sobrinho de Sílvio Romero, comentou que as pessoas se referiam aos fundos da malhada⁹⁸ do seu avô, André Romero, como a “Angola do Velho André”, local onde provavelmente ficavam as senzalas dos escravos⁹⁹. Outro indício da origem dos escravos é a existência de uma localidade chamada Angola Cachorro. Corroborando com esses dados, é o fato de em Lagarto também existir uma “corte” e dança chamadas de Congos, na festa de São Benedito. Essas pistas ratificam a hipótese de que os

⁹⁴ D. Maria de Seabra Góes, inventariada; Manoel Prudente de Góes, inventariante. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1866, caixa 28, 60p.

⁹⁵ D. Maria Francisca do Nascimento, inventariada; José da Costa Silva Dórea, inventariante. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1865, caixa 27, 50p.

⁹⁶ Inventariada: D. Maria Francisca da Hora; Inventariante: Antônio Souza Silveira. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 28, 1866.

⁹⁷ Secretaria Paroquial de Lagarto. Registro de Casamento. Livro nº 07, p. 5, 1862. Um outro indício dos Nagôs em Lagarto foi o ex-escravo Benedito, entrevistado por Adalberto Fonseca que se dizia falar uma língua africana, o nagô. Vide: FONTES, Aglaé. *Danças e Folguedos*. Iniciação ao folclore Sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado de Educação do Desporto e Lazer, 1998. pp.189-202.

⁹⁸ Estábulo.

⁹⁹ Ele fez as memórias sobre a convivência do tio com a sua família. ROMERO, Abelardo. *Sílvio Romero em família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

escravos da África Centro-Occidental foram maioria na região.

Embora houvesse africanos, a imensa maioria dos escravos (95 %) eram crioulos, ou seja, nascidos no Brasil; provavelmente eram fruto de tráfico interprovincial, intraprovincial, compras e vendas na mesma região ou de uma reprodução natural entre os escravos de Lagarto. Uma amostra disso é a existência de escravos nascidos na Vila de Itapicuru (Província da Bahia), Freguesia de Itaporanga, Vila de Itabaiana, Vila de Estância, Vila de Simão Dias, etc. Os escravos nascidos no próprio município, fruto da reprodução natural entre os escravos, possivelmente foram majoritários entre os crioulos¹⁰⁰.

A maioria dos escravos era da cor preta e nesta estariam inseridos os crioulos, pretos nascidos no Brasil e os africanos, porém a região pesquisada tinha alto índice de miscigenação: mulatos, cabras e mestiços, representavam entre 44,75% e 48,17% no período aqui estudado.

A definição das cores não era algo muito preciso para as pessoas que as classificavam em Lagarto, principalmente os avaliadores. Um escravo classificado como “cabra” podia ser chamado, posteriormente, no mesmo processo, de mestiço. Após 1871 ocorreu uma mudança de classificação do que era ser “cabra”, pois há uma diminuição no número de escravos assim classificados, provavelmente por passarem a ser chamados de mestiços. A intensa miscigenação é mais um fator que corrobora a hipótese de reprodução natural entre escravos e escravas e/ou escravos e livres ou escravos e libertos. Este tema será trabalhado adiante, quando abordarei as famílias escravas.

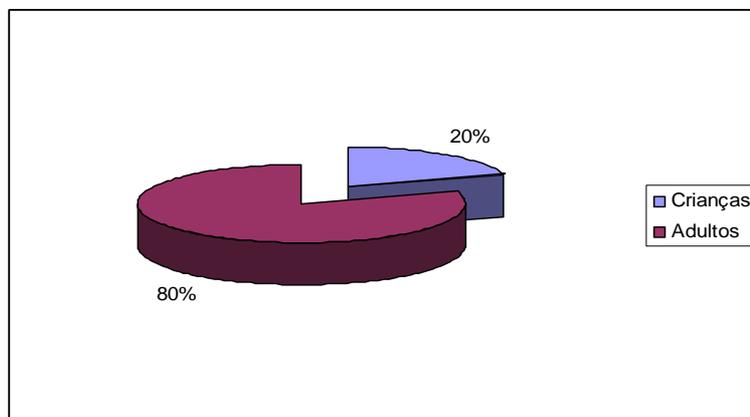
A faixa etária da população escrava era bastante diversificada. Um grande número não estaria no auge da força produtiva, ou seja, era menores de 15 ou maiores de 35 anos¹⁰¹. Havia outros com idades superiores aos 60 anos e as crianças escravas, com idades entre 0 e 9 anos ocupavam percentagens significativas¹⁰², conforme mostra o gráfico 1.2.

¹⁰⁰ As referências aos nascimentos dos escravos são parcas, por isso não mensuro quantos não eram nascidos em Lagarto, no entanto, o grande número de registros de batismos evidencia que muitos deles nasceram na localidade.

¹⁰¹ Segundo Mello, os escravos com idades entre 15 e 35 anos eram preferidos e mais caros por serem mais produtivos. Ver: MELLO, Zélia Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. 2. ed., São Paulo: HUCITEC, 1990, p.116 (Coleção Estudos Históricos).

¹⁰² Adotei a mesma classificação utilizada por Gutiérrez, no Paraná nos Oitocentos. Ver: GUTIÉRREZ, Horácio. “Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná”, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. Vol.17. Nº 2. São Paulo: USP, 1970, pp. 297-321.

Gráfico 1.2: Faixa etária dos escravos - Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1876)



Fonte: AGJUS - Inventários do 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-76.

No período compreendido entre 1850-76, foram encontradas na documentação 286 crianças escravas, evidenciando uma reprodução local. A partir de então, os *escravinhos* vão desaparecendo dos registros, porque após 1871 os filhos das escravas passaram a ser considerados ingênuos. Os senhores provavelmente incentivavam a reprodução natural de escravos, como uma forma de repor as posses¹⁰³, visto que a compra de africanos foi proibida e, mesmo no período de vigência legal do tráfico, a região possuía pouco capital para importar cativos.

Ainda nesse mesmo período percebe-se que a taxa de reprodução foi relativamente alta e, provavelmente, supria uma parte da necessidade de mão-de-obra cativa. Segundo a lista de classificação de escravos de Lagarto no ano de 1873, aproximadamente 21% deles eram crianças de 0 a 9 anos, confirmando a percentagem obtida através dos inventários¹⁰⁴. Embora fossem crianças é provável que realizarem tarefas como ajudar na colheita de alguns produtos como o feijão e o milho. Os escravos entre 10 e 14 anos já possuíam ofícios mas ainda não tinham construído suas famílias e custavam mais barato. Nas Tabelas 1.5 e 1.6 será possível perceber, de forma mais detalhada, a estrutura etária entre os

¹⁰³ Ver: MOTT, Luís. R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p.144.

¹⁰⁴ Em Lagarto as crianças eram mais presentes nas posses que em Laranjeiras. Nesta, as crianças de 0 a 13 anos compunham 20,43% das posses no interstício de 1850 a 1888. A reprodução na primeira deveria ser mais incentivada que na segunda por ser a principal possibilidade de manter o número de escravos nas posses. Observar os dados de Laranjeiras em: RESENDE, José Mário, op cit. APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª Doc. 08.

escravos.

Tabela 1.5: Estrutura Etária dos escravos (1873) - Agreste-Sertão de Lagarto

Faixa Etária	Número	Porcentagem
Até 1 ano	45	1,70%
1 a 7 anos	376	14,27%
7 a 14 anos	434	16,47%
14 a 21 anos	375	14,23%
21 a 40 anos	936	35,52%
40 a 50 anos	295	11,20%
50 a 60 anos	91	3,45%
Acima de 60 anos	83	3,15%
Total	2635	~100%

Fonte: Passos Subrinho, 2000, p. 423.

Esses dados evidenciam que, além das crianças também existia significativo número de escravos com idade superior a 40 anos, pois mesmo em 1887, às vésperas da abolição, foram classificados 389 escravos nessa faixa etária, como mostra a Tabela 1.6.

Tabela 1.6: Estrutura etária dos escravos (1887) - Agreste-Sertão de Lagarto

Faixa Etária	Número	Porcentagem
Até 30 anos	676	48,01%
30 a 40 anos	343	24,36%
40 a 50 anos	238	16,90%
50 a 55 anos	103	7,31%
55 a 60 anos	48	3,41%
Total	1408	~100%

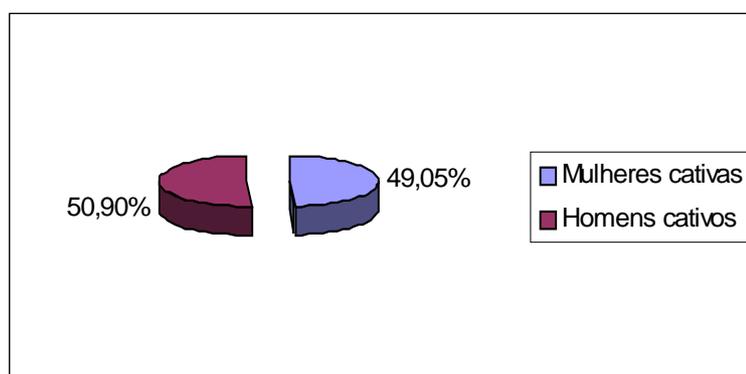
Fonte: Passos Subrinho, 2000, p. 431.

As crianças das pequenas, médias e grandes posses representavam respectivamente 12,94%, 48,95%; e 38,11%. Havia sete posses com um único escravo que eram crianças. Talvez, comprar crianças escravas tenha sido uma estratégia para as pessoas que possuíam pouco dinheiro e queriam possuir escravos, ou num momento de partilha podiam preferir ficar com um escravinho que com outro bem, pois as crianças ainda teriam toda uma vida produtiva. Todavia, não pode ser descartada a possibilidade das mães dessas crianças terem falecido nos partos dos seus rebentos¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Segundo Bacellar, em Sorocaba a compra de crianças foi uma tática das pessoas pobres para se tornarem proprietárias. Vide: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, op. cit.

No que se refere à distribuição por sexo foi percebido um equilíbrio no número de homens e mulheres, o que é característica das regiões cuja produção estava voltada para o mercado interno¹⁰⁶. Quanto maior fosse a taxa de africanidade maior seria o desequilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos¹⁰⁷ e como a população do município era majoritariamente crioula, haveria certo equilíbrio. O gráfico 1.3 mostra a distribuição sexual entre os escravos na região pesquisada.

Gráfico 1.3: Distribuição sexual entre os cativos - Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888)



Fonte: AGJUS - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-88.

No município em estudo os principais artigos produzidos por esses pequenos proprietários eram a farinha de mandioca, milho e feijão, lavouras nas quais as mulheres poderiam desempenhar as atividades agrícolas sem grandes entraves. Por isso, nessas propriedades havia um equilíbrio numérico entre homens e mulheres escravos, ou as últimas eram majoritárias. Nas unidades da grande lavoura havia uma diferença no número de homens e mulheres, a favor do primeiro, mas não era acentuada. Os escravos exerciam o trabalho com a cana e este requeria a força física dos homens, mas não rejeito a possibilidade de as mulheres escravas trabalharem no cultivo da cana. O Engenho Caborge era um exemplo, em 1869 havia 38 escravos, dentre esses 19 homens na fase adulta e 3 entre 10 e 12 anos, 12 mulheres adultas e 4 meninas; entre adultos e mais novos 19 homens eram lavradores, os demais eram carreiros e dentre as mulheres apenas 6 eram lavradoras¹⁰⁸.

Gutiérrez defende a tese de duas realidades demográficas no Paraná nos

¹⁰⁶ No Paraná, por exemplo, no início do século XIX havia tal equilíbrio. Segundo Gutierrez, o motivo seria que nas pequenas e médias lavouras o serviço podia ser executado por mulheres. Verificar em: GUTIERREZ, op.cit.

¹⁰⁷ Ver: REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁰⁸ AGJSE. Inventariado: Domingos Correia Pimentel; Inventariante: Maria Magdalena de São José. Inventário *post-mortem*, Caixa 32, 15/05/1869, 99p.

Oitocentos: a primeira, marcada pela desigualdade gritante entre os sexos, característica das “plantation”; a segunda, em regiões cuja produção era voltada para o mercado interno, na qual haveria um equilíbrio entre homens e mulheres¹⁰⁹. E acredito que situação próxima acontecia na Lagarto Oitocentista.

Em Lagarto, com o passar dos anos, as mulheres passaram a ser maioria: em 1872 havia 1.429 homens e 1.396 mulheres escravas; em 1887 existiam 678 homens e 730 mulheres¹¹⁰. Como já mencionado, a região em que está localizada a Vila de Lagarto forneceu escravos para o tráfico intra e interprovincial, e provavelmente foi vendido um número maior de homens, por serem preferidos pelos prováveis compradores, nas zonas de grande lavoura canavieira.

Outro possível motivo para o equilíbrio e, posteriormente, para a superioridade numérica das mulheres, é que com a escassez de escravos os proprietários preferiram as mulheres já que elas desempenhavam um leque de atividades ocupacionais mais abrangentes que os homens. A elas eram atribuídas as mais diversas tarefas, além da lavoura podiam ser quitandeiras, doceiras, amas de leite, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, etc. e muitas acumulavam essas funções.

Percebi certa elevação do preço dos escravos, principalmente no pós 1856, pois a partir de então as seqüelas da extinção do tráfico começaram a ser percebidas de forma mais intensa. Em todo o Brasil e no Nordeste os preços tiveram uma alta significativa. Outra razão provável para o aumento nos preços pode ter sido a epidemia de cólera que ocasionou a morte de muitos escravos. Para calcular as médias dos preços levei em consideração três variáveis: sexo, idade e saúde. Foram considerados somente os homens de idade entre 15-45 anos, período de auge na força produtiva e que não apresentavam problemas de saúde. A Tabela 1.7 mostra o comportamento dos preços.

¹⁰⁹ Ver: GUTIÉRREZ, Horácio, op. cit.

¹¹⁰ Somei a população referente a Riachão do Dantas, Lagarto e Boquim, pois na documentação constam inventários das três povoações. Conferir os dados em: PASSOS SUBRINHO, op.cit, pp. 425 e 430.

Tabela 1.7: Média global de preços dos escravos - Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888)

Anos	Média
1850	277\$000
1851	305\$000
1852	324\$334
1853	318\$053
1854	379\$126
1855	314\$637
1856	387\$630
1857	519\$500
1858	619\$940
1859	654\$870
1860, 1861 e 1862	755\$375
1863	803\$333
1864	776\$388
1865	768\$332
1867, 1868 e 1869	795\$830
1870	867\$857
1871	739\$130
1872 e 1873	802\$010
1874	531\$000
1875 e 1876	502\$890
1877	400\$000
1878	485\$415
1879	770\$237
1880	646\$163
1881	582\$397
1882 e 83	469\$580
1884 e 85	418\$680
1886	467\$770
1887	727\$540

Fonte: AGJUS - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-1888.

Após 1857 é possível encontrar escravos no auge de sua força produtiva custando 1:000\$000 (um conto de réis). No período entre 1859-1873 os preços permaneceram bastante altos, porém após 1873 houve uma queda que talvez tenha sido decorrente do impacto da Lei do Ventre Livre, porquanto a partir dela ficou evidente que a escravidão seria extinta, o que provavelmente gerou uma desvalorização. Convém ressaltar que as crianças escravas eram mais baratas, assim como os velhos. A exportação de escravos para o sul cafeeiro foi proibida, tendo aí outro motivo para a diminuição dos preços dos cativos¹¹¹. Todavia os preços, às vésperas da abolição, ainda eram consideravelmente altos.

¹¹¹ Encontrei num inventário uma menção explícita a esse fato, um escravo foi avaliado e segundo o inventariante num valor muito grande, e para refutar o valor ele utiliza o seguinte argumento: "... a proybição da exportação dos escravos para as Províncias do Sul do Império depreciou-os, de modo que hoje valem duas vezes menos do que d'antes". Antônio dos Santos, Inventário *post-mortem* nº05; Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 41, 4/03/1881, p. 18.

A Tabela 1.8 ilustra as diferenças entre os preços dos escravos de sexos distintos, e alteração dos preços por sexo.

Tabela 1.8: Média de preços dos escravos de acordo com o sexo - Lagarto (1850-1888)

Sexo	Média Global até 1870	Média Global até 1888
Mulheres	699\$540	561\$432
Homens	743\$110	652\$576

Fonte: AGJES – Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto, 1850-1888.

Depois da Lei do Ventre Livre o preço das mulheres teve uma queda de 19,74%,; enquanto a queda nos valores dos homens foi de 12,18%. Como elas não geravam mais crianças escravas, uma de suas utilidades foi perdida: a de reproduzirem mão-de-obra. O fato dos preços das escravas serem inferiores ao dos escravos talvez seja mais um motivo para o equilíbrio entre os sexos nos plantéis. Dentre os africanos, as mulheres compunham 34,3%. O fato dos proprietários não possuírem capital para comprar homens escravos fez com que uma opção fosse comprar as mulheres, pois elas eram mais baratas¹¹².

A vida urbana do município era pouco desenvolvida. As pessoas detinham imóveis na Vila e outros *bens de raiz* no campo. Os primeiros eram utilizados, principalmente nos dias de festa, sobretudo nas celebrações religiosas; na maior parte do tempo esses imóveis ficavam fechados ou com poucas pessoas residindo¹¹³. Assim, a maioria das pessoas, e, conseqüentemente, dos escravos, morava no campo em sítios, fazendas e engenhos e se constituía, em grande parte, por lavradores. A Tabela 1.10 permite perceber as ocupações profissionais dos escravos e escravas.

Os números mostram um leque mais diverso para as ocupações masculinas que para as femininas, no entanto algumas das funções femininas citadas eram resumos de diversas ocupações, como por exemplo as costureiras, pois sob esse título estavam também as bordadeiras e rendeiras; as escravas que se ocupavam com os serviços domésticos podiam ser lavadeiras, amas de leite, mucamas e engomadeiras, dentre outras. Abelardo Romero cita algumas escravas do seu avô com as respectivas ocupações; na lista não há o mesmo

¹¹² Acredito que Lagarto teve uma realidade próxima à de Sorocaba; apesar do período ser distinto, segundo Bacellar, em Sorocaba, no início dos Oitocentos, as pessoas mais humildes preferiam comprar escravas adultas por terem um preço menor e por poderem reproduzir, permitindo ao seu senhor um aumento na sua posse.

¹¹³ Inventários *post-mortem* 1º e 2º Ofício do Cartório de Lagarto.

detalhamento das profissões¹¹⁴. Irei abordar as ocupações de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Tabela 1.10: Ocupações profissionais dos escravos e das escravas - Município de Lagarto (1850-1888)

Profissão	Homens	Mulheres	Total	%
Alfaiate	1	-	1	0,12
Carpina	1	-	1	0,12
Carreiro	26	-	26	3,12
Costureira	-	9	9	1,08
Cozinheira(o)	1	27	28	3,36
Lavoura	393	349	742	89,07
Mestre de açúcar	1	-	1	0,12
Pedreiro	1	-	1	0,12
Sapateiro	3	-	3	0,36
Serviço doméstico	2	19	21	2,52
Total	429	404	833	~100

Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/ª Doc. 08.

Aproximadamente 90% dos escravos listados de Lagarto trabalhavam no eito, porcentagem um pouco maior que no restante da província de Sergipe Del Rey, que era cerca de 80%¹¹⁵. O fato de possuir um número menor de escravos que as regiões açucareiras, fazia com que poucos escravos não estivessem inseridos nas atividades produtivas. Nos municípios canavieiros havia uma quantidade maior de escravos, cuja residência era no meio urbano, que nos do agreste-sertão; todavia, nas duas realidades os escravos lavradores eram majoritários.

Em suma, o fato de a região produzir, principalmente para o consumo interno, influenciou no tamanho das posses e na composição da população escrava, havendo poucos africanos e faixa etária diversa, o que enfatizava a participação significativa de crianças e o equilíbrio sexual, dentre outros elementos.

¹¹⁴ No processo pleiteado por Maria Mercês ela é caracterizada como uma escrava costureira que bordava, engomava e era rendeira. Conferir: Maria Mercês, autora; réu: Coronel Francisco Basílio Santos Hora. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto; Caixa 01, 1879, 37p. ROMERO, Abelardo. *Silvio Romero em Família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, pp.16 e 24.

¹¹⁵ PASSOS SUBRINHO, Josué M. op cit, p.424.

CAPÍTULO II

DAS FIADAS AOS CONGOS: A CULTURA ESCRAVA

O Lagarto, naquele período, era uma terra onde os festejos populares, *reisados*, *cheganças*, *bailes pastoris*, *taieiras*, *bumbas-meu-boi*... imperavam ao lado das magníficas festividades da Igreja¹¹⁶.

Lagarto foi uma vila muito festiva, sobretudo no período natalino. As pessoas livres, libertas e escravas participavam de festividades que serviam como momentos lúdicos particularmente para a comunidade escrava. Contudo, o dia-a-dia dos cativos era composto de trabalho, castigos, negociações e estratégias diversas. Neste capítulo analisarei a cultura do escravo abordando, principalmente, a relação entre trabalho e lazer, ressaltando que em algumas ocasiões o lazer acontecia concomitante ao trabalho¹¹⁷.

No capítulo anterior vimos que os escravos eram parte considerável da população de Lagarto e, por isso, parte significativa da mão-de-obra. Ainda assim, restam várias indagações sobre a rotina do trabalho desses escravos: Havia alguma divisão de trabalho? Quem lhes ensinava as funções? Como era o seu dia-a-dia de trabalho? Existiam momentos lúdicos para eles? Inicialmente, irei analisar algumas atividades femininas, em seguida, as funções masculinas, alguns afazeres autônomos de caráter econômico; e, por fim, algumas atividades de lazer dos escravos.

¹¹⁶ ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro, 1910, p.22.

¹¹⁷ REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP Brasil/África*, n° 18, jun/jul/ago, 1993, p.11. Segundo esse autor a cultura escrava estava ligada às relações escravistas e fazia parte de um sistema cultural do qual o africano participou de forma capital.

2.1 O MUNDO DO TRABALHO

Havia uma divisão do trabalho entre os escravos que levava em consideração o gênero, a cor e a idade. Na tabela 1.10, no capítulo anterior, está registrado que três ocupações eram destacadamente femininas: as de cozinheira, costureira e serviços domésticos. Sob esta última classificação estava um leque diverso de tarefas, sendo que as mulheres possuíam larga vantagem nesse ofício. Somente dois escravos desempenhavam a função de serviços domésticos e tinham dez anos, indicando que provavelmente tal ocupação seria provisória para os homens, atingindo a fase adulta eles adquiriam outros afazeres. No que se refere à função de cozinheiro foram catalogados apenas um homem e 27 mulheres, todos adultos. Em relação aos trabalhos com tecidos e linhas havia um monopólio feminino.

As informações sobre os escravos domésticos de Lagarto são escassas, dentre elas constam as das mucamas que executavam as mais diversas tarefas, dentre elas a de acompanhar as senhoras e/ou seus filhos nos mais diferentes locais: nas idas e vindas dos engenhos, às fazendas e na Igreja. Tereza acompanhou sua senhora, mãe de Sílvio Romero, e filhas para saírem da cidade num dia de enforcamento: a cena seria muito forte para a Iaiá e as Iaiazinhas. Por acompanharem as sinhazinhas, competia ainda às mucamas cuidar para que as senhorinhas permanecessem donzelas até os seus casamentos. Segundo Vasconcellos, genro de André Romero, a escrava Antônia foi bastante eficiente nessa atribuição, pois as moças que ficavam sob seu acompanhamento foram bem vigiadas¹¹⁸.

Algumas das mucamas chegavam até mesmo a criar os Ioiôzinhos, caso da já citada Antônia, mucama de Sílvio Romero. Este, ainda menino, foi morar com os avós por causa da epidemia de febre amarela, e no período em que ficou sob a tutela dos avós maternos permaneceu sob os cuidados de Antônia. A mucama estava atenta ao pequeno Sílvio Romero até mesmo durante a noite, pois dormia no mesmo recinto que ele. O contato foi tão próximo que coube a Antônia a iniciação do menino na fé cristã: as primeiras rezas foram aprendidas e

¹¹⁸ ROMERO, Abelardo. *Sílvio Romero em família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, pp.24 e 26. Gilberto Freyre mostra que cuidar para que as filhas dos senhores permanecessem virgens foi mais uma atribuição das mucamas. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 46.ed., Rio de Janeiro: Record, 2002, p.394.

realizadas na companhia da sua querida mucama¹¹⁹. Outra atividade das mucamas era arrumar os altares dos santos nos dias de festa¹²⁰.

As amas de leite, devido à própria função, acabavam por ter uma grande proximidade com a família senhorial. Em Lagarto, a maioria das amas de leite era proveniente das próprias posses dos senhores, diferentemente do que ocorria em Salvador e no Rio de Janeiro que, segundo algumas pesquisas eram escravas alugadas. Acredito que isso acontecesse devido ao caráter rural da escravidão na cidade pesquisada e não mensuro se essa função foi difundida. Em Salvador e no Rio de Janeiro, as pessoas que desejavam os serviços de uma ama de leite alugavam uma escrava que o fizesse¹²¹.

Em meados dos Dezenove, os médicos começaram a reprovar o ato das escravas amamentarem, pois elas seriam perniciosas à família senhorial. As escravas foram acusadas de inserir na família dos senhores várias doenças, dentre elas a sífilis, doenças que foram responsáveis pela grande mortalidade das crianças. Segundo os médicos, as escravas, além de transmitir doenças também passavam para as crianças desvios morais e o aleitamento efetuado pelas escravas e mulheres pobres era feito somente por causa do dinheiro. Por isso, as amas de leite utilizavam várias estratégias para colocarem as crianças para dormir, inclusive fazendo com que ingerissem bebidas alcoólicas. Concomitante à campanha de reprovação da amamentação foi desenvolvida uma outra empreitada cujo objetivo era incentivar as senhoras ao ato de amamentar. Não restando alternativa além de alugar uma ama de leite deveria-se verificar a idade da escrava, o tempo que tinha parido, o bico do peito e até mesmo o sabor do leite. No entanto, esses discursos médicos influenciados por práticas higienistas européias, demoraram a ser incorporados nas duas maiores cidades do Império,

¹¹⁹ ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1910.

¹²⁰ MORAES FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Prefácio de Sílvio Romero. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, pp.69-75 (Revisão e notas de Luís da Câmara Cascudo).

¹²¹ Ver: GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988, pp.49-64. SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, 1994, pp.28-37. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal da Bahia. Beatriz Góis Dantas citando o depoimento de Bilina, uma negra que viveu em Laranjeiras, menciona que a mãe da depoente, a escrava Calu, teve vários filhos o que permitiu ter a profissão de ama de leite assegurada e por conta disso tornou-se uma escrava de aluguel. O dinheiro conquistado com esse ofício lhe permitiu comprar a alforria. Esse testemunho indicia a presença de ama de leite de aluguel no meio urbano, o que corrobora com a ideia apresentada e mostra mais uma possibilidade de acumular pecúlio para a conquista da alforria; a escrava utilizou do fato de ter gerado várias crianças para ganhar dinheiro com a situação. Vide: DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.71.

Rio de Janeiro e Salvador, e que sediavam Faculdades de Medicina. Por isso, acredito que em Lagarto, onde havia poucos médicos, o processo foi ainda mais demorado¹²².

As amas de leite que desempenhavam essa tarefa tinham outras profissões como a de serviços domésticos e costureira, por isso, as informações sobre elas são muito escassas, pois nos documentos elas aparecem como possuidoras de outras ocupações. Em virtude desse fato, não encontrei evidências de que as crianças escravas eram separadas ou não de suas mães enquanto essas tivessem amamentando os filhos dos seus senhores. Em outras localidades, além dos atributos físicos para ser ama de leite, a escrava deveria amamentar apenas os filhos do senhor. Em Lagarto, o caso de Mercês forneceu algumas pistas sobre o assunto. Ela era uma ama de leite que possuía todos os pré-requisitos para desempenhar essa função: era moça, bonita e sadia e foi listada na Lista de Classificação como costureira¹²³. Tinha um filho, Agostinho, e ambos pertenciam ao coronel Basílio Santos Hora e, por isso, provavelmente, viviam juntos. Talvez ela tenha amamentado o seu filho ao mesmo tempo em que amamentava os herdeiros do seu senhor¹²⁴.

Uma memória dos Romeros noticia a existência de uma ama de leite que servia a família, a Mãe Mulata, que permaneceu nas Quintas dos mesmos após a abolição¹²⁵. A forma como a chamavam indicia que sua tez não era preta. Em Lagarto, as amas de leite, assim como as demais escravas domésticas, também deveriam ter pré-requisitos físicos mínimos e, conforme foi mencionado, a cor era um atributo importante¹²⁶. A forma pela qual os Romeros chamavam a sua ama de leite, Mãe Mulata, também indicia uma relação de afetividade dos “seus filhos”, ou seja, os Romeros que ela amamentou. O fato de a escrava permanecer na casa dos Romeros após a abolição, pode indicar a continuidade de uma relação paternalista, pautada na submissão, mas também evidencia a existência de uma relação de afeto dela para com a família do seu ex-proprietário, além de ser uma estratégia da liberta para possuir melhores condições de vida, visto que a mesma deveria possuir uma idade avançada.

¹²² GIACOMINI, op. cit. SOARES, op. cit.; Segundo Gilberto Freyre as amas de Leite também contraíram sífilis das crianças que amamentavam. FREYRE, Gilberto, op.cit, p.394.

¹²³ Vide: Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8. ;AGJSE, Maria Mercês, autora, réu, coronel Francisco Basílio Santos Hora. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1879.37p.

¹²⁴ Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8. A citada escrava Calu foi vendida para ser ama de leite e levou consigo seu filho mulatinho; provavelmente ela amamentava as duas crianças e mesmo quando se tornou ama de leite de aluguel, também deveria amamentar as duas crianças. Ver: DANTAS, op. cit, p.71.

¹²⁵ ROMERO, Abelardo, op.cit., p.16.

¹²⁶ GIACOMINI, op.cit.; Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8.

As lavadeiras escravas, libertas ou mulheres livres pobres, eram obrigadas a ir para uma fonte pública ou aos riachos para executarem os seus afazeres. Esses se transformavam em locais de sociabilidade, onde as mulheres ficavam sabendo das novidades, encontravam as amigas e estabeleciam laços de solidariedade¹²⁷. Em 1881 as posturas municipais de Lagarto proibiram as mulheres, livres ou escravas, de lavarem as roupas nas fontes da Bica, Gomes e Fraguinhas, pois estas forneciam água potável para a população¹²⁸. Com essa medida as mulheres tiveram que buscar outros locais e alternativas para cumprir as suas funções.

Como mencionei anteriormente, uma das atividades especializadas exercidas por mulheres escravas era costurar. André Ramos Romero era um grande negociante e um dos itens que ele comercializava era roupas produzidas em Lagarto e costuradas, em grande parte, por escravas¹²⁹. As vestes eram usadas em grande medida pela população livre e liberta, pois as pessoas não tinham dinheiro para comprá-las em outros locais. Benedita e Cândida, escravas, eram algumas das costureiras que trabalhavam para André Ramos Romero¹³⁰.

Sobre as roupas dos escravos há poucos indícios. No engenho Piauhy, os escravos trabalhavam seminus, vestidos apenas da cintura para baixo¹³¹. Não acredito que todos os escravos viviam com tão poucas roupas, mas as mesmas refletiam o fato deles estarem numa *Vila Sertaneja*, cujos moradores possuíam poucos recursos. Em 1875 foram comprados para Francisco, escravo, com o intuito de fazer vestes, cinco metros e meio de algodãozinho e dois metros e 1/4 de brim; o responsável pelo escravo apresentou as notas da compra¹³². A quantidade e os tipos de tecido indicam que eram para fazer calças e camisas. Bittencourt mencionou numa poesia que os escravos tinham camisas rotas¹³³, indicando que eles usavam

¹²⁷ SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, 1994, p.42 Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal da Bahia.

¹²⁸ Lei n.º 1198 de 12 de maio de 1881. In: LIMA, Wandercléia Santos. *Os escravos na legislação Provincial de Sergipe*. São Cristóvão, 2002, p.129. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. DHI, UFS, 2002. A mencionada monografia consiste principalmente num catálogo com a legislação que faz menção aos escravos na Província de Sergipe Del Rey.

¹²⁹ CARDOSO, Severiano. “Lagarto – Sergipe: História e costumes”. *Almanaque Sergipano*, Aracaju, 1899, pp.242-256. Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8.

¹³⁰ Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8.

¹³¹ CAMPOS, Ediberto. *Crônicas da passagem do século por E. C.* 1965. pp.184-185

¹³² AGJSE: Francisco Cabra, réu, autos de depósito, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, diversos cível, 1875.

¹³³ Francisco Leite Bittencourt Sampaio foi um poeta sergipano nascido em 1834, em Laranjeiras. Bacharelou-se em direito. A mencionada poesia que se refere ao norte, foi publicada em 1860, no livro Flores Silvestres. Ver: GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925, pp.99-100. SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt. No álbum de um poeta (fragmento). In: LIMA,

camisas, ainda que velhas. Em 1854, Marcos fugiu levando consigo “uma camisa, ciroula d’algodão da terra e um surrão”¹³⁴. A expressão “algodão da terra” faz referência ao algodão produzido na própria Vila, esse deveria ter um acabamento menos refinado, pois diferentemente das vestes de algumas escravas da Corte e de Salvador, as vestimentas dos escravos e das escravas da Vila Sertaneja eram simples¹³⁵, o tecido utilizado para a sua confecção, conforme já foi mencionado, era o algodãozinho ou ainda o brim branco.

Um complemento importante no vestuário dos escravos eram os chapéus. Independente da função que eles exerciam os chapéus poderiam ser adornos, que imitavam os dos senhores como também um símbolo da herança africana¹³⁶. Em Lagarto os escravos lavradores possivelmente utilizavam o chapéu pelos motivos já citados e também como uma forma de proteção dos raios solares. Francisco, escravo de Ildefonso, tinha dois chapéus: um de baetinha e o outro de couro, que talvez também fossem utilizados em ocasiões especiais, como as procissões¹³⁷.

Na procissão de São Benedito os escravos que participavam do cortejo se vestiam com roupas diferenciadas das do dia-a-dia, alinhadas e por vezes mais sofisticadas. As mulatas que compunham as taieiras, fossem escravas ou libertas, vestiam saias brancas intercaladas com seda, blusas caras e transparentes, por isso parte dos seios ficava à mostra. As rainhas negras se trajavam com compridos mantos e os congos se vestiam de branco e com grandes barretinas de linho, entremeadas com fitas e miçangas¹³⁸. As taieiras e os congos faziam parte da corte festiva dos reis. As roupas utilizadas nas “cortes” eram elementos

Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p.95.

¹³⁴ Correio Sergipense, São Cristóvão, n.22, 22 de março de 1854, p.04 In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão, 2003. Monografia. (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. Essa monografia consiste num catálogo de anúncios de jornais.

¹³⁵ As roupas dos escravos na Corte também serviam para ostentar riqueza e status, por isso as famílias abastadas traziam-nos vestidos com muito luxo. Para mulheres negras a utilização de adornos tinha motivos profanos, mas também ritualísticos. Nos Oitocentos, no Rio de Janeiro, algumas escravas assim como as senhoras usavam roupas à moda francesa. As africanas misturavam seus vestidos com penteados ou turbantes africanos. Ver: KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp.301-306.

¹³⁶ Os escravos africanos no Rio de Janeiro usavam o chapéu, dentre vários motivos, para distinguir a filiação religiosa, mas também como um símbolo de soberania. Vide: KARASH, op.cit, pp.301-303.

¹³⁷ AGJSE, Francisco Cabra réu, autos de depósito, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, diversos cível, 1875.

¹³⁸ MORAES FILHO, Melo. *Festas e Tradições populares do Brasil*. Prefácio de Sílvio Romero. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, pp. 69-75. (Revisão e notas de Luís da Câmara Cascudo).

atribuidores de poder e luxo, normalmente fruto dos esforços das próprias pessoas que as vestiam¹³⁹.

Outra função desempenhada por escravas era cozinhar e esta deveria ser uma das mais valorizadas dentre as ocupações domésticas. Poucos senhores em Lagarto tiveram o privilégio de possuir uma escrava cuja função exclusiva fosse cozinhar, como foi o caso de André Ramos Romero, possuidor da escrava Tereza que se ocupava em fazer-lhe os quitutes¹⁴⁰. As cozinheiras deveriam saber preparar várias carnes, dentre elas as de boi, carneiro e bode, animais comuns nos currais da região. Preparavam as refeições de seus parceiros de trabalho¹⁴¹, agregados e dos senhores; no caso dos primeiros, principalmente o almoço, constituído de carne seca acrescido de uma xícara de farinha de mandioca, provavelmente para fazer os pirões¹⁴². A farinha de mandioca era um elemento importante na refeição dos escravos e também das pessoas livres e pobres, principalmente por se tratar de um item de fácil acesso. Todavia, além da farinha a mandioca fornecia outros itens que serviam de alimento para os escravos: os beijus e sarôlhos, ambos confeccionados nas casas de farinhas estavam entre estes. Mesmo em suas casas os escravos comiam a jabá com farinha e a mandioca¹⁴³.

As atividades exclusivamente masculinas eram as de carreiro, pedreiro, carpina, sapateiro, padeiro e mestre de açúcar. Ênfase que, assim como as mulheres os homens também realizavam múltiplas tarefas: levavam encomendas e recados, compravam e pagavam produtos dentre outros afazeres. Em 1861, por exemplo, Francisco, escravo de João de Aguiar

¹³⁹ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, pp.216-217.

¹⁴⁰ ROMERO, Abelardo. *Silvio Romero em Família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p.16.

¹⁴¹ Segundo Mattos, a denominação parceiros foi utilizada pelos escravos, em algumas ocasiões. no sentido de que eram escravos do mesmo senhor, as exceções eram os amásias(os) ou cônjuges, irmãos, pais/mães e comadres/comadres; em outros momentos a idéia implícita é a de companheiro de sofrimento ou de jornada. Em Lagarto, foi possível perceber as duas utilizações do termo, escravos depoentes chamaram de parceiros, escravos que os acompanhavam no eito ou escravos do mesmo senhor e companheiros de sofrimento. Vide: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.130-131

¹⁴² AGJSE, Vítima, Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p.

¹⁴³ Nicolau, por exemplo, foi até o armazém, em 1868, comprar jabá e depois foi para a casa da sua amásia. Vide: Réu: Nicolau; Vítima: Faustina Maria. Sumário de Culpa, Cartório do segundo Ofício de Lagarto, caixa.4, 12/12/1868, 230p. ALVES, Francisco José Alves. A escravidão no Brasil e os Partidos Militantes Constituídos. In: *Os Palmares Zumbi & Outros textos sobre a escravidão*. LIMA, Jackson da Silva (Org.). Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p.171. O presente texto foi publicado no jornal o Descrito, em 1882. Seu autor é um conhecido abolicionista sergipano, criador de uma instituição abolicionista chamada Cabana do Pai Tomás. Também foi responsável por dois jornais abolicionistas. Ver: SANTOS, Maria Nelly. *A sociedade Libertadora "Cabana do Pai Thomaz"*, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997, pp.19-65.

Telles, estava fazendo tarefas para seu senhor no momento em que se envolveu num conflito¹⁴⁴.

Algumas funções eram desempenhadas, de forma majoritária, por homens livres e/ou pobres, como as de mestre de açúcar, carpina e pedreiro. João Gomes, por exemplo, era um homem livre ou forro que ocupava a função de oficial de carpina do Engenho Piauhy¹⁴⁵. As três funções exigiam especialização, mas acredito que a razão do número reduzido de escravos ocupando-as foi devido ao tamanho das posses. Como os senhores possuíam poucos escravos, para eles seria mais vantajoso alugar a jornada de um trabalhador livre para desempenhar esses afazeres nos momentos que necessitasse e deixar os escravos labutando nas roças e plantações de cana. Detectei três escravos que executavam essas funções: Paulo, João e Pedro. Os dois primeiros eram, respectivamente, mestre de açúcar e carpina e pertenciam a Venâncio da Fonseca Dórea; o último era pedreiro e pertencia a Antônio Manoel da Fraga. Os dois senhores possuíam mais de 20 escravos, e certamente podiam retirar um escravo da lavoura para treiná-lo num ofício mais especializado¹⁴⁶.

A atividade de carrear, outra das funções que exigia especialização, consistia em guiar carros-de-boi, as “cantadeiras”, principal meio de transporte. Em algumas situações havia mais de um homem guiando o carro. Nesses transportava-se sacas de açúcar, mandioca, lenha para as fornalhas, a cana para ser moída nos engenhos e outros produtos a serem comercializados. Ainda cabia aos carreiros conduzir a família do senhor à missa aos domingos e quando um membro da família senhorial falecia, cabia-lhe transportar o cadáver e providenciar para que o carro não fizesse ruído, para isso o eixo era lubrificado com sebo¹⁴⁷.

O ato de carrear além de exigir força física também demandava resistência, porque os produtos seriam levados para outras praças onde seriam vendidos e muitas vezes os trajetos eram longos¹⁴⁸. Por isso o carreamento era uma atividade masculina e para homens

¹⁴⁴ O conflito será abordado mais adiante no texto. AGJSE: Francisco, réu. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 14/15/1861, 18p.

¹⁴⁵ AGJSE. Vítima: Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 1, 14/05/1857, 119p.

¹⁴⁶ Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/ª Doc. 08. Jornal do Aracaju. Aracaju, nº. 277, 29 de maio de 1872, p.04. In: CISNEIROS, op. Cit, p.279.

¹⁴⁷ DÉDA, José Carvalho (1898-1968). *Brefáias e burundangas do folclore sergipano*. Maceió: Edições Catavento, 2001. 2ed., pp. 60 e 61. Segundo Déda, uma adivinhação sergipana muito conhecida nos Oitocentos era: “o que é o que é: um cá... sê bô...dô nê? ...um carro, seis bois e dois negros” p. 60. Essa adivinhação indica o quanto era comum a função de carreiro exercida por possíveis escravos.

¹⁴⁸ As principais praças eram as de Estância e Laranjeiras; ambas possuíam portos por onde escoavam a produção. Atualmente as distâncias de Lagarto para Estância e Laranjeiras são respectivamente, 55 km e 80 km.

que estivessem no auge da força física, motivo pelo qual todos os carreiros escravos tinham entre 18 e 38 anos¹⁴⁹. O cativo antes de se tornar um carreiro era um tangedor de burros ou chamador-de-bois ainda menino, somente depois de adulto era promovido ao posto de carreiro, função que exigia muitas habilidades além das já mencionadas: tinha que conhecer os caminhos e domesticar os animais¹⁵⁰. Os escravos que desempenhavam essa função desfrutavam da confiança dos seus senhores, pois ao carrear mercadorias não estavam sendo “feitorizados”, podiam evadir levando ou não a carga ou até mesmo vender parte dos produtos que transportavam. Ênfase que esta ocupação também era desenvolvida por homens livres pobres e/ou forros, e esse era o caso de Manoel Caboclo, carreiro do Engenho Piauhy¹⁵¹.

Os sapateiros deveriam se encarregar de fazer e consertar os calçados da população de Lagarto. André Ramos Romero foi um dos poucos proprietários que possuíam um escravo cujo ofício era sapateiro, Vicente com 36 anos. Talvez, além de roupas, o mencionado proprietário comercializava sapatos em sua loja¹⁵².

Existiam alguns ofícios bastante raros entre os escravos, dentre eles o de cozinheiro e o de padeiro. Francisco, com 32 anos, possuía boa aptidão para o trabalho e era cozinheiro, pertencia a Felisbello Freire, um pequeno proprietário¹⁵³. No entanto, Felisbello era médico e ocupava um cargo na Coletoria de Lagarto, provavelmente tinha capital suficiente para comprar um escravo cozinheiro e mantê-lo¹⁵⁴. Por fim, os Romeros, além de

Sabemos que os escravos podiam fazer outros trajetos que não correspondem aos atuais, todavia as distâncias mencionadas servem como referências dos trajetos que eles percorriam. Disponível em: www.aondefica.com. Olhar o mapa 3.

¹⁴⁹ Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/^a Doc. 08.

¹⁵⁰ DÉDA, op. cit, pp.60-61.

¹⁵¹ AGJSE. Vítima: Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p.

¹⁵² Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/^a Doc. 08.

¹⁵³ Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/^a Doc. 08.

¹⁵⁴ Felisbello Firmo de Oliveira Freire nasceu em 1858 em Itaporanga, Província de Sergipe, bacharelou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1882. Ocupou o cargo de deputado federal diversas vezes e foi o primeiro governador do Estado. Além de político, o médico foi um dos intelectuais sergipanos que mais produziu no final do Império e início da República, fundou jornais em Laranjeiras, dentre eles o Horizonte e o Laranjeirense, e, na sua obra há livros, conferências, discursos e artigos. Dentre os livros estão: História de Sergipe (1891), História Territorial do Brasil (1906), Os Portugueses no Brasil (1907). História de Sergipe é a primeira obra de História sobre a Província. Vide: GUARANA, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. pp.83-86 e ALVES, Francisco. “*A marcha da civilização*”: uma leitura historiográfica de Felisbello Freire. Rio de Janeiro: UFRJ/PPHIS, 1998. (tese de doutorado). A última referência consiste numa Tese de Doutorado que analisa obra de Freire, os autores que o influenciaram.

possuir uma cozinheira, a escrava Tereza, possuíam também um escravo padeiro, o Cláudio¹⁵⁵.

Na divisão de tarefas entre os escravos a idade teve grande importância. As cozinheiras, por exemplo, eram adultas e maiores de 22 anos, todas eram mães e algumas casadas¹⁵⁶. Essa função denotava confiança por parte dos senhores, pois sempre existia o risco de envenenamento ou outras pequenas sabotagens. O fato de serem mulheres e mães indicava que já tinham certa vivência com os seus senhores e relações para zelar, por isso relutariam em cometer atos ilícitos.

Nas grandes propriedades os feitores deviam ser responsáveis por apontar quem executaria as atividades e quais funções as crianças escravas aprenderiam. Nas pequenas e médias propriedades o senhor ou algum parente desenvolvia essa função.

A grande maioria dos escravos encontrados neste estudo, aos nove anos já tinha uma ocupação. Nas grandes posses, em algumas situações as mães, as madrinhas e até mesmo os pais faziam parte da comunidade escrava e se encarregavam de ensinar uma ocupação às crianças. Já nas pequenas e médias a tarefa ficava a cargo do senhor (a) ou de algum parente dele. Nas médias posses, as escravinhas aprendiam a tecer ou exercer outras atividades domésticas com as suas senhoras; os escravinhos e outras escravinhas acompanhavam seu Ioiô e/ou filhos até a roça e aprendiam a labutar a terra.

Apenas dois escravos tinham profissões com idade inferior ou igual a nove anos. Feliciano, foi uma delas, tinha seis anos e trabalhava nos serviços domésticos com muita aptidão. Era a única escrava de Ana das Mercês Hora, o que indica que o ofício foi ensinado por sua sua sinhá¹⁵⁷.

Conforme anteriormente mencionado, a cor era um elemento importante para obter funções mais qualificadas. As mulheres cozinheiras, costureiras, amas de leite e dos serviços domésticos eram, em sua maioria, pardas, mulatas e cabras. Segundo Soares, os senhores, e principalmente, as senhoras, preferiam as escravas de melhor aparência: moças

¹⁵⁵ ROMERO, Abelardo. *Silvio Romero em Família*. Rio de Janeiro: Editora Saga. 1960.p.16

¹⁵⁶ Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/ª Doc. 08.

¹⁵⁷ Fonte: APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/ª Doc. 08.

bonitas, como diziam, para ficarem circulando no seio da família senhorial¹⁵⁸. Em Lagarto constatei que também havia a preferência por escravos com tais características, no entanto não encontrei referências se era uma exigência das senhoras ou dos senhores. Dentre os homens escravos, os que possuíam os ofícios mais especializados, tais como: carpina, mestre de açúcar, pedreiro e sapateiro também eram mestiços. Os feitores e/ou senhores no momento de iniciar o escravo em algum ofício escolhiam entre os mestiços para ocupar as funções que ficariam mais próximas à sua família.

A maioria dos escravos, mulheres ou homens, trabalhava nos serviços da lavoura incluindo aí as atividades com o gado. Um dia de trabalho no eito começava cedo, ainda pela madrugada por volta das cinco horas da manhã, como era o caso dos escravos que labutavam no Engenho Campestre. Essa rotina ocorria inclusive no período entre safras, nos momentos de sementeira e plantio da cana-de-açúcar e deveria ser rigorosamente cumprida.

Bernardino e João chegaram às plantações por volta das nove horas, o feitor os repreendeu pelo horário e por conta disso ocorreu um conflito entre eles¹⁵⁹. No engenho Piauí o escravo Manoel também chegou atrasado aos seus afazeres¹⁶⁰. Os dois casos, além da questão do horário, mostram que os escravos iam para o eito sem a vigilância do feitor e só o encontravam nas plantações. Provavelmente, para alguns escravos um dia de trabalho terminava ao pôr do sol¹⁶¹, para outros a jornada era mais longa, estendia-se até às dez horas da noite¹⁶². Em alguns casos como nas farinhadas, por exemplo, a jornada se estendia até a madrugada, o mesmo se dava nos engenhos no momento de colheita. A interrupção que existia no dia de trabalho, ou na tarefa, era na hora do almoço. No Piauí os escravos lavradores e o feitor almoçavam juntos.

Em 1868, Nicolau, cabra, 28 anos, escravo de Carolino Martins Fontes, estava numa farinhada até mais de meia noite no dia em que sua amásia, Faustina Maria¹⁶³, fora

¹⁵⁸ SOARES, Cecília, op.cit.

¹⁵⁹ AGJSE. Vítima: Ângelo José d'Oliveira; réus: Bernardino e João Grande. Petição, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 1, 1874, 14p. Esse conflito será analisado no quarto capítulo.

¹⁶⁰ AGJSE. Vítima: Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p.

¹⁶¹ SAMPAIO, Bittencourt (1834-1895). O lenhador. In: *Os Palmares Zumbi & Outros textos sobre a escravidão*. LIMA, Jackson da Silva (Org.). Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p.98.

¹⁶² A escrava Feliciano menciona que fazia seus bordados após das dez horas, Feliciano, autora, capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos, réu, petição, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877. Segundo Kátia Mattoso, a jornada de trabalho variava de acordo com a época do ano, no verão nordestino entre 12 e 14 horas, no inverno aproximadamente 12 horas. Vide: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 2001, p.134.

¹⁶³ Este assassinato será analisado no terceiro capítulo.

assassinada. Utilizou o fato como álibi e, segundo o mesmo, só soube do assassinato no dia seguinte quando estava limpando a mandioca nas roças do seu senhor¹⁶⁴. Ninguém colocou em dúvida as informações sobre a farinha, pois estas poderiam durar noite inteira ou mais que um dia, podendo se prolongar por até uma semana¹⁶⁵.

As “farinhadas ou desmanchas”, ato de fazer farinha de mandioca, era uma atividade realizada no campo; geralmente coletiva, que envolvia mulheres e homens. Os homens se encarregavam de arrancar a mandioca e transportá-la até a casa de farinha; preparar o rodete (peça responsável em ralar as raízes), a prensa e o forno¹⁶⁶. Havia um revezamento entre os homens que ficavam no rodete e no forno. As mulheres cuidavam de descascar e limpar a mandioca, colocar as raízes no rodete e preparar os mais diversos beijus: tapioca, sarôlho, coco, misturado, massa pura e malcasado. As farinhadas, assim como as debulhas de milho, marcavam o calendário local¹⁶⁷.

Segundo a descrição de Déda, as mulheres eram majoritárias no feitiço da farinha e os homens ficavam com as funções que exigiam maior vigor físico. Observando a figura 2, uma gravura de Rugendas, percebe-se que no contexto que ele observou as mulheres também eram maioria no fabrico da farinha de mandioca; eram seis mulheres escravas e quatro homens trabalhando sob os olhos atentos de um possível feitor. No entanto, a gravura aponta uma mulher como responsável pelo forno e homens limpando a mandioca; atividades que segundo Déda, na região de Lagarto, seriam dos homens.

¹⁶⁴ Réu: Nicolau; Vítima: Faustina Maria. Sumário de Culpa, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa .4, 12/12/1868, 230p.

¹⁶⁵ DÉDA, Carvalho, op.cit.

¹⁶⁶ Desmancha porque a mandioca é desmanchada. Vide: DÉDA, José Carvalho (1898-1968). *Brefâias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed., Maceió: Catavento, 2001, p.123.

¹⁶⁷ Idem.



Figura 2: Gravura de Rugendas
 Fonte: www.fiemg.com.br/.../painel-2a.htm

Outro trabalho comunitário eram as “fiadas” que consistia na reunião de várias mulheres para fazer fios, redes e outras coisas do gênero. As “fiadas” eram realizadas tanto no eito como no meio urbano e também poderiam durar longas horas.

Alguns desses trabalhos comunitários se tornavam momentos de sociabilidade dos escravos, libertos e pessoas livres. Por serem grandes acontecimentos, envolviam muitas pessoas e por isso, as casas de farinha também se tornavam ambientes de sociabilidade. Algumas práticas culturais mais ligadas ao lazer ocorriam concomitantes ao trabalho, como por exemplo, as conversas sobre pessoas alheias. Em algumas dessas atividades havia a presença de escravos de outras posses, o que servia para travar novos conhecimentos ou rever antigos conhecidos. Assim, em 1868 os escravos Luiza, Francisco e Joaquim, apesar de não pertencerem à proprietária do Engenho Piauhys, tinham informações sobre o assassinato do seu feitor: quem o tinha assassinado e os motivos do crime. Outro exemplo foram as escravas, parceiras de cativeiro de Nicolau que estavam numa fiada quando viram uma escolta policial

à procura deste; elas começaram a chorar e narraram para a proprietária da casa o motivo do choro¹⁶⁸.

Os escravos também cantavam ao desempenhar atividades coletivas. Segundo Sílvio Romero, os trabalhadores “arraçoavam” durante a labuta na lavoura¹⁶⁹. Os homens cantavam ao construir casas em mutirões e as mulheres na fiagem do algodão. Ele menciona, inclusive, uma cantiga utilizada especificamente para tanger os bois no período de moagem da cana¹⁷⁰. Um dos poucos versinhos registrados foi: “Pomba voou, meu camarada, avoou, que hei de fazer? Quem de noite leva à boca, de dia que há de comer?”¹⁷¹. Essa música possivelmente foi cantada por escravos que desempenharam essa tarefa. Carvalho Déda menciona que as farinhadas também eram acompanhadas por músicas regionais ao som do rodete¹⁷². O canto também estava presente nos momentos religiosos e era um dos elementos mais importantes do dia-a-dia dos escravos.

Sílvio Romero coligiu músicas que eram cantadas nos momentos de trabalho e de festas. As cantadas no trabalho continham informações sobre os seus afazeres e mencionavam alguns atos cotidianos de resistência à escravidão. A música a seguir é um exemplo:

A moqueca pra ser boa
há de ser de câmara;
Os temperos que ela leva
São pimenta com limão
A moqueca pra ser boa
Há de levar dendê;
Nos beicinhos de Iaiá
Há de queimar e doe¹⁷³.

O canto aponta para um dos pratos que preparado na Lagarto Oitocentista, a moqueca. Mas, a mesma música também aponta para um ato de resistência do cotidiano praticado por cozinheiras que ao preparar comidas para as suas senhoras, excediam-se nas quantidades de alguns temperos como a pimenta e o limão, com o intuito que a refeição se transformasse num momento de dor.

¹⁶⁸ AGJSE. Vítima: Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p. Réu: Nicolau; Vítima: Faustina Maria. Sumário de Culpa, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 4, 12/12/1868, 230p.

¹⁶⁹ Arrazoar era cantar versos de improviso. ROMERO, Sílvio. *Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985, p.43.

¹⁷⁰ ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1910.

¹⁷¹ ROMERO, Sílvio op cit.p.19

¹⁷² DÉDA, op.cit.

¹⁷³ ROMERO, Sílvio. *Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954, p.455.

Além de locais de trabalho havia outros lugares que também se torvavam espaços de convivência, a exemplo das feiras e sangradouros. Em 1858 Joaquim, por exemplo, escravo do Tenente Gaspar José de Carvalho, foi visto com frequência nas feiras dos povoados Tanque e Angola Cachorro pelos moradores dessas localidades e proseou com alguns deles narrando as últimas notícias, incluindo a surra que tinha levado de Vicente Lopes de Almeida e seus parceiros. Outro caso foi o de Joana Gorda, madrinha do escravo Francisco, também em 1858. Essa se encontrou com Maria Mulata no sangradouro de Simão Dias, cidade vizinha de Lagarto, e nesse local conversaram sobre os últimos acontecimentos, dentre eles, o destino dos escravos do falecido Manoel, incluindo o de Francisco¹⁷⁴.

Executando trabalhos coletivos ou no dia-a-dia, os escravos se relacionavam também com trabalhadores livres pobres ou libertos; em alguns momentos houve conflitos nessas relações¹⁷⁵. Alguns homens livres e casados agrediram os escravos ou se queixaram na polícia por conta de palavras insultantes ditas a eles e/ou às suas esposas. Joaquim, escravo de D. Josefa, levou umas chicotadas de Vicente da Costa Silva e seus companheiros por ter dito algumas liberdades à esposa do último¹⁷⁶. Já Luís, escravo de D. Josefa Maria do Nascimento Monteiro, estava derrubando madeiras nas terras pertencentes a Gualter Martins, por conta disso houve uma discussão entre ambos; após a discussão Luís se dirigiu até a casa de Gualter e disse uma série de desaforos ao casal¹⁷⁷. Os conflitos e os insultos mencionados ocorreram nas casas e/ou sítios dos insultados.

Karash afirma que essa prática de falar palavrões era uma forma não violenta de resistência à escravidão¹⁷⁸. Chalhoub pontua algumas características das classes subalternas

¹⁷⁴ AGJSE: Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p. Réus: Vicente Lopes de Almeida, Manoel da Costa Silva, Antônio Suares da Costa, sumário de culpa, 30/01/1858, caixa 3, 59p;

¹⁷⁵ Dois crimes foram cometidos pelos escravos contra suas amásias, mulheres livres; apenas um contra outro escravo, que teve como motivo o não cumprimento de uma dívida. Em Salvador e na Zona da Mata, em Sergipe, uma das motivações para os conflitos entre escravos eram as dívidas. Na mencionada região da Província de Sergipe houve 04 conflitos que envolveram escravos. Talvez o fato das posses serem maiores que em Lagarto fez com que houvesse muitas hierarquizações e diferenciações entre os escravos, e essas foram as suas causas. Noutros três crimes praticados por escravos, estes acompanhavam seus senhores. Vide SANTOS, Lourival Santana. Negros e brancos: uma pedagogia da violência (estudo sobre a resistência em Sergipe no século XIX) São Cristóvão, UFS, 1991. Monografia (Especialização em Ciências Sociais), Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais. SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, 1994. Dissertação (Mestrado, Departamento de História).

¹⁷⁶ AGJSE: Réus: Vicente Lopes de Almeida, Manoel da Costa Silva, Antônio Suares da Costa, sumário de culpa, 30/01/1858, cx.3, 59p.

¹⁷⁷ AGJSE: Queixoso, Gualter Martins, réu, Luís escravo, sumário de Culpa, Cartório do Segundo ofício de Lagarto, caixa 6, 1875, 6p.

¹⁷⁸ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos: no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.436.

como o humor, mas que tinham sentidos próprios e objetivos dúbios¹⁷⁹. Talvez falar palavras insultantes possa estar inserido nesse grupo de ações das classes dominadas e fazer parte da cultura das mesmas.

Em alguns engenhos e, possivelmente, nas fazendas e roças, os escravos cumpriam as suas funções através de tarefas. Eram designados alguns afazeres e em seguida o feitor fiscalizaria se os mesmos foram cumpridos, após o cumprimento dos afazeres os escravos podiam desempenhar as suas atividades autônomas. Como foi o caso de Manoel Boca que acabou com as obrigações do dia e foi colher cipó para construir sua casa¹⁸⁰.

Em suma, os trabalhos eram divididos de acordo com o gênero, a idade e a cor. O labor e os momentos de diversão serviam para criar redes de solidariedade e consolidavam laços na comunidade escrava. Mesmo os que viviam nas pequenas posses podiam usufruir de relações comunitárias, pois realizavam alguns trabalhos em conjunto com cativos de outras posses além de desempenhar atividades em locais públicos como nas feiras, fontes e sangradouros. Nas horas vagas dedicavam-se a inúmeras atividades autônomas, de cunho sócio-cultural, fosse ele religioso ou econômico.

2.2 ROÇA E FIADAS: ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS ESCRAVOS

Alguns trabalhos sobre escravidão discutiram a idéia de certa autonomia escrava e revelaram, por exemplo, a existência de atividades econômicas independentes realizadas pelos cativos à margem das produções mercantis. Dentre estas estão as roças e a sua vinculação ao pequeno comércio, mas também atividades artesanais, prestação de serviços e pesca, dentre outras. As mulheres e homens escravos lutavam para ter dias e horários de folga e assim poder trabalhar de forma autônoma e comercializar seus produtos. Tais atividades contribuíam para a sustentação das suas famílias e permitiam o acúmulo de pequenos pecúlios. Enfim, segundo Machado, os escravos buscavam autonomia cultural, social e econômica¹⁸¹.

¹⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122.

¹⁸⁰ AGJSE: Vítima, José Telles de Menezes; réus, Manoel Boca, Venceslão e Faustino. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto. Caixa 2, 1860. 80p.

¹⁸¹ MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da Autonomia Escrava”: uma nova direção para a História Social da Escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.8, n ° 16, mar.88/ago.88; SCHWARTZ, Stuart.

Uma amostra dessa autonomia pode ser observada nos escravos Felix, Eufemia, Carlota, Claudianna, Felismina e Armadora todos trabalhadores do Engenho Poção. Eles foram ao armazém do alferes Francisco da Rocha Lima comprar gêneros para seu próprio consumo. Além deles, o comerciante tinha mais vinte e cinco escravos, homens e mulheres, arrolados na sua lista de devedores. O fato de os escravos contraírem dívidas indica que o comerciante via neles pessoas capazes de saná-las.

Dentre os escravos que figuravam no caderninho de devedores do Sr. Francisco da Rocha Lima, quinze viviam no eito e dezesseis eram urbanos. O nome do senhor figurava constantemente ao lado do nome do escravo no caderninho, o que para o comerciante servia como uma espécie de garantia, pois o senhor era responsável pelos seus escravos e também era uma forma de identificar, com mais precisão, os devedores. As quantias devidas oscilavam entre \$500 e 21\$660 réis¹⁸².

No campo a principal atividade econômica autônoma dos escravos eram as roças. Em Lagarto, uma parcela significativa dos escravos do eito teve acesso a um pedaço de terra para cultivar os seus produtos, dedicando-se às suas roças após cumprirem seus deveres. Além das horas vagas, os sábados, domingos e dias santos também serviam para os escravos se dedicarem às atividades autônomas. Muniz de Souza explicitou que a prática de ceder terrenos para os escravos cultivarem produtos remete ao final dos Setecentos. Ainda segundo o viajante, Anastácio, escravo de seu pai tinha uma roça e comercializou os produtos lá produzidos, acumulou pecúlio suficiente para comprar sua alforria, a da sua mãe e a da sua esposa, antes que o mesmo completasse quarenta anos¹⁸³.

Segundo Schwartz, as roças dos escravos eram a garantia para o senhor de que aqueles cumpriram as suas obrigações rapidamente e de forma satisfatória; além disso, prendia-os à terra e dificultava a fuga, uma vez que esta significaria a perda de dias de trabalho e dinheiro, pois os produtos de sua roça também seriam comercializados¹⁸⁴. Uma amostra disso é a história de Pedro. Em 1861 Pedro, escravo de José Narcizo, possuía uma roça onde plantava mandioca e outros produtos. Além de consumir os produtos com sua mãe

Vida nos engenhos e vida dos escravos. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

¹⁸² Alferes Francisco da Rocha Lima, Inventariado, Dionísio Francisco Nunes, Inventariante, inventário *post-mortem*, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa, 33, documento n° 20, 1873.

¹⁸³ SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. 3. ed., Salvador: IGHB, 2000, pp. 172-173 (Org. ARAÚJO, Ubiratan Castro de.).

¹⁸⁴ SCHWARTZ, Stuart. Trabalho e Cultura: Vida nos engenhos e vida dos escravos. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.p.94.

e sua amásia, ele comercializava o excesso para seus parceiros de cativo, prova disso é que Vicente, outro escravo do mesmo senhor, comprou algumas raízes a Pedro¹⁸⁵. Além de cultivar alimentos, alguns escravos também criavam animais. Antônia, cativa de Vitório da Silva Vieira, foi um exemplo. Em 1886, ela plantava na sua roça e criava um porco no seu terreno¹⁸⁶. Para os escravos, as roças seriam a brecha que lhes permitia uma alimentação mais variada e um acúmulo de dinheiro,¹⁸⁷ inclusive para pleitear a alforria.

Outro exemplo da prática de trabalhos autônomos foi o de Feliciano, uma escrava que acionou a justiça para indenizar seu senhor e obter a sua alforria. Em seu relato em juízo mencionou que fazia redes a mais para vender e gomava; trabalhava das dez da noite às três horas da madrugada, foi assim que conseguiu o dinheiro¹⁸⁸. Sobre essa mesma escrava pairava a suspeita que ela teria conseguido o dinheiro através de um amante, e que este era um homem casado. Nas Minas Gerais, no período colonial, algumas escravas usaram desse artifício para conseguir dinheiro para as suas necessidades; algumas conseguiram até mesmo a alforria com o dinheiro acumulado¹⁸⁹.

Não descarto que em Lagarto, nos Oitocentos, as escravas também tenham utilizado desse expediente. O certo é que um relato, feito logo após a abolição, por Severiano Cardoso, menciona que em Lagarto várias mulheres comercializavam redes e outros produtos nas ruas¹⁹⁰.

Maria Mercês foi outra escrava que acionou a Justiça para conseguir a alforria. Ela exercia várias ocupações que foram de grande importância para conseguir acumular um pecúlio tão significativo; possivelmente deveria bordar, costurar nos feriados, dias e horas vagos e comercializar os produtos. Sua ocupação oficial era a de costureira, mas também exercia outras funções para seus senhores e algumas que exigiam bastante confiança, tais

¹⁸⁵ Vicente réu, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, caixa 3, 56p

¹⁸⁶ Réu, José Cassiano da Costa, vítima, Antônia, Sumário de Crime, cartório do segundo ofício de Lagarto, 17/04/1886, caixa 10, 44p. Uma litografia de Deroi inspirada num desenho de Rugendas também mostra pequenos animais na proximidade das casas dos escravos Vide: SLENES, Robert. op.cit. p.161

¹⁸⁷ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SCHWARTZ, op.cit.

¹⁸⁸ Feliciano, autora, capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos, réu, petição, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877.

¹⁸⁹ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympo; Brasília: EDUNB, 1993.

¹⁹⁰ CARDOSO, Severiano. "Lagarto – Sergipe: História e costumes". *Almanaque Sergipano*, Aracaju, pp.242-256, 1899; Feliciano, autora, capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos, réu, petição, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, cx.02, 1877.

como a de confidente, ama de leite e criada de quarto¹⁹¹.

Muitas vezes os bordados e as redes também eram feitos coletivamente. As escravas participavam das fiadas lideradas por mulheres livres que não possuíam cativos, ou ainda em outras organizadas por proprietárias de escravos e neste caso escravas de outros senhores poderiam trabalhar¹⁹² e ganhar uma participação pela venda das redes e demais artefatos produzidos, o que lhes possibilitava juntar um pecúlio. Assim em 1868, esposa e a filha do senhor José Felipe de Menezes, lavrador, 65 anos, organizaram uma fiada e tiveram como assistentes duas “pretas”, escravas de Carolino Martins Fontes¹⁹³.

Além de bordados e redes, homens e mulheres escravos elaboravam outras atividades artesanais que também eram comercializadas. Tecer cestas era uma desses afazeres de cunho econômico e alternativo dos escravos. Um conto narrado em Sergipe pelos negros, menciona um preto velho cortando cipós com os dentes e fazendo cestas¹⁹⁴. Abelardo Romero também menciona que a velha Antônia fazia “galos de algodão com crista de baeta vermelha” que eram comercializados para os presépios de Natal¹⁹⁵, trabalho que ela já poderia vir realizando antes da abolição da escravatura.

Além das roças e as outras atividades listadas, os escravos também realizavam atos tidos como ilícitos para conseguirem dinheiro, por exemplo, o roubo. Os motivos eram, principalmente, sobreviver e conseguir dinheiro para acumular o pecúlio. Os produtos dos roubos eram vendidos, provavelmente, a pessoas livres que receptavam os objetos. Em alguns casos, as pessoas livres encomendavam roubos aos escravos. Esse foi o caso de Apolinário

¹⁹¹ Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8, APES; Maria Mercês, autor, réu, coronel Francisco Basílio Santos Hora, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1879.37p.

¹⁹² Réu, Nicolau, Vítima, Faustina Maria, Sumário de Culpa, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, cx.4, 12/12/1868, 230p.

¹⁹³ Réu, Nicolau, Vítima, Faustina Maria, Sumário de Culpa, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa.4, 12/12/1868, 230p.

¹⁹⁴ Provavelmente muitos dos contos reunidos por Sílvia Romero em Sergipe são provenientes de Lagarto. Nas memórias do livro do seu sobrinho, Abelardo Romero, ele menciona que o seu tio gostava de ouvir as histórias de Zefa Nó. Esta era uma mulher livre e moradora de Lagarto. ROMERO, Abelardo. Op.cit, pp.27-28. Um ponto interessante do conto é que o negro é enganado por um macaco que acumulava trapaças para conseguir dinheiro e queria ir para Angola. Uma menção direta a nação de origem de boa parte da dos africanos que viveram em Lagarto. ROMERO, Sílvia. O macaco e o rabo. In: *Folclore Brasileiro 2: Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. pp.389-390. Um aspecto interessante é que nas histórias africanas era comum a existência de animais, estes se relacionavam com pessoas e faziam atitudes humanas. Segundo Gilberto Freyre as mencionadas histórias foram narradas pelas amas de leite para as crianças da casa grande. Vide: FREYRE, Gilberto, op.cit, p.386.

¹⁹⁵ ROMERO, Abelardo, op.cit, p.16.

que roubou um cavalo de Luís Cyrilo Lima, em 1856, sob encomenda de Joaquim José da Piedade e como pagamento receberia 7\$000 mil réis¹⁹⁶.

As câmaras municipais publicaram posturas que dificultassem os atos ilícitos cometidos pelos escravos. A preocupação na região de Lagarto foi, principalmente, com os produtos da grande lavoura, a exemplo da cana-de-açúcar. Em 1872, por exemplo, foi promulgada uma postura pela Câmara de Boquim que proibia a compra de açúcar dos escravos e os que o fizessem pagariam uma multa de 10\$000 réis ou sofreriam oito dias de prisão; posteriormente, essa atitude foi incorporada pela Câmara Municipal de Riachão¹⁹⁷.

2.3 O LAZER DOS ESCRAVOS

Os homens e mulheres escravos também praticavam atividades lúdicas nos seus dias e horários livres.

Em Lagarto o ato de ingerir bebidas alcoólicas era uma prática muito usual dos escravos, sobretudo dos homens. Provavelmente era uma atividade coletiva, pois as referências que encontrei não reportavam ao hábito beber em casa. Em 1874, por exemplo, Bernardino e João beberam juntos e chegaram embriagados nas plantações¹⁹⁸. Karash afirma que o consumo de bebidas alcoólicas pelos escravos era usual no Rio de Janeiro Oitocentista. A autora mostra que a bebida ajudava a minimizar os efeitos da servidão e tinha importante papel em alguns ritos religiosos e na vida social dos escravos. Para os senhores, ainda segundo a autora, depois dos furtos e da preguiça, a bebedeira era outro grande defeito dos escravos¹⁹⁹.

Uma prática cultural utilizada pelos escravos na Corte e em outras localidades do Brasil, como por exemplo, Salvador e Belém, era a capoeira²⁰⁰. Segundo Karash, a capoeira

¹⁹⁶ AGJSE, vítima, Luís Cyrillo Lima; réus, Joaquim José da Piedade e Apolinário escravo. Processo Crime. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 17/05/1856, 29p.

¹⁹⁷ Vide: Lei n ° 1065 de 25 de abril de 1877. In: LIMA, Wandercléia Santos. *Os escravos na legislação Provincial de Sergipe*. DHI, UFS, 2002. (monografia de conclusão de curso) pp. 122 e 125.

¹⁹⁸ AGJSE: vítima, Ângelo José d'Oliveira; réus, Bernardino e João Grande. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 1, 1874. 14p.

¹⁹⁹ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos: no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.436-437.

²⁰⁰ A capoeira em Belém no início da República era utilizada como forma de lazer dos trabalhadores e gerou repressão policial. A mesma prática tinha uma relação muito próxima com os folguedos de rua, com destaque

seria uma dança-luta ou um jogo. Sua origem está ligada à região de Angola, local de proveniência da maioria dos africanos encontrados em Lagarto. A capoeira nos Oitocentos era realizada somente por homens²⁰¹. Em Lagarto, em 1861, Francisco, escravo de João de Aguiar Telles, foi resolver negócios do seu senhor quando recebeu “voz de prisão”. Ele resistiu com “cabeçadas e empinões”, tendo sido necessárias quatro pessoas para prendê-lo²⁰²; os golpes por ele utilizados se assemelhavam aos feitos por capoeiristas. No Rio de Janeiro os escravos eram comumente presos por causarem danos físicos ou matarem pessoas dando golpes com a cabeça e com os pés, golpes de capoeira²⁰³.

Soares, ao pesquisar capoeiristas na Corte, encontrou nove sergipanos que também foram presos por executarem essa dança-luta. O autor mostra que a prática era comum entre os homens jovens em Salvador²⁰⁴. Se os cativos baianos aprenderam a prática na sua terra natal, o mesmo pode ter ocorrido com os sergipanos. O fato de em Lagarto existirem escravos angolanos e de alguns crioulos terem nascido na Bahia, faz com que seja possível que a capoeira fosse uma prática realizada por alguns cativos dessa localidade. No entanto, somente futuras pesquisas poderão comprovar a existência dessa prática cultural e a sua incidência no território sergipano.

Outra atividade lúdica dos escravos era tocar instrumentos. Vicente, por exemplo, escravo de José Narcizo, ao ser acusado de haver praticado um crime em 1861, mencionou no seu depoimento que estava tocando pandeiro em sua casa quando ocorreu o delito²⁰⁵. Não descarto a possibilidade dele ter de fato assassinado seu parceiro de trabalho, mas ao mencionar que estava tocando o instrumento, indica que fazia essa prática nos momentos de folga. Mary Karash, utilizando os relatos de viajantes, conseguiu amplas referências de instrumentos que existiam no Rio de Janeiro e que eram fabricados por escravos, especialmente os africanos. Os principais instrumentos produzidos eram os de percussão e de corda²⁰⁶.

para o Boi Bumbá. Vide: LEAL, Luís Augusto P. *“Deixai a política da capoeiragem gritar”* capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). Salvador: UFBA, Programa de Pós graduação em História, 2002 (Dissertação de Mestrado).

²⁰¹ KARASH, op.cit, p.331.

²⁰² AGJSE: Francisco, réu. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 14/15/1861, 18p.

²⁰³ KARASH, Mary, op.cit.p.331.

²⁰⁴ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeiragem baiana na Corte Imperial (1863-1890). In: Revista Afro-Ásia n ° 21-22. Salvador, UFBA, 1988-1999, pp.147-176.

²⁰⁵ Vicente réu, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, caixa 3, 56p

²⁰⁶ Karash, op.cit, pp.315-319.

Os escravos também cantavam nos momentos de folga e nas suas festas. Melo Moraes mencionou que na procissão de São Benedito em Lagarto era cantada a seguinte música pelos Congos:

Meu São Benedito
 É santo de preto;
 Ele bebe garapa,
 Ele ronca no peito!...²⁰⁷

Karash encontrou referências à mesma música cantada no Rio de Janeiro, e acredita que os escravos se identificavam com São Benedito por ele ter uma prática que eles também faziam: beber cachaça²⁰⁸.

2.4 O LÚDICO E O RELIGIOSO

Grande parte das atividades lúdicas que envolviam os homens e mulheres livres, libertos ou escravos estava ligada às atividades religiosas. As novenas eram uma dessas. Encontrei notícias de três novenas que ocorriam em Lagarto: São Sebastião, Santa Ana e Nossa Senhora do Rosário. A primeira ocorreu em 1877, num Engenho e possivelmente havia escravos presentes. As duas últimas no meio urbano: a de Santa Ana (1861), na casa de pessoas devotas e a de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja construída para a sua devoção e que abrigava a irmandade do mesmo orago²⁰⁹.

O culto a Nossa Senhora do Rosário foi difundido pelos padres jesuítas, cujo objetivo era a propagação do Rosário, por ser considerada uma reza eficiente para a cristianização, uma vez que era de fácil assimilação pela população analfabeta. Cultuar Nossa Senhora do Rosário também foi a forma principal de divulgar o culto mariano entre os escravos²¹⁰. Uma amostra do êxito dessa empreitada em Lagarto foi a propagação do nome

²⁰⁷ MORAES FILHO, op.cit, p.70.

²⁰⁸ KARASH, op.cit p.324.

²⁰⁹ Benedicto, autor, José Plácido da Silveira Rocha, réu, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1878.58p; Vicente réu, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 56p.

²¹⁰ PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o Culto aos Santos na Bahia Colonial*. Salvador, 2000, pp.135-142. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal da Bahia.

Maria entre as escravas. Sílvio Romero afirma que Antônia, sua mucama rezava à noite, o Ofício de Nossa Senhora, uma reza dedicada a Maria²¹¹.

Além das novenas, havia outros festejos em comemoração ao dia de Nossa de Senhora do Rosário, realizados no dia seis de outubro, que movimentavam a Irmandade e a Vila. Nessa época ocorria uma semana de missas na Igreja, culminando no dia seis de outubro com missa festiva: foguetório, festa com prendas e música²¹². Os escravos se faziam presentes nos festejos, alguns deles integravam a irmandade, que aglutinava escravos, libertos e pessoas livres; já que não havia restrição de cor nem de condição para ser irmão²¹³. Infelizmente, não foi possível mensurar a intensidade das participações de cada uma dessas categorias, pois o Livro de Registro de Entrada na Irmandade não foi localizado. Além dos escravos irmãos havia outros que não eram da organização, mas que se faziam presentes à Igreja, realizando pequenos reparos²¹⁴. A irmandade reunia as pessoas e a igreja se transformava num espaço de sociabilidade.

As primeiras notícias que se têm da irmandade são de 1856, quando foi aberto um livro de Receitas e Despesas, o que indica que a mesma já possuía uma estrutura organizada, e que o seu surgimento era mais antigo; no entanto seu Termo de Compromisso foi aprovado somente em 1874. A construção da Igreja que abrigava a irmandade também remete ao século XIX²¹⁵. Entre 1873 e 1875 a Igreja sofreu modificações: foi retelhada e o retábulo reformado. Sua construção foi terminada após doações das pessoas mais abastadas residentes no município, que, todavia, não eram irmãos, a exemplo do Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora e Geraldo José da Rocha²¹⁶.

O dinheiro necessário para a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário era obtido através de anuidades, doações, bolsas dos santos e esmolos. Havia na irmandade doze

²¹¹ Arquivo da Secretaria Paroquial: Registro de batismos, livros: 3,4,5,6 e 9. ROMERO, Sílvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*. Rio, 1910.

²¹² AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 1.

²¹³ Livro de Termo de Compromisso. Segundo Alves, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância também abrigava pessoas de condições sociais distintas: escravos, libertos e livres. Após a segunda metade do século XIX os escravos tornaram-se raros, pois a irmandade passou por um processo de elitização e tornou-se um espaço de portugueses que possuíam dinheiro. ALVES, Francisco José. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância*. Notas para sua História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/PDPH, 1888. (Série Pesquisa)

²¹⁴ AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 1.

²¹⁵ Idem e Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. Sergipe/Alagoas. Módulo II, vol. 12.

²¹⁶ AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 1.

mordomos, cuja função era pedir esmolas. O início do mês de outubro era marcado por correrias com o intuito de preparar a festa. Eram pagos os sacristãos para as novenas; o terreno em frente à igreja era limpo; foguetes, velas e incensos eram comprados e as capas eram lavadas²¹⁷. Já a festa de São Benedito, a seis de janeiro, era realizada apenas com o dinheiro das esmolas dos fiéis. Recolher donativos para festa era um costume lusitano, mas também se assemelhava a uma prática da África Ocidental, onde as aldeias enviavam tributos aos reis e chefes para realizar as festividades²¹⁸.

Dentre as bolsas e esmolas para os santos, as destinadas a São Benedito eram mais freqüentes, no entanto de valores menores. Provavelmente eram escravos ou libertos que faziam esses depósitos em nome do Santo. A realização da festa do Santo Preto pode ter sido um ato negociado entre os escravos, libertos e os homens livres que compunham a irmandade. A devoção ao Santo no município de Lagarto era grande, sendo o único cuja imagem existia nas duas Igrejas: a da Matriz e a de Nossa Senhora do Rosário²¹⁹.

A festa de São Benedito encerrava o período dos festejos natalinos. A comemoração era iniciada no primeiro dia de Janeiro, dia da retirada do mastro do terreno em frente à Igreja do Rosário. O mastro com a bandeira de São Benedito era colocado logo após a festa, e ficava no terreno durante todo o ano. Embaixo da bandeira eram colocadas prendas, doces e frutas. Participavam desse momento da festa apenas os negros, libertos ou escravos, que retiravam o mastro e saíam dançando e cantando, acompanhados pela taieiras e os congos. Por conta dessa parte da festa a irmandade tinha a preocupação de capinar e limpar o terreno em frente à Igreja²²⁰.

No dia da procissão, seis de janeiro, os moradores dos povoados mais longínquos, escravos, senhores e pessoas pobres iam para a sede do município participar da festa. Nesse dia, pela manhã, era realizada uma missa que em muitos momentos era cantada e também

²¹⁷ AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 1.

²¹⁸ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

²¹⁹ A imagem da primeira é Oitocentista e tem traços mais refinados, indica que talvez tenha sido feita por um santeiro regional Já a imagem de São Benedito que existe na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, feita também no século XIX, provavelmente foi executada por um santeiro local, pois talvez não houvesse artesãos especializados em Lagarto. (ver as figuras no anexo 4). Essa classificação foi realizada pelos técnicos do IPHAN. Vide: *O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. Sergipe/Alagoas*. Módulo II, vol. 12, n.º São Benedito¹: SE/02-0038.0031e São Benedito²: SE/02-0038.0039.

²²⁰ AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 1.

havia alguns batizados. À tarde ocorria o momento tão esperado: a procissão. As pessoas que residiam nas vizinhanças da Matriz ficavam sentadas nas suas portas, vislumbrando a procissão passar.

Após o som dos sinos surgia a primeira imagem do cortejo, a de Santo Antônio. Em seguida vários anjos com asas, feitos com grande requinte. A segunda imagem era a do dono da festa, São Benedito²²¹. Ele era seguido por três rainhas com seus mantos; a que se posicionava ao centro era denominada de Rainha Perpétua. As rainhas eram acompanhadas pelos congos, negros vestidos de príncipes e arrumados em duas alas: uma protegia a coroa da Rainha Perpétua e a outra tentava retirá-la; simulando conflitos com espadas.

Outra imagem que participava da procissão era a de Santa Efigênia, a princesa Núbia. O culto à santa foi inserido em Lagarto sob a alegação que a mesma já tinha sido parda, o que visava agradar os mestiços e atraí-los para o catolicismo. Nossa Senhora do Rosário também se fazia presente à festa e, após a imagem vinham, as Taieiras dançando, requebrando e cantando:

Virgem do Rosário
Senhora do mundo
Dê-me um coco da água
Senão vou ao fundo²²²

A procissão era realizada ao som de músicas populares, mesclando elementos religiosos e profanos. Concomitante à procissão, no largo do Rosário, as crianças, negros e pessoas pobres brincavam disputando doces no pau de sebo. À noite, após o término da procissão, as taieiras e os congos iam dançar em alguns domicílios. Havia queima de fogos de artifício e a festividade continuava com leilões e música²²³.

O relato de Mello Moraes indica que a procissão de São Benedito era festiva, configurando-se como uma pausa na rotina da vida dos escravos; pois eles saíam das fazendas, sítios e engenhos e brincavam, comiam, bebiam, dançavam e cantavam. Os senhores dispensavam seus escravos dos afazeres e permitiam que eles também participassem dos preparativos da festa. Antônia, por exemplo, a já conhecida mucama dos Romeros, fazia

²²¹ Pela descrição de Melo Moraes a imagem que participava do cortejo era a que ficava na Matriz, ver figura nº6.

²²² ROMERO, Silvio. *Folclore Brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p.

²²³ MORAES FILHO, Melo. *Festas e Tradições populares do Brasil*. Prefácio de Silvio Romero. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. pp.69-75. (Revisão e notas de Luís da Câmara Cascudo).

asas de anjinhos para sair na procissão²²⁴. A festa revigorava os escravos, ajudava a diminuir as tensões, mas também os incitavam para uma ruptura, mesmo que fosse uma momentânea interrupção nos costumes, uma outra ordem era estabelecida durante a comemoração. Para os senhores e a Igreja eram preferíveis as festas com os seus reis aos batuques²²⁵.

Tanto os senhores quanto os escravos participavam da festa de São Benedito; mas segundo o relato de Mello Moraes, os mais contentes e felizes eram os escravos, porque o Santo era padroeiro dos mesmos. A veneração ao Santo foi bastante difundida entre os cativos, pois incentivava o ideal do escravo submisso. As irmandades e os franciscanos exploravam a questão da cor da pele de São Benedito nas liturgias religiosas. No entanto, o culto ao Santo também possibilitou a construção de uma identidade negra²²⁶. Em Lagarto a difusão obteve êxito, pois a popularidade desse Santo pode ser notada no grande número de escravos que se chamavam Benedito ou Benedita²²⁷.

Percebe-se na procissão a intenção de disseminar a veneração à Santa Efigênia. Lagarto era um município que possuía muitos mestiços, de todas as condições sociais; por isso, a necessidade de pontuar que Santa Efigênia tinha sido parda, assim uma grande soma de indivíduos das classes subalternas que não se identificavam com São Benedito, podiam se identificar com essa Santa. No entanto, a imagem de Santa Efigênia encontrada também tem a tez preta (Figura 8)²²⁸.

Em Lagarto, a festa reunia escravos de diversas ocupações, domicílios e naturalidades distintas e contribuía para edificar uma identidade negra comum. A festa mostra que a tradição cristã não foi recebida de forma apática pelos escravos, a presença dos “congós” indica antigas tradições africanas. O Reinado do Congo passou a ter um papel simbólico importante para os negros no Brasil, seja pelo fato da elite ter sido cristianizada, seja por ter sido um importante reino unido, respeitado pelos vizinhos, e até mesmo, pelos europeus²²⁹.

²²⁴ ROMERO, Abelardo, op.cit., p.16.

²²⁵ SOUZA, Marina de Mello e . op.cit; REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v.2, n.3, jun.1997, p.9.

²²⁶ PINTO, Tânia Maria de Jesus. op.cit.

²²⁷ Arquivo da Secretaria Paroquial: Registro de batismos, livros: 3,4,5,6 e 9.

²²⁸ As imagens foram bastante utilizadas pelo Clero Católico para a devoção popular, fazia parte de uma pedagogia visual de conversão. Vide: PINTO, op. cit, p.39. Segundo o IPHAN a imagem de Santa Efigênia também é Oitocentista. Vide: *O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. Sergipe/Alagoas*. Módulo II, vol. 12, n ° Santa Efigênia: SE/02-0038.0048.

²²⁹ SOUZA, Marina Mello. op.cit,



Figura 3: Santa Efigênia- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto

Fonte: Eraldo Alvin. Inventário do IPHAN, SE/02-0038.0048.

Ressalto que no Termo de Compromisso da Irmandade não menciona a eleição de reis, nem a existência dos mesmos. As atividades mais ligadas às práticas culturais africanas eram ocultadas do Estatuto das Irmandades no Brasil, pois a oficialização das irmandades era uma prática portuguesa²³⁰. Um grande número de escravos trazidos para o Brasil, originários da atual Angola, conheciam ou já tinham ouvido falar no Reino do Congo. Outros povos africanos comercializavam com os congoleses e, por fim, escravos de outras nações também conviviam com os dessa origem; por esses motivos os reinados dos Congos foram majoritários no Brasil²³¹.

Outro aspecto que mostra uma continuidade de antigas tradições africanas é a menção, nas músicas, a seus instrumentos. As danças eram realizadas ao som de músicas

²³⁰ Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Vila de Lagarto). In: Compilação das Leis Provinciais de Sergipe, sancionadas e publicadas nos anos de 1835-1880. N.º 17 A. Vol I. pp.20-26.

²³¹ SOUZA, Marina Mello. op.cit,

cantadas em português com algumas palavras em línguas africanas, como por exemplo: “P’ra tocar cucumbi”.²³² A existência de uma corte formada por escravos e/ou libertos mostra que eles podiam ter elementos atribuidores de prestígio e liderança: conhecimento de algumas tradições e/ou o domínio de atividades específicas²³³. Em torno dessa corte também era construída uma identidade. Em suma, a festa de reis e a devoção a São Benedito ajudaram a construir uma identidade negra em Lagarto e ratificar os laços já existentes na comunidade negra.

²³² ROMERO, Silvio. Cantos.op. cit., p.163.

²³³ SOUZA, Marina Mello. Op cit; Beatriz Góis Dantas mostra que a procissão de São Benedito perdurou em Lagarto até os anos cinquenta do século XX. E, as taieiras iam buscar os reis nas suas respectivas casas e a realeza fornecia ceia para as integrantes das taieiras e os mesmos reis pagavam parte dos gastos da festa, por isso, eram pessoas que gozavam de prestígio. Vide: DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe*: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do nordeste. Petrópolis: Vozes, 1972.

CAPÍTULO III

LAÇOS FAMILIARES E RITUALÍSTICOS ENTRE ESCRAVOS

Em desesseis de Agosto de mil oitocentos oitenta e um feita admoestação cannonica nesta Matris de Nossa Senhora da Piedade, donde os contrahentes são naturais, e não apparecendo impedimento algum, em presença das testemunhás Benicio Leite Dantas Doria e Francelino Leite Dantas Doria solteiros, em minha presença se receberão em Matrimônio Hygino natural de Joaquina, com Maria natural de Maria, Escravos do Major Simeão de Fonseca Doria e logo receberão as bênçãos do Ritual Romano. De que mandei fases este termo que assinei.
O Vigr ° João Bap.^{ta} Carv ° Daltro²³⁴

Até os anos setenta da centúria passada a situação narrada no documento acima era vista pela historiografia como um fato bastante raro; argumentava-se que poucos escravos possuiriam relações familiares. Tais pesquisas caracterizaram as relações familiares dos escravos como instáveis, sem afetividade e as relações sexuais como promíscuas²³⁵. Um dos motivos apontados para a inexistência da relação familiar era o desequilíbrio entre o número de escravos e escravas²³⁶.

Os primeiros trabalhos que abordam a vida familiar dos escravos e mostram que as mesmas eram freqüentes, remetem ao final da década de setenta do século XX. Para a corrente que defende esse posicionamento, o que variou foi a incidência de relacionamentos legítimos de acordo com a região e o período²³⁷.

²³⁴ Registro de Casamentos, livro nº. 8, pp.36 e 36v.

²³⁵ A chamada Escola Paulista defendeu as idéias apontadas, seus principais nomes foram Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso. Alguns trabalhos dessa escola são: COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala a Colônia*. 4. ed., São Paulo: UNESP, 1997; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. 2. ed., São Paulo: HUCITEC, 1988; CARDOSO, F.H. & IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. SÃO PAULO: Nacional, 1971.

²³⁶ Segundo Costa, no sul cafeeiro, a proporção era de quatro homens para uma mulher. Vide: COSTA, Emília, op cit, p.318.

²³⁷ FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo & GÓIS, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1900*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; METCALF, Alida. "Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba". In: *Estudos*

Em consonância com a segunda corrente é que neste capítulo analisarei como eram as relações familiares dos homens e mulheres escravos, fossem legítimas, consensuais e/ou matrifocais e suas estruturas. Também discutirei a família ritualística, estruturada através do compadrio.

3.1 SOB AS BÊNÇÃOS DA IGREJA: AS UNIÕES LEGÍTIMAS

Os pesquisadores dessa temática costumam classificar de famílias legítimas, livres ou escravas, as que possuem relações sancionadas pela Igreja Católica²³⁸. Nesta seção trabalharei as famílias legítimas em Lagarto, os seus tipos e quais eram as possibilidades das mesmas existirem. Utilizei como fonte os registros de casamentos e a Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação de Lagarto.

Analisar as famílias legítimas dos escravos exigem perguntas entre outras coisas sobre o contexto em que existiram e quais situações foram mais freqüentes? Alguns autores mostram que as famílias foram mais freqüentes no meio rural que no urbano, pois lá havia grandes e médias posses de escravos e estas eram raras no meio urbano nos Oitocentos²³⁹. Além disso, há a questão do espaço, mais disponível no campo, possibilitando a construção de moradias e o estabelecimento de relações familiares, portanto os senhores não ficariam incomodados com a presença de famílias escravas. Inclusive, por conta desse problema, nas áreas urbanas as escravas acompanhadas dos seus filhos eram mais baratas que as sem filhos²⁴⁰.

Econômicos, vol.17, n ° 2, 1987. pp.229-243; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Anna Blume, 1999; REIS, Isabel Cristina Ferreira. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, n ° 149; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

²³⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²³⁹ FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

²⁴⁰ Apesar da autora não comentar no seu livro, outro motivo para as mulheres escravas serem mais baratas com os seus filhos é devido ao fato das mesmas quando acompanhadas da sua prole, provavelmente, não exercerem as tarefas com a mesma rapidez e empenho. Ver em: GIACOMNINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Já Kátia Mattoso discorda de tais teses. Para ela no meio urbano o casamento dos escravos foi tão freqüente quanto os dos livres; o fator que mais influenciava na realização dos casamentos dos escravos era a distância do Bispado, quanto maior fosse essa menor seria o número de uniões legítimas²⁴¹.

Em Lagarto, os senhores não deixaram vestígios do seu incentivo ou não aos casamentos formais entre escravos da sua possessão; mas alguns pontos ajudam a elucidar o assunto: o pequeno índice de legitimidade de casamentos é um deles. As relações sancionadas pela Igreja Católica, corresponderam a 13%²⁴². Esta percentagem demonstra que os senhores não incentivavam e pouco permitiram a legitimação das uniões. Além disso, um casamento na Matriz deveria custar um valor alto, não permitindo a todos os escravos ter acesso a esse rito. Apenas seis casamentos foram realizados fora deste templo, em capelas de engenhos ou em Freguesias vizinhas, como a de Santa Anna, em Simão Dias, ou ainda na casa do proprietário. Isto nos indica que os poucos senhores que permitiram a oficialização das relações dos seus escravos, apoiaram o referido ato²⁴³. Talvez tenham sido tais casamentos, um ato tolerado pelos senhores e conquistado pelos escravos.

Boa parte dos senhores estavam presentes aos casamentos dos seus escravos, principalmente aqueles oficializados em suas propriedades. Nessas cerimônias, além das uniões entre escravos eram realizadas simultaneamente as que envolviam apenas pessoas livres. Ainda que presentes à cerimônia, os proprietários não apadrinhavam as uniões dos seus escravos. O apadrinhamento pressupunha igualdade espiritual, comunhão, solidariedade e

²⁴¹ Ver em: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁴² Levei em consideração na amostragem as escravas com idade igual ou maior a 12 anos e os escravos com idade igual ou maior a 14 anos. Estas eram as idades mínimas para o casamento segundo as Constituições do Arcebispado da Bahia. Vide: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: 1853, IHGB. Fonte: APES. AG1,03^a Doc.8 Município de Lagarto. Classificação dos Escravos para serem libertos pelo Fundo De Emancipação. Em outras localidades da Província a legitimidade foi maior que em Lagarto. Laranjeiras e Maruim, por exemplo, duas Vilas da Província de Sergipe que possuíam posses de escravos maiores que Lagarto, o índice de legitimidade foi maior que no município mencionado, 30,52% dos escravos eram casados e 1,98% eram viúvos, ou seja, já tinham tido uma relação familiar formalizada. Ver em: SANTOS, Patrícia Siqueira Coutinho Magalhães. “*Pater Incertus, Matus Certa*”: um estudo sobre famílias escravas em Laranjeiras e Maruim, 1870-1888. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Departamento de História, 2002 (monografia de conclusão de curso). Em Estância, dos 2.486 escravos arrolados nos inventários *post-mortem*, no período de 1850 e 1860, apenas 52 escravos tiveram a experiência do casamento legal, destes 34 homens casados, 6 viúvos e 12 mulheres escravas casadas. Nas décadas de 70 e 80 registrou-se 535 escravos nos inventários, desses 35 escravos eram casados. Ver em: SANTANA, Joanelice Oliveira. *Introdução ao estudo da escravidão em Estância, Comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*. Salvador: UFBA, 2003 (Dissertação de Mestrado).

²⁴³ Como fontes primárias utilizei principalmente os registros de casamentos. Encontrei 71 registros durante o período de 1860 a 1888. Estes registros significavam cerca de 8% dos casamentos da freguesia.

estas questões eram incompatíveis com a relação senhor x escravo. Apenas dois senhores atestaram as uniões dos seus cativos, estes se casaram na Matriz; foi o caso de D. Disidéria Maria da Conceição que testemunhou o ato religioso de Jovino. Ele casou-se com Joana Batista da Piedade, em 1883²⁴⁴.

Em quatro dos casamentos de escravos encontrados, as testemunhas foram parentes de senhores, outras uniões tiveram como padrinhos pessoas ilustres. Caso de Malachias, escravo de Antônio Honorato Bispo, que casou na Matriz com Joana Batista do Nascimento em 1888, teve como testemunhas Geraldo José da Rocha, comerciante de grande porte e proprietário de vários escravos, e o bacharel Nicolau Tolentino Álvares, também senhor de escravos e advogado²⁴⁵. Este fato nos mostra que mesmo no casamento dos escravos os seus proprietários ficavam próximos.

A legitimação da união, para alguns senhores, foi uma concessão de caráter paternalista. Na impossibilidade dos mesmos estarem presentes ficaria alguém de sua confiança: as testemunhas, algumas delas, possivelmente foram escolhidas pelos senhores, cabendo aos escravos concordarem. No entanto, para os cativos possuir testemunhas livres ou libertas podia significar alguém para custear o casamento ou ajudar na realização do mesmo. A atitude de escolha dos padrinhos pode ter sido mais uma prática da política senhorial. Eis alguns dos motivos para nenhum escravo testemunhar o ato religioso de seus companheiros.

Conforme foi mostrado no primeiro capítulo, a maioria dos escravos vivia em áreas afastadas da sede da Vila de Lagarto e trabalhava na lavoura. Possivelmente, esse dado refletiu no pequeno número de casamentos legais. Os cativos estavam longe de igrejas e capelas, e casar-se na Matriz, como a maioria dos escravos o fez, significava um deslocamento que poderia ser difícil de fazer, além de implicar em perda de algumas horas de trabalho e gastos que os escravos não podiam ter. Ir à Vila para contrair o matrimônio deve ter sido uma prática para as pessoas, livres e escravas, que tinham hábito de freqüentar a Igreja, assistir algumas missas no ano, por isso eram freguesas. Para esses escravos o casamento católico constituía-se em algo importante nas suas vidas, por isso, eles tiveram interesse em contrai-lo. Como por exemplo, Joana e Malachias, escravos que se casaram e eram naturais e fregueses²⁴⁶.

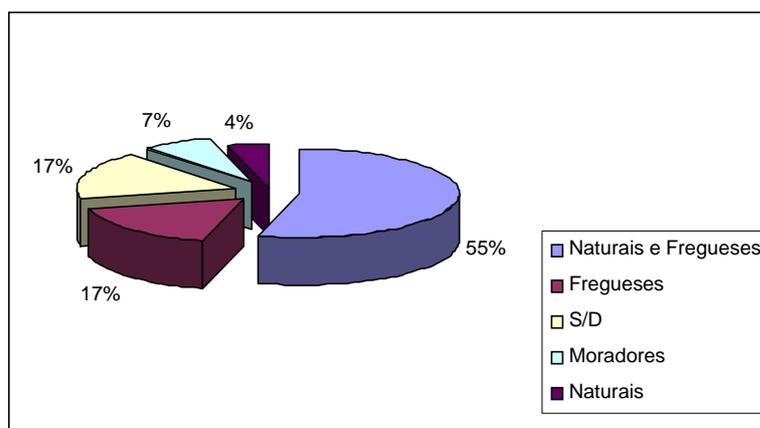
²⁴⁴ Registro de Casamento, livro n ° 8, p.50

²⁴⁵ Registro de Casamento, livro n ° 8, p.102

²⁴⁶ Registro de Casamentos, livro n ° 8, p.45v.

Possivelmente, uma boa parte da população, principalmente a escrava, não tinha acesso à Igreja; dessa maneira, o casamento formal poderia não ser algo relevante. Talvez, o número de igrejas existentes na região juntamente com o número de religiosos fosse pequeno para a população da região e eis um dos possíveis motivos para o não acesso à Igreja. O gráfico 3.1 mostra os índices de escravos e escravas que eram fregueses e dos que eram somente naturais.

Gráfico 3.1: Índice dos cônjuges escravos que freqüentavam a Igreja – Lagarto, 1860-1888



Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial, Registros de Casamento Livros, n ° 7 e 8.

Conforme se percebe no gráfico, nos registros de casamentos é possível encontrar além da categoria freguês, as de natural e freguês, natural e morador. Fregueses e naturais eram os escravos nascidos no município e que freqüentava a Igreja, que já tinham relações familiares e laços de amizade estabelecidos. Considerava-se natural quem apenas tinha nascido na Vila. Esse foi o caso de Venâncio José de Santana e Ignez, esta era escrava²⁴⁷; eles nasceram em Lagarto mas não freqüentavam regularmente a Igreja. A categoria de morador; se referia às pessoas não nascidas na Vila, mas que residiam sob jurisdição da mesma.

Os fregueses e naturais foram maioria dentre as escravas e os escravos que casaram, seguidos pelos que eram apenas fregueses. Somando a porcentagem de fregueses e naturais com a de fregueses, teremos que 72% dos escravos que se casaram freqüentavam a Igreja. Por isso, tiveram acessos a alguns sacramentos, tais como o Batismo e a Eucaristia;

²⁴⁷ Registro de Casamentos, livro n ° 7, p.89.

além de saberem rezar algumas orações e de se confessarem²⁴⁸. O fato de já possuírem relações familiares e laços de amizade estabelecidos na comunidade, certamente contribuiu para que legitimassem suas relações conjugais.

Além dos casamentos já citados, documentos que fazem menção às Santas Missões, como a de 1884, na região indicam que nessas ocasiões também eram realizados batizados e casamentos; esses eventos estavam inseridos no escopo das Missões que visavam fiscalizar e difundir as práticas cristãs²⁴⁹.

Na década de sessenta dos Dezenove²⁵⁰ foram sancionadas dezenove relações envolvendo escravos. Das uniões efetivadas, em dez, os nubentes eram escravos; em nove, apenas um era escravo, caracterizando-se como casamento misto, no qual os noivos possuíam condições jurídicas distintas. No que se refere às uniões efetivadas quando ambos eram escravos podemos dividir em dois tipos: (i) os interposse - os dois nubentes eram escravos de senhores diferentes e (ii) os intraposse - os noivos eram escravos do mesmo senhor. A Tabela 3.1 mostra a distribuição dos casamentos por década e por tipo.

Tabela 3.1: Tipos de casamentos – Vila de Lagarto (1860-1888)

	Entre escravos				Mistos		Total	
	Intraposse		Interposse		N °	%	N °	%
	N°	%	N °	%				
Década de 60	7	36,84	3	15,79	9	47,37	19	100
Década de 70	2	25	3	37,5	3	37,5	8	100
Década de 80	3	6,98	4	9,3	36	87,72	43	100
Total	12	17,1	10	14,3	48	68,6	70	100%

Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial de Lagarto, Registros de Casamentos, livros n ° 7 e n ° 8.

²⁴⁸ Segundo Henry Koster esses eram os pré-requisitos para os escravos se casarem em Pernambuco. Vide: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol 2. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1942. p.501.

²⁴⁹ No final dos Oitocentos e início dos Novecentos a cidade de Paripiranga era marcada por um grande distanciamento físico entre os párocos e os seus paroquianos. A cidade fica localizada no sertão da Bahia que faz divisa com Sergipe, próxima a Lagarto. Inclusive, havia relações religiosas, econômicas, dentre outras entre as cidades de Paripiranga e Lagarto. Acredito que o afastamento fosse uma característica de toda região, incluindo Lagarto. Esse distanciamento do clero regular da população permitiu a reelaboração das práticas cristãs. Essas características corroboram com a possibilidade das escravas não terem um acesso freqüente à Igreja e por isso o casamento cristão não ser importante para as mesmas. Vide: SILVA, Cândido e Costa. *Roteiro da vida e morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

²⁵⁰ Não foi encontrado o livro de casamentos referentes aos anos cinquenta do século XIX.

Conforme mostra a Tabela 3.1, na década de sessenta, dentre os casamentos que envolviam apenas escravos os intraposse foram maioria. Para estes escravos, a família foi formada dentro nos limites do cativeiro, por isso, esse tipo de casamento foi mais comum nas grandes propriedades. Um exemplo disso é que sete casais de escravos, dos doze pesquisados, pertenciam a grandes proprietários de cativos²⁵¹. Ressalto que nas grandes posses é possível encontrar várias famílias escravas, incluindo as legítimas e naturais. Na propriedade de Simeão da Fonseca Dórea, por exemplo, em 1873 tinha seis casais de escravos legítimos e cinco famílias naturais²⁵².

Nas décadas de setenta e oitenta, o casamento interposse ocorreu em proporções maiores que o intraposse. As posses de escravos nesse período ficaram menores e casar-se com um escravo de outra posse foi uma solução encontrada. Esse casamento poderia causar problemas para o senhor, entre eles o de definir onde os nubentes e os seus filhos viveriam e a quem pertenceria os filhos? O fato de morarem em lares separados implicava em deslocamento e essa prática não era interessante para os senhores, pois os escravos teriam mobilidade espacial o que facilitaria as fugas. Legalmente, os filhos dos escravos pertenceriam ao proprietário da escrava, todavia os senhores dos pais poderiam querer reivindicar uma parte nas crianças. Esses problemas podem ter contribuído para o pequeno número de uniões interposses legitimadas na Vila em estudo.

Em decorrência desses entraves, registrei em todo o período, somente dez uniões que envolviam escravos de senhores diversos. Das uniões realizadas, cinco escravos pertenciam às pequenas posses e quatro às médias²⁵³. Três desses casamentos foram realizados antes de 1869, quando a legislação permitia a separação da família escrava.

²⁵¹ Dos doze casamentos que encontrei nos registros, apenas sete possuía referências do proprietário na Lista de Classificação ou nos Inventários *post-mortem*. Adotei o procedimento metodológico de cruzar as fontes. Os registros de casamentos foram cotejados com os inventários e a Lista de Classificação de 1873. Todavia, os outros cinco proprietários deveriam ser médios senhores, pois não eram pessoas conhecidas no município. Pois, casamentos legais em posses de até três escravos era bastante difícil.

²⁵² José, escravo, era casado com Maria também escrava, Francisco com Anacleto, Felis com Joana, Hygino com Maria, Januário com Bárbara e Militão com Eulália. Balbina era mãe de Esperança e Gabriel, Joana era mãe de Adão, Tereza era mãe de Sancho e Inácia e Maria eram mães de ingênuos. Ver em: Registros de Casamentos livros n° 7 e 8. Registros de Batismos, livro n° 9 e Lista de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto de 1873.

²⁵³ Dos vinte proprietários envolvidos nos casamentos dos seus escravos obtive referências de apenas nove. Adotei o mesmo procedimento citado na nota 16, e também descarto o fato dos outros onze proprietários serem grandes senhores, pois também não eram pessoas conhecidas no município. Deveriam ser médios e pequenos proprietários.

Várias crianças conviviam com as suas mães, assim, acredito que boa parte das posses era composta por familiares. Assim, contrair núpcias com um escravo de outra posse era uma das formas de casar com um não parente. Em alguns casos, casar com um escravo ou escrava de um proprietário diferente, não implicava em afastamento real do cônjuge. Os nubentes podiam pertencer a irmãos ou a proprietários que eram parentes e desta forma os escravos podiam residir na mesma propriedade e o deslocamento físico, quando necessário, era vigiado pelos seus senhores. Pedro e Rosa, que se casaram em 1888, enquadram-se neste caso: pertenciam a dois irmãos Inácio José de Sousa e Inácia Maria dos Anjos e moravam na mesma casa²⁵⁴.

A Tabela 3.1 mostra que em Lagarto, nas décadas de sessenta e setenta os casamentos que envolviam mulheres e homens escravos foram maioria. Entretanto na década de oitenta houve uma incidência maior de casamentos²⁵⁵, talvez porque os senhores passaram a interferir um pouco menos na formalização das uniões devido, principalmente, às leis abolicionistas. Estas garantiam a existência das famílias, proibiam a separação de mães e filhos e dos casais de escravos. E o casamento mais comum na última década mencionada foi o misto.

O casamento misto não era impedido pelos senhores por não causar problemas aos mesmos. Caso o senhor precisasse vender a escrava ou o escravo, o seu (sua) consorte poderia acompanhá-la(lo) e os gastos com a prole seriam divididos entre o proprietário do escravo(a) e o seu marido/esposa. O homem ou a mulher livre teria acesso à terra do dono do seu consorte, assim o senhor teria seu poder aumentado porque seriam agregadas outras pessoas à sua propriedade. Em Lagarto o mais comum foi a união de homem escravo com mulher livre ou forra²⁵⁶. Este tipo de casamento ocorreu ainda com mais frequência após 1871, conforme mostra a Tabela 3.2:

²⁵⁴ Registro de casamento, livro nº 8, 28/02/1888, p.104

²⁵⁵ Em outras localidades como em Mariana-MG, Campinas-SP, o número de casamentos diminuiu após a promulgação das leis abolicionistas, anos setenta e oitenta. Ver em: TEIXEIRA, Heloísa Maria op. cit; SLENES, Robert op. cit.

²⁵⁶ Em Campos dos Goitacases, nos Setecentos, a união de mulher escrava com homem livre e/ou forro, foi mais usual do que o casamento interplattel. O inverso, o casamento entre mulher livre com homem escravo, foi bastante raro. Ver em: FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Em Laranjeiras e Maruim, zona da Cotinguiba na Província de Sergipe, existia um número maior de escravos casados que escravas, Santos conclui que houve casamentos entre escravos e pessoas livres, principalmente escravos com mulheres livres. No entanto, a autora não mensura a incidência de tais relacionamentos. Em Estância, região da Mata Sul da Província de Sergipe, dos 35 casais catalogados nos Inventários nas décadas de setenta e oitenta dos Oitocentos, 23 eram exogâmicos, na Lista de Classificação menciona que 18 homens escravos casaram com mulheres livres e 1 com uma liberta; 12 mulheres

Tabela 3.2: Tipos de Casamentos Mistos – Lagarto (1860-1888)

Tipos	Períodos		Pós 1871	
	Antes de 1871			
Mulheres livres com homens escravos	7	87,5%	27	67,5%
Mulheres Libertas homens escravos	—	—	5	12,5%
Homens Livres com mulheres escravas	1	12,5%	7	17,5%
Homem liberto com mulheres escravas	—	—	1	2,5%
Total	8	100%	40	100%

Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial de Lagarto, Registros de Casamentos, livros n ° 7 e n ° 8

Outra explicação para o pós 1871 ter um número maior de casamentos mistos é que amparados pelas leis abolicionistas, os escravos e escravas que viviam em Lagarto tiveram um maior interesse em legalizar suas uniões nos últimos anos da escravatura, uma vez que a legalização da união dava prioridade de alforria pelo Fundo de Emancipação; os escravos que detinham prioridade eram os que possuíam família²⁵⁷. Vários foram os casos de escravos nesta situação que entraram com petições, na Junta de Classificação de Lagarto dias

escravas eram casadas com homens livres. Ver em: SANTANA, op. cit. p.99; SANTOS, Patrícia Siqueira Coutinho Magalhães op. cit. p.25.

²⁵⁷ Este tipo de casamento suscitou bastantes dúvidas nas Juntas Classificadoras dos municípios brasileiros, várias correspondências foram enviadas para o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras com o intuito de esclarecer, como seria a situação dos escravos casados com mulheres livres e /ou forras. E o Ministério pontuou que esses escravos e escravas tinham que ser classificados dentro do critério famílias. A lei não deixava claro como classificá-los. Segundo a lei, as prioridades seriam as seguintes: Art. 27, classificação para as alforrias pelo fundo de emancipação será a seguinte:

I - Famílias

II - Indivíduos.

1 Na libertação por famílias, preferirão:

I Os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores

II Os cônjuges, que tiverem filhos, nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos;

III Os cônjuges, que tiverem filhos menores de 21 anos.

IV Os cônjuges com filhos menores escravos

V As mães com filhos menores escravos;

VI Os cônjuges sem filhos menores.

2 Na libertação por indivíduos preferirão:

I mãe ou pai com filhos livres;

II Os de 12 anos a 50 anos de idade, começando pelos mais moços no sexo masculino, e pelos mais velhos no sexo masculino.

Na ordem da emancipação das famílias e dos indivíduos, serão preferidos: 1 ° os que por si ou por outrem entrarem com certa quota para sua libertação; 2 °, os mais morigerados a juízo dos senhores. Em igualdade de condições a sorte decidirá. Ver em: VEIGA, Luiz Francisco. *Livro do Estado Servil e respectiva libertação contendo a Lei de 28 de setembro de 1871 e decretos e avisos expedidos pelos ministérios da agricultura, fazenda, justiça, império e guerra, desde aquela data até 31 de Dezembro de 1873*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876. p.52

ou meses após os seus casamentos. Manoel Correia, por exemplo, de 51 anos, escravo de Domingos Francisco da Hora, casou com Maria Martinha das Virgens, uma forra, em 14 de janeiro de 1884, e foi classificado em 18 de fevereiro do mesmo ano. Domingos tinha uma banda forra e possuía um pecúlio de 20\$000. Atitudes semelhantes tiveram os escravos: Izabel, José, Pedro, Isidoria, Josino, Dionizio e Mathias, dentre outros. O número, tanto de mulheres como de homens escravos que casaram com pessoas livres e/ou forras aumentou. Coincidentemente, esse crescimento ocorreu na mesma década em que a Junta de Lagarto classificou os escravos casados com pessoas livres e libertas²⁵⁸, apontando para mais uma estratégia de saída do cativeiro utilizada pelos escravos.

Algumas das uniões que foram legalizadas já existiam antes de serem oficializadas. Um indício é que algumas escravas que se casaram já tinham filhos, como Luzia que tinha uma relação consensual com Francisco e, juntos, tiveram um rebento, o Rufino; quando o menino completou quatro anos nasceu Luzia, só então a união foi legalizada. À época do alistamento o casamento formal existia a sete anos, mas a união há mais de onze. Um caso interessante foi o de Manoel, escravo de Antônio Luis de Vasconcelos, que se casou com Firmina Maria do Nascimento em 1885, na casa de André Ramos Romero sogro do seu proprietário. Este casamento ocorreu sem que houvesse os proclamas, porque o noivo estava doente, tendo sido o único registro que encontramos de casamento realizado em tais circunstâncias; talvez a união já existisse e o noivo não quisesse morrer “em pecado”, sem a oficializar²⁵⁹.

Durante o período de 1860-1888 as pessoas livres que se casavam com os escravos tinham tradição religiosa na família: eram fruto de uniões sancionadas pela Igreja Católica. Para essas pessoas o casamento cristão era algo bastante valioso e importante nas suas vidas. As vinte mulheres livres e as três libertas que se casaram com homens escravos eram fruto de relações legítimas; outras duas livres eram viúvas e também já tinham uma experiência em uniões formais. Isto contribui para entendermos um dos porquês do casamento misto entre homens escravos e mulheres livres terem sido em maior número. As mulheres livres, por serem fruto de relacionamentos legalizados, teriam interesse em formalizar as suas uniões, enquanto as escravas não buscariam a legalização nos seus relacionamentos com os homens livres, por não possuírem a mesma tradição nas suas famílias.

²⁵⁸ Livro de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1880-1886, caixa 1, pp.49-53. Registros de Casamentos, livro n ° 8, pp.50, 50v, 53v, 59, 69, 70, 87.

²⁵⁹ Registro de Casamento, livro n ° 8, p.67v.

O município de Lagarto possuía 4.884 mulheres livres e 4288 homens livres²⁶⁰. Este desequilíbrio pode ter contribuído para que o número de casamentos entre homens escravos e mulheres livres fosse majoritário, pois para algumas mulheres livres só restou a alternativa de casar-se com um homem escravo. Assim, os escravos teriam duas possibilidades de barganha no mercado matrimonial: casar com uma mulher escrava ou com uma livre e/ou liberta²⁶¹. Os escravos privilegiaram a segunda opção, pois permitiria filhos isentos do cativeiro: de 62 homens escravos que se casaram 39 o fizeram com mulheres livres e/ou libertas, enquanto de 32 mulheres escravas, apenas 9 se casaram com homens livres. Provavelmente os escravos puderam, inclusive, casar-se mais de uma vez, devido ao desequilíbrio na população livre e o equilíbrio na população escrava.

Outra possível explicação para o grande número de casamentos entre homens cativos e mulheres livres e/ou forras, seria a de que os escravos mantinham relacionamentos consensuais com as mulheres escravas e, após o acúmulo de algum pecúlio, privilegiavam a alforria das suas mulheres para elas gerarem filhos livres, legalizavam a união depois da obtenção da manumissão. Por exemplo, Pedro, escravo de José Jorge da Trindade, se casou em 1883, aos 51 anos, com Caetana, ex-escrava do mesmo senhor²⁶². Será que antes não mantinham uma relação consensual? Pedro era carreiro, o que lhe permitiu acumular certo pecúlio, e em 1884 apresentou à Junta Classificadora 35\$000 réis para ajudar na sua alforria²⁶³. Pedro se casou em idade avançada se comparada com a idade núbil de outros

²⁶⁰ Ver em PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe 1850-1888*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p.426.

Miridam Knox Falci também encontrou para uma região sertaneja, interior do Piauí, no século XIX, um desequilíbrio entre o número de homens e mulheres livres. Segundo a autora, os homens iam para o litoral em busca de melhores condições de vida. Ver em: FALCI, Miridam Knox. *Mulheres do Sertão Nordestino*. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 1997. Segundo Kátia Mattoso, a miscigenação se realiza quando há um desequilíbrio entre os números de homens e mulheres na população livre. Ver: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁶¹ Situação diferente foi encontrada em Campinas, nesta as mulheres detinham um poder de barganha matrimonial. O tráfico produziu um grande desequilíbrio sexual, muitos homens e poucas mulheres, por conta disto nem todos os homens desfrutaram de uma relação monogâmica estável. SLENES, Robert op. cit. p.73.

²⁶² Secretaria Paroquial de Lagarto, registro de casamento, livro n°8, pág. 53v.

²⁶³ Segundo Slenes os escravos ao acumularem pecúlio priorizavam a alforria das suas mulheres, assim os filhos nasceriam livres. Ver: Slenes, Robert. op. cit, Livro de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, período de 1880/1886, p.51, caixa 1 e Lista de Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto de 1873. Esse valor permitiria ao mesmo comprar um cavalo e cinco carneiros. No entanto, era um valor pequeno levando em consideração o preço médio de um escravo no ano de 1884, 418\$680 réis, conforme foi mostrado no primeiro capítulo. D. Antônia Margarida do Nascimento, inventariada, Felipe Rodrigues do Nascimento, inventariante, inventário post-mortem, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1884, caixa 43. D. Maria Francisca do Nascimento, inventariada, José Francisco, inventariante, inventário *post-mortem*, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1884, caixa 43.

escravos de sua época. No quadro 3.1 estão elencadas as idades em que homens e mulheres escravos contraíram núpcias²⁶⁴.

Quadro 3.1: Faixa Etária de Contrair os Casamentos Legais – Lagarto (1860-1888)

Faixa Etária	Homens	Mulheres
< 20 anos	1	1
21 a 30 anos	7	3
31 a 40 anos	8	4
41 a 50 anos	7	—
> 50 anos	3	—
Total	26	8 ²⁶⁵

Fonte: APES, Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1875, documento n.º 8 Município de Lagarto.

Os escravos e escravas casavam, principalmente, a partir dos 21 anos, portanto, não muito jovens. Segundo a Constituição do Arcebispado da Bahia, a idade mínima para o casamento era de 12 anos para as mulheres e 14 anos para os homens. O quadro 3.1 mostra que as idades compreendidas entre 21 e 50 anos foram as mais procuradas para que os escravos buscassem legalizar as suas uniões. Com essas idades eles poderiam conseguir uma barganha maior junto aos seus senhores, tinham maiores direitos devido ao maior tempo de convívio com os mesmos, podendo, desta forma, influenciar na negociação²⁶⁶.

Existiam casais de escravos com a mesma idade, por exemplo, Manoel Luiz e Jeronima, ambos com 25 anos, eram pretos e quando legalizaram a união já tinham quatro filhos²⁶⁷. Também existiram alguns casais cujas mulheres eram mais velhas, entretanto, poucos casais tinham grandes diferenças de idades e um desses casos foi o de "Domingos, 50 anos, e Luzia, 70 anos, ambos eram escravos de José Alves de Freitas"²⁶⁸. O fato de a população ser crioula pode ter contribuído para que não houvesse grandes intervalos separando a idade núbil dos cônjuges; os dois teriam bastante familiaridade com a região²⁶⁹.

²⁶⁴ Para elaborar o mencionado quadro cruzei as informações dos registros de casamento com os da Lista de Classificação.

²⁶⁵ Apenas 32 escravas casaram neste período, cruzando as fontes, encontrei a idade de 25% destas. 62 homens escravos se casaram.

²⁶⁶ Em Mariana, nos Oitocentos, as mulheres se casavam cedo, em sua maioria, entre 15 e 19 anos. Conferir: TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e Famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. São Paulo: FFCH/USP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

²⁶⁷ APES, Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1875, documento n.º 8 Município de Lagarto.

²⁶⁸ Idem

²⁶⁹ No Rio de Janeiro foi percebido grandes intervalos de idade, os homens ladinos casavam com as escravas mais novas e as escravas mais velhas com os escravos mais novos ou recém chegados; os homens mais velhos e ladinos seriam os que escolhiam as suas companheiras, restavam as mais velhas ficarem com os escravos bem

A especialização profissional não influenciava na legitimação dos casamentos dos escravos foi rara em Lagarto. A maioria dos especializados não estava inserida em uniões formais: 91,42% dos escravos especializados eram solteiros e 91,83% das escravas que tinham um ofício estavam na mesma situação²⁷⁰.

Casar na Igreja, em Lagarto, significava para um escravo ou escrava, primordialmente, encontrar um companheiro livre ou forro. Devido às posses serem de medianas a pequenas, o casamento entre escravos do mesmo senhor ficava restrito e os casamentos interposse, em regiões distantes do Bispado, eram minoritários²⁷¹.

E como eram as relações entre escravas e escravos? Ou entre escravas e homens livres que não eram sancionadas pela Igreja Católica? Viviam na promiscuidade? A seção seguinte apontará algumas características dessas relações.

3.2 RELAÇÕES FAMILIARES NÃO LEGITIMADAS ENTRE ESCRAVAS E/OU ESCRAVOS

Analisarei nesta seção as relações familiares entre escravos ou entre cativos e pessoas livres e/ou forras não oficializadas pela Igreja, haja vista que 87% das mulheres escravas não se uniram sob as bênçãos da Igreja; constituíram famílias matrifocais, mães e filhos, ou consensuais²⁷². Segundo os depoimentos existentes nos processos consultados, alguns deles viviam numa situação nomeada de amasiamento. Todavia, o que seria se

mais novos. Isso ocorria porque os escravos ladinos já tinham construído relações no cativeiro que permitiam escolher as suas noivas. Ver em: FLORENTINO, Manolo & GÓIS, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Slenes discute outra possibilidade, o fato da mulher recém chegada ao Brasil sentir-se mais segura com um homem que estivesse mais ambientado com o local e por isso, o preferisse. Ver em: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁷⁰ Gilberto Freyre insinua uma associação entre escravos domésticos e casamentos. Esses escravos teriam mais acesso aos preceitos religiosos, educação e a acesso aos casamentos. No entanto, Manolo Florentino e Góes, pesquisando um período anterior a nossa pesquisa, perceberam que a aproximação da casa grande fazia diminuir a legitimidade e que a especialização e os parentescos normatizados eram faces de um mesmo processo, a aculturação. Vide: GÓES & FLORENTINO op. cit., pp.110-111; FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 29. ed., RIO DE JANEIRO: Record, 1992.

²⁷¹ FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁷² Utilizei como amostragem as escravas com idade igual ou maior a doze anos e os escravos com idade igual ou maior a quatorze anos. Estas eram as idades limites para o casamento segundo as Constituições do Arcebispado da Bahia. Fonte: Lista de Classificação para o fundo de Emancipação de Lagarto 1873. Em Laranjeiras e Maruim a famílias matrifocais correspondiam a 34,92% e em Estância, na lista de classificação foram classificadas 238 famílias Ver em: SANTANA, Joanelice op. cit e SANTOS, Patrícia op. cit

amasiar? Acredito que sob esta expressão se escondem diversos tipos de relacionamentos, em que escravos e escravas, ou escravos com pessoas livres conviviam maritalmente sem legalizar a situação.

As mulheres escravas tiveram alguns relacionamentos que foram eventuais, seja com escravos, libertos ou com homens livres; geraram filhos e após o término das relações ficaram sozinhas com seus rebentos. No entanto, mulheres escravas e seus filhos também constituíam um arranjo familiar e este tipo de família, a matrifocal, foi a mais comum em Lagarto, por conta dos já mencionados tamanhos das posses²⁷³. Segundo Isabel Reis, a figura materna foi mais constante na vida das crianças e as mulheres escravas foram protagonistas de vários atos de luta para preservar os laços familiares²⁷⁴. Muitas posses de escravos, medianas e pequenas, eram compostas por apenas mulheres escravas e seus filhos. Em muitos destes casos, acredito que as crianças foi fruto de relações esporádicas, ou o casal foi separado via venda, partilha ou morte do cônjuge. No entanto, 61,62% das escravas tinham mais de um filho com intervalo regular entre eles; o que pode indicar que essas mulheres vivessem em relações consensuais²⁷⁵.

As informações sobre as relações familiares não oficiais são muito esparsas. A documentação silencia sobre tais uniões e apenas raros processos trazem alguns dados. Por isso, mensurar o número da incidência desse tipo de arranjo familiar é extremamente difícil. Todavia, o número de filhos, o intervalo entre os mesmos e a cor das crianças são indícios de que havia uma figura paterna presente²⁷⁶. A Tabela 3.3 mostra o número de mulheres e a respectiva quantidade de filhos.

Tabela 3.3: Mulheres escravas e a quantidade de filhos – Lagarto (1850-1888)

Posses	Escravas Solteiras/Quantidade de filhos						Escravas Casadas/Quantidade de filhos					Total
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	
Pequenas Posses	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Médias Posses	16	9	6	1	2	-	2	1	-	4	-	41
Grandes Posses	15	7	4	6	1	2	5	2	3	2	3	50
Total	38	17	10	7	3	2	7	3	3	6	3	99

Fonte: Inventários *post-mortem* e Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação de Lagarto, 1873.

²⁷³ Slenes aponta que nas pequenas e médias posses predominavam as famílias matrifocais no sudeste cafeeiro, op. cit., p.103.

²⁷⁴ REIS, Isabel Cristina Ferreira. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, n.º 149.

²⁷⁵ Relações semelhantes as uniões legais, todavia, não eram legitimadas.

²⁷⁶ Na Paraíba e em Mariana também foram encontrados indícios de relações consensuais. Ver em: TEIXEIRA, Heloísa op. cit e ROCHA, Solange op. cit.

Conforme pode ser observado na Tabela 3.3, nas médias e grandes posses havia uma grande quantidade de escravas que possuíam mais de dois filhos. Essas escravas que tinham três, quatro, cinco e até mesmo seis filhos com intervalos regulares, conviviam com algum homem. Em 1873, Maria, por exemplo, propriedade de Luiz Antonio de Vasconcelos, tinha 27 anos, solteira e preta, era mãe de Joana com 8 anos, Constancia com 7, Romana com 6, Zacarias com 5 e José com 3, todos de cor preta. Na mesma posse existiam três escravos solteiros também de cor preta, Claudino (31 anos), Feliciano e Inocêncio ambos com 28 anos, quijá um desses era o companheiro de Maria²⁷⁷.

Alguns escravos que possuíam relações consensuais legitimavam-nas tempos depois, como os já citados Francisco e Luzia que se casaram após terem dois filhos. O fato de ter uma união consensual anterior não inviabilizava sua formalização. Em Bananal, Motta também encontrou alguns documentos que comprovam a existência de casamentos sendo oficializados após a existência do primeiro filho²⁷⁸. Este ponto indicia que os escravos podiam possuir padrões de moralidade diferente de outras camadas da sociedade.

Os documentos produzidos na Lagarto Oitocentista preocuparam-se em identificar quem seriam as mães, pois delas é que os filhos herdariam a condição jurídica, por isso não fizeram o mesmo com o pai. A ausência paterna pode ter se dado mais nos documentos que fisicamente, pois identificá-lo não seria tão importante para os senhores. Porém, em alguns momentos embora não apareça de forma direta, percebemos nas entrelinhas que os filhos e a família tinham notícias sobre quem eram os pais e, acredito que, muitas vezes, conviviam com seu progenitor.

Nos processos-crime e sumários de culpa localizei referências a escravos vivendo amasiadamente e alguns desses relacionamentos geraram filhos. A história de Manoela, escrava de Januário José de Mello, em 1875, foi um dos casos. Ela era amásia de Francisco Carvalho, solteiro, morador do Urubutinga. Foi “seduzida” e convencida a abandonar o domicílio do seu senhor, pelo seu amásio, e fugiu para ir morar com ele. Januário Mello, octogenário, foi até a casa de Francisco Carvalho buscá-la, chegando lá ouviu desaforos e

²⁷⁷ Fonte: Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação de Lagarto 1873.

²⁷⁸ MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Anna Blume, 1999. Mulheres casarem depois da maternidade foi comum em outros locais do Brasil, pois Slenes também pontua que algumas mulheres escravas regularizaram a sua situação com o seu companheiro pouco depois de serem mães. Ver em SLENES, op. cit., p.103.

ameaças do amásio da sua escrava que ainda afirmou ser, a mesma, condicionalmente forra²⁷⁹. Também foi classificada como amasiamento a relação que Antônio da Silva Leal, feitor do Engenho Piauhy, casado, tinha com Maria, em 1857, escrava do capitão João, um morador próximo do Engenho²⁸⁰.

Um estudo sobre o amasiamento no Rio Grande do Sul, no final dos Oitocentos e início dos Novecentos, mostra que: (i) as pessoas envolvidas se encontravam com frequência, (ii) o romance era público e, (iii) os amásios tinham obrigações recíprocas. Nesse contexto era um relacionamento equivalente ao casamento para as classes populares²⁸¹. Em Lagarto o amasiamento também era público, pois as pessoas noticiaram esse tipo de envolvimento nos seus depoimentos e possivelmente o comprometimento era mútuo. No entanto, há poucos indícios sobre a frequência dos encontros. O amasiamento tanto podia ser uma relação estável, com os cônjuges morando juntos, igual à de Francisco Carvalho e Manoela; como também um relacionamento que envolvia uma pessoa casada. Nessa situação a relação fosse esporádica e os amásios se visitassem, pois não residiam juntos.

Acredito que muitas dessas relações, apesar de serem instáveis, geraram crianças e que após o seu rompimento as famílias passavam a ser constituídas por mães e filhos²⁸². No primeiro caso, os envolvidos possuíam uma relação nomeada pelos historiadores atualmente de consensual, na época denominada de amasiamento; e que era algo muito próximo do casamento oficializado. Todavia, os amásios também tinham relações passageiras, casos fortuitos como o de Antônio da Silva Leal e a escrava Maria. Entre os escravos o amasiamento era mais comum que o casamento legalizado; seja por não achar importante o casamento cristão ou por não terem dinheiro para oficializar a união. Os relacionamentos das classes subalternas, inclusive os escravos, seguiam outros padrões de moralidade, diferente dos modelos dos senhores e de outros setores da sociedade²⁸³.

²⁷⁹ Januário José de Melo, autor, Manoela, ré, petição, Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 1875.

²⁸⁰ Vítima, Antonio da Silva Leal, Sumário de Culpa, Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p.

²⁸¹ AREND, Sílvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. pp.60-61.

²⁸² No Rio Grande do Sul, a maioria dos amasiamentos durava pouco tempo, houve exceções, relacionamentos que perduraram vinte anos. Os motivos das separações entre os amásios eram: as mortes, estas decorrentes de epidemias ou de doenças venéreas; o não cumprimento das obrigações maritais; ciúmes e por fim, o envolvimento de um dos amásios com uma terceira pessoa. Vide: AREND, op. cit, pp.59-65

²⁸³ Concordo nesse aspecto com as idéias de Eni Samara Mesquita e Sílvia Maria Fávero, a primeira mostra que as classes subalternas preferiam o concubinato ao casamento e a segunda afirma que o amasiamento era uma característica da cultura popular. Vide: MESQUITA, Eni de Samara. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989; AREND, Sílvia Maria, op cit, p.59-65

Outra nomeação dada às relações amorosas não oficializadas que envolviam os escravos foi a de amantes. Benedito, escravo de Manoel Romão da Piedade, era amante de uma escrava de Agostinho José dos Reis em 1876²⁸⁴. Nesse caso, os escravos não residiam juntos, mas se visitavam. O fato de pertencerem a senhores distintos pode ter dificultado a oficialização da relação.

As mulheres escravas que tiveram filhos e conviveram com eles, desenvolveram relações que envolviam sentimentos com características peculiares. Na seção seguinte trabalharei a maternidade escrava.

3.2.1 Maternidade

Segundo Emília Viotti da Costa, o trabalho pesado exercido pelos escravos impedia que as mães amamentassem, assim como a formação de afeto entre eles²⁸⁵. As escravas cometeriam o infanticídio e o aborto para não passar sua condição aos filhos²⁸⁶. Após 1850 a maternidade das cativas passou a ser incentivada. Vários foram os debates sobre o tema, falou-se, inclusive, em premiar as escravas que levassem a gravidez até o fim, porque seria uma das formas de reposição de mão-de-obra²⁸⁷; até então os gastos com a reprodução não compensariam, por isso não era incentivada.

Trabalhos mais recentes apontam a existência de mães e crianças, enfocando as relações de afeto entre elas. Mesmo em condições precárias, a gravidez e a maternidade ocorreram e as escravas, em alguns casos, foram ainda mais penalizadas pelo seu papel reprodutivo. Nesta seção abordarei alguns aspectos da maternidade escrava sob a ótica dos trabalhos mais recentes²⁸⁸.

Em Lagarto, 21 anos era a idade média em que ocorria a maternidade entre as cativas. Na Paraíba a idade média era de 22 anos e meio, e tinham em média dois filhos²⁸⁹. Os

²⁸⁴ Réu: Benedito, escravo de Manoel Romão da Piedade; vítima: Agostinho José dos Reis. Sumário de Culpa, 05/11/1876, caixa 07, 37p.

²⁸⁵ COSTA, op. cit.

²⁸⁶ MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência: A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

²⁸⁷ GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988, pp.25-27.

²⁸⁸ Alguns dos trabalhos que abordam a maternidade escrava e/ou as relações de afetividade entre as mães escravas e os seus filhos são: PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993. REIS, Isabel, op. cit.

²⁸⁹ ROCHA, Solange Pereira da. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba 1820-1888*. Recife: UFPE, 2001. Dissertação (Mestrado em História, Departamento de

senhores lagartenses, provavelmente, não criavam grandes empecilhos à reprodução de suas escravas porque: (i) numa região de poucos recursos seria a principal forma de reposição de mão-de-obra e, (ii) em sua maioria, os escravos estavam no eito, assim não havia problemas com relação ao espaço. Diferente do meio urbano, onde havia pouco espaço para filhos de escravos e de senhores²⁹⁰. A Tabela 3.4 ilustra esse assunto.

Tabela 3.4: Idade em que as escravas se tornavam mães – Lagarto (1850-1888)

Faixa Etária ²⁹¹	Número de escravas	percentagem
12-16 anos	31	14,9%
17-21 anos	84	40,4%
22-26 anos	58	27,9%
27-31 anos	24	11,5%
32-37 anos	11	5,3%
Total	208	100%

Fonte: APES, Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação de Lagarto de 1873.

Para as cativas, a maternidade possibilitava a criação de laços afetivos que atenuariam o cativeiro. No período colonial, segundo Priore, ser mãe, especialmente para a mulher solteira, fazia com que o corpo deixasse de ser uma ferramenta de prazer para ser de luto, dor e morte por conta dos abortos, desconfortos na gestação e preocupação com as crianças²⁹². Em Lagarto, mesmo num período posterior, algumas mulheres morreram durante ou logo após os partos; porém, a morte em tais condições não foi um privilégio das parturientes solteiras, também foram registrados casos de escravas casadas que faleceram na mesma situação. Um exemplo disto foi Josepha, de cor cabra, 18 anos, escrava de José Rodrigues da Costa, que faleceu logo após o nascimento da sua criança. Outro exemplo foi Maria, casada com Boaventura, que morreu após haver nascido Joaquim²⁹³. Possivelmente, um dos motivos para as escravas morrerem era que quando estavam “prenhes” ou recém

História). Em Estância, a faixa etária das mães escravas era dos 17 aos 48 anos. Ver em SANTANA op. cit, p.99.

²⁹⁰ GIACOMNINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

²⁹¹ Considerei a idade do filho mais velho presente, por isso os índices da faixa etária de 32 a 37 anos podem ser ainda menores.

²⁹² Segundo Priore, até mesmo as mães concubinas no Brasil Colonial não sofriam discriminação devido a esta condição.

²⁹³ Inventariado, José Rodrigues da Costa, inventariante, Philipa Maria de San Tiago, 3/07/1858, caixa 23, n.5, p.82, Registro de Batismo n° 34, livro n° 9, p.51

paridas, eram obrigadas a trabalhar na lavoura²⁹⁴. Os proprietários possuíam poucos escravos e por isso não deixavam de utilizar a mão-de-obra, mesmo das que haviam parido recentemente.

A importância dos laços de afetividade desenvolvidos na maternidade é demonstrada através da luta das mães em preservá-los, mesmo depois de forras ou no processo de conquista da alforria. Como exemplo Maria de Fraga que depois de forra acionou a Justiça, em 1875, para alforriar o seu filho²⁹⁵. Temos ainda o caso de Francisca, em 1885, mestiça, 38 anos, que levou para a sua avaliação um atestado médico que indicava estar doente, reduzindo assim seu valor o que lhe permitiu pagar 100\$000 pela sua manumissão e 50\$000 “pelos serviços” de sua filha ingênua Josepha, de nove anos, mulata²⁹⁶.

Até nos momentos extremos, como na morte, percebemos o apego das mães escravas aos seus filhos, como observei neste episódio: Pedro foi esfaqueado por Vicente, em 1861, ambos eram escravos de José Narciso. A mãe, ao perceber o filho com as “tripas” expostas, colocou-as no lugar e costurou-lhe o corpo com o intuito de salva-lo. Os esforços dessa mãe, entretanto não surtiram resultado, pois Pedro faleceu logo após as facadas²⁹⁷. Segundo Isabel Reis, algumas escravas chegaram a fugir com seus filhos a fim de lutar pela permanência dos laços afetivos e familiares²⁹⁸.

O viajante Moniz Souza, narrando sobre um período anterior ao da presente pesquisa, mencionou que nas fazendas com grande número de escravos existia uma responsável por cuidar de todas as crianças filhas de cativas. As mães se revezavam nesta tarefa, uma das mais trabalhosas, segundo o mesmo viajante²⁹⁹. Assim, a maternidade

²⁹⁴ Moniz de Souza chega a criticar os proprietários por essa atitude, porque deixa de aumentar a sua posse. Apesar da descrição ser do início dos Oitocentos atesto que ela se aplicava na segunda metade do século XIX, como foi visto no primeiro capítulo uma grande parte dos proprietários tinham pequenas e médias posses; e as mulheres eram maioria nas pequenas posses, por isso, teriam que trabalhar grávidas e com os seus filhos recém-nascidos. Ver em: SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. (Org. ARAÚJO, Ubiratan Castro de.). 3. ed., Salvador: IGHB, 2000.

²⁹⁵ Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

²⁹⁶ Joaquim Alves de Jesus, inventariado, Maria Magdalena do Sacramento, inventariante, inventário *post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 43.1885. Manoel de Souza Góes, inventariado, D. Disidéria Maria da Conceição, inventariante, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 41. 1882, 69p.

²⁹⁷ Nesse episódio, um aspecto chama atenção o conhecimento que a mãe de Pedro tinha do corpo humano e de algumas práticas da medicina, pois ela recolocou o que era provavelmente o intestino, e ainda soube costurar a pele do filho. Réu, Vicente, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 56p.

²⁹⁸ REIS, Isabel, op. cit. p.99.

²⁹⁹ SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. (Org. ARAÚJO, Ubiratan Castro de.) 3. ed., Salvador: IGHB, 2000.

provocava uma solidariedade de gênero entre as parceiras de trabalho e/ou comadres, que ajudavam a criar as crianças umas das outras³⁰⁰.

Nas posses menores as crianças certamente acompanhavam suas genitoras nos afazeres, fossem na lavoura ou nas casas. Inicialmente ficavam presas ao corpo das mães enquanto estas trabalhavam e, um pouco maiores, ficavam no chão se distraíndo com pequenos objetos, sob o olhar atento do adulto. Depois de crescidas desempenhavam pequenas tarefas ajudando na colheita e tirando pequenos galhos e cipós das plantações.

Outra possibilidade para as crianças escravas era a de ficarem no seio da família dos senhores convivendo com as senhoras, as iaiazinhas e os ioiozinhos. Por conta desse convívio algumas crianças foram agraciadas com cartas de alforria, fato que expressava o afeto do senhor. Na Casa Grande, as crianças escravas também brincavam ou serviam de brinquedos para os filhos dos seus proprietários, e, algumas vezes eram machucados³⁰¹.

Apesar de todos esses transtornos, as mães escravas lutavam para ficar próximas aos seus filhos. Mas, quais eram as possibilidades dos escravos manterem as relações construídas? Podiam ter esperanças de conviver com seus entes queridos por grandes intervalos de tempo? Na seção seguinte discutirei a estabilidade das relações familiares dos escravos.

3.3 A ESTABILIDADE DAS RELAÇÕES FAMILIARES DOS ESCRAVOS

Passar anos convivendo com algum familiar ou com o cônjuge não foi uma raridade em Lagarto. Apesar das dificuldades para a manutenção de uma família escrava, grande parte das famílias legítimas possuía certa estabilidade, conforme aponta a Tabela 3.5.

³⁰⁰ Mary Del Priore encontrou esta solidariedade no período colonial. Acredito que a mesma existiu também no período imperial. Ver: PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, Distrito Federal: EDUNB, 1993. p.47.

³⁰¹ MACHADO, Manoel Alves. Duas crianças (Horror à escravidão). In: *Os Palmares Zumbi & Outros textos sobre a escravidão*. Org. LIMA, Jackson da Silva. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

Tabela 3.5: Duração média das relações familiares legítimas por faixa etária – Lagarto (1850-1888)

Faixa Etária das Mães ³⁰²	Duração	Nº de Famílias
< 25 anos	4 anos e 2 meses	4
25-35 anos	8 anos	14
36-45 anos	9 anos e 1 mês	20
> 46 anos	10 anos e 6 meses	12

Fonte: APES, Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação de Lagarto de 1873

Conforme se percebe na Tabela 3.5, mesmo com as dificuldades de existência e manutenção de famílias legítimas no município, mulheres e homens escravos conseguiam manter suas relações familiares por um tempo considerável; 92% das escravas mantinham suas relações maritais durante mais de cinco anos. Aparentemente a dificuldade maior era a de legalizar as uniões, mas uma vez legalizadas elas eram mantidas.

No entanto, a Tabela 3.6 mostra que as famílias matrifocais e consensuais também tinham relativa estabilidade³⁰³. A porcentagem dessas famílias com mais de cinco anos era menor que as legítimas; 65,21 % dos arranjos familiares tinham mais de quatro anos de existência; com idade igual ou superior a dez anos, apenas 7,25% das famílias; enquanto que nas escravas casadas a faixa correspondia a 24%. Em suma, as uniões legitimadas tiveram estabilidade um pouco maior que as que não foram³⁰⁴.

Segundo Slenes, enquanto o proprietário fosse vivo os jovens escravos podiam sonhar com a possibilidade de conviverem juntos; após a morte do senhor seria necessário partilhar os bens, e talvez as famílias constituídas também fossem divididas. Enquanto vivo um proprietário não se desfazia dos seus cativos com muita frequência³⁰⁵.

³⁰² Não encontrei todos os registros de casamentos das escravas listadas como casadas na Lista de classificação e nos inventários, por isso medi a idade das uniões pela idade dos filhos mais velhos. Sei que a mencionada metodologia possui problemas, porque não leva em consideração a taxa de mortalidade dos escravos e que algumas uniões foram legitimadas após o nascimento do primeiro filho.

³⁰³ Segundo Costa a instabilidade familiar entre os escravos era promovida por causa do desequilíbrio sexual e a falta de interesse dos senhores em fazer com que os seus escravos legitimassem as suas relações, para os tais senhores era preferível que os escravos tivessem relações passageiras. Segundo este argumento em Lagarto as relações podiam ser estáveis já que havia equilíbrio sexual. Ver em COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala a Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997, p.318.

³⁰⁴ Slenes pontua que casamentos entre escravos com idade igual ou superior a 10 anos era uma amostra de grande estabilidade. Ver em: SLENES, Robert. Lares Negros, Olhares Brancos: História da Família Escrava no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v8, n° 16, pp.189-203, mar.88/ago.

³⁰⁵ SLENES, op. cit, p.100.

Tabela 3.6: Duração média das relações familiares não legítimas por faixa etária – Lagarto (1850-1888)

Faixa Etária das Mães ³⁰⁶	Duração	Nº de Famílias
< 25 anos	3 anos e 7 meses	48
25-34	4 anos e 1 mês	65
35-45	9 anos e 7 meses	19
> 45 anos	10 anos e 8 meses	6

Fonte: APES, Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação de 1873.

A estabilidade também é percebida na existência de famílias extensas. Em algumas posses havia três gerações convivendo: avós, pais e filhos escravos. Um exemplo disto era Maria, crioula de 48 anos, mãe de Justiniana (25 anos), Maria (20 anos), Silveria (15 anos), Marcolina e Joanna (11 anos) e Theodosio (6 anos). Justiniana, solteira, era mãe de Manoela (6), Antônia (6) e Felippa (8); a segunda filha de Maria, também chamada Maria (20), era mãe de Martinho (5). Maria (48) foi alforriada com a morte da sua senhora, Paula Josefa de São Pedro³⁰⁷. A família citada existia há, no mínimo, 25 anos, a idade da filha mais velha. É mister ressaltar que a família escrava tinha uma importância vital para o senhor e que a proprietária Paula Josefa de S. Pedro tinha, na sua posse, além da família citada mais duas, inclusive uma nuclear. As três famílias juntas compunham mais da metade da sua posse.

De acordo com as duas Tabelas anteriores, 3.5 e 3.6, possivelmente os filhos com idade igual ou menor que 11 anos estavam acompanhados de suas mães ou de seus pais. O fato de grande parte das crianças estarem nas médias e grandes posses demonstra que elas estavam acompanhadas de seus familiares, mesmo que não fossem de seus pais, contudo poderiam ter tios, tias, avós, dentre outros.

Voltando aos dados apontados anteriormente temos que 87,06% das crianças cativas estavam nas médias e grandes posses; somente sete compunham as posses de apenas um escravo, ou seja, estavam sozinhas, sem parentes próximos³⁰⁸. Com a promulgação de leis que proibiam vendas que separassem as escravas de seus filhos, aumentou o número de crianças que passavam a infância com suas progenitoras.

³⁰⁶ Adotamos o mesmo procedimento da tabela anterior.

³⁰⁷ Inventário *post-mortem*, n.º 16, caixa, 32.

³⁰⁸ Inventários *post-mortem* 1850-1876.

No entanto, muitas famílias escravas foram separadas: as mães dos filhos, as mulheres dos maridos. A principal razão para tais separações devia-se à morte dos senhores. Com a partilha, fatalmente algumas famílias eram separadas devido ao pequeno número de escravos existentes nas posses e ao número elevado de herdeiros. Luís e Florência, por exemplo, eram casados em 1875 e pertenciam a senhores diferentes por causa de uma divisão dos bens que ocorreu num período anterior³⁰⁹. Em alguns casos os arranjos foram mantidos, mesmo antes de 1869³¹⁰. Temos como exemplo o caso das famílias existentes na posse de João Pascácio de Araújo, falecido em 1850 que deixou como herança, entre outros bens, nove escravos que tinham constituído três famílias: (i) Bernarda (25 anos), era mãe de Higgino (2 anos) e Pedro, preto (4 anos); (ii) Thereza, também com 25 anos, era mãe de Tiburcia, mulata (4 anos); (iii) por último Francisca, mestiça (28 anos), era mãe de Josefa (6 anos) e Maria, mestiça (3 meses). O único homem escravo adulto na posse era Zacarias, cabra, 22 anos. Desconfio que ele mantinha uma relação consensual com uma das escravas, provavelmente com Thereza, pois na partilha o inventariante ficou com Thereza, Tiburcia (filha de Tereza) e Zacarias. Dona Ana Rita, esposa do inventariado, ficou com as demais famílias³¹¹.

Em outros casos, mesmo após a divisão dos bens, ainda que os escravos passassem a pertencer a diversos senhores, as famílias permaneciam juntas, pois os herdeiros continuavam morando na mesma propriedade ou próximos a esta. A separação legal neste caso, não promovia uma separação de fato³¹². Ana Francisca faleceu em 1852 e deixou cinco escravos para as suas herdeiras. Entre eles havia duas famílias: a de Benedita, mestiça (38 anos), mãe de José (7 anos), também mestiço, e de Marçal, preto (3 anos); e a de Marçalina (25 anos) mãe de Hermenegilda (1 ano). As filhas menores de Ana Francisca, Paula Maria e Maria Ursula, herdaram os escravos, todavia, ficaram morando juntas por mais algum tempo. A única filha casada herdou outros bens e não a escravaria³¹³.

³⁰⁹ Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação 1873/1875, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa.1, p.2.

³¹⁰ Em grandes posses como as encontradas em Campinas, a lei de 1869 não trouxe grandes alterações, pois as famílias eram mantidas após a partilha. Ver em: SLENES, op. cit. E Florentino e Góes analisando os inventários *post-mortem* do Rio de Janeiro, num período anterior a nossa pesquisa, percebeu que as divisões de herança não separavam os familiares. Ver em: FLORENTINO & GÓES, op., cit.

³¹¹ João Pascácio Araújo, inventariado, João Antonio de Araújo, inventariante, inventário *post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1850, caixa 15, 51p.

³¹² Motta & Valentim chegaram a uma conclusão semelhante para Apiaí, eles perceberam que mesmo com senhores diferentes, alguns escravos moravam no mesmo local ou em localidades próximas. Desta maneira, alguns laços familiares eram mantidos mesmo após a partilha. Vide: MOTTA, José Flávio & VALENTIM, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). In: *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH, 2002.

³¹³ Ana Francisca, inventariada, Raimundo Nonato de Fonseca, inventariante, inventário *post-mortem*, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1852, caixa.16, 49p.

Conforme foi mostrado as famílias também eram separadas pela venda. A região exportou 9,97% dos que foram matriculados em 1873 para as regiões da Cotinguiba e Mata Sul³¹⁴. Hormídia, casada, 25 anos, escrava do Vigário Manoel Nogueira Cravo foi separada do seu marido porque este foi vendido para Thomas Guedes, morador de Santa Luzia, uma Vila localizada no litoral da Província de Sergipe³¹⁵.

As alforrias também podiam causar separações nas famílias, entretanto, o afastamento era relativo, pois os libertos ficavam nos arredores das propriedades dos ex-senhores, assim, ficavam próximos dos seus parentes. Em outros casos, mesmo separados fisicamente buscavam manter vivos os laços familiares como foi o caso de Maria de Fraga, ex-escrava de Manoel Rico, que recebeu carta de alforria com a morte do seu senhor; porém seu filho, Francisco, continuou escravo sendo tutelado pela madrinha, Joana. Foram separados oficialmente após a morte do proprietário deles, contudo, após dez anos, em 1875, a mãe acionou a justiça para conseguir a alforria do filho, listando testemunhas e demonstrando que ambos ainda mantinham contato, mesmo que esporádicos³¹⁶.

Em suma, as relações familiares entre os escravos em Lagarto gozavam de estabilidade relativa, mas em que espaço se travavam essas relações? Isso será tratado na próxima seção.

3.4 AS MORADIAS

Ao se ouvir o termo senzala, a imagem comumente vinculada à expressão mencionada é a de vários escravos juntos uns sobre os outros, num espaço único. Esta imagem reflete um tipo de moradia dos cativos, mas existiram outras. Em Lagarto, da mesma

³¹⁴ PASSOS SUBRINHO, op. cit.

³¹⁵ Lista de Classificação para o Fundo de Emancipação 1873/1875, cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa.1, p.2. No mesmo livro é possível encontrar outros casais que moravam em cidades diferentes, Caetano, escravo de Antonio Correa de Seabra, sua mulher morava em Itabaiana. Martinho, escravo de 32, estava separado da sua mulher por venda, nas observações faz referência que a mencionada venda foi realizada antes da lei proibitiva de 1869.

³¹⁶ Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

maneira que em outras localidades, houve várias formas de senzalas. Nesta seção comentarei alguns indícios encontrados sobre os tipos de moradia de escravos nessa Vila³¹⁷.

No meio urbano encontramos duas referências às moradas dos escravos. A primeira, nos “fundos da malhada” de André Ramos Romero, era o local onde foram construídas as casas dos escravos. Ou seja, provavelmente os escravos casados moravam em residências separadas dos demais cativos; todavia, não acredito que os solteiros morassem em senzalas do tipo pavilhão, estas não devem ter existido na região. O número de escravos por proprietário, como já foi visto, era pequeno e por isso não se justificava esse tipo de construção.

A segunda referência foi à do cativo sapateiro José, mestiço, doente de asma, que morava nos fundos da casa principal, sem ligações com a malhada. A casa do escravo chegou a ser avaliada, em 1860, por 150\$000, no inventário do seu proprietário, Manoel Felipe de Carvalho³¹⁸. Não acredito que a moradia de José constituísse uma regra, todavia, era mais uma possibilidade de *fogo* para um escravo.

No caso de José, além de morar numa casa valorada ele também residia afastado do seu senhor. Morar numa casa diferente da residência do proprietário foi algo possível para alguns escravos. O motivo que contribuiu para José morar numa casa sem os seus senhores foi a sua profissão, sapateiro; viver na Vila possibilitaria maiores ganhos. Convém frisar que alguns senhores possuíam várias propriedades e os seus escravos viviam nos diversos imóveis. O que nortearia o local de morada dos escravos seria o seu ofício e a tipo de produção da propriedade. O nosso já conhecido André Ramos Romero era um desses senhores; os escravos Domingos, Manoel, Maurícia, Anna, Benta e Josefa foram transferidos

³¹⁷ Slenes em seu livro, utilizando-se como fonte, principalmente, de relatos de viajantes, enumera várias arquiteturas de senzalas: as do tipo pavilhão, construções compridas e com apenas um andar, dividida em compartimentos, quatro escravos solteiros do mesmo sexo ocupavam um cubículo ou um casal com seus filhos; outro tipo de Senzala era o do tipo barracão, nesta não havia divisões. Eram duas senzalas e abrigavam os escravos separadamente pelo sexo. Os casados ficavam em recintos menores. Todavia, o autor não precisa se esses recintos ficavam ou não dentro das senzalas barracões. Ressaltamos que estes modelos foram encontrados no sudeste cafeeiro, onde o número de escravos por proprietário era bastante elevado. O mesmo autor cita Rugendas e este pontua que nos locais de lavoura de mandioca e algodão, a moradia dos escravos eram as choupanas, construídas de pau e cobertas de folhas de palmeiras, comumente não tinha janelas e eram extremamente baixas. Outra arquitetura citada é a de cabanas construídas com barro, em Minas Gerais. Vide: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999, pp.149-180.

³¹⁸ Manoel Felipe de Carvalho, inventariado, Josefa Maria dos anjos, inventariante, caixa,18, 03/02/1854.

de sua casa para o sítio da Catita, um subúrbio da cidade, local onde, provavelmente, o proprietário não residia³¹⁹.

No meio rural, muitas das casas dos homens livres pobres e até mesmo de alguns proprietários de escravos eram de taipa; algumas cobertas com telhas e outras com palhas³²⁰. Creio que as moradias dos escravos do eito imitavam este padrão. Nas construções das moradas eram utilizadas taipa, palha e os cipós. Os escravos, após executarem os seus serviços podiam colher materiais para construir as suas choças com a ajuda dos parceiros de cativo. Esse foi o caso de Manoel Boca, que mencionou num interrogatório que ele e seu parceiro, Venceslão, como de costume, após cumprirem as obrigações estavam tirando cipó, no mato, para construir sua casa³²¹. Manoel Boca e Venceslão eram cativos no Engenho Piauí e por estarem no meio rural dispunham de maior espaço e facilidades para construir suas casas, posto que os materiais utilizados estavam próximos dos seus locais de trabalho.

Bittencourt Sampaio, poeta sergipano, ao se referir às casas dos escravos, no seu poema intitulado *No Álbum de um Poeta*, as chama de *choças*³²². Francisco José Alves, famoso abolicionista, num artigo que se refere às senzalas menciona que foram transformadas em “pequenas casas asseadas” para trabalhadores livres residentes na zona da Cotinguiba³²³, mostrando que os escravos moravam em casas separadas. Etelvina Amália de Siqueira³²⁴, abolicionista, ao se deparar com um velho escravo numa noite chuvosa em Aracaju, ficou horrorizada pelo fato dele não possuir uma *choupana*. Tais fatos dão indícios de que a morada padrão dos escravos na Província de Sergipe foram as choças feitas de taipa e palha.

³¹⁹ Correio Sergipense, Aracaju, n.57, 20 de julho, 1861, p.04 In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia. (Licenciatura, DHI). p.236

³²⁰ Na década de 50 as casas que possuíam telhas eram descritas nos inventários *post-mortem*, e mais valorizadas e poucas eram as casas que possuíam o tal acabamento. Com o passar dos anos o bem se tornou mais comum.

³²¹ Réus Manoel Boca, Venceslão e Faustino, vítima José Telles de Menezes, sumário de culpa, 17/03/1860, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 380p.

³²² Essa poesia, que se refere ao *norte*, foi publicada inicialmente em 1860, em Flores Silvestres, um livro de poesia. Ver em: GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. pp.99-100. SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt. No álbum de um poeta (fragmento). In: LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p.95.

³²³ Ver em: ALVES, Francisco José. Agricultura do país e a escravidão. In: LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, 164-170.

³²⁴ Etelvina Amália de Siqueira foi professora, diplomou-se na Escola Normal de Aracaju, nasceu em 1862 em Itabaiana, Sergipe. Ver em: GUARANÁ, op. cit p.75 O seu discurso foi publicado inicialmente na Gazeta de Aracaju em 1883. SIQUEIRA, Etelvina Amália. Quadro Negro. LIMA, Jackson da Silva. *Os Palmares Zumbi & outros textos sobre a escravidão*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, pp.187-189.

Os escravos casados com mulheres livres residiam em casas separadas e construídas nas propriedades do seu senhor, este era o caso de Antônio, escravo de João Baptista da Silva em 1869 e que morava com sua esposa numa casa localizada no interior da propriedade do seu senhor. Tinha como vizinho um livre, Antônio Francisco d'Araújo, lavrador, um possível agregado do seu senhor³²⁵. Pedro, propriedade de José Narciso, foi outro exemplo. Residia numa casa situada nas posses do seu senhor, com sua mãe e Jacinta, sua amásia³²⁶.

Não rejeito a possibilidade de algum escravo casado com mulher livre residir na casa da consorte, pois muitas delas eram frutos de relacionamentos legítimos e poderiam ter herdado uma casa dos seus pais. Os *bens de raiz* não eram difíceis de serem conseguidos no período, principalmente nas primeiras décadas. Em 50, por exemplo, apenas quatro inventariados não possuíam esses bens arrolados entre os seus pertences³²⁷. Após 1850, data da promulgação da Lei de Terras, os mesmos passaram por forte valorização³²⁸.

Um local de moradia diferenciado foi o dos escravos do Tenente Gaspar José de Carvalho; ele os abrigava numa casinha colada à residência de Antônio da Rocha, proprietário da mesma e que a havia emprestado ao seu amigo. Provavelmente, os dois homens livres residiam próximos. A moradia tinha comunicações “anteriores e posteriores”, ou seja, havia portas na frente e atrás. Dificilmente imagina-se uma senzala com tantas portas, o que facilitaria as saídas e entradas dos escravos e possíveis fugas. Como os senhores de escravos não eram grandes afortunados e a escravaria do tenente era recente, talvez ele não dispusesse de tempo nem dinheiro para construir a moradia para seus escravos³²⁹.

Os senhores que possuíam pequenas posses e cujos escravos fossem solteiros, provavelmente dividiam o espaço da sua casa com eles. Um cômodo ou parte do cômodo deveria ser reservado para o escravo ou escrava. O Sumário de Culpa no qual o escravo Raimundo, propriedade de Agostinho José dos Reis, testemunhou traz sinais disso. Ele narrou que estava deitado quando ouviu um barulho, levantou-se e viu o escravo Benedito,

³²⁵ Réu, Antônio escravo de João Baptista da Silva, vítima, Josefa Maria da Conceição. Sumário de culpa, 25/07/1869, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto caixa 4, 77p.

³²⁶ Réu, Vicente, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 56p.

³²⁷ Cartório do Primeiro e Segundo Ofício de Lagarto, Inventários *Post-mortem*, 1850 a 1888.

³²⁸ OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História. Franca - Século XIX*. SP: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A1997.(História Local, 7).; Cartório do Primeiro e Segundo Ofício de Lagarto, Inventários *Post-mortem*, 1850 a 1888.

³²⁹ Réus: Vicente Lopes de Almeida, Manoel da Costa Silva, Antônio Suares da Costa, sumário de culpa, 30/01/1858, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto caixa 3, 59p.

pertencente a Manoel Romão da Piedade, entrando no quarto do seu senhor para furtar dinheiro. Para Raimundo ouvir e ver essa movimentação era necessário que estivesse deitado no interior da casa³³⁰.

Mas, quais eram as finalidades de tais moradias? Elas garantiriam melhores condições de vida e mais espaço para realizar atividades como as de se alimentar e tecer. Segundo Slenes, o escravo que possuísse família, provavelmente possuiria mais espaço para morar seja nos cubículos das senzalas, nos pavilhões ou em casas separadas. As choupanas possibilitavam maior autonomia para algumas atividades sociais básicas como: dormir, comer e manter relações sexuais³³¹.

Bittencourt Sampaio indica que as choças constituíam ainda em locais de privacidade nos quais o escravo poderia lembrar de fatos com ele ocorridos, chorar de saudades e, talvez, de tristeza³³². As casas também eram lugares de alegria e espaços de lazer; Vicente menciona num interrogatório que estava em sua casa no Barro-Preto “tocando pandeiro”³³³. Com as moradias tudo isto poderia ser feito longe dos olhos dos senhores, sem contar que além do lazer e das atividades sociais básicas, elas provavelmente foram palcos de vários conflitos que envolveram familiares, inclusive casais. E é sobre esses conflitos que dissertarei no próximo item.

3.5 CONFLITOS ENTRE CASAIS

As relações familiares dos escravos também foram marcadas por conflitos e alguns deles geraram processos criminais, nesta seção selecionei alguns casos e os discutirei.

Em 18 de julho de 1869, “na boquinha da noite”, Josefa Maria da Conceição, livre, 34 anos, casada, fiandeira, ia para a novena de Santa Ana no mesmo quarteirão que residia, no sítio da Horta. No trajeto encontrou o seu marido, Antônio, escravo de João Baptista da Silva bêbado que desejava que ela retornasse para casa. Josefa disse que não

³³⁰ Réu, Benedito escravo de Manoel Romão da Piedade, vítima, Agostinho José dos Reis, Sumário de Culpa, 05/11/1876, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 07, 37p.

³³¹ SLENES, op. cit.

³³² Slenes op. cit, Bittencourt Sampaio op. cit

³³³ Vicente réu, vítima, Pedro, sumário de culpa, 27/06/1861, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto caixa 3, 56p.

retornaria e, por conta disto, Antônio puxou uma faca a fim de ataca-la. Ela, ao se defender foi ferida na mão, porém continuou seu caminho e foi à novena na casa de José Victorino, inspetor do quarteirão. O inspetor estava no ato religioso e, após ouvir o acontecido convocou dois homens e deu ordens para que prendesse o referido escravo, o que foi feito sem resistência.

No processo, as testemunhas e a própria Josefa Maria da Conceição foram unânimes em afirmar que nesse casamento não existiam desavenças entre os cônjuges e ressaltaram o fato do escravo estar bêbado. As testemunhas eram vizinhas do casal, conheciam e conviviam com eles há algum tempo. Antonio, no seu interrogatório, declarou que vivia no sítio da Horta, numa casa do seu senhor há dez anos e que conhecia as testemunhas também há anos. O testemunho mais interessante foi o do inspetor, este comentou que o único motivo do crime foi devido ao fato da ofendida querer assistir a novena contra a vontade de seu marido, “o qual naturalmente indignado por esse procedimento cometeu o crime porque é acusado”³³⁴.

Percebe-se no conflito que o motivo principal foi à afronta à vontade do marido que mesmo sendo escravo teria autoridade sobre sua esposa, apesar dela ser uma livre ou liberta. E a sociedade concordava com este domínio; o escravo não era visto simplesmente como uma criança inserida numa família patriarcal, ele possuía sua vida, conflitos³³⁵.

Alguns conflitos dos homens escravos com suas companheiras resultaram em morte. Faustina Maria foi assassinada com golpes de machado e foice em dezembro de 1868. Nicolau, escravo de Carolino Martins Fontes, era amásio dela e o principal suspeito. Segundo algumas testemunhas ele cometeu o assassinato por ciúmes. O ex-marido de Faustina Maria andava à sua procura no sítio nas proximidades de sua casa, o que levou o escravo a duvidar da honestidade de sua amásia. Um segundo motivo alegado foi que Faustina Maria queria ir ao Saco, um povoado de Lagarto, e o seu amásio não concordava. Houve uma alteração entre ambos na véspera do assassinato e por isso os depoentes acreditavam ser o escravo o assassino³³⁶.

³³⁴ Josefa Maria da Conceição, autora, Antônio, réu, sumário de culpa, Cartório do Segundo ofício de Lagarto, caixa 4, 1869, 77p.

³³⁵ Gilberto Freyre defende que o escravo faria parte da estrutura da família patriarcal. Vide: FREYRE, op. cit Mattoso também pontua que o escravo seria uma eterna criança dentro da família patriarcal. Ver em: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³³⁶ Réu, Nicolau, Vítima, Faustina Maria, Sumário de Culpa, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 4, 12/12/1868, 230p.

Um dos grandes motivos para os conflitos eram as questões amorosas e os ciúmes. As mulheres eram maltratadas pelos seus pares e, conforme foi mostrado, algumas vezes as confusões terminavam resultando em mortes³³⁷.

Os possíveis conflitos existentes entre homens e mulheres escravos casados dificilmente geraram processos na justiça pois provavelmente sua resolução se dava na esfera privada; na senzala, entre os próprios cativos ou com a interferência do proprietário. Koster registrou que em Pernambuco um escravo, ao saber da traição da sua esposa também escrava, solicitou ao seu senhor que a castigasse³³⁸. Já os conflitos que envolviam mulher livre ou liberta com o companheiro escravo, eram resolvidos com o auxílio da justiça, pois fugiam da jurisdição do senhor.

Outra possibilidade é que conflitos entre homens escravos e mulheres livres tenham ocorrido com uma incidência maior. As mulheres, por trabalharem, podiam não concordar com o papel submisso no casamento, afinal contribuíam com o pagamento dos gastos familiares, ajudavam seus maridos na obtenção do pecúlio e até mesmo da alforria e os homens escravos, provavelmente não cumprissem seu papel de provedor. Os conflitos podiam se dever, ainda, à não aceitação, por parte das mulheres libertas, da substituição da condição de escrava pela de mulher submissa a um homem³³⁹. As mulheres pobres, livres ou libertas, não atuavam somente na esfera privada, elas circulavam nas ruas a fim de venderem seus produtos, saíam da esfera da mulher, do espaço privado - a casa, e isso gerava dúvidas e ciúmes nos seus consortes. Entre elas e os maridos havia uma hierarquia social, o que podia acentuar as brigas, afinal não era somente o patriarcado que regulava as relações sociais³⁴⁰.

As relações familiares dos escravos não eram caracterizadas apenas pelos conflitos; os escravos lutando por ampliá-las em atos de solidariedade fez do compadrio uma instituição social importante. Analisarei esse tema na seção seguinte.

³³⁷ Cecília Soares também encontrou os citados conflitos em Salvador no século XIX. Ver em: SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, 1994. Dissertação (Mestrado, Departamento de História). E Arend pesquisando Porto Alegre também encontrou a mesma motivação para conflitos, em alguns casos terminaram em morte ou no término do relacionamento. Vide: AREND, op, cit, pp.59-65

³³⁸ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol 2. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1942.p.530

³³⁹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

³⁴⁰ SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

3.6 AMPLIANDO A FAMÍLIA: O COMPADRIO

No Brasil, o compadrio foi um ritual bastante praticado tanto por livres como por escravos e trata-se de uma herança da cultura ibérica³⁴¹. Através do ritual do batismo, a família era ampliada pelos laços espirituais. Em Lagarto, na maioria das vezes, as cerimônias batismais eram realizadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade; mas também foram realizadas em outros locais, tais como o Hospício Palmas³⁴², a Capela do Riachão, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e propriedades particulares. Em alguns casos os batismos, assim como os casamentos, também foram realizados nas Santas Missões.

O batismo era um ato coletivo no qual várias crianças – livres e escravas – recebiam o sacramento numa mesma cerimônia, por isso, algumas datas e períodos foram preferidos para realizar a tal cerimônia, por como o dia consagrado a São Benedito. Em quase todos os anos pesquisados foram batizadas crianças nesta data. Outro período em que havia um número significativo de batizados era no mês de setembro, quando se comemorava o dia da padroeira de Lagarto, Nossa Senhora da Piedade. Nas festas religiosas os proprietários dos pais das crianças escravas estavam presentes e por isso, não foi raro o proprietário ou um parente do mesmo estar presente à cerimônia, mesmo que essa não tivesse sido realizada na sua propriedade. Muitas vezes foram padrinhos de crianças livres no mesmo dia que seus escravos batizavam seus filhos. Os senhores ficavam próximos dos seus escravos no ato de batismo e nos casamentos. Castiano, filho de Lourença, escrava de Caetano da Fonseca Dórea, foi batizado no dia 27 de outubro de 1867, junto com Theodoria, filha do proprietário e D. Maria Rosa da Conceição, sua esposa. Os padrinhos de Castiano foram o irmão do proprietário, Francisco Marques de Fonseca e a sua esposa³⁴³. A data do batizado era marcada num dia em que todos pudessem ir à Vila: proprietários, padrinhos e escravos. Em alguns casos, até mesmo os proprietários dos padrinhos, quando esses eram escravos, estavam presentes na cerimônia religiosa.

³⁴¹ Sobre batismo de escravos conferir: GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59.; Ver em: FALCI, Miridan Knox. *Escravos do Sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. pp.96-110; FARIA, Sheyla. Op. cit ; METCALF, Alida. “Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba”. In: *Estudos Econômicos*, vol.17, n° 2, 1987. pp.229-243; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988; SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

³⁴² Espécie de uma Fazenda e colégio de Jesuítas.

³⁴³ Registro de batismo n° 488, livro n° 4, p.383v.

O batismo era marcado pouco tempo depois do nascimento da criança, para a realização do sacramento aproveitava-se a festa religiosa mais próxima. Os escravinhos eram batizados muito novos, um pouco mais da metade (55,5%) passaram pelo ritual com até dois meses de idade. Apenas dez crianças foram batizadas com mais de um ano. Na década de 50, encontrei seis adultos sendo batizados, todos africanos, cinco homens e uma mulher. Esses africanos provavelmente chegaram à região nos últimos anos de vigência do tráfico África-Brasil. O sacramento batismal marca a entrada no mundo cristão e o registro de batismo era o documento que oficializava a existência das pessoas, por esses motivos era necessário que o ritual acontecesse enquanto a criança estivesse nova. Todavia, o registro de batismo ia além de um documento eclesiástico, ele também era um documento social, pois trazia várias informações sobre o indivíduo, a sua família e os padrinhos. No período em estudo não havia os registros civis. Por conta desses dados, percebemos que os senhores provavelmente se preocupavam que seus escravos fossem convertidos à *Fé Católica*.

Os ingênuos³⁴⁴ foram batizados ainda mais novos: 55% com idade inferior ou igual a um mês; 77,14% com até dois meses, sendo que a idade máxima encontrada foi a de oito meses. Possivelmente após 1871 houve uma fiscalização maior para que os batizados fossem efetuados. Inclusive, o pontuado na Lei do Ventre Livre servia como respaldo à essa conduta, pois ela determinava que os batizados dos ingênuos seriam registrados em livros de batismos separados, item que foi cumprido pelo pároco do período, João Batista de Carvalho Daltro³⁴⁵. Outra possibilidade seria a de que os pais escravos tiveram um interesse maior em batizar as crianças para garantir o status de ingênuo.

Até 1871 apenas 8% das crianças escravas batizadas eram frutos de relações legítimas. Existiram ainda seis crianças livres, fruto de relacionamento entre pai escravo e mãe livre com relações sancionadas pela Igreja. Após a Lei do Ventre Livre, a maior parte das crianças ingênuas batizados também foi proveniente de relações não legalizadas.

Os padrinhos das crianças escravas eram pessoas de diversas categorias sociais: escravos, libertos e pessoas livres. Dentre estas figuravam: pessoas ilustres de Lagarto,

³⁴⁴ Ingênuos era o nome dado às crianças filhos de escravas após a lei de 1871, essas crianças eram livres.

³⁴⁵ Utilizei os registros de batismos como fontes históricas e trabalhei com amostragem. Delimitei o ano de 1851 como o primeiro devido a 1850 ser o ano inicial da pesquisa e catalogamos os registros de 4 em 4 anos. Dessa forma, os anos fichados foram 1851, 1855, 1859, 1863, 1867, 1871, 1875, 1879, 1883, 1887. A devida metodologia foi adotada devido ao grande número de registros existentes na freguesia, totalizamos na nossa amostragem 596 batizados, estes corresponderam cerca de 11,15% dos batizados da paróquia dos anos mencionados.

abastados, comerciantes, proprietários de escravos, parentes e amigos dos seus proprietários, capitães, tenentes, pobres e agregados.

Apenas um senhor batizou o seu escravo, ou seja, não era algo costumeiro; o caso em questão constituiu-se a exceção. Da mesma forma que testemunhar o casamento, o batismo reivindicava elementos inconciliáveis com a relação senhor x escravo. Alguns parentes e amigos dos proprietários batizaram os filhos dos escravos, como por exemplo, Joana Gorda, que era amiga de Manoel Ricardo de Souza, proprietário do escravo Francisco, após o falecimento desse, a madrinha ficou responsável pela tutela do escravinho. Maria de Fraga, mãe de Francisco, em nenhum momento demonstrou possuir qualquer tipo de relação, seja afetiva ou de solidariedade, com a sua comadre. Ficou também evidente a inexistência de uma relação afetiva entre a madrinha e o afilhado, pelo contrário, a madrinha aproveitou a condição de possuidora da tutela para vendê-lo e assim conseguir algum dinheiro³⁴⁶. Assim, temos a hipótese que a escolha dos padrinhos em alguns momentos foi mais um ato da política paternalista³⁴⁷.

Ter padrinhos ou madrinhas livres foi uma possibilidade dos escravos de terem compadres ou comadres, devido ao tamanho dos plantéis serem reduzidos. Isso conferia status e a possibilidade de ajuda nas lutas cotidianas e na obtenção da carta de alforria. Esta última foi antes de tudo, uma esperança, mas nenhum padrinho deixou dinheiro suficiente para alforriar um afilhado. Os motivos citados fizeram com que os escravos concordassem com a indicação dos nomes para padrinhos dos seus filhos. Também acredito que os próprios escravos escolheram os padrinhos para seus filhos, isso dependeu do período, do proprietário e do poder de barganha que o escravo possuía junto ao seu senhor.

Outra solução encontrada pelos escravos foi a de buscar como padrinhos escravos de senhores distintos. Essa situação foi majoritária entre os compadres e as comadres escravos. Como por exemplo, Margarida, filha legítima de Thomazia e Manoel, escravos do capitão José Freire de Menezes, foi batizada em 1855 por Egidio e Felismina, escravos do tenente Alexandre José da Silveira³⁴⁸. Isto também demonstra que os escravos tinham uma

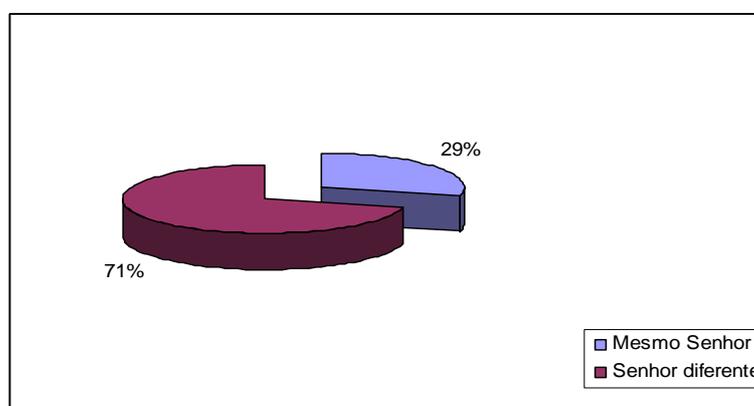
³⁴⁶ Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

³⁴⁷ Um paternalismo indireto, porque seriam pessoas próximas do proprietário, e não o próprio senhor. Conferir: GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII". In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59

³⁴⁸ Registro de batismo, n.º 165, livro n. 3, p. 321v.

capacidade de formar laços que iam além da propriedade do seu senhor e embora alguns desses padrinhos fossem escravos de parentes dos senhores³⁴⁹. Os escravos que tiveram como compadres seus parceiros de trabalho estavam inseridos em grandes posses, como foi o caso dos escravos de Victorio da Silva Vieira que possuía mais de 17 cativos³⁵⁰. O gráfico 3.2 mostra a relação entre as crianças cujos padrinhos pertenciam ao mesmo para plantel e as que o padrinho pertencia a um senhor distinto.

Gráfico 3.2: Situação dos padrinhos escravos e seus afilhados em relação ao senhor - Lagarto (1850-1888)



Fonte: Secretaria Paroquial, Registros de Batismos, Registros de Batismos, livros n ° 3,4,5,6 e 9

Conforme se observa no gráfico 3.2, 71% dos padrinhos escravos não pertenciam ao mesmo senhor do seu afilhado. No período pesquisado, foram batizadas 297 meninas e 1 mulher africana; 293 meninos e 5 homens africanos. Os números confirmam uma população escrava com números de homens e mulheres equilibrados. As meninas tiveram mais padrinhos e madrinhas escravos que os meninos. Segundo Schwartz e Gudeman os meninos

³⁴⁹ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. Miridan Knox Falci, pesquisando o Piauí Oitocentista, percebeu que os padrinhos escravos de senhores diferentes pertenciam a parentes dos proprietários dos batizados. As solidariedades horizontais eram limitadas pela família extensa do proprietário. No entanto, em Lagarto, percebi apenas dois batizados nos quais os padrinhos eram escravos de parentes dos senhores. Existe a dificuldade de rastrear todos os parentes dos senhores, mas afirmo que a maior parte dos padrinhos escravos não eram cativos de parentes dos senhores. Conferir: FALCI, Miridan Knox. *Escravos do Sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, pp. 96-110.

³⁵⁰ APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª Doc. 08.

tinham mais oportunidades de possuírem padrinhos livres, pois eles precisavam de maior proteção de pessoas livres que as meninas, por serem mais caros³⁵¹.

Os padrinhos das crianças escravas e ingênuas foram principalmente pessoas livres, mais especificamente após 1871. A partir desta data as crianças seriam livres, por isso seus pais evitavam padrinhos escravos, pessoas de status social inferior³⁵². A Tabela 3.7 mostra a participação de cada categoria nos batizados.

Tabela 3.7: Condição Social dos Padrinhos³⁵³ - Lagarto (1850-1888)

	Antes de 1871	%	Após 1871	%	Total
Padrinhos Livres	535	91,14	247	95,74	782
Padrinhos Escravos	48	8,18	9	3,5	57
Padrinhos Libertos	4	0,68	1	0,38	5
Santa			1	0,38	1
Total	587	100	258	100	845

Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial, Registros de Batismos, livros n° 3, 4, 5, 6 e 9.

Conforme se observa na Tabela 3.7, os padrinhos escravos e libertos diminuíram um pouco após 1871 e os livres foram majoritários durante todo o período³⁵⁴. Acredito que muitos deles foram escolhidos pelos escravos. Alguns dos padrinhos livres eram pessoas que conviviam com os cativos, fosse como agregados nas fazendas ou na Irmandade do Rosário, como por exemplo, Manoel Romão da Piedade, tesoureiro da irmandade, que batizou Josefa, filha de Bonifácia³⁵⁵. Em Lagarto, os padrinhos livres e escravos batizaram tanto as crianças escravas naturais como as legítimas³⁵⁶.

³⁵¹ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: Compadrio e Batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59

³⁵² Segundo Schwartz os batismos respeitavam a hierarquia social da sociedade. Por isso, livres não eram batizados por escravos. Em Lagarto alguns escravos batizaram filhos de mulheres livres e/ou libertas, mas esses batismos constituíram numa minoria. Por isso, creio que em Lagarto havia algumas características da realidade colonial baiana. Ver em: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

³⁵³ Para a construção da Tabela, somei o número de padrinhos e o de madrinhas.

³⁵⁴ Nos documentos de Lagarto poucas vezes se faz menção ao fato da pessoa ser liberta, seja nos documentos eclesiásticos ou cartorários. No entanto, a região era a que mais possuía libertos na província. Este fato talvez explique a não identificação de tais pessoas nos documentos, por ser algo comum. Por isso acredito que algumas das pessoas descritas como livres, nasceram escravas e se tornaram libertas.

³⁵⁵ Livro de Registros de Batismos n° 4, pág. 88v

³⁵⁶ Sheyla de Castro Faria, pesquisando um período anterior, chegou a conclusão que as crianças ilegítimas foram batizadas por pessoas livres que eram pequenos proprietários de escravos, as tais crianças compunham

Na Bahia, os escravos buscavam alianças: (i) horizontais, quando os pais escravos buscavam outros escravos para serem padrinhos, integrando ainda mais a criança à comunidade escrava; (ii) verticais, quando os pais entregavam os seus filhos a padrinhos livres, nesta situação os escravos buscavam ascensão social para os seus filhos³⁵⁷. Em Lagarto, prevaleceu a segunda forma de aliança prevaleceu nas relações de apadrinhamento.

O Concílio de Trento proibiu que as crianças fossem apadrinhadas por santos e por padres que estivessem realizando o ato religioso. Nem a primeira nem a segunda prática foram costumeiras. Até 1871 apenas um padre foi padrinho de uma criança; no período posterior, o padre da época, João Batista de Carvalho Daltro, apadrinhou quatro crianças e os padres auxiliares mais duas.

Além das crianças escravas e ingênuas existiam ainda as livres que eram filhas de pais escravos e mães livres ou libertas. Seis crianças pertencentes à esta categoria foram batizadas por pessoas livres, pois um escravo não batizaria uma criança livre e filha de um relacionamento legítimo. Já as onze crianças, filhas de mães solteiras, livres ou libertas, tiveram como padrinhos um homem escravo ou uma mulher escrava. Em Lagarto os escravos batizaram crianças livres, provavelmente filhas de mães libertas que tinham relações de amizade com esses escravos e que foram ratificadas com o compadrio. No entanto, tais batizados ocorreram em número bastante reduzido, mostrando que a hierarquia da sociedade era mantida na escolha dos padrinhos³⁵⁸.

Muitas crianças escravas tiveram um casal como padrinhos, 217 no total, destes 62 eram casados entre si³⁵⁹. Padrinhos casados batizaram tanto crianças legítimas como crianças naturais, o que pode indicar que boa parte destas crianças era fruto de relações consensuais e não de relações promíscuas. Senhores casados batizariam crianças filhas de mães promíscuas com suas esposas respeitáveis?

pequenas e médias posses. As crianças legítimas tiveram como padrinhos escravos que pertenciam ao mesmo senhor do batizado, eles faziam parte de grandes posses. Ver: FARIA, Sheyla. op. cit

³⁵⁷ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: Compadrio e Batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João. *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59. Metcalf chegou a esta conclusão pesquisando São Paulo Setecentista, acredito que ocorreu algo muito próximo em Lagarto nos Oitocentos. Ver em: METCALF, Alida. “Vida familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O caso de Santana de Parnaíba”. In: *Estudos Econômicos*, vol.17, n° 2, 1987.pp.229-243

³⁵⁸ Ver em: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

³⁵⁹ Contabilizei 62 casais que envolviam pessoas livres, ou pessoa livre com escravo, mas possivelmente havia casais que com somente escravos, mas sobre estes os registros de batismos não fazem referência quando eram casados.

Alguns casais de padrinhos eram mistos, ou seja, possuíam condições jurídicas diferentes entre si. O quadro 3.2 mostra um maior detalhamento desses casais.

Quadro 3.2: Status social dos padrinhos e casais mistos – Lagarto (1850-1888)

	Madrinhas Livres	Madrinhas Escravas	Madrinhas Libertas
Padrinhos livres	194	6	—
Padrinhos escravos	9	18	2

Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial, Registros de Batismos, livros n° 3, 4, 5, 6 e 9.

Conforme o Quadro 3.2, dentre os casais mistos os padrinhos escravos com mulheres livres e libertas foram maioria. Isto devido ao fato de alguns escravos serem casados com essas mulheres. Inácio, escravo, por exemplo, era casado com Ana Victória, livre; ambos batizaram duas crianças, as irmãs gêmeas Ana e Felismina³⁶⁰.

Algumas crianças escravas tiveram apenas a madrinha ou o padrinho, fosse escravo ou livre. Neste caso encontrei 12 mulheres escravas, 4 homens escravos, 66 padrinhos livres, 64 madrinhas livres e 1 liberta que batizaram as crianças sozinhas. Entre os escravos, as mulheres foram preferidas. Isso indicia uma solidariedade de gênero: as mulheres podiam substituir a mãe, na sua ausência, além disso, podiam ajudar nos cuidados e na educação das mesmas, por exemplo, ensinando um ofício.

Em algumas localidades no Brasil há mais padrinhos livres batizando crianças sozinhas, que mulheres nas mesmas condições. A explicação apresentada é que o homem foi preferido por ser o provedor, pois poderia ajudar a custear os gastos com a criança³⁶¹. Em Lagarto as mulheres livres e libertas trabalhavam tecendo, bordando e vendendo, por isso, também podiam ajudar a custear os gastos com as crianças. Talvez esse seja um dos motivos para o equilíbrio entre homens e mulheres livres que batizaram crianças sozinhas. Outra razão seria a desproporção existente na população livre entre homens e mulheres. Talvez o fato de serem crianças escravas fizesse com que as possibilidades de ter um padrinho livre fossem um pouco menor, restando a alternativa de ter uma mulher livre ou uma forra.

As 64 mulheres que batizaram sozinhas crianças escravas, também corroboram a hipótese das crianças chamadas de naturais serem frutos de relações consensuais. Mulheres

³⁶⁰ Registro de Batismo n° 203 e 204, Livro n° 3, pág. 342v e 343.

³⁶¹ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

respeitáveis, viúvas, solteiras e as casadas colocariam a sua reputação em discussão batizando filhos de mulheres de moral duvidosa, comprometendo-se perante a sociedade?

Pós 1871, o número de padrinhos casados foi um pouco maior que no período anterior, 94 crianças ingênuas foram batizadas por um padrinho e uma madrinha, dentre esses 52 eram casados entre si. O fato de as crianças não serem mais escravas e sim ingênuas pode ter contribuído para isso. Após 1871, não há registros de padrinhos mistos, ou seja, tanto a madrinha como o padrinho tinham a mesma condição jurídica. As pessoas que batizaram sozinhas corresponderam a um total de 65. Este se subdividiu da seguinte maneira: 20 mulheres livres, 35 homens livres, 1 liberta, 5 homens escravos e 4 mulheres escravas. Diferentemente do período anterior, os homens, principalmente os livres, foram preferidos como padrinhos únicos. As crianças nascidas após 1871 eram “livres”, teriam um status superior em relação às crianças escravas, por isso, podiam ser batizadas por homens sozinhos.

Durante todo o período, alguns dos homens que batizavam as crianças podiam ser seus pais e assim o faziam porque não podiam ou não queriam assumi-las; o batismo seria uma forma de ajudá-las³⁶².

Alguns homens e mulheres livres que batizaram várias crianças cativas ou ingênuas, possivelmente, tinham a simpatia dos escravos. Temos como exemplo: Venceslão Pinheiro da Rocha³⁶³ que batizou seis crianças escravas filhas de mães e senhores diferentes; seu irmão, Francisco Pinheiro da Rocha, membro da irmandade do Rosário, convivia com os escravos e batizou duas crianças. E Josefa Maria da Conceição que foi madrinha de quatro crianças escravas, rebentos de mães e senhores distintos, e em cada batizado ela estava acompanhada de um padrinho distinto. No entanto, não eram apenas as pessoas livres que batizavam mais de uma criança. Josefa, escrava de André Ramos Romero, batizou três crianças: duas filhas de parceiras de trabalho e outra de um senhor distinto. Luís, escravo de Bento José de Oliveira foi padrinho de duas crianças³⁶⁴.

³⁶² Segundo Kátia Mattoso na Bahia Oitocentista, muitos dos padrinhos das crianças escravas eram seus pais. Vide: MATTOSO, kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3 ° ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

³⁶³ Sobre Venceslão Pinheiro da Rocha, além de ter sido testemunha de uma carta de alforria bastante discutida, não consegui mais informações sobre o mesmo. A carta foi cedida pela proprietária do escravo, Ana Izabel Rainha de Portugal, mas havia a suspeita de que a senhora cedeu a carta, após o seu marido ter vendido o escravo.

³⁶⁴ Não consegui saber mais informações sobre este escravo, mas segundo Slenes, os escravos preferidos para serem padrinhos eram os escravos qualificados profissionalmente, pois poderiam ajudar os afilhados. Em Lagarto, como a especialização profissional não foi freqüente creio que os escravos escolhidos para padrinhos podiam exercer certas lideranças junto aos escravos ou gozar de certas regalias junto aos senhores. Ver em: Ver

Em Lagarto os africanos foram batizados algum tempo depois da chegada, quando já estavam melhor adaptados e puderam, quiçá, escolher os seus padrinhos. Todos foram batizados por pessoas livres, diferentemente do que ocorria em outras regiões em que eram batizados por escravos ladinos ou crioulos. Nesses locais, os padrinhos seriam responsáveis, em alguns casos, por ensinar um ofício ao escravo recém chegado³⁶⁵.

Algumas crianças receberam os nomes dos seus padrinhos e madrinhas. Em 1855, por exemplo, Francisca, de quatro meses, filha de Rufina, teve como padrinho Francisco Xavier da Fonseca³⁶⁶. Outras tiveram os nomes das suas mães e pais e algumas os nomes dos seus proprietários. Dar ao filho o nome do padrinho, do pai, da mãe ou até mesmo do proprietário (situação mais rara), era uma forma de homenagear a pessoa. Este fato é um indicativo de que alguns escravos tiveram a oportunidade de escolher ou concordaram com a escolha do padrinho para o seu filho. As crianças escravas possuíam nomes cristãos bastante comuns: Maria, Francisca e Francisco, João, José, Ana, Antônio e Antônia, Benedito e Benedita, Joana, Josefa, dentre outros e muitos destes nomes também nomeavam pessoas livres e eram nomes portugueses. Ou seja, os nomes africanos foram apagados da memória dos escravos que em Lagarto viveram³⁶⁷.

3.7 FINALIDADES DA FAMÍLIA ESCRAVA

— *P'ra onde eu vou, se a mamãe
Já morreu? Vovó também?!
Quem vai me dar de comer?
Eu não tenho mais ninguém!...*³⁶⁸

em: SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no oeste paulista”. In: *História da Vida Privada II*. Org. ALENCASTRO, Luiz Felipe. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁶⁵ SLENES, op cit

³⁶⁶ Registro de batismo, livro n ° 3, pág. 348v e 349, n ° 215.

³⁶⁷ Sobre o Piauí Oitocentista, Falci pontua que 64% os prenomes dos escravos eram incomuns, como por exemplo, Atanásio, Benevenuto, Crecêncio dentre outros e chega a conclusão que os nomes dos escravos se repetiam menos que os dos livres, eram mais diferentes entre si; os nomes que mais se repetiram foram Antonio, João, Benedito, Manoel e Francisco, nomes cristãos, estes perfizeram 35,9% dos nomes catalogados pela pesquisadora. No recôncavo baiano houve um índice grande de nomes cristãos. Vide: FALCI, Miridan op. cit, pp. 92-93 e GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart, op. cit.

³⁶⁸ Este fragmento foi retirado de uma poesia que simula o diálogo entre duas crianças, uma escrava e a outra filha do senhor da primeira. A parte citada corresponde a fala da criança escrava. O poema foi publicado originalmente em 1883 em Aracaju, e o seu autor é um sergipano, nascido em Propriá. Ver: MACHADO,

O fragmento do poema acima é a resposta que Maria, uma criança escrava, fornece à sua Iaiazinha, uma outra criança, branca. A última menciona a possibilidade de conceder a carta de alforria para Maria, mas tem receio que a sua amiga a abandone. Essa fala é bastante significativa sobre a constituição da família escrava. Num trecho anterior ao fragmento aqui citado a escravinha diz quem era a sua família: a mãe e a avó. É provável que fatos como estes fossem bastante comuns: uma criança escrava crescer com a sua mãe e a sua avó, uma família matrifocal e extensa, o que mostra certa estabilidade nas relações familiares.

Segundo o poeta, essa família seria responsável, ao menos em parte, pelo sustento das crianças. Segundo Slenes (1999), isto seria bastante viável porque os escravos que possuíam família tinham uma dieta mais variada e era executada na própria moradia³⁶⁹. Antônia, mãe de Miguel, escrava de Vitório da Silva Vieira, além de cultivar alguns produtos também criava um porco³⁷⁰. Certamente a dieta de Miguel podia ser um pouco mais enriquecida que a de outros escravos que não possuíam familiares. Dessa forma, a família escrava, provavelmente, contribuiu para que seus membros tivessem melhores condições de vida.

Além da alimentação a família escrava ainda contribuía para a conquista de um projeto comum, a alforria. Mostra disso é que os valores dos pecúlios apresentados por escravos casados na Junta de Classificação foram significativos, oscilaram entre: 30\$000 e 320\$000 réis. Provavelmente, para acumularem esses valores, toda a família escrava trabalhava em prol de um objetivo único. O fato de os homens escravos casarem com mulheres livres facilitava ainda mais o acúmulo de pecúlio, pois o fruto do trabalho dessas mulheres custeava os gastos da família com a sobrevivência e o restante contribuía na conquista da alforria.

A família serviu também para formar laços afetivos e de solidariedade. “Eu não tenho mais ninguém!” Ninguém que cuidasse da escravinha, que lhe desse atenção e carinho. Por esses motivos, acreditamos que o poeta Manoel Alves Machado foi um bom observador das relações familiares dos escravos.

Manoel Alves. Duas crianças (Horror à escravidão). In: *Os Palmares Zumbi & Outros textos sobre a escravidão*. LIMA, Jackson da Silva (org.). Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

³⁶⁹ SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

³⁷⁰ RÉU, José Cassiano da Costa, vítima, Antônia, Sumário de Crime, cartório do segundo ofício de Lagarto, 17/04/1886, caixa 10, 44p.

Em Lagarto, no período compreendido entre 1850 a 1888, mulheres e homens escravos possuíam relações familiares. Dentre essas, uma pequena parte das relações foi sancionada pela Igreja. Comparando a percentagem de Lagarto com a de outras regiões da Província, percebi que os números de Lagarto foram menores que as demais localidades, em parte pelo menor número e também pelo fato das posses de escravos de serem menores. Boa parte das famílias era estável e constituía em relações consensuais. Outro arranjo familiar bastante comum foram as mães escravas e seus filhos. As mulheres tiveram relações de afeto desenvolvidas através da maternidade, apesar da mesma em alguns momentos trazer dor e luto.

Entre os casais também houve conflitos, alguns culminaram em assassinatos. A diferença social contribuiu na existência dos conflitos. Nessas relações era difícil de delimitar os papéis femininos e masculinos impostos pela sociedade. Todavia, a família em Lagarto possibilitou para alguns escravos uma moradia em separado dos demais companheiros, melhor alimentação, redes de solidariedade, afeto e por fim, a possibilidade de conquistar a tal almejada alforria. Possivelmente, o compadrio para alguns escravos também foi uma forma de ampliar as redes de solidariedade.

CAPÍTULO IV

ENTRE EVASÕES, SUBMISSÃO E OBEDIÊNCIA: A RELAÇÃO SENHOR(A) – ESCRAVO(A)

No Brasil, as relações entre senhores(as) e escravos(as) foram bastante modificadas nas últimas décadas da escravidão. Segundo Costa, as razões para tais mudanças posso arrolar a criação de leis abolicionistas, a partir das quais a justiça começou a intervir, de forma mais intensa, nessas relações. Outro ponto foi o crescimento das cidades e, como consequência, o surgimento de maiores oportunidades para os libertos e escravos fugidos; além disso, a sociedade iniciou a desnaturalização da escravidão e as pessoas influenciadas por idéias liberais e capitalistas começaram a contestá-la³⁷¹.

O objetivo neste capítulo é analisar as relações sociais entre senhores(as) e escravos(as) em Lagarto, no interstício de 1850 a 1888. Primeiramente, analisarei alguns momentos de negociação direta com o senhor, seja na obtenção da alforria gratuita ou onerosa; posteriormente, as disputas entre senhores e escravos na justiça e, por fim, alguns conflitos dos escravos com os senhores ou seus representantes. Enfim, pontuarei alguns mecanismos adotados por mulheres e homens escravos, na obtenção da alforria e as possibilidades para conquistá-la.

Para isso utilizei um leque bastante diverso de fontes primárias. Dentre as principais se encontram as cartas de manumissão, testamentos, inventários *post-mortem*, petições, ações de liberdade e de depósito, sumários de culpa e processos-crimes. O tratamento dispensando às diversas fontes foi o qualitativo, a análise do discurso e a busca dos indícios.

³⁷¹ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à Colônia*. 4. ed., São Paulo: Unesp, 1997.

4.1 AS CARTAS DE ALFORRIA: UM MOMENTO DE NEGOCIAÇÃO

Sim, Maria, sim tu ficas,
 Vou libertar tu amanhã.
 Pois é dia de meus anos;
 E tu serás minha irmã!³⁷²

Este é mais um trecho do diálogo entre as duas crianças: Maria e a sua Iaiazinha. Nesta parte do diálogo a Iaiá decide que irá conceder alforria à sua escravinha, por causa do afeto que sentia por ela. A senhorinha é convencida a fazer o ato depois que a escravinha afirma que não abandonará a Iaiá. A liberdade de Maria foi fruto de uma longa conversa, permeada de negociações. Senhores entregarem título de manumissão por causa da afeição que nutriam pelos escravos não foi um fato raro. Entretanto, não foi a única motivação, assim como a relação senhor e escravo não foi permeada somente por afeto³⁷³.

As cartas de alforria ou títulos de liberdade são fontes preciosas nas quais se percebe as relações entre senhores(as) e escravos(as), uma vez que as motivações neles apontados são bastante elucidativas. Além das cartas de manumissão também foram analisados os testamentos, outro recurso de passagem da alforria, pois algumas delas foram anunciadas somente nos testamentos, posto que estes possuíam o mesmo valor jurídico.

O testamento, documento em que eram dispostas as últimas vontades do proprietário, regeria o mundo dos vivos, incluindo o destino dos escravos. Ressalto que não farei um estudo quantitativo das cartas de emancipação, mas sim qualitativo e um dos motivos para isso é que elas são em número reduzido: apenas 46 no período de 1850-1888, as cartas encontradas nos testamentos estão incluídas nesse número; outra razão é que para atender aos

³⁷²Ver em: MACHADO, Manoel Alves. Duas crianças (Horror à escravidão). In: *Os Palmares Zumbi & Outros textos sobre a escravidão*. Org. LIMA, Jackson da Silva. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

³⁷³Existem vários trabalhos que abordam o tema das alforrias; dentre eles elenco os de: DAMÁSIO, Adauto. *As alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História, Departamento de História). BELLINI, Lígia. “Por amor e por interesse: a relação senhor escravo em cartas de alforria”. In: REIS, João J. *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988, pp.73-86. KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

nossos objetivos a metodologia citada é a mais apropriada. Sabemos, todavia, que no período de 1873-1888, em Lagarto, foram alforriados 158 escravos³⁷⁴.

Existiam dois tipos de manumissões: as gratuitas, através das quais os escravos recebiam o título sem precisar depositar nenhuma quantia; e as onerosas. Dentre as gratuitas existiam as incondicionais e as condicionais. Nas incondicionais os escravos recebiam o título e não precisavam exercer nenhuma atividade, não havia restrições ao exercício da liberdade. Já as condicionais traziam as restrições ou as condições para os escravos receberem as cartas definitivas. Pretendo visualizar nas cartas de liberdade, além dos indícios da relação senhor e escravo a carta como um momento de negociação direta entre eles, sem intermediários. Analisarei as gratuitas em seguida as onerosas.

4.1.1 As cartas gratuitas

Dentre as motivações das alforrias gratuitas e sem condições a mais citada era a “por relevantes serviços”. Esse tipo de carta se caracterizou como um meio de incentivo da política senhorial: *os bons escravos*, ou seja, aqueles que não se rebelavam e que prestavam serviços de forma obediente recebiam-na como prêmio. Todavia, algumas emancipações também demonstravam sentimentos de gratidão e afeto dos senhores para com os escravos.

Os senhores lançavam mão de vários recursos para manter a dominação pessoal sobre seus escravos. O paternalismo como ideologia possuía rituais de afirmação, práticas de dissimulação, bem como vocabulário ostensivo para sustentar e expressar os fatos citados. Assim, muitas das cartas de alforria eram cedidas em atos solenes, datas importantes e com declarações de afeto; ficava entendido, nesses atos, que os escravos deveriam continuar fiéis aos seus senhores, pois desta forma eles se colocavam perante os cativos e a sociedade como caridoso e benevolente. Eram verdadeiros gestos teatrais para a manutenção dos senhores enquanto grupo hegemônico. Existiam escravos que incorporavam esta ideologia senhorial, todavia o fato de continuarem obedientes também podia indicar uma estratégia para obterem melhores condições de vida³⁷⁵, através da moradia, alimentação, prestando serviços e assim

³⁷⁴ Passos Subrinho pesquisando as listas de atualização da matrícula, chegou a esses números, ver em: PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro (1850/1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000. p.429

³⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp 95-122; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da*

conseguindo algum dinheiro e com os antigos senhores eles já tinham um poder de barganha.

Em Lagarto, um destes casos foi de Anísio, filho de Luísa de França, liberta, e morador do Engenho Fortaleza. Ele recebeu a carta gratuita e sem restrições no dia 24 de dezembro de 1887. Além de ser um período festivo para os cristãos, véspera da data em que se comemora o nascimento de Jesus Cristo, também era o dia do aniversário da falecida filha do proprietário, Mariana. Na carta o senhor João Dantas Martins dos Reis menciona que a motivação para tal gesto fora “...o amor paterno sempre crescente em meu coração... a memória de minha inditosa filha...”, registrando no documento que a filha sempre seria lembrada³⁷⁶.

As crianças escravas como Francisca, por exemplo, foram privilegiadas nas relações vividas com seus proprietários. Mostra disso é que elas foram beneficiadas com aproximadamente 24% das emancipações; apenas um título de manumissão foi oneroso, constituindo-se nas que mais receberam expressões de afeto nas cartas. O fato delas terem nascido nas propriedades e conviverem com os senhores podia evocar-lhes sentimentos cordiais. Francisca tinha 11 anos e recebeu a alforria em 1871 da sua proprietária, Dona Maria de Sousa Freire de Seabra. Na carta tinha a seguinte alegação: “por ter criado como uma filha”³⁷⁷. As crianças também foram contempladas por conta dos sentimentos da gratidão que os seus senhores tinham com as suas mães³⁷⁸.

Os proprietários de escravos de Lagarto faziam da alforria um gesto de benevolência, um gesto de gratidão, mas também um negócio. Outra razão para as crianças e os jovens escravos serem mais contemplados que os adultos se devia ao fato de poderem fornecer mão-de-obra durante um tempo maior. Trocando em miúdos, os senhores emanciparam os escravos mais novos de forma condicional a fim de terem cativos dóceis, sem causar transtornos, por conta da promessa da alforria. Um escravo forro condicionalmente só viveria como liberto após o cumprimento da condição que constava nos títulos, como mostra o seguinte trecho: “com a condição de me acompanhar-me, servir-me até o dia do meu falecimento, confiro-lhe carta de liberdade, ficando desta data em diante liberta”³⁷⁹.

escravidão na corte. SP: Companhia das Letras, 1986. THOMPSON, E.P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁷⁶ Carta de Alforria, Anísio, p. 23v e 24, Livro de Notas, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, nº 9, caixa.01-1215.

³⁷⁷ Inventário *post-mortem*.

³⁷⁸ BELLINI, opus cit.

³⁷⁹ Carta de Alforria, Ignês, p. 83, Livro de Notas, Cartório do Segundo Ofício nº 03, caixa. 01-1215.

Ainda uma outra razão para os senhores, especialmente os de idade avançada concederem alforrias, era a gratidão pelos cuidados que lhes foram prestados nesse momento. Segundo Karash, os idosos emancipavam os escravos de suas preferências como forma de protegê-los dos conflitos de herança, mas também para incentivá-los a cuidar de seus benfeitores até a morte e de forma obediente³⁸⁰.

Assim, o Tenente José de Fraga Pimentel, no leito de morte, concedeu alforrias condicionais às bandas de Maurício e Basílio, o primeiro com 18 anos e o segundo com 17, com a condição de que ambos acompanhassem a sua esposa, Anna Joaquina, até a morte. Um aspecto importante é que encontramos escravos que tiveram de esperar muitos anos para gozar sua emancipação, a exemplo de Crispim, que recebeu seu título de liberdade condicional aos 11 anos, mas só usufruiu 30 anos depois, quando o seu senhor faleceu. Outros escravos possivelmente morreram e não conseguiram gozar a alforria conquistada. Adriano poderia se enquadrar nesse caso pois tinha 60 anos quando recebeu a carta libertando uma banda, com a condição de acompanhar a sobrinha da sua senhora até que esta viesse a falecer³⁸¹. Isto ratifica a idéia de que a alforria condicional era um meio de manter os escravos nessa condição sem causar grandes transtornos.

O caso de Adriano mostra que os senhores em Lagarto utilizavam a mão-de-obra dos escravos até a velhice, alguns exauriam a força de trabalho, até a morte dos seus donos. Por outro lado, era possibilitado a esses escravos estarem próximos dos seus familiares que certamente cuidavam deles. Nos inventários *post-mortem*, além de encontrar escravos com idade avançada; haviam aqueles com alienação mental, aleijados e doentes, mostrando que os senhores tentavam utilizar todo o tipo de mão-de-obra escrava, até mesmo as pouco produtivas³⁸².

Nas cartas de alforrias gratuitas condicionais também existiam demonstrações de afeto ou de cumplicidade entre senhores e escravos, a exemplo de João Faustino de Souza que recebeu Ignês, 36 anos, de herança do vigário local e a alforriou, “em atenção a amizade que

³⁸⁰ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁸¹ Olhar o testamento em anexo ao inventário de D.Maria Prima Freire de Andrade, inventariada, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1856, caixa 20.

³⁸² Em Cuiabá, por exemplo, os escravos velhos, doentes e loucos eram forros e entregues à própria sorte. Vide: VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá, Mato Grosso: Universidade Federal do Mato Grosso, pp. 151-152.

lhe tenho, e aos bons serviços por ella prestados”³⁸³.

Os senhores pouco se preocupavam com o futuro dos recém-libertos. Para eles seria mais interessante manter as relações de dominação e subordinação existentes entre escravos e senhores. Apenas um senhor se preocupou com o futuro das suas ex-escravas, deixando para as mesmas algumas economias. Foi o caso do Vigário João Pacheco da Silveira que alforriou Tereza em 1873 por esta lhe prestar serviços domésticos; além dela também foram forras as suas filhas Maria e Ursula. Deixou um dote a cada uma das meninas para depois que se casassem, caso isso acontecesse após a morte do mesmo. As meninas Maria e Ursula foram beneficiadas pelo fato de terem uma mãe que prestava bons serviços, ou, na verdade, seriam filhas do Vigário? Este tinha outros escravos, de ambos os sexos, e não foi tão generoso para os mesmos. Para um outro escravo, com 60 anos, deixou 100\$000 a fim de contribuir na compra da sua emancipação, enquanto que as meninas receberam dotes de 300\$000 e 400\$000, respectivamente, além das alforrias. Nas cartas também mencionou que nunca as vira como escravas³⁸⁴.

Em alguns casos as relações de subordinação foram mantidas mesmo depois da alforria. Uma memória de Abelardo Romero, sobrinho de Sílvio Romero, menciona que Tereza, Luís, João Palavra, Mãe Mulata e Antônia foram alguns dos escravos que permaneceram trabalhando para os seus avós após o 13 de maio³⁸⁵.

No Brasil além das crianças, mulheres como Tereza, também ganharam um tratamento distinto na relação senhor e escravo. Elas tiveram maior êxito que os homens nas alforrias gratuitas, seja por desempenharem atividades profissionais que exigiam uma maior proximidade, e assim relações mais afetivas, seja por usarem o sexo ou a submissão como estratégia³⁸⁶, apesar disso, em Lagarto a diferença entre gêneros não foi grande: 17 mulheres e 13 homens escravos receberam cartas gratuitas com ou sem condições. Possivelmente, por haver poucas mulheres dedicadas somente aos afazeres domésticos, por isso não conviviam com os seus senhores nem conquistavam a amizade dos mesmos.

Segundo Schwartz, a cor era outro elemento importante na conquista do afeto dos

³⁸³ AGJSE, Carta de Alforria, Ignês, p. 83, Livro de Notas, nº 03, caixa 01, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto.

³⁸⁴ Vigário João Pacheco da Silveira, testador, Testamento, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01-1225, 1873.

³⁸⁵ ROMERO, Abelardo. *Sílvio Romero em família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

³⁸⁶ REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

senhores³⁸⁷. Em Lagarto os mulatos foram os mais citados dentre os escravos aos quais os senhores manifestavam sentimentos cordiais. Na relação entre dominantes e subordinados são criadas várias formas de manter o controle, incentivar a produtividade e o bom comportamento dos escravos; um mecanismo eficiente era criar diferenças de status e de possibilidades entre homens e mulheres. Assim, conceder a alforria em maior número para: mulheres, crianças e mulatos, era uma forma de distinguir os escravos entre eles, criando hierarquias e um sistema de mobilidade social e ocupacional para a classe³⁸⁸.

Em Lagarto a relação senhor e escravo era permeada pelo paternalismo; relações de dominação pessoal e subordinação, muitas vezes forçadas pelo escravo³⁸⁹. A alforria, por exemplo, podia ser cedida como um prêmio para *os escravos merecedores*, mas também era forçada pelos próprios escravos³⁹⁰. Eles articulavam situações embaraçosas para seus proprietários, às vezes auxiliados por terceiros, com o intuito de conquistar a alforria e barganharem outras coisas. Conforme já foi citado, a submissão também era uma estratégia para melhor barganhar.

João Marçal, por exemplo, às vésperas da abolição, em 1888, para negociar e forçar a sua alforria encontrou um coiteiro³⁹¹, Antônio dos Santos Menezes, escrivão de órfãos e que provavelmente tinha interesse nos serviços de João, por isso o auxiliou. O escrivão era um conhecedor das leis e por isso o podia auxiliar numa possível luta na justiça. Posteriormente o escravo passou bastante tempo “subtraindo-se do serviço” e foi acoitado por dois anos. O escopo do escravo era poder alegar abandono de herança num possível conflito judicial. Temendo a disputa na justiça e possivelmente a perda do escravo, Miguel Archanjo do Nascimento, o proprietário, alforriou a parte que possuía em João Marçal e pontuou que

³⁸⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

³⁸⁸ DAMÁSIO, Adauto. *As alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas. VOLPATO, Luiza, op. cit.

³⁸⁹ João J. Reis e Eduardo Silva trabalham essa idéia sobre a relação senhor e escravo no Brasil. Acredito que a referida tese explica as mencionadas relações em Lagarto, ver: REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁹⁰ Segundo Thompson, o mesmo gesto pode possuir significações diferenciadas para quem estava cedendo e para a pessoa que estava conquistando, e alforria pode se enquadrar nessa questão. Verificar: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁹¹ Pessoas que encobriam as artimanhas dos escravos; elas eram de fundamental importância em muitas atitudes dos escravos.

entraria com uma ação civil reivindicando o pagamento das jornadas de trabalho que o escravo prestara ao escrivo³⁹².

Alguns escravos tiveram que pagar um preço pela sua alforria definitiva; sobre esse tipo de alforria, a onerosa, comentarei na seção seguinte.

4.1.2 Os títulos de liberdade com ônus

Um dos momentos mais visíveis de negociação entre senhores e escravos era quando estes compravam suas alforrias. Negociavam o seu valor, acordava-se um preço que o escravo pudesse pagar e que não causasse prejuízo ao seu proprietário. Bento José de Oliveira menciona na carta de manumissão vendida ao escravo Paulo, 32 anos e de cor cabra, que o valor foi “o preço entre nós contratado de seiscentos mil réis”. Encontrei somente 15 cartas onerosas³⁹³.

Em Lagarto as manumissões onerosas foram em número ligeiramente maior que as gratuitas; no interstício 1873 a 1886 as primeiras corresponderam 83 e as segundas a 75³⁹⁴. Apesar da quantidade razoável de escravos que conseguiram a alforria dessa maneira, acredito que o número delas foi maior do que o citado pelos balancetes. Primeiramente o município estava na região em que mais existiam pessoas forras³⁹⁵; segundo, não se sabe, até o momento, se as cartas compradas pelo Fundo de Emancipação e as que resultaram de Ações de Indenização estão inseridas nesses números. Oitenta e três escravos tiveram sucesso nas negociações com os seus proprietários, um número relativamente alto se levar em consideração a população escrava de Lagarto. Todavia, quantos homens e mulheres escravos tentaram negociar com os seus senhores e não tiveram sucesso?

Algumas vezes o acordo era feito estipulando-se o pagamento em parcelas, após a quitação das mesmas a alforria seria concedida; esse foi o caso de Francisca, crioula.

³⁹² Por conta de heranças alguns escravos ficavam pertencendo a diversos senhores; por isso, os proprietários tinham uma parte do escravo ou uma banda. Carta de Alforria, João Marçal, pág. 19 e 19v, Livro de Notas, nº 02, Cartório de Lagarto Primeiro Ofício, caixa. 01-1094.

³⁹³ Este foi o número das cartas que restaram nos arquivos, e somamos as cartas onerosas e as negociações encontradas nos inventários, excetuam-se, desse número, apenas as cartas conseguidas em Ações de Liberdade; estas serão discutidas mais adiante do texto.

³⁹⁴ Segundo os balancetes coletados por Josué Modesto dos Passos Subrinho. Vide: PASSOS SUBRINHO, Josué, op. cit., p. 429.

³⁹⁵ Mott mostra que em 1825 a região de Lagarto era a que possuía um percentual maior de libertos na Província; cerca de 23,1% da população do município em discussão era composta por forros. E lança duas hipóteses para o fato: a primeira seria que os escravos da região pecuária teriam maior liberdade na relação senhor e escravo e por isso seria mais acessível o pecúlio para a compra da alforria. A segunda hipótese é que os forros de outras regiões migravam para Lagarto, para se distanciarem das zonas mais escravistas e assim conseguirem empregos com mais facilidade. Conferir: MOTT, Luís R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p. 142-3.

Preocupada com a velhice da sua senhora e com a sua situação quando esta viesse a falecer, ela acertou com Dona Umbilina Magdalena de Macêdo, em 1871, um valor pela sua manumissão, deixando acordada também a forma de pagamento. Esse acordo gerou um documento ao qual o juiz chamou de “obrigação de passar a carta de liberdade”; porém a senhora faleceu antes do pagamento total da manumissão, ainda assim a escrava se achou no direito de gozar a sua liberdade, haja visto o que fora acertado. Francisca acionou a Justiça e perdeu a causa, pois não tinha cumprido o acerto feito, os pagamentos não havia sido executados em sua totalidade³⁹⁶.

Um momento tenso para os escravos era quando os senhores faleciam, pois isto implicava na mudança de senhor, com possível afastamento de seus familiares e amigos e perderia todas as conquistas alcançadas com o seu antigo proprietário, uma vez que passando a pertencer a outro teria que negociar novamente, no cotidiano, alguns elementos anteriormente conquistados. Todavia, com a morte do proprietário havia a necessidade de se inventariar os bens para a posterior partilha e poderia então ocorrer uma negociação dos escravos com os herdeiros acerca da sua liberdade. Por isso a morte do senhor também poderia ser um momento oportuno para os cativos negociarem as suas liberdades.

Alguns escravos aproveitavam esse momento de lutas e disputas entre os herdeiros para reivindicar a liberdade³⁹⁷. Este expediente, entretanto, foi utilizado por poucos: sete homens e quatro mulheres, todos com mais de 32 anos. Para comprarem a liberdade os escravos necessitavam passar algum tempo trabalhando e acumulando pecúlio razoável além de serem escravos que já tinham um grande poder de barganha juntos aos seus senhores. Numa região de pequenas posses, poderia ser mais interessante para os senhores receber o dinheiro referente à parte do escravo que lhe cabia em herança do que manter a propriedade nominal sobre uma parte diminuta do mesmo. Alforrias deste tipo poderiam ser vantajosas para todos os interessados. Além disso, um escravo partilhado poderia implicar em rixas e conflitos entre os diversos condôminos e entre senhor e escravo.

Alguns homens e mulheres escravos acompanhavam a tramitação do inventário e levavam as suas economias para o ato da descrição e avaliação dos bens. Quando percebiam que possuíam o valor referente ao seu preço apresentavam-no em troca da sua liberdade, ou negociavam com os herdeiros o seu valor, até chegar a um ajuste. Esse foi o caso de Maria,

³⁹⁶ Francisca, autora, Luís Roberto d'Oliveira, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, cx 02, 1877.

³⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. SP: Companhia das Letras, 1986.

mestiça, 39 anos e doente de uma perna, em 1885. Os dois herdeiros de Joaquim Alves de Jesus tinham uma parte da escrava que foi forra numa banda por 50\$000 e, no mesmo ano, o proprietário da outra banda vendeu-a pelo mesmo valor³⁹⁸.

Outros escravos entraram com petições durante o processo dos inventários, através de seus curadores, visando os títulos de liberdade. Um deles foi Bernabé, em 1850, escravo do finado Anacleto Correia d'Andrade, que entrou com uma petição para saber quanto era o preço da sua alforria e na avaliação entregou o valor correspondente³⁹⁹. Outro escravo, Vicente, aproveitou a provável confusão entre os vinte herdeiros, filhos e netos do seu proprietário, e ele próprio custeou as despesas do enterro do seu senhor, Luiz Francisco, além de pagar algumas dívidas do mesmo. Depois Vicente entrou com uma petição alegando que tinha feito tais despesas e que, além disso, já tinha uma banda forra e por esta razão só faltavam 12\$559 réis para o resgate da sua alforria⁴⁰⁰; a estratégia do escravo foi tornar os vários herdeiros seus devedores, criando condições para que concordassem com a sua manumissão. O preço da banda de Vicente foi de 300\$000 réis. Os homens, mais que as mulheres, utilizaram desse artifício para comprar a emancipação.

Uma grande parte das manumissões mostrava-se ser apenas uma transação econômica, em outras é possível perceber igualmente expressões de afeto e gratidão, o que demonstrava que além de poder comprar a carta o escravo também tinha que ser merecedor dela. Assim, ainda que a carta fosse comprada, deveria ser vista como um prêmio. Uma das cartas que apresentou essas foi a de Maria, parda, 50 anos, liberta por João Antônio de Menezes, um dos seus proprietários, em 1880, por 140\$000 réis. Ao mencionar as razões para conceder a alforria o proprietário alegou que a mesma estava em idade avançada e com saúde irregular, mas o principal motivo foi a “gratidão que deve a essa parda que lhe tem servido com o maior desejo e solicitude dispensando-lhe afagos e cuidados maternos [...]”. A mãe do proprietário tinha falecido em 1858, e a partir de então a escrava cuidou dos três filhos da sua finada proprietária. Naquele momento a escrava então com 28 anos, fora avaliada em 800\$000 réis, sendo o quinhão de cada herdeiro de 266\$667. Como vimos, fatores como amor e dinheiro algumas vezes se complementavam⁴⁰¹.

³⁹⁸ AGJSE, Carta de Alforria de Maria, Livro de Notas n° 2, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1885.

³⁹⁹ Anacleto Correia d'Andrade, inventariado, João Marques de Sousa, inventariante, inventário post-mortem. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 15, 1850.

⁴⁰⁰ Luiz Francisco, inventariado, Rosa Maria da Conceição, inventariante. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 28, 1866.

⁴⁰¹ Maria, autora, José Francisco da Costa e a Órfã Ritta, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício, 1883, 19 p. BELLINI, Lígia. “Por amor e por interesse: a relação senhor escravo em cartas de alforria”. In: REIS, João.

As alforrias onerosas negociadas, fosse com o proprietário ou com os seus herdeiros, revelam um aspecto interessante: a existência do pecúlio dos escravos. A lei de 1871 garantia aos escravos o acúmulo das suas economias, no entanto, em Lagarto a prática já existia e era um direito costumeiro⁴⁰², pois os oito escravos que compraram a alforria o fizeram antes de 1871. Moniz de Souza, o *viajante brasileiro*, faz o relato de um episódio ocorrido, provavelmente no final dos Setecentos. Segundo ele, Anastácio, escravo do seu pai, era um excelente trabalhador, por isso conseguiu acumular dinheiro suficiente para alforriar a sua mãe, sua esposa e depois ele próprio. A narrativa mostra que o costume era praticado há algum tempo na região.

Das 46 cartas de alforria cedidas encontrei referências sobre quem eram os dezenove senhores que as entregam. Dentre eles seis eram grandes proprietários que entregaram cartas de manumissão a doze escravos; apenas uma senhora alforriou a sete escravos e os demais apenas um escravo; quatro médios proprietários que juntos cederam a alforria a dez escravos e nove pequenos a doze escravos. Com esses números percebe-se que os pequenos proprietários foram os que mais entregaram o título de alforria.

As manumissões onerosas foram uma pequena minoria dentre as cartas cedidas pelos pequenos proprietários e perfizeram um total de cinco cartas; outras sete foram gratuitas: três condicionais e quatro sem restrições. Dentre os médios proprietários, duas foram onerosas, oito gratuitas, mas apenas uma sem condições. E entre os grandes, duas foram onerosas, nove gratuitas, sendo, três sem restrições. Apenas num título o escravo teve que pagar ônus e condições para conseguir o mesmo.

Uma dos motivos que levavam os pequenos proprietários se desfazerem dos seus escravos era a carência de recursos. Assim, vender o cativo era uma forma de conseguir dinheiro⁴⁰³. Um outro motivo é que a proximidade entre eles fazia surgir uma relação de afeto que pode ter favorecido os escravos; por fim, a possibilidade de acumular um pecúlio podia

Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988, pp.73-86.

⁴⁰² Thompson mostra que na relação entre a gentry e os plebeus existia alguns costumes que na prática funcionavam como leis; os tais costumes eram passados pelas pessoas mais velhas e também sofriam inspeções. E, CHALHOUN mostra que em relação ao pecúlio, a lei de 1871 foi a legalização de um direito costumeiro já existente. Ver: CHALHOUN, Sidney. *Visões da Liberdade*: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁰³ Não descartei o fato dos pequenos proprietários serem maioria em Lagarto, seguidos pelos médios e grandes. No entanto, na questão das alforrias, os pequenos foram seguidos pelos grandes proprietários, no que se refere aos números. Por isso, não acredito que eles foram maioria dentre os senhores que alforriaram apenas pelo motivo citado.

ser maior para cativos pertencentes aos pequenos senhores. Já nos médios e grandes plantéis, a relação era mais distante e a preocupação com os herdeiros ou com a velhice foi maior que a necessidade de dinheiro, por isso um grande número de alforrias condicionais.

Mesmo com dinheiro suficiente para comprar suas alforrias alguns escravos não tiveram sucesso nas negociações com os seus senhores. Após 1871 esses escravos tiveram a possibilidade de entrar na Justiça reivindicando a liberdade. É sobre o que discorreremos no item que se segue.

4.2. UMA DISPUTA À BURGUESA: OS ESCRAVOS LUTAM NA JUSTIÇA

A justiça no século XIX, sobretudo na segunda metade, transformou-se num palco de disputas entre senhores(as) e escravos(as). Estes perceberam que a justiça regulava as relações na sociedade e que poderia intermediar o conflito entre eles e seus proprietários e ser um mecanismo na conquista da alforria. Essas disputas podem ser observadas nas Ações de Liberdade⁴⁰⁴, Petições e Autos de Depósito.

Uma ação tramitava da seguinte forma: os escravos, através de seus curadores, pleiteavam na justiça a liberdade. Os curadores geralmente eram advogados nomeados pelos juízes, mas em Lagarto havia curadores que não eram bacharéis e que aprenderam o ofício exercendo-o. Possuir um curador era um direito que tinham os miseráveis, cativos, presos e loucos. Além dos curadores existiam outros personagens nos processos; um deles era o solicitador que podia ser qualquer pessoa livre e era responsável por entrar com a ação na justiça. Outro personagem era o depositário, cuja atribuição era se responsabilizar pelo escravo durante a tramitação do processo⁴⁰⁵.

Os documentos revelam indícios da política senhorial pautada no paternalismo, mas também revelam as estratégias de negociação das mulheres e homens escravos. Essa política entrou em decadência de forma mais acentuada após 1871, pois daí em diante o

⁴⁰⁴ Essas ações também eram chamadas de Manutenções de Liberdade, Auto de Libertação, Ação de Libertação com Pecúlio ou Ação de Manumissão.

⁴⁰⁵ Para uma melhor compreensão dessa fonte histórica, Ação de Liberdade, olhar em: GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

senhor deixou de ser o único a ter o poder de conceder a alforria e as instâncias judiciais passaram a intervir de maneira mais intensa na relação entre ambos⁴⁰⁶. Por isso, acompanhar o papel desempenhado pela justiça é outro objetivo nesta seção. Torna-se interessante analisar as ações tomando o ano de 1871 como marco, para perceber as modificações ocorridas nas relações antes e após o mesmo. Lamentavelmente, apenas duas ações de liberdade foram encontradas antes da referida data.

Irei narrar duas histórias: uma ocorrida antes de 1871 e a outra posterior. Em seguida, analisarei as atitudes dos escravos e dos senhores perante o conflito, a conduta dos bacharéis em direito e, por fim, o comportamento das pessoas que participaram do conflito de forma direta ou indireta, principalmente como testemunhas.

A primeira história teve como protagonista principal Manoela, escrava e preta, que entrou na justiça com uma Ação de Liberdade em 8 de novembro de 1864; seus senhores, D. Anna Florinda dos Anjos e José Matheos Ribeiro, a libertaram em 1858 com a condição da escrava “acompanhar seus senhores enquanto vivos”⁴⁰⁷. A suplicante alegou ter cumprido fielmente a condição e por isso estava reivindicando sua liberdade. Foi nomeado para seu curador Joan Gomes Ribeiro que não aceitou, cabendo a Joan Dantas Martins de Góis Fontes tal incumbência⁴⁰⁸. Foram convocadas três testemunhas, todas moradoras da Vila de Lagarto, que afirmaram ter convivido com a escrava e com os seus senhores, sendo unânimes em confirmar a versão da escrava, com riqueza de detalhes. A primeira testemunha, o Sr. Miguel Theotonio de Castro⁴⁰⁹, mencionou os nomes das testemunhas da carta de manumissão, além de ressaltar que a senhora da escrava não tinha feito testamento para revogar a alforria. A segunda, o Sr. Manoel Maria Taboca, um lavrador de sessenta anos, afirmou que viu a carta e que o senhor da escrava lhe havia dito que iria registrá-la nos Cartórios de Lagarto e Simão Dias, mencionou ainda ser “voz pública” o fato de o senhor ter queimado o título de liberdade dado à escrava.

Após os testemunhos, em 22 de novembro do mesmo ano, o juiz declarou Manoela como livre. Contudo, a *via crucis* ainda não tinha acabado: José Matheos Ribeiro, proprietário da escrava, entrou na justiça com um mandato de manutenção e solicitou que a

⁴⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. SÃO PAULO: Companhia das Letras. 1986.

⁴⁰⁷ No entanto, durante o transcorrer da ação fica implícito que a condição era acompanhar somente a senhora.

⁴⁰⁸ Manoella, autora, Ação de Liberdade, Mathéos Ribeiro, réu. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1864.

⁴⁰⁹ Comentarei sobre este personagem mais adiante.

escrava fosse conservada no seu “domínio e poder”. No mandato o procurador do senhor argumentou que a primeira testemunha falseou o seu depoimento, pois uma das pessoas mencionadas como testemunha da carta falecera antes de 1857, ou seja, antes da concessão da carta. Os dois outros depoentes teriam se deixado levar por “insinuações dos protetores das escravas” e não teriam “boa fama”. Esta má fama provavelmente era devido ao fato desses homens protegerem os escravos.

É notória a estratégia utilizada pelo promotor em desmerecer os depoimentos das testemunhas que garantiram o ganho da causa para Manoela. No mandato é alegado ainda que o “direito de propriedade” estava sendo ferido, e que o proprietário da libertanda não entregou uma carta de alforria gratuita. Por fim, a escrava não teria sido arrolada entre os bens do inventário da sua finada senhora porque a mesma estava doente e não era sabido se melhoraria.

Joan Martins Fontes comentou as alegações e afirmou que D. Anna Maria José era a proprietária da escrava, retificando o nome citado no processo. Sugeriu que José Matheos negociasse outros bens para pagar as suas dívidas, “por ser sagrado o direito de liberdade”. Pontuou ainda o fato de que Manoela pegou a carta da sua senhora e a levou ao Juiz que a examinara e a devolvera, dizendo que a mesma obedecia aos critérios legais de uma carta de alforria. Após esse episódio a escrava a devolvera à sua senhora. Finalmente, o curador relatou que a escrava fora vendida depois do inventário estar pronto. Essa tinha sido a estratégia adotada pelo senhor para obter outro título de propriedade sobre Manoela, conseguindo, com tal burla, vender a liberta como escrava.

José Matheos, o viúvo de D. Anna Maria José, estava numa situação complicada, pois tinha dívidas com credores da Praça da Bahia, a alforria da escrava significava a perda de um meio importante de saldar os seus débitos. Solicitou, então, um depositário para a escrava, porque depois da aprovação da causa ela andava “vagando a vontade e sem destino certo” e espalhando boatos. O pedido foi recusado pelo juiz que afirmou que Manoella seria tida como livre até que o embargo fosse julgado, fato contestado pelo procurador de José Matheos que alegou que as leis estavam sendo descumpridas, pois segundo ele a escrava nunca esteve em liberdade e por isso deveria receber o resultado da sentença em depósito.

Quando uma escrava ou escravo entrava com uma ação de liberdade deveria aguardar o resultado do processo em depósito público ou privado. No último caso, era

nomeada uma pessoa responsável pelos cativos, atuando como depositário e dessa forma procurava se evitar que o escravo sofresse retaliações do seu senhor enquanto tivesse movendo a causa. Manoela tinha ganho em primeira instância, por isso a justiça estabeleceu que ela deveria esperar o resultado do embargo em liberdade. Certamente, o receio de José Matheos era o de que a escrava pudesse fugir ou mesmo mudar de domicílio, o que lhe ocasionaria a perda do “bem”, mesmo que viesse a ganhar a causa na justiça. Além disso, seria uma afronta ver a sua ex-escrava fazendo o que queria e não obedecendo mais aos seus mandos.

O senhor perdeu a causa em outras instâncias e não pôde recorrer ao Imperador, pois havia passado o prazo para fazer tal apelação. No entanto, conseguiu recorrer ao Distrito da Relação na Bahia. O processo não informa a sentença final, a última data que consta é 08 de maio de 1866, dois anos após o começo. No entanto, em 04 de dezembro do mesmo ano, José Matheos requereu uma carta precatória para buscar Manoela, pois a mesma tinha fugido “por sedução de João Bernardino” que saíra de Lagarto e a levava para prestar-lhe serviços. José Matheos Ribeiro também requereu que fosse nomeado um depositário para a escrava e dessa vez ele foi atendido pelo juiz José Cyrillo de Cerqueira. Por fim, não há indícios de qual foi o destino de Manoela, se ela conseguiu ou não o seu intento⁴¹⁰.

Após 1871 uma forma de obtenção da alforria foi indenização. Encontrei nove Ações de Liberdade por indenização: cinco pleiteadas por homens e quatro por mulheres. Nestas ações a(o) escrava(o) oferecia um dinheiro; tentavam negociar com seus senhores um preço justo para obtenção da alforria, caso não chegassem a um acordo acionavam a justiça para intermediar o conflito. A exemplo de Ponciana que em 1872 não pôde chegar a “um acordo com os ditos senhores sobre o valor de sua pessoa”, por isso requereu sua avaliação em juízo, para assim indenizar os seus proprietários⁴¹¹.

Outra Ação por indenização foi pleiteada por Maria Mercês, escrava do coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Mercês, como também foi chamada no processo, era parda, solteira, provavelmente tinha 31 anos e um filho chamado Agostinho, também pardo e com 11 anos⁴¹². Mercês entrou com uma Ação em 1879, pois dispunha de 500\$000 réis e

⁴¹⁰ José Matheos Ribeiro, autor, Manoella, ré. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866.

⁴¹¹ Ponciana, autora, Januário José de Mello, José Vicente e sua filha Maria, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1872, 9p.

⁴¹² Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8, APES.

achava que esse dinheiro era suficiente para comprar sua alforria. No entanto, seu senhor não concordou com o valor e solicitou, numa audiência, 1:500\$000 réis para conceder-lhe a emancipação. Sem acordo entre as partes a escrava foi para arbitramento e enquanto o impasse não fosse resolvido iria a depósito particular. Para isso o juiz nomeou Nicolau Tolentino como depositário, que não aceitou o encargo. Em seguida, o capitão Manoel Joaquim de Oliveira foi indicado e também não concordou com a nomeação, pois alegou possuir uma família pequena com alguns membros enfermos, impossibilitando-o de se distrair com negócios de outrem. Por fim, o juiz indicou o Sr. Miguel Archanjo que aceitou. O curador da escrava foi Guilherme de Souza Campos⁴¹³.

O arbitramento funcionou da seguinte maneira: as partes, o réu e a autora, indicaram dois avaliadores; o juiz escolheu um de cada parte e apontou o terceiro. Os avaliadores propostos pelo curador da escrava foram o Dr. Nylo Ramos Romero, Bacharel em Direito e o Alferes Lisenando Monteiro de Carvalho. O senhor indicou o Capitão Nicolau Tolentino Álvares e o Alferes Miguel Archanjo do Nascimento. Os aprovados pelo juiz foram Lisenando Monteiro de Carvalho e Nicolau Tolentino Álvares; o indicado para terceiro avaliador foi Nylo Ramos Romero.

O Alferes Carvalho avaliou a escrava em quinhentos mil réis, por achar um preço justo; o Capitão Álvares calculou o valor dela em um conto de réis, por ser a libertanda “moça, bonita, sadia, boa costureira, bordadeira, renderia, engomadeira e cozinheira, confidente dos seus senhores em uma fazenda de mais de quarenta escravos”⁴¹⁴ e, ainda, porque foi vendido um escravo na fazenda por um conto e duzentos mil réis. O último, Nylo Ramos Romero, tinha que optar por um dos dois valores e escolheu o primeiro.

O proprietário da escrava, por intermédio do seu advogado, entrou com uma alegação bastante inflamada argumentando que depreciaram o valor do “capital escravo”, a melhor fonte de riqueza nacional, e o motivo dessa atitude era a filantropia. Segundo ele, a motivação dos avaliadores afrontava os princípios da justiça, perturbava a disciplina nas fazendas e debilitava a produtividade do trabalho. Segundo a alegação, a filantropia era um dos fatores de insubordinação e alimentava os “sonhos delirantes de liberdade e a crença de que são bastante tolhidos, dela, poupam-se as obrigações diárias, fogem, fazem-se de senhores

⁴¹³ Maria Mercês, autora, réu, coronel Francisco Basílio Santos Hora. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1879.37p.

⁴¹⁴ op.cit .p.66.

e senhoras, tornão-se altivos”⁴¹⁵. Em seguida o advogado fez uma apologia ao direito de propriedade, para isso recorreu à Constituição mostrando que este era garantido em toda a sua plenitude. O direito de liberdade deveria ser aspirado, mas com maturidade, afinal os escravos tinham um valor. Sua argumentação era em nome da classe dos proprietários, pois conceder a alforria aos cativos por um terço ou a metade do seu valor era retirar “o poder legal dos senhores”⁴¹⁶.

O mesmo advogado se valeu do regimento sobre o elemento servil de 1872 – Lei que segundo ele protegia o escravo e foi criada a favor da liberdade – afirmando que existiam critérios para estabelecer o preço da indenização. Essa disposição seria uma espécie de corolário para os efeitos do direito de propriedade. Seguiu argumentando que o voto de Nicolau Tolentino Álvares foi fundamentado; a escrava possuía “prendas raras às pessoas de sua classe”, além disso, mencionou algumas funções por ela exercidas, acrescentando outras: criada de quarto de família, ama de leite dos filhos do seu proprietário e gozava da maior confiança para os serviços domésticos. E, segundo o advogado, Mercês tinha confirmado suas habilidades numa audiência. Finalmente, afirmou que a Lei de Indenização, bastante favorável à alforria, não fora cumprida e o direito de propriedade desrespeitado: o direito de liberdade sobrepujou o direito de propriedade.

O curador da escrava respondeu às argumentações do advogado afirmando que a apelação possuía como escopo protelar a alforria. Todavia, segundo o curador, o juiz era conhecedor da Lei e não seria ludibriado pelos argumentos da apelação. O curador só pensava na “pobre escrava” que estava muito aflita, pois depositou o preço do arbitramento e ainda se encontrava em cativeiro. Mas o juiz municipal, Sr. Silveira Britto, “deixou-se levar” pelo eloqüente discurso da apelação e autorizou a indenização por novecentos mil réis, pois achava este um preço de acordo com as prendas e qualidades da escrava. Endossou o seu despacho com a Lei de 1872 e o enviou para o Juiz de Direito, Victor Dinis Gonçalves. Este último afirmou que o juiz municipal não tinha poder para julgar e aumentar o preço da indenização e endossou o valor de quinhentos mil reis, convocando o senhor para conceder a carta de alforria e pagar as custas do processo.

A história ainda não tinha chegado ao desfecho final, pois o Tenente-Coronel Basílio Santos Hora, através do seu advogado, entrou com uma petição para retirar o

⁴¹⁵ Op.cit., p. 69.

⁴¹⁶ Idem

despacho do juiz de direito. O outro juiz, o preparador, atendeu a apelação reparando “o domínio e a enorme lesão que sofreu com avaliação de sua escrava Maria Mercês”. Alegou ainda que os direitos de propriedade não foram garantidos⁴¹⁷. O advogado de defesa do réu também elaborou um termo de agravo para encaminhar ao Superior Tribunal da Relação. Nesse documento solicitou que a escrava não ficasse livre porque a mesma iria “procurar viver onde bem entende, evadir-se”. Em liberdade a escrava não poderia ser depositada, esta condição podia ser uma garantia para o senhor, pois o seu bem estaria “seguro”. Para a indignação do senhor, ele perderia a propriedade com “a insignificante quantia de quinhentos mil réis”. Por fim, a escrava teria a proteção do seu curador, Dr. Guilherme de Souza Campos, uma pessoa bastante influente.

Inconformado com o desfecho da sentença Geminiano Brasil de Silveira, advogado do Coronel Basílio, entrou com outro agravo destinado à Sua Majestade Imperial, alegando não possuir o objetivo de desdenhar do direito de liberdade, todavia o direito de propriedade tinha sido violado, por isso o protesto: a escrava foi mal avaliada. Ao se referir à comentada Lei de 1872, o advogado afirmou que esta não retirou nenhum direito dos senhores com o intuito de beneficiar os escravos. A Lei equilibrava os direitos de liberdade e de propriedade. Posteriormente, acusou o primeiro avaliador como o responsável por lesar os direitos de propriedade e o terceiro que, ao desempatar, optou por libertar a escrava. No agravo o advogado também narrou a tramitação da ação e reclamou do posicionamento e das atitudes do Juiz de Direito. Faz-se mister salientar que a linguagem da apelação para o Juiz Municipal e a do agravo para Sua Majestade Imperial foi bastante diferenciada: na primeira, a linguagem e a defesa dos direitos do seu cliente foram quase agressivas, menosprezando os direitos da autora, criticando a Lei de 1872; no agravo, a Lei era equilibrada e o direito de liberdade parecia algo mais simpático.

Contudo, o agravo foi impedido pelo juiz de direito de seguir tramitação, sob alegação de não cumprimento dos prazos. O juiz alegou, ainda, que o seu procedimento foi o mesmo das indenizações pelo Fundo de Emancipação e que a Lei foi elaborada assim para evitar que os senhores ficassem lutando indefinidamente para continuarem proprietários, o que era um “capricho congênito”. A ação ficou num impasse, pois precisava de um Juiz para elaborar a sentença final, mas o primeiro suplente de Juiz era o réu da causa e o segundo era Miguel Archanjo, que só aceitou tecer a sentença após a recusa do primeiro, mesmo com a

⁴¹⁷ op.cit p.76.

indicação do escrivão. Em agosto de 1879 foi assinada a carta de alforria pelo senhor, Coronel Francisco Basílio Santos Hora, mas o mesmo não recebeu o dinheiro. Foi intimado para receber a quantia e novamente não a recebeu. No mês seguinte recorreu e elaborou outra apelação contra a sentença proferida, esta destinada à Relação do Distrito. O documento foi encaminhado, mas a sentença foi mantida. Finalmente, em novembro de 1880, o senhor foi à coletoria e pegou a quantia referente à indenização da escrava Mercês. Mais de um ano após o início do processo⁴¹⁸.

Algumas dessas ações tramitaram por anos nos cartórios e tribunais. Cada parte envolvida tinha suas artimanhas para ganhar a disputa. A seguir será mostrado algumas dessas engenhosidades.

4.2.1 Comportamento dos escravos no conflito

A ação provocada por Manoela mostra alguns pontos importantes na relação entre a senhora e a escrava e seus conflitos. A escrava sabia que a justiça era uma instância que podia intervir a seu favor na relação mantida com sua senhora e, ao levar a carta ao Juiz para inquirir sua validade, ela também demonstrou que tinha ciência da importância do documento para a obtenção de sua emancipação. O ato de ir até o Juiz sinaliza que a escrava tinha certa autonomia para andar “livremente” na Vila. Provavelmente, ela levou a carta ao Juiz com a concordância da sua senhora, mas também mostra que sabia buscar os seus intentos e negociar.

A submissão foi utilizada por Manoela para conseguir a alforria. No entanto, a mesma escrava submissa, para conseguir o seu intento, poderia, posteriormente, lutar na justiça utilizando como argumento o cumprimento de uma promessa que era uma vontade senhorial. Além de Manoela mais 22 cativos perceberam que a justiça seria uma intermediadora das relações entre senhor e escravo na luta pela conquista da alforria. As alegações para conseguirem seus objetivos foram diversas; além de ser uma vontade senhorial havia matrícula de escravos não realizada, herança vaga, tráfico ilegal e por indenização.

Os escravos esperavam o momento oportuno para entrarem num conflito na justiça, pois sabiam que as possibilidades eram restritas. Maria de Fraga esperou o filho, Francisco, completar a maioria para entrar com a ação solicitando a liberdade dele, pois se

⁴¹⁸ O documento está incompleto e a primeira data que aparece na Ação é 31/05/1879.

o fizesse antes a madrinha podia continuar sendo a tutora⁴¹⁹.

Os escravos também estabeleciam uma teia de relações que os ajudavam e os assessoravam, costuravam uma rede de apoio e de solidariedade na Irmandade do Rosário, nas ruas, nas trilhas e fazendas. Essas redes são notadas na convocação das testemunhas e na busca de provas dos seus argumentos. Miguel Theotônio de Castro foi uma das testemunhas de Manoela. Ele era compadre de uma parceira de trabalho dela, pois batizou Tertuliana, filha de Benedita, também escrava de José Matheos. Ou seja, Miguel Theotônio de Castro e Manoella se conheciam e provavelmente tinham uma relação de amizade⁴²⁰. Todavia, acredito que o fato de Lagarto ser uma Vila e posteriormente um município com uma população pequena fazia com que a maioria das pessoas se conhecesse e isso dificultava os escravos de entrarem em conflito com os seus senhores, pois poucas pessoas se dispunham a auxiliar os cativos.

Outra forma de atuação da rede de apoio dos escravos foi assessorando a caminhada a favor da liberdade. Eis o caso de Francisco de Siqueira que fazia parte do grupo de apoio das escravas Roberta, Romana e Euzebia. Estas pertenciam aos religiosos do Convento do Carmo, localizado no sítio Palmares (Ver figura 2). Francisco de Siqueira enviou uma nota para um dos jornais de maior circulação na Província, o *Jornal do Aracaju*. A nota foi direcionada ao Chefe de Polícia, ao Juiz de Direito de Lagarto e ao público, mencionando que as escravas iam entrar na justiça pleiteando a liberdade e que confiavam no “zelo” e “na retidão das ilustres autoridades Judiciárias do Lagarto”⁴²¹. O artigo visava atrair a atenção do público em geral e fazer com que a justiça fosse favorável às escravas.

Os escravos também buscavam proteção de pessoas livres, inclusive algumas dessas eram proprietários de escravos. Em alguns casos os protetores eram pessoas interessadas nos serviços dos escravos, ajudavam com o intuito de que eles, depois de livres, fossem lhes alugar as suas jornadas de trabalho. Matheos Ribeiro mencionou que a escrava Manoela tinha um protetor e o curador não revidou a acusação. Numa petição com o intuito de conseguir um mandato de busca, o senhor revelou o nome do sedutor da escrava, João Bernardino de S. Pereira, afirmando ainda que este tinha como interesse os serviços da

⁴¹⁹ Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

⁴²⁰ Arquivo da Paróquia de Lagarto, Livro de Registros de Batismos, livro n° 04, pág. 216v.

⁴²¹ *Jornal do Aracaju*, Aracaju, n.561, 20 de fevereiro de 1874, p.04. In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia. (Licenciatura, DHI). p.298

mesma. Também não descarto outras motivações para a proteção como, por exemplo, a existência de relações afetivas⁴²². Manuela escolheu a quem ofereceria os seus serviços, por não estar satisfeita com os seus senhores; assim como, o citado escravo Marçal.

Depois de forra em primeira instância Manoela foi gozar sua liberdade; mas o que seria ser livre para Manoela? Talvez andar vagando à vontade e sem destino certo, possuir mobilidade espacial e não dar satisfações⁴²³. A liberdade era algo construído e conquistado na vivência do cativo e variava de acordo com a experiência de cada escrava(o)⁴²⁴. O seu comportamento após o resultado da primeira sentença, o ato de espalhar boatos, por exemplo, pode ter uma grande significação, inclusive a de debochar do seu ex-proprietário. Retomo aqui Chalhoub, para quem gestos como o humor e a ironia eram característicos de práticas populares dos dominados, repletas de significação e intenções ambíguas⁴²⁵.

Outra artimanha utilizada pelos escravos num conflito na justiça foi a de buscar como testemunhas os adversários de seus proprietários. Para ilustrar esse fato cito o caso de Benedito que juntamente com seu Curador chamou o Major Manoel de Seabra Lemos para testemunhar no seu processo e, além dele, outros que eram ligados à sua pessoa: o filho e provavelmente um rendeiro da propriedade do Major. O Major era inimigo de Plácido, proprietário de Benedito, o que indica que essas convocações tenham sido uma estratégia do escravo, do Curador e talvez do Tenente Miguel⁴²⁶, pois eles sabiam quem eram os desafetos do antigo senhor de Benedito. Segundo Moniz de Souza, uma estratégia dos escravos era informar detalhes a respeito dos seus proprietários aos adversários deles e em troca recebiam dinheiro para a compra da manumissão⁴²⁷.

As ações por indenização foram maioria em Lagarto. Nessas ações se percebe com maior nitidez a disputa entre senhores e escravos. O fato dos escravos procurarem a

⁴²² José Matheos Ribeiro, autor, Manoella, ré. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866.

⁴²³ SOARES, Cecília. op. cit.

⁴²⁴ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁴²⁵ CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122. E, Thompson mostra que atitudes como as de Manoela podem ser vistas como um *contrateatro*, uma estratégia de resistência aos senhores, estes teriam atitudes teatrais que faziam parte da política senhorial. Vide: THOMPSON, op.cit.

⁴²⁶ Além de testemunhar no processo, o mencionado personagem auxiliou na escrita da carta de alforria de Benedito, possivelmente o auxiliou no processo, irei abordar esse personagem mais adiante no texto.

⁴²⁷ SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. In: ARAÚJO, Ubiratan Castro de (Org.). 3. ed., Salvador: IGHB, 2000.

justiça para solicitarem a avaliação com o intuito de indenizarem seus senhores deixava os últimos bastante enfurecidos. Segundo Moniz de Souza, quando um escravo mencionava ao seu senhor o desejo de ser alforriado, no final dos Setecentos e início dos Oitocentos, geralmente era castigado. A aspiração à alforria, quando explicitada, era recebida com bastante desagrado e um forte motivo para os açoites. O mesmo viajante propunha que as câmaras municipais estipulassem o preço do escravo, utilizando alguns critérios como idade e função⁴²⁸, fazendo com que os escravos deixassem de ser meros reféns dos seus proprietários, diminuindo os limites da vontade senhorial. Essa descrição mostra o quanto era desinteressante para um senhor ver um escravo tomando a iniciativa de ficar livre, pois dessa forma ele perderia o domínio sobre a sua propriedade.

A história de Mercês, na segunda metade do século XIX, mostrou que mesmo neste período os senhores não viam com bom grado os escravos tomando a iniciativa de se libertarem. Maria Mercês é mais um caso de uma escrava de “boa moral”, confiante de seus senhores e de confiança que cumpria as suas funções, porém desejava a liberdade e lutou por ela pelos trilhos da justiça. Mais uma mostra de que os escravos eram obedientes aos senhores para conseguirem a alforria, pois sabiam que a conquista passava pela vontade dos proprietários⁴²⁹ e que o mesmo escravo obediente num dia, podia reivindicar a liberdade e entrar em conflito com o senhor no dia seguinte.

Nas ações por indenização, principalmente as pleiteadas por mulheres, são percebidas alegações com o intuito de desvalorizar o preço da escrava; seja por estar em idade avançada, seja por não gozar de boa saúde. Algumas alegações, provavelmente foram estratégias utilizadas pelas escravas para diminuir o seu valor. Assim, Maria, na sua petição inicial comenta, em 1883, através de seu curador, que além do merecimento para a alforria tem quase 50 anos. Ignacia, em 1874, também na petição inicial alega que “por seo estado de avançada idade e padecimento phisicos, não pode valer mais do que a quantia que já deu”. Ponciana, outro exemplo desse caso, conseguiu ser avaliada em 260\$000, em 1873, por conta do seu estado: quantia que a mesma possuía.

Em 1877, Feliciano, por intermédio do seu curador, argumentou discordando do valor que lhe foi atribuído, que era “muito maior de trinta anos, enferma, tanto que já soffreo de alienação mental, mal que periodicamente lhe aparece, a ponto de torná-la incapaz de todo

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. SÃO PAULO: Companhia das Letras, 1986.

e qualquer serviço”. O seu senhor discordou das alegações comentando que não soube das citadas enfermidades. A escrava Francisca, já mencionada, levou para o ato da sua avaliação um atestado médico para comprovar que estava doente. Apenas um homem escravo utilizou essas alegações para diminuir o seu valor: Arvaro, em 1875, mencionou que mesmo em idade avançada e aleijado de uma mão conseguiu acumular um pecúlio⁴³⁰. Das escravas que acionaram a justiça querendo indenizar os seus senhores a única que não utilizou essa possível estratégia foi Mercês.

O sexo e as relações afetivas também foram utilizados na luta para obtenção da alforria⁴³¹. Esse foi o caso de Feliciano que possivelmente mantinha uma relação afetiva com Caetano da Fonseca Dórea, grande proprietário de escravos de Lagarto, e que providenciou a quantia de 200\$000 réis para completar-lhe a compra da alforria.

Na impossibilidade de conquistar a alforria em disputa judicial, os escravos utilizavam o expediente de fugir. Benedito, Manoela e Francisco foram alguns dos escravos que lançaram mão de tal recurso a fim de se libertarem. Essa temática vai ser abordada mais adiante neste capítulo.

4.2.2 Os senhores: o outro lado da disputa

Os senhores utilizavam as mais diversas artimanhas para não serem feridos em seu direito de propriedade. Contratavam bons advogados de defesa, recorriam a todas as instâncias e também utilizavam as suas redes de influências. Além disso, nas ações que alegavam o cumprimento da vontade senhorial, tentavam desmentir que as cartas tinham sido cedidas ou questionavam a sua validade.

Nas ações, principalmente nas de indenização, percebe-se uma grande ênfase defesa ao direito de propriedade; sempre em disputa com o direito de Liberdade. Na ação de Mercês há um aspecto interessante: o proprietário e o advogado tinham a percepção que os interesses dos escravos e senhores estavam em pólos antagônicos. Ao defender o proprietário

⁴³⁰ Ponciana, autora, Januário José de Mello, José Vicente e sua filha Maria de Jesus, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1872. Arvaro, autor, João Pereira de Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875. Ignacia, autora, João Pereira Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875. Feliciano, autora, capitão Manoel Joaquim d’Oliveira Campos, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877. Maria, autora, José Francisco da Costa e a órfã Ritta, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1883.

⁴³¹ Em Minas no período Colonial percebeu-se que as mulheres escravas utilizaram as estratégias mencionadas. Vide: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympo; Brasília, DF: EDUNB, 1993.

o advogado chegou a mencionar que estava falando em nome dos senhores de escravos, ou seja, em nome da sua classe; com relação à escrava, citou que esta tinha prendas raras à sua classe. No conflito na justiça houve a percepção de desejos irreconciliáveis⁴³².

Nas ações por indenização uma estratégia muito utilizada pelos senhores era a de protelar a alforria e por isso, caracterizavam o escravo como possuidor de muitas virtudes, o que fazia o preço aumentar. Essa era uma das poucas alternativas que restavam para os proprietários protegerem o direito de propriedade. Além da questão econômica, a protelação na concessão da manumissão prendia-se ao fato de os senhores não querer que as relações de subordinação fossem cortadas. Segundo o Juiz, Victor Dinis Gonçalves, eles não queriam deixar de tê-lo por capricho. Esse parece ter sido o caso do Coronel Basílio que tinha trinta e quatro escravos matriculados em 1873⁴³³, Mercês fazia falta na sua posse, mas não de forma tão acentuada, pois ainda restaria uma posse significativa de escravos.

4.2.3 Os Advogados e Magistrados

Com o intuito de saber quem eram as pessoas que intermediavam os conflitos irei traçar um breve perfil dos advogados, comentando um pouco sobre sua formação. Posteriormente abordarei quais foram os seus posicionamentos diante de processos pleiteados por escravos.

Os Bacharéis em Direito de Lagarto que exerciam os papéis de curadores, advogados de defesa, promotores e juizes eram formados pela Faculdade de Direito do Recife. Eram membros da aristocracia, nascidos em engenhos e filhos de famílias tradicionais. Como exemplo pode-se citar Guilherme de Souza Campos, filho de Coronel e senhor do engenho Periquito, em Itabaianinha, cidade próxima a Lagarto; além do engenho, sua família tinha

⁴³² Segundo Thompson, as pessoas têm relações numa sociedade estruturada; incluídas as relações de produção baseadas na exploração e na necessidade de manter o poder sobre os dominados. Identificavam pontos de interesses antagônicos e começam a se confrontar por conta desses interesses; e, nesse processo se vêem como classe, a chamada consciência de classe. Por isso, o conceito chave para compreender a classe é o de luta de classes, pois é através do último que se forma o primeiro. E o processo de formação de classe pode se definir como uma formação cultural. Vide: THOMPSON, E.P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica. 1979, pp. 13-61.

⁴³³ APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/^a Doc. 08.

propriedades em Lagarto e Estância. Nilo Santos Romero, irmão de Silvio Romero, é um outro exemplo⁴³⁴.

No período em que eles se formaram, a Faculdade de Direito do Recife passava por uma reforma acadêmica e grande efervescência cultural e conheceu nesse período um “bando de idéias novas”: as teorias evolucionistas se fizeram bastantes presentes na faculdade, principalmente através de Tobias Barreto que lia freqüentemente Spencer, Darwin, dentre outros. Por conta dessas teorias o catolicismo, a monarquia e o romantismo foram eleitos os inimigos dos alunos e professores⁴³⁵. Mas, qual era a postura dos baluartes da faculdade em relação ao abolicionismo?

Tobias Barreto não chegou a ser um dos propagandistas da campanha abolicionista. Segundo Moraes Filho, ele não passou de um abolicionista moderado que respeitava a propriedade escrava. Teve atitudes ambíguas: criticava Joaquim Nabuco, mas denunciava as fraudes feitas no Fundo de Emancipação que prejudicavam os escravos. Em 1884 discutiu em sala-de-aula sobre o direito de propriedade, um direito adquirido e o de liberdade, ainda em conquista: fez o debate baseado na lei e não se inclinou para nenhum dos lados. O mesmo Tobias Barreto fez um discurso de caráter humanitário no momento em que dois escravos estavam sendo alforriados num evento em homenagem a Carlos Gomes⁴³⁶.

Sílvio Romero defendia o incremento da mão-de-obra livre via imigração; dessa forma o trabalho livre substituiria o escravo e criticava os abolicionistas que queriam fixar uma data para a abolição. Influenciado pelas idéias de Darwin e Spencer acreditava que uma instituição devoraria a outra e, como Tobias Barreto também criticava Joaquim Nabuco. Mas os professores e alunos da Faculdade tiveram uma inclinação para o abolicionismo e para a República⁴³⁷.

⁴³⁴ Alguns dos advogados que atuaram em Lagarto com as respectivas datas de formaturas foram: Geminiano Brasil de Oliveira-1868, José Dantas da Silveira-1870, Guilherme de Souza Campos-1871, Nilo Romero-1874, Benilde Romero-1883. Ver em: DANTAS, José Cupertino. Bacharéis de Direito em Sergipe. IHGS, Seção Sergipana, caixa 32, doc.4, s/d. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

⁴³⁵ Idéias sobre a escola do Recife, olhar: SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura Ocultada*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

⁴³⁶ MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

⁴³⁷ MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

Tobias Barreto e Sílvio Romero foram dois nomes de destaque da Faculdade de Direito do Recife e ambos eram sergipanos: Tobias Barreto nasceu na cidade de Campos que hoje leva o seu nome e Sílvio Romero em Lagarto, duas localidades próximas. Tobias ensinou as primeiras letras quando residiu em Lagarto⁴³⁸ e o último tinha parentes no município, teve irmãos formados na mencionada faculdade e que provavelmente conheciam as idéias que ali circulavam e que podem ter influenciado os seus posicionamentos. Nilo Santos Romero, por exemplo, irmão de Sílvio, era um seguidor de Tobias Barreto e foi seu aluno quando esse residiu em Lagarto⁴³⁹.

Essa oscilação de Tobias Barreto e o posicionamento de Sílvio Romero são características perceptíveis nos magistrados e bacharéis de Lagarto. Das 22 ações que encontrei os Juízes concederam alforria a 17 escravos que haviam pleiteado na justiça, através de 16 ações e negaram em 4. A justiça foi bastante favorável aos cativos nas suas disputas, todavia, apesar dos números, não acredito que os magistrados e advogados fossem abolicionistas, mas sim que os poucos escravos que lutaram contra os seus senhores estavam bem assessorados e bem articulados.

Os mesmos advogados que podiam defender um escravo numa ação, atuando como Curadores, podiam ser os advogados de defesa do senhor em outra ação. E, o mesmo Juiz que dava ganho de causa a um escravo poderia elaborar uma sentença desfavorável para outro. Ou seja, os casos eram analisados cuidadosamente de forma individual, sendo levadas em consideração as razões de cada escravo. A liberdade era um ganho individual. Nicolau Tolentino, por exemplo, foi o advogado de defesa de José Plácido da Silveira na ação pleiteada por Maria Mercês, e foi o Curador de Thomázia, outra cativa que também requerera a liberdade na justiça. Os magistrados tentavam se pautar pelas alegações de cada escravo, e ver se as razões da ação tinham de fato justificativas legais. O posicionamento dos advogados e dos juízes também dependeria da relação que os mesmos tinham com o proprietário envolvido na disputa. No caso de Mercês, até mesmo o Juiz suplente só assumiu o mandato depois da concordância do proprietário.

Os Curadores alegavam que a alforria era também de vontade do senhor, essa estratégia na obtenção da alforria mostrar que essa alegação não traria problemas para os Curadores nem para os Juízes, uma vez que estes também eram proprietários de escravos.

⁴³⁸ CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido: gênio e desgraça*. Aracaju, 1941

⁴³⁹ E segundo Sílvio Romero era o orador mais fluente dos irmãos. Olhar: GUARANÁ, op. cit., p. 233.

CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido: gênio e desgraça*. Aracaju, 1941

Dessa forma, o fato de defender os direitos de um escravo ou dar ganho de causa ao mesmo, não interferiria nas relações deles com os seus cativos.

Algumas pessoas que desempenharam os papéis de advogados, curadores e até mesmo juízes, não cursaram o bacharelado em direito, mas que sabiam executar as funções. Um desses foi Miguel Theotônio de Castro, personagem que ocupou o cargo de Curador dos escravos em Lagarto. A profissão dele é bastante intrigante: solicitador no fórum. Solicitador também era o nome dado à função que tinha como finalidade redigir a petição inicial de uma ação proposta por mulheres e homens escravos.

Vejam alguns fatos: o mesmo Tenente Miguel Theotônio foi o Curador do escravo Francisco e o motivo alegado pelo juiz, para nomeá-lo como tal, foi o fato da liberta Maria Fraga “ser uma pessoa miserável”. Seria ele um solicitador de causas das pessoas das classes subalternas? Seria simpático às mencionadas classes? Numa ação pleiteada pelo escravo Gonçalo, o mesmo Tenente foi o Curador⁴⁴⁰. Foi ainda Curador das escravas Ignacia, Luisa e Maria. Na ação desta última foi nomeado porque os outros indicados não aceitaram a incumbência e por não “ter mais bacharéis em Lagarto”⁴⁴¹.

O Tenente era nascido na capital da Bahia, fato que lhe rendeu a convivência num ambiente repleto de escravos e libertos. Miguel Theotônio, segundo algumas testemunhas, era professor, ou seja, um homem que teve acesso a algumas leituras e talvez às idéias liberais e abolicionistas. Por fim, o Tenente fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto e por isso convivia com alguns escravos o que possivelmente, contribuía para um posicionamento de simpatia pelos homens e mulheres escravos. Talvez fosse um simpático à causa abolicionista o que levava a se envolver em tantas causas de escravos, sempre a favor dos mesmos. Podia ainda ser por caridade ou motivado por intenções cristãs. O fato é que se era abolicionista, estava isolado pois não encontrei nenhuma notícia de associações ou clubes abolicionistas na Vila⁴⁴².

Analisando as citações nas petições, percebi quais eram os argumentos, a legislação, os livros e as idéias que os advogados utilizavam para respaldar os seus

⁴⁴⁰ Gonçalo, autor; Auto de Depósito. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01; Ação de Depósito, 1876.

⁴⁴¹ Maria, autora, José Francisco da Costa e a órfã Ritta, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1883, p.12; Ignacia, autora, João Pereira Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875.

⁴⁴² AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01; Benedicto, autor, José Plácido da Silveira Rocha, réu, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1878.58p

argumentos. Na defesa do direito de liberdade dos escravos foram usados, o Alvará de 1755, que posicionava sobre a liberdade dos índios; as idéias de Teixeira de Freitas, grande jurista e abolicionista do Império. Nas alegações de defesa e acusação a Lei de 1871 e o Direito Romano. Já o Alvará de 1810, sobre a propriedade, era usado para defender o direito de propriedade dos senhores. Os advogados formados ou práticos conheciam a legislação e tinham acesso à mesma; mas não se limitava a ela, numa petição elaborada por Nicolau Tolentino Álvares mostra idéias de cunho iluminista. Ele utiliza expressões como *nações cultas*, e sugere que no Brasil as *trevas* triunfavam porque mesmo as pessoas que não eram mais escravas não podiam gozar do título de livre. Por fim, até mesmo a *Bíblia* foi utilizada para respaldar os argumentos de um advogado que queria provar que a carta de alforria era falsa. Os advogados recorriam a todos os recursos para provar o seu intento.

Além dos advogados existiam outras pessoas que estavam no meio do fogo cruzado de senhores e escravos: depositários e testemunhas, personagens de crucial importância no conflito.

4.2.4 Terceiros

Estou chamando de terceiros as pessoas que se envolveram no conflito, seja ocupando os lugares de testemunhas de defesa ou acusação, bem como os depositários. Nesta parte discutirei os posicionamentos deles e também suas ações nos mencionados conflitos. Conforme já foi mostrado, tanto os escravos como os senhores lançavam mão de uma rede de alianças no momento do conflito. Verificar quem eram as testemunhas e o que elas depunham revela a rede de ligações.

No processo provocado por Manoela, o tenente Miguel Theotônio que já havia sido o Curador de outras ações foi testemunha a favor. Ele deve ter ajudado a escrava a pleitear a ação na Justiça. Outro escravo a entrar em conflito com o senhor na justiça foi Benedito e na sua ação o mesmo Tenente foi acusado de o estar ajudando, ao que não replicou. Ele morava próximo à casa do proprietário do escravo.

Manoela listou testemunhas do seu convívio, por isso sabiam de tantas informações a respeito da manumissão da mesma. Acredito que Manoela forneceu algumas informações às suas testemunhas e isso demonstra o quanto ela foi ativa no processo, pois elas sabiam até o ano em que a cativa havia recebido a carta. Dois dentre os três depoentes a favor eram pessoas das classes subalternas como ela: um era sapateiro e o outro lavrador, o que

mostra uma boa relação entre a escrava e esses setores da sociedade. Do mesmo modo que Manoela agiram Maria de Fraga e Benedito, pois buscaram depoentes que conviveram com eles e que podiam confirmar as suas versões. Existiam espaços em que as regras eram impostas pelos senhores(as), contudo também havia lugares em que os escravos mantinham relacionamentos sem o consentimento dos seus proprietários⁴⁴³.

O senhor Plácido da Silveira, proprietário de Benedito, listou várias pessoas para serem testemunhas a seu favor no processo; dentre elas estavam vários agregados da sua propriedade. Isto nos leva a pensar sobre o reconhecimento de relações da subordinação entre algumas pessoas livres pobres aos proprietários de engenho. Isto motivou o Curador de Benedito a questionar os depoimentos destas pessoas que viviam sob a influência do Capitão Plácido; uma delas alegou no seu testemunho que podia ser neutra mesmo sendo um subordinado⁴⁴⁴.

Outra pessoa inserida no conflito judicial é o depositário. Ser depositário de um(a) escravo(a) podia ser uma circunstância inconveniente, principalmente quando o proprietário era alguém influente, tal como o Coronel Basílio Santos Hora. Talvez esse tenha sido um dos motivos para a recusa de dois escolhidos a serem depositários de um determinado escravo, sendo que o Sr. Miguel Archanjo, um dos indicados, aparentemente tinha relações de amizade e provavelmente aceitou a nomeação de depositário depois de uma conversa com o mesmo. No caso de Francisco, outro escravo, também foram nomeados vários depositários e poucos aceitaram a incumbência.

O depósito particular tanto podia auxiliar o escravo a obter a alforria como também podia garantir ao senhor a sua propriedade, desde que o depositário fosse uma pessoa de sua confiança. A responsabilidade do depositário era imensa, exigia tempo e dedicação. O escravo podia até mesmo fugir estando em depósito particular, como foram os casos de Benedito e Francisco, que tentaram evadir; o último sem muito êxito.

Várias pessoas se recusaram a ser depositárias. O fato é que os proprietários nomeados como depositários, tinham receio que o escravo depositado, que não lhe pertencia, influenciasse os seus cativos, incitando-os a entrarem com ações de liberdade contra eles ou

⁴⁴³ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

⁴⁴⁴ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

até mesmo à fuga. Geraldo José da Rocha foi nomeado depositário de Tomazia e solicitou exoneração do cargo alegando ser esta uma atividade arriscada e que existiam outros recursos legais para se resolver a situação⁴⁴⁵.

Por fim, os serviços do escravo deveriam ser pagos pelo depositário e não eram baratos, por isso nem todas as pessoas poderiam assumir tal incumbência. Quem ganhasse a causa receberia o dinheiro referente às jornadas de trabalho do escravo. Gonçalo, por exemplo, depois de ganhar a causa solicitou ao depositário o dinheiro referente ao seu trabalho. O responsável pelo depósito afirmou que o “escravo viajava e ganhava salário, vivendo por tanto no gozo dos seus direitos”. Deixar o escravo trabalhar para terceiros foi a solução encontrada pelo depositário, para não pagar as jornadas⁴⁴⁶.

Por fim, o depositário também podia estabelecer alianças com os escravos. Esse foi o caso de Horácio e José, ambos escravos de José Correia Dantas. Eles entraram na Justiça para indenizar o seu senhor, mas não tinham dinheiro suficiente para esse intento. O depositário, Benvindo de Oliveira Freitas, um lavrador, morador do Engenho São Joaquim do Pastor, comprou os dois escravos. Horácio e José devem ter estabelecido uma relação mais pacífica com o depositário que com o seu senhor, e por isso convenceram Benvindo a realizar a transação⁴⁴⁷. Uma situação um pouco distinta foi a de Thomazia, outra escrava a reivindicar a alforria. Ela foi presa e um amigo se ofereceu para ser seu depositário afim de que ela saísse da cadeia⁴⁴⁸.

Muitos homens e mulheres escravos não tiveram a oportunidade de se confrontar com os seus senhores na justiça para conseguirem a alforria, por diversos motivos, assim como alguns escravos que conseguiram lutar com seus proprietários não alcançaram os seus intentos. A esses dois grupos restou uma outra possibilidade, a fuga.

⁴⁴⁵ Thomasia, autora, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1884.

⁴⁴⁶ Gonçalo, autor; Auto de Depósito. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01. Ação de Depósito, 1876.

⁴⁴⁷ Horácio e José, autores, Petição, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 2, 1872.

⁴⁴⁸ Thomasia, autora, Ação de Liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1884.

4.3 AS EVASÕES: RESISTÊNCIA DIRETA DOS ESCRAVOS

No Brasil, uma das formas de resistência dos escravos foi a fuga. Esta serviu para obtenção da liberdade definitiva e para fazer reivindicações⁴⁴⁹. Nesta seção abordarei as fugas dos escravos, buscarei suas motivações e traçarei um perfil dos que mais utilizaram esse recurso.

A possibilidade de manutenção da relação senhor e escravo para alguns era algo insuportável; neste contexto, diante da derrota na justiça, restaria ao escravo evadir-se. Para ilustrar citarei o caso de Benedito, ex-escravo de Plácido da Silveira que o emprestou ou o cedeu a Francisco Prado. Depois da morte de Prado o escravo ficou na iminência de retornar ao seu antigo senhor porque não conseguiu provar que Prado fora seu proprietário e, por conta disso, a carta de alforria cedida pelo mesmo não tinha nenhum valor. Benedito, quando percebeu que voltaria a trabalhar para Plácido da Silveira preferiu fugir⁴⁵⁰.

A fuga não foi um dos expedientes muito utilizado em Lagarto⁴⁵¹. Discutirei as razões posteriormente. Todavia, ressalto que é difícil mensurar a quantidade exata de homens e mulheres que fugiram. Os anúncios de escravos em jornais é uma das principais fontes para se estudar este tema⁴⁵², mas em Lagarto não havia imprensa escrita, o que contribuiu para que muitas das evasões não fossem anunciadas. Um indício de que o número de escravos fugidos foi bem maior que o de anunciados é que os que fugiram, após o resultado das Ações de Liberdade não figuravam entre os nomes divulgados nos jornais. E, em alguns inventários *post-mortem* também é possível encontrar menção a escravos fugidos entre os bens arrolados e em petições dos tutores de órfãos cujas fugas não foram anunciadas. Como foi o caso de João, um escravo fujão dos herdeiros de D. Maria de Seabra Góes. Segundo a sua senhora, ele

⁴⁴⁹ Sobre o assunto ver: GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João J. (organização) *Liberdade por um Fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.397-438. MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá, Mato Grosso: Universidade Federal do Mato Grosso, 1993.

⁴⁵⁰ Benedito, autor, José Plácido da Silveira Rocha, réu, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1878.58p

⁴⁵¹ MOTT, Luis. O escravo nos anúncios de Jornal de Sergipe. In: *Revista do Instituto Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, N° 29/1983-1987.

⁴⁵² O pioneiro na utilização dos anúncios de escravos enquanto fonte foi Gilberto Freire. Outro pesquisador que também utilizou a mencionada fonte foi Luís Mott, op. cit.

era um escravo de “má índole” que vivia sempre fugindo e tinha outros defeitos, por isso o tutor desejava vendê-lo para não colocar em risco os bens dos seus tutelados⁴⁵³.

Um senhor de escravos residente em Lagarto divulgava as evasões dos seus cativos nos periódicos de Estância ou Aracaju. A primeira, uma cidade litorânea e mais próxima de Lagarto; a segunda, a capital da Província e mais distante. Na última o número de periódicos era maior. Por conta da distância e das dificuldades de realizar a viagem, os senhores esperavam um tempo depois da fuga dos seus escravos para irem aos jornais ou mandarem um anúncio, decorrendo, entre a fuga e o anúncio, o intervalo de alguns dias e até mesmo de semanas. Dos nove anúncios encontrados, apenas um foi publicado na mesma semana em que o escravo fugiu; os demais com quase um mês ou até mais tempo.

Outro motivo para o pequeno número de fugas anunciadas nos periódicos seria o fato dos proprietários perceberem que as milícias locais eram mais eficientes. Os inspetores de quarteirões, a polícia, os capitães do mato deviam ser bastante hábeis em recuperar os escravos. A população não era grande e as pessoas se conheciam, razões que dificultavam as fugas dos cativos. Por fim, os senhores precisavam se certificar que as fugas não eram pequenas escapadelas. Joaquina, viúva, 49 anos, por exemplo, escrava dos herdeiros de Raimundo, vivia fugindo e sempre retornava⁴⁵⁴.

Fugir não era uma tarefa fácil, exigia atributos como resistência física, conhecimento de lugares e de pessoas. Diante das dificuldades para a complexa empreitada, perguntamos: quais eram os escravos fugitivos, os que resistiam ao trabalho? Não somente, mas também os que tinham boas aptidões para as atividades, cortesês, bonitos e espertos. Essas características os ajudariam na reconstrução de suas vidas após as fugas. Ao traçar um breve perfil dos escravos fugidos encontrados nos anúncios, tem-se que eles estavam no auge da idade produtiva, entre 16 e 45 anos; exceção apenas de 01, com idade superior a 45 anos. Os escravos anunciados, em sua totalidade eram brasileiros⁴⁵⁵. Do montante, 07 eram homens e 02 mulheres. Em relação à cor, o leque foi diverso: 02 mestiços, 02 pretos, 02 cabras, 01

⁴⁵³ Quando os tutores queriam se desfazer dos escravos utilizavam como argumento que os mesmos eram um bem perecível. Por isso nos parece que a alegação de vender o escravo porque o mesmo era fujão, não era meramente uma alegação com o intuito único de se desfazer do cativo. Algumas petições dos tutores estão anexadas nos inventários. Observar: AGJSE: D. Maria de Seabra Góes, inventariada, inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa, 28, 1876.

⁴⁵⁴ AGJSE, Francisco Borges, réu. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 1865.

⁴⁵⁵ Encontrei referência a um escravo fujão que era africano, no entanto, o nome dele, João, não figurava entre os escravos anunciados. Vide: D. Maria de Seabra Góes, inventariada; Manoel Prudente de Góes, inventariante. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1866, caixa 28, 60p.

parda, 01 fula e 01 mulata. Apenas 03 eram especializados: um carreiro, um pedreiro e o outro sapateiro. Alguns dos escravos que fugiram traziam alguns sinais nos corpos: 01 apresentava sinais de castigos, 02 apresentavam vestígios de acidentes de trabalho e 01 de conflito. E, com exceção de uma fuga coletiva, que envolveu dois escravos, as demais foram individuais.

Como foi dito anteriormente, a faixa etária de 16 a 45 era o período de maior produtividade dos escravos, o interstício em que os mesmos eram mais exigidos nos seus afazeres. Esse pode ter sido um dos motivos para a incidência de fugas ser maior nessa faixa etária. Outra razão é que seria mais fácil para os escravos de 16 a 45 anos executarem uma fuga pelas matas; eles teriam maiores condições físicas de realizarem a empreitada com sucesso; tomamos como exemplo Bernardino e Manoel que fugiram de Lagarto e o senhor suspeitava que os mesmos estivessem em Salvador⁴⁵⁶. Uma fuga desse porte exigia, dentre outras coisas, condições físicas adequadas. Já a questão de serem todos brasileiros é explicada pelo pequeno número de africanos na região. Poucos escravos que fugiram tinham um ofício especializado e possuíam as mais diversas cores, características que refletiam o perfil da população escrava de Lagarto.

Uma pesquisa recente identificou estratégias diferenciadas de resistência consoante ao gênero. Homens fugiam, se matavam e participavam de insurreições mais que as mulheres⁴⁵⁷. Segundo Reis, as mulheres tinham maiores possibilidades para negociar, fosse via sexo e inteligência, fosse pelas prendas ou relações afetivas. Outro motivo é que elas eram as principais responsáveis pelos filhos, por isso a fuga seria mais difícil⁴⁵⁸. As mulheres que trabalhavam nos serviços domésticos tinham mais acesso ao afeto dos senhores assim como melhores oportunidades de conseguir a alforria gratuita, eram também mais vigiadas. Algumas ocupações dos homens escravos como carreiros, vaqueiros, dentre outras exigiam maior mobilidade, e por isso tinham mais oportunidades para fugir.

E existiam dois tipos de fuga: a reivindicatória e a de rompimento. Os escravos de Lagarto utilizavam as duas formas. A primeira com o intuito de reivindicar algo: a venda para outro proprietário, a diminuição de castigos, barganhar mais autonomia no cotidiano⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ Vê: REIS, Isabel Cristina F. *Histórias de Vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.p. 95.

⁴⁵⁷ ROCHA, Solange Pereira da. *Na Trilha do Feminino: Condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba 1820-1888*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFPE, 2001.

⁴⁵⁸ REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁵⁹ REIS, João J. & SILVA, Eduardo, op. cit, pp. 63-70.

Tomamos como exemplo Joaquina que no interrogatório declarou que seu senhor sempre a castigava e ameaçava com mais castigos caso ela fugisse. A fuga neste caso podia ser uma forma de forçar uma negociação, a diminuição dos castigos. A solução que o senhor encontrou foi a de vendê-la para a Vila de Laranjeiras. Este expediente foi bastante utilizado pelos proprietários: vendiam os escravos fujões como forma de puni-los e resolver o problema. Ainda sobre a fuga reivindicatória, a de Benedito pode ter tido esta razão: pressionar a justiça, e principalmente o seu senhor, a ceder-lhe carta de alforria.

Na segunda forma de fuga, os escravos objetivavam o rompimento definitivo com a condição escrava. Acredito que a maioria das fugas anunciadas tinha este intuito. Até 1870 o não cumprimento de acordos era a principal razão para as fugas-rompimento. Os acordos variavam conforme as vivências individuais e as conquistas⁴⁶⁰. Manoela fugiu porque não teve o acordo cumprido pelo seu senhor e não conseguiu seu intento na justiça. O desejo de romper com a condição cativa fez com que escravos capturados tentassem a fuga novamente. Alguns deles conseguiam fugir ainda no processo de captura. Um exemplo disso foi José, escravo de José Jorge da Trindade, que foi pego e conseguiu escapar novamente nas proximidades da Vila de Lagarto⁴⁶¹. E outra hipótese para o caso de Benedito é que ele tinha feito uma fuga com o escopo de romper a sua condição de escravo.

Além das razões mencionadas os escravos também escapavam para rever ou ficar mais próximos dos seus parentes. Por causa disso alguns anúncios informavam o local de nascimento dos escravos fugidos, os nomes de antigos senhores ou os locais que os últimos residiam, pois existia a desconfiança de que eles haviam retornado para junto dos seus entes queridos⁴⁶². Custódia, escrava de José Fructuozo da Silva, vivia na Vila de Itapicurú de Cima, na Província da Bahia e próxima à fronteira com as terras sergipanas. Em 1857, no anúncio da sua fuga foi declarado que ela era de Riachão, termo de Lagarto. Os escravos também fugiam, às vezes, com pessoas amigas ou parentas. Pedro e Simão residiam e trabalhavam no mesmo Engenho, o Santana. Um pertencia ao proprietário do Engenho e o outro a um lavrador do mesmo e fugiram juntos⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Idem, p. 67.

⁴⁶¹ Jornal do Aracaju, Aracaju, nº 728, 02 de Setembro 1876, p. 04. In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia. (Licenciatura, DHI), p. 322.

⁴⁶² Correio Sergipense, Aracaju, nº 22, 29 abr. 1857, p. 04. In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia (Licenciatura, DHI), p. 178. Reis observou que este era um dos motivos para as fugas. Vide: REIS, Isabel, op.cit, pp. 105-107.

⁴⁶³ Jornal do Aracaju. Aracaju, nº. 277, 29 de maio 1872, p.04. In: CISNEIROS, op. cit, p.279.

Alguns, ansiosos por trocarem de senhor, entregavam-se aos ladrões de escravos. Eufrásio, por exemplo, propriedade de Aguida Maria do Espírito Santo, fugiu com ajuda de terceiros “mal intencionados” e sabia que continuaria sendo escravo. Seria vendido, possivelmente para o Rio Grande⁴⁶⁴. Nesses casos, a mudança de senhor trazia a esperança de melhores tempos, *quicá* possibilidades maiores de barganhar.

A fuga também exigia uma rede de apoios. Em alguns casos pessoas interessadas encobriam-nas, pois tinham interesse nos serviços ou no dinheiro que podia resultar através da venda dos cativos. Eufrásio foi um escravo que contou com esse tipo de ajuda e depois foi vendido⁴⁶⁵. Outros escravos fugiram após o falecimento dos seus proprietários. As incertezas em relação ao futuro, o receio de que os novos proprietários fossem mais duros que os antigos e o medo de serem vendidos para lugares longínquos, estimulavam-nos a realizarem a tal empreitada. Isto ratifica o quanto o falecimento dos senhores era um momento complicado porque os tutores, com receio de perderem parte da herança dos seus tutelados, vendiam os escravos fujões que eram capturados.

Mas para onde iam tais escravos depois das fugas? Talvez fossem para Vilas mais distantes a fim de ter segurança e tentassem trabalhar no eito ou no meio urbano. Alguns deles fugiam levando consigo os instrumentos de trabalho, certamente com o intuito de conseguirem ocupação nas suas novas moradas. Um dos casos foi do escravo Pedro, pedreiro, que fugiu em 1872, no anúncio da sua fuga informa que “levou consigo uma colher do seu serviço”⁴⁶⁶. Escravos que se envolveram em crimes também fugiram, pois viam nesse artifício uma forma de não cumprirem a pena. Manoel Boca e Venceslão, escravos do Engenho Piauhy, estavam sendo escoltados para irem à audiência em Lagarto, quando, aproveitaram “o vacilo dos praças” e fugiram⁴⁶⁷.

Ressalto que em Lagarto, os escravos que fugiram pertenciam aos grandes proprietários, principalmente a senhores de engenho. Isto nos leva a indagar sobre as diferenças das relações entre senhor e escravo na pequena, média e grande propriedade. Na grande posse deveria ser mais distante, tornando mais remotas as possibilidades dos escravos

⁴⁶⁴ Correio Sergipense. São Cristóvão, nº. 23, 29 de março. 1854, p.04. In: CISNEIROS, op. cit, p.136.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Jornal do Aracaju. Aracaju, nº. 277, 29 de maio de 1872, p.04. In: CISNEIROS, op. Cit, p.279.

⁴⁶⁷ AGJSE, Antônio José da Silva, José Maria dos Santos, Manoel Valentim de Leal, Baptista de Sant´Anna, réus. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 2, 42p.

negociarem no dia-a-dia. Os senhores não viam todos os seus cativos diariamente, isso se constituía num empecilho para que eles tivessem uma relação de afetividade.

Outra interpretação possível é que quanto mais distante a relação, os escravos seriam menos vigiados. Numa posse de um a nove escravos, de pequenos e médios proprietários, seria mais fácil vigiá-los, o que dificultaria a fuga dos mesmos. Não descarto totalmente a segunda interpretação, todavia estou mais inclinada a acreditar que a relação senhor e escravo foi mais conflituosa nas grandes unidades, primordialmente por existirem terceiros intermediando-a. Por essa razão, Lagarto não figurava entre as localidades que possuíam um número elevado de fugitivos, pois as grandes propriedades na região não foram a regra. Outro aspecto que evidencia uma relação mais tensa nas grandes propriedades é que foram os feitores os principais alvos das violências perpetradas pelos escravos. Esta temática será abordada na seção seguinte.

4.4 “ANDE COM A GENTE COM JEITO”: RESISTÊNCIA VIOLENTA DOS ESCRAVOS

Uma outra face das relações senhores e escravos foi a resistência associada a atitudes violentas. Em alguns casos e para determinados escravos a negociação com o senhor foi difícil, o recurso à justiça impossível e as evasões frustradas ou nem mesmo tentadas. Por esse motivo, os homens e mulheres escravos lançaram mão de outros expedientes para reagirem contra os seus senhores ou seus representantes, ou para lutarem a favor dos seus objetivos. Nesta seção analisarei as formas violentas de resistência dos escravos contra o senhor, as pessoas que os representavam, ou pessoas pobres.

Em todo o Brasil, fugas, roubos, sabotagens, simulações de doenças, assassinatos de senhores e até mesmo o suicídio foram formas de resistência escrava. Lagarto não se constituiu numa exceção. Conforme Moniz de Souza, os escravos ingeriam chá de raízes com o intuito de terem febre e simulavam doenças para não trabalhar. Narra, ainda, que os escravos tiravam a “vida voluntariamente” e de várias maneiras, uma delas era se jogando

nos rios⁴⁶⁸. A escrava Maria, em 1866, tentou fugir diversas vezes, mas ao ser recapturada era castigada e tentava o suicídio, porém não obteve êxito⁴⁶⁹.

Karash menciona que uma das razões para tentativa de suicídio era a crença, entre os escravos, de que os seus espíritos retornariam à África após a morte⁴⁷⁰. A autora afirma que além das atitudes contra o senhor e a sua família os assassinatos, roubos e agressões contra os feitores, pessoas pobres e soldados também eram atos de resistência, pois eles estavam contestando contra os proprietários enquanto grupo⁴⁷¹.

Um dos casos dessa resistência em Lagarto foi o de Felipe, escravo de Antonio Correa de Seabra que agrediu José Gregório de Matos, seu senhor lutou na justiça para o escravo não ser punido⁴⁷².

Um ato comum foram os furtos. Os escravos furtavam as mais diversas coisas: objetos, animais e gêneros alimentícios que podiam ser consumidos e/ou comercializados. As vítimas nem sempre eram os seus proprietários, às vezes eram os vizinhos. Maria e Luís, escravos de D. Josefa Maria do Nascimento Monteiro, invadiram um terreno de propriedade de Gualter Martins Fontes para derrubar madeira em 1863⁴⁷³. Outro exemplo foi o de João Mocó e Felipe, escravos de Antonio da Rocha Pita e Genovena Maria, que furtaram uma porção de mandioca em 1870⁴⁷⁴. Outra amostra de que os roubos figuraram entre as ações constantes de alguns escravos foi a preocupação da Câmara Municipal de Boquim, região de Lagarto em elaborar posturas municipais com o intuito de punir os receptadores. Os roubos, conforme foi mostrado no segundo capítulo, geravam dinheiro que permitia melhoria na sobrevivência e sonhar com a alforria.

Os policiais também foram alvos da resistência dos escravos em Lagarto. Francisco saiu a cavalo para cumprir obrigações do seu senhor, o Bacharel João de Aguiar Telles de Meneses, na estrada encontrou alguns policiais que lhe deram voz de prisão sem

⁴⁶⁸ SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. 3. ed., Salvador: IGHB, 2000, pp. 172-173 (Org. ARAÚJO, Ubiratan Castro de.).

⁴⁶⁹ AGJSE: D. Maria Francisca da Hora, inventariada; Antônio Souza Silveira, inventariante. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 28, 1866.

⁴⁷⁰ Karash, op.cit.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² AGJSE, vítima, José Gregório de Matos; réu, Felipe. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 17/02/1863.

⁴⁷³ AGJSE, a justiça, queixoso, Luís escravo de D. Josefa Maria do Nascimento, réu. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 6, 1875, 6p.

⁴⁷⁴ AGJSE, queixoso, Francisco de Sousa Victor; réus, João Mocó & Felipe. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 5, 17/05/1870, 5p.

estarem de posse do mandato. Francisco resistiu à prisão através da força física. Usou “palavras insultantes, deu cabeçadas, empinões” e, por fim, quebrou uma estaca e conseguindo resistir a três policiais que precisaram da ajuda de um morador da região onde aconteceu a resistência para prender o escravo⁴⁷⁵.

Em Lagarto os atos de resistência violenta extrema e direta, como espancamento e assassinato foram mais visíveis contra os feitores. Nenhum senhor ou seus filhos foi atingido por tais atos. A narrativa seguinte mostra um dos quatro casos ocorridos em Lagarto. Era noite de luar no Engenho Piauhy, início de março, final da colheita de 1856. Terminava mais um dia de labuta e todos os escravos e agregados se recolhiam para seus fogos. Nesse momento começava a outra jornada, a doméstica; nela se incluía o preparo dos alimentos para mais uma refeição e depois o merecido descanso. De repente, na calada da noite, ouvem-se alguns disparos e, em seguida, um homem vestido de preto é visto com atitudes suspeitas. Amanheceu o dia, e, com o sol, vem à notícia da morte de Antônio da Silva Leal, feitor, que havia sido assassinado nas proximidades do Engenho⁴⁷⁶. Instaurado processo, os primeiros suspeitos foram os escravos; mas as testemunhas iniciais, constituídas pelos lavradores do engenho, pareciam ensaiadas e bem articuladas no intuito de inocentá-los. Elas tinham o receio de perder a proteção do Coronel José Freire e mencionaram que o feitor trabalhava há um ano, e que neste íterim não tinha surrado nenhum escravo. Segundo as primeiras testemunhas, a relação entre o feitor e os feitorizados era harmoniosa. O crime quase recaiu sobre um ex-agregado do engenho, o ex-carreiro Manoel Caboclo porque o mesmo não se encontrava em casa na noite do crime e por estar vestindo preto.

A história começou a tomar novos rumos com o testemunho de Manoel Francisco Simões que relatou que o feitor tinha umas intrigas com alguns escravos e citou o nome de Manoel que teria ameaçado o feitor com as seguintes palavras: “ande direito com a gente senão lhe acontecerá algum mal”. Manoel faltou o serviço durante algumas horas por duas ou três vezes e por conta disso o feitor lhe deu uma “porção de bolos”. Testemunhas vizinhas ao Engenho confirmam a versão de Manoel Francisco Simões, enriquecendo-a de detalhes. Informaram, ainda, de atitudes de cunho racista que o feitor tinha para com pessoas forras, pois queria tratar os libertos da mesma forma que os escravos: os forros deveriam andar amarrados e “obedecer como um escravo”. Os depoentes citaram mais dois escravos

⁴⁷⁵ AGJSE: Francisco, réu. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 14/15/1861, 18p.

⁴⁷⁶ AGJSE, Vítima, Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p.

que participaram do crime: Gonçalo e Domingos. Os acusados foram interrogados e negaram a participação no crime. O processo foi arquivado em 1858, provavelmente, porque o senhor não tinha interesse que o mesmo transcorresse, pois a conclusão do processo resultaria na perda de três escravos. Possivelmente ele preferiu resolver o problema nos limites do engenho. Dois anos após o arquivamento do processo, o mesmo Engenho seria palco de mais um crime envolvendo um outro feitor e a vítima da vez foi José Telles de Menezes⁴⁷⁷. Esse feitor teve mais sorte, pois conseguiu escapar da agressão com vida.

Os quatro atos de resistência contra feitores ocorreram em engenhos. Todos os feitores eram pessoas livres e pelo menos três eram casados; dois deles eram recentes no ofício de feitorar. Nos engenhos, a disciplina e o castigo eram mais intensos e o personagem responsável direto era o feitor; cabia a ele forçar ao trabalho e vigiar os escravos e fazendo com que eles se transformassem em “bons” trabalhadores. Isto poderia implicar, para os escravos, em desgaste físico, talvez maior que as suas capacidades, e falta de autonomia cultural e emocional.

Na política paternalista era importante a figura do feitor como o disciplinador, pois o senhor poderia continuar com a imagem de benevolente e justo⁴⁷⁸. Assim, os feitores viviam no meio de uma tensão provocada de um lado pela necessidade da disciplina de outro pela resistência dos escravos. Os senhores exigiam maior produção e disciplina e os escravos protestavam por conta das ordens e excessos. No caso citado, Manoel foi um exemplo: a exigência com o horário provocou os castigos e em seguida o mal estar entre ambos.

Dois dos crimes aconteceram quando os feitores estavam a menos de um ano no encargo de disciplinar escravos. Feitores novos queriam impor ritmos de trabalho às vezes diferentes dos antigos, não considerando algumas conquistas dos escravos. Outro aspecto eram as provocações e castigos abusivos. Além disso, podiam fechar os canais de negociação. Sem possibilidades de articulação, a resistência violenta era utilizada. Os escravos conseguiam, via crime, o que não tinham conseguido via diálogo: a saída do feitor ou a possibilidade de negociação. Alguns escravos se sacrificariam pelo grupo, mesmo que isso resultasse em castigos ou punições, pois estas seriam passageiras e o poder de barganha estaria assegurado no futuro⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ AGJSE, Anna Joaquina da Souza Freire, denunciante, Manoel Boca, Venceslão, Faustino, réus. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 2, 17/03/1860, 80p.

⁴⁷⁸ MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁷⁹ MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Os escravos que reagiram diretamente tiveram trajetórias e destinos distintos. Manoel e seus parceiros, acusados de matar o feitor, não foram presos, pois ele era laçao do seu senhor e foi protegido pelo mesmo que conseguiu arquivar o processo. Para um senhor, em Lagarto, perder a mão-de-obra de três escravos era um grande prejuízo e, nesse caso, os envolvidos não deveriam antecedentes de resistência violenta. Manoel Boca e Venceslão, escravos que agrediram o feitor do Piauí, foram presos e fugiram ao serem transportados da Cadeia de Aracaju para Lagarto, porém voltaram a ser pegos.

Em 1860, momento desse crime, o senhor do engenho tinha falecido e a propriedade estava sendo gerenciada por D. Anna Joaquina de Souza Freire, já em idade avançada, que certamente receava que as agressões contra feitores se tornassem rotina ou que ela própria fosse vítima dos escravos. A lembrança do assassinato do antigo feitor ainda existia, prova disso é que a mesma foi mencionada no depoimento dos escravos Manoel Boca e Venceslão. Outro motivo para a denúncia foi o de que a partilha dos bens do finado senhor do engenho não tinha sido realizada. Anna Joaquina afirmou na denúncia que tinha receio que houvesse perda dos bens, principalmente por conta dos filhos menores⁴⁸⁰. Talvez o seu medo fosse que os escravos fugissem.

Theophilo e Venceslau, escravos de José Jorge da Trindade, depois de ferirem o feitor foram acompanhados de mais dois escravos até a delegacia para se entregarem, lugar onde achavam que estariam protegidos, pois tinham o receio de serem castigados pelo seu senhor. Foram presos e condenados a 200 açoites cada um. Seu senhor achou a pena pequena, por isso solicitou que os mesmos utilizassem um ferro no pescoço, pedido acatado pelo Juiz⁴⁸¹. Por fim, João e Bernardino, depois de atacarem Ângelo José d'Oliveira, o feitor, fugiram. O feitor pediu que o processo fosse arquivado por ele estar restabelecido e porque o mesmo só traria danos ao dono do engenho, que não tinha culpa nenhuma⁴⁸².

Os atos de resistência violenta contra os feitores eram executados coletivamente por dois ou três escravos, amigos ou parentes. Theophilo e Venceslau, por exemplo, eram pai e filho. Outra particularidade é que todos os escravos envolvidos eram do sexo masculino, corroborando com a tese de que as formas de resistência, e Lagarto, também

⁴⁸⁰ AGJSE: Vítima, José Telles de Menezes; réus, Manoel Boca, Venceslão e Faustino. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto. Caixa 2, 1860. 80p.

⁴⁸¹ AGJSE: vítima, Antônio Isaías de Carvalho, réus, Theophilo e Venceslau. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 8, 05/03/1879, 92p.

⁴⁸² AGJSE: vítima, Ângelo José d'Oliveira; réus, Bernardino e João Grande. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto. Caixa 1, 1874. 14p.

variavam de acordo com o gênero. Nos casos estudados é importante destacar que os escravos tinham nascido nas propriedades cujos feitores foram agredidos ou haviam sido trazidos para as mesmas ainda pequenos; isso significa que eles tinham relações construídas no cativeiro e que estava sendo abalados pela ação dos feitores

O caso do escravo Manoel provavelmente fora planejado. Escolheu as armas e o melhor horário para assassinar o feitor. Certamente ele conhecia sua rotina, horários em que ele saía, percursos que fazia, onde residia. Um indício que o crime fora arquitetado foi a forma como se vestiu para cometer o assassinato: utilizando vestes pretas, na noite ficaria difícil de ser reconhecido. Com exceção desse assassinato, as armas dos demais crimes foram instrumentos de trabalho ou materiais que estavam próximos: cacetes e foices.

Uma reivindicação dos escravos foi por mais liberdade no cotidiano. Dois dos crimes ocorreram por conta de reclamações com horários. Em um dos casos os escravos estavam embriagados. Segundo Karash, a bebida usada de forma excessiva também era uma forma de resistência⁴⁸³.

4.4.1 Os escravos no banco dos réus: a atuação da Justiça

Os atos de resistência violentos geraram dois tipos de documentos distintos: (i) os processos-crimes, neles foram classificadas as ações contra a propriedade e o veredicto era decidido pelo Juiz, nessa categoria estavam os roubos e invasões de propriedade; (ii) os sumários de culpa, gerados por agressões físicas e assassinatos contra as pessoas. Nesses o destino do réu era decidido por um júri; cabendo ao juiz ratificar a sentença.

Em relação à liberdade dos escravos a justiça teve um posicionamento ambíguo, o mesmo não se observa perante os atos violentos. É visível a aliança entre os senhores e a justiça: quando foi do interesse do senhor que acontecesse o arquivamento do processo, o mesmo foi realizado, assim como foi atendida a solicitação para aumentar uma determinada pena. Em 1879, Theophilo e Venceslau acreditaram que a polícia e a justiça poderiam evitar que eles fossem maltratados pelo senhor⁴⁸⁴. No entanto, a tramitação do processo mostrou que a justiça apoiaria a vontade do senhor. A justiça era um elemento ordenador da sociedade e as

⁴⁸³ KARASH, Mary, op.cit.

⁴⁸⁴ AGJSE: vítima, Antônio Isaías de Carvalho, réus, Theophilo e Venceslau. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 8, 05/03/1879, 92p.

punições mais graves tinham um caráter pedagógico⁴⁸⁵. Manoel Boca e Venceslão tomaram 200 açoites cada um, provavelmente num local público, e também deveriam usar um ferro no pescoço: por um ano. O intuito era que outros escravos assistissem e chegassem à conclusão de que se fizessem determinados atos seriam severamente castigados⁴⁸⁶. Os escravos perante o Juiz adotavam a estratégia de negarem que suas vítimas fossem feitores. Após 1835 a legislação tornou-se bastante rigorosa com os escravos que cometessem atitudes violentas contra os seus feitores, senhores e suas respectivas famílias. Por isso, nos depoimentos os escravos enfatizavam que as vítimas eram agregados das propriedades.

Por fim, debruçar-se sobre a relação senhor e escravo em Lagarto, permite vislumbrar, principalmente, as diferenças dessas relações de acordo com o gênero e com o tamanho da propriedade.

⁴⁸⁵ CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

⁴⁸⁶ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: senhores e escravos na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vamos! de pé! Abram alas
A idéia da Abolição,
Já não existem senzalas.
Foi outrora a escravidão!⁴⁸⁷

Esse é um trecho de uma das poesias que foram distribuídas à população que vivia na Corte, no 13 de maio de 1888. Segundo Machado de Assis, um dos participantes do domingo festivo e ensolarado, este foi o “único dia de delírio público” que ele lembrava ter visto⁴⁸⁸. Sobre Lagarto não há muitas informações de como foi recebida a notícia da abolição. Segundo a memória de um ex-escravo, Benedito Puciano, alguns negros entraram na sede do município após o evento: comemorando, dançando e rodopiando, o que posteriormente ficou sendo conhecido como os *Parafusos*⁴⁸⁹.

Com a abolição, alguns proprietários de escravos que tinham grandes somas de capital investido na mão-de-obra entraram em ruína⁴⁹⁰, pois alguns escravos saíram dos seus antigos cativeiros sem saber o que iam fazer de suas vidas e como sobreviveriam e deixaram os produtos sem ter mão de obra para colher⁴⁹¹; outros escravos, mesmo com o pedido dos senhorzinhos abandonaram as antigas casas de maneira bastante decidida e aparentemente sem nenhum temor do como seria suas vidas futuramente⁴⁹².

No entanto, para alguns ex-escravos a abolição não significou uma ruptura nas suas vidas, pois eles continuaram servindo aos seus ex-senhores, a exemplo de alguns que

⁴⁸⁷ OLIVEIRA e SILVA, Liberdade. In: Maio de 1888: Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999, p.127.

⁴⁸⁸ ASSIS, Machado. In: Maio de 1888: Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.p.9

⁴⁸⁹ Vide: ALENCAR, Aglaé. *Danças e Folguedos*. Iniciação ao folclore Sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado de Educação do Desporto e Lazer, 1998. pp.189-202.

⁴⁹⁰ Desconfio que esse tenha sido o caso de André Ramos Romero, todavia, apenas futuras pesquisas poderão confirmar essa hipótese.

⁴⁹¹ CAMPOS, Ediberto. Sebastião Garcez e o Engenho Piauí. In: *Crônicas da passagem do século*, 1965, pp.184-188.

⁴⁹² ROMERO, Abelardo. *Silvio Romero em família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

permaneceram trabalhando para os Romeros⁴⁹³. Os motivos para essa atitude foram diversos: a continuidade de uma relação pautada pelo paternalismo, a existência de afeto dos escravos para com os seus ex-proprietários e melhores condições de sobrevivência, dentre outros.

A relação senhor e escravo foi permeada por práticas paternalistas, como também forçada pelos escravos que negociavam mais liberdade no cotidiano bem como sua alforria definitiva, dentre outros. Alguns grupos tiveram maior êxito nas negociações com os senhores: mulheres e crianças conseguiram maior parcela de afeto dos seus donos e souberam utilizar, dentre outras possibilidades, a submissão como estratégia. No entanto, a articulação não foi possível em todos os momentos e nem para todos os escravos. Por conta disso, eles utilizaram as mais diversas artimanhas para conseguirem os seus intentos: a luta na justiça, as fugas, as agressões e até os assassinatos. As principais vítimas das resistências violentas foram os feitores.

Em Lagarto, no período compreendido entre 1850 a 1888, as mulheres e homens escravos possuíam relações familiares. Uma pequena parte das relações foi sancionada pela Igreja. Ao comparar a percentagem de casamentos realizados em Lagarto com a de outras regiões da Província, percebe-se que os números de Lagarto foram menores devido principalmente ao fato das posses de escravos serem menores. Boa parte das famílias era estável e se constituía de relações consensuais. Outro arranjo familiar bastante comum foram as mães escravas e seus filhos. As mulheres tiveram relações de afeto desenvolvidas através da maternidade, apesar da mesma, em alguns momentos, trazer dor e luto.

Entre os casais também houve conflitos, alguns culminaram em assassinatos. A diferença social pode ter contribuído como motivação para os conflitos. Nessas relações era difícil delimitar os papéis femininos e masculinos impostos pela sociedade. Todavia, a família possibilitou uma moradia em separado dos demais companheiros, melhor alimentação, redes de solidariedade, afeto e, por fim, a possibilidade de conquistar a tão almejada alforria. O compadrio, para alguns escravos, também foi uma forma de ampliar as redes de solidariedade. A escolha de padrinhos livres teria o intuito de ter mais pessoas que pudessem ajudar os escravos.

⁴⁹³ ROMERO, Abelardo. op.cit

A meta desse trabalho foi a de mostrar que a experiência de homens e mulheres escravos em Lagarto foi tão rica quanto a de outras localidades, mas que guardava suas especificidades: (i) no tocante a família – baseada na relação entre escrava e seus filhos ou nas de amasiamento; (ii) as atividades laborais – os escravos desempenhavam diversas atividades por conta do tamanho reduzido das posses; (iii) e a cultura. A vivência desses escravos incrementou a cultura da cidade, através das suas festas, danças e cantos, que mesmo após a abolição continuaram existindo durante muito tempo, como por exemplo, a festa de São Benedito que perdurou até os anos cinquenta da centúria passada.

Por fim, mesmo sem ter esgotado o tema, espero ter contribuído para dar voz a essas mulheres e homens que foram esquecidos pela História, mas que foram seus atores, assim como aquelas que comumente são lembradas pelos historiadores.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Manuscritas

Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

* Cartório de Lagarto 1º e 2º ofício

Ação de liberdade (1864-1884), cx.1.

Ação de Depósito cx.1

Inventários *post-mortem* (1850-1888), cx.15- 46 e cx.01.

Livros de Notas (1850-1887), cx.1, Livros 1-2.

Petição (1850-1888), cx. 1-4

Processos Crimes (1850-1888), cx.1-4.

Sumário de Culpa (1850-1888). cx. 5-9

Testamento (1850-1888), cx.1.

Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 1, Livros 1-2.

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade – Lagarto

Registros de Batismo (1850-1888), Livros de 3 a 7.

Registros de Casamento (1850-1888), Livros 7 e 8.

Arquivo Público do Estado

Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/ª Doc. 08.

Documentos Citados

Inventariada: D. Josepha Maria do Amor Divino; Inventariante: José Domingos de Góes. Inventário *post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 33, 1873.

Inventariada: D. Maria de Seabra Góes; Inventariante: Manoel Prudente de Góes. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 28, 1866.

Inventariado: Alferes Francisco da Rocha Lima; Inventariante: Dionísio Francisco Nunes. Inventário *post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 33, 1873.

Inventariada: D. Antônia Margarida do Nascimento; Inventariante: Felipe Rodrigues do Nascimento. Inventário *post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1884, caixa 43.

Inventariada: D. Maria Francisca do Nascimento; Inventariante: José Francisco. Inventário *post-mortem*, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, 1884, caixa 43.

Inventariada: D. Maria de Seabra Góes; Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa, 28, 1876.

Inventariado: Luiz Francisco; Inventariante: Rosa Maria da Conceição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 28, 1866.

Inventariada: D. Maria Francisca da Hora; Inventariante: Antônio Souza Silveira. Inventário *post-mortem*. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 28, 1866.

Carta de Alforria, Anísio, p, 23v e 24; Livro de Notas nº 9; Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01-1215.

Carta de Alforria, Ignês, p. 83; Livro de Notas nº 03; Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa. 01-1215.

Carta de Alforria, João Marçal, p. 19 e 19v; Livro de Notas nº 02; Cartório do Primeiro Ofício de Lagarto, caixa. 01-1094.

Testador: Vigário João Pacheco da Silveira; Testamento; Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01-1225.

Autor: José Matheos Ribeiro; Ré: Manoella. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866.

Autor: Arvaro; Réu: João Pereira de Carvalho. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875.

Autor: Gonçalo. Auto de Depósito. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01; Ação de Depósito, 1876.

Autor: Benedicto; Réu: José Plácido da Silveira Rocha. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1878.58p;

Autora: Francisca; Réu: Luís Roberto d'Oliveira. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877.

Autora: Manoella; Réu: Mathéos Ribeiro. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1864.

Autora: Maria Mercês; Réu: Coronel Francisco Basílio Santos Hora. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1879, 37p.

Autora: Ponciana; Réus: Januário José de Mello, José Vicente e sua filha Maria. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1872, 9p.

Autora: Ignacia; Réu: João Pereira Carvalho. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875.

Autora: Feliciano; Réu: Capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877.

Autora: Maria; Réus: José Francisco da Costa e a órfã Ritta. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1883.

Autora: Thomasia, Ação de Liberdade, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1884.

Autores: Maria Liberta e Francisco Cabra; Réu: Ildefonso de Mendonça Lima. Ação de Manutenção de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

Réu: Francisco. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 3, 14/15/1861, 18p.

Réus: Antônio José da Silva, José Maria dos Santos, Manoel Valentim de Leal, Baptista de Sant'Anna. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02,???

Vítima: Antonio da Silva Leal. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício, caixa 01, 14/05/1857, 119p.

Vítima: José Telles de Menezes; Réus: Manoel Boca, Venceslão e Faustino. Sumário de Culpa. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 2, 1860. 80p.

Vítima: Antônio Isaías de Carvalho; Réus: Theophilo e Venceslau. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 8, 05/03/1879, 92p.

Vítima: Ângelo José d'Oliveira; Réus: Bernardino e João Grande. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 1, 1874, 14p.

Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Relatório sobre preferência de traçado para a estrada de ferro na Província de Sergipe*, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881

CAMPOS, Ediberto. *Crônicas da passagem do século*. 2. vol., Aracaju, 1967.

CARDOSO, Severiano. “Lagarto – Sergipe: História e costumes”. *Almanaque Sergipano*, Aracaju, 1899, pp.242-256.

CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão, 2003. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: IHGB, 1853.

DÉDA, José Carvalho. *Brefáias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed., Maceió: Catavento, 2001.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

IPHAN, *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*. Sergipe/Alagoas. Módulo II, vol. 12.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Vol 2., São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, s/d.

LIMA, Wandercléia Santos. *Os escravos na legislação Provincial de Sergipe*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

MORAES FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Prefácio de Sílvio Romero; Revisão e notas de Luís da Câmara Cascudo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, pp.69-75.

ROMERO, Abelardo. *Sílvio Romero em família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

ROMERO, Sílvio. *Parnaso sergipano*. Luiz Antônio Barreto (org.). Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju, Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

_____. *Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

_____. *Folclore brasileiro I: cantos populares do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.

_____. *Folclore brasileiro 2: contos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1906.

SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. ARAÚJO, Ubiratan Castro de (org.). 3. ed., Salvador: IGHB, 2000.

SOUZA, Marcos Antônio. Memória sobre a Capitania de Sergipe. Sua fundação, população,

produção e melhoramentos de que é capaz. Ano de 1808. In: *Revista de Aracaju*. Nº 01. Aracaju: Livraria Regina, 1942, pp.8-46.

Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Vila de Lagarto). In: *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe*, sancionadas e publicadas nos anos de 1835-1880. N.º 17 A. Vol I, pp.20-26.

TRAVASSOS, Antônio J. Silva. Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe; Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe. Luís Antônio Barreto (org.) Secretaria de Estado da Cultura, Aracaju-Sergipe, 2004.

VEIGA, Luiz Francisco. *Livro do Estado Servil e respectiva libertação contendo a Lei de 28 de setembro de 1871 e decretos e avisos expedidos pelos ministérios da agricultura, fazenda, justiça, império e guerra, desde aquela data até 31 de Dezembro de 1873*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

Referências Bibliográficas

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. Campinas: Área de Publicações, CMU/UNICAMP, 1997.

ALENCAR, Aglaé. *Danças e Folguedos*. Iniciação ao folclore Sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado de Educação do Desporto e Lazer, 1998.

ALMEIDA, Márcio Rogers Mello de. *Aspectos relativos à propriedade de Sergipe: Zona da Mata-Sul (1850-1888)*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir a ser capitalista*. Aracaju: UFS; Secretaria de Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

_____. In: DINIZ, Diana M. (coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991.

_____. *Fundamentos de uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ALVES, Francisco José. “*A marcha da civilização*”: uma leitura historiográfica de Felisbello Freire. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em História) - PPHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância*. Série Pesquisa. Notas para sua História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/PDPH, 1888.

AREND, Sílvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo colonial. In: *Brasil: colonização e escravidão*. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, pp.53-60.

COSTA, Dora Isabel. Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos. Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras. In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: USP, v.26.

BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor escravo em cartas de alforria. In: *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988, pp.73-86.

CARDOSO, F.H. & IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. SÃO PAULO: Nacional, 1971

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca. *Silvio Romero e a Sergipanidade*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/ Impressão Gráfica e Editora Ltda, 2004.

CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido: gênio e desgraça*. Aracaju, 1941.

CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *A história nas Histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991 (Primeira Versão, 33).

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à Colônia*. 4. ed., São Paulo: Unesp, 1997.

_____. O escravo na grande lavoura. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed., São Paulo: DIFEL, 1976. T 2: O Brasil Monárquico, V 3: Reações e Transações.

CUNHA, Maria José de Assunção. *Iconografia Cristã*. Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto/ Instituto de Artes e Cultura, 1993.

DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História Universidade Estadual de Campinas.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A taieira de Sergipe: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1972.

DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Escravos do Sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: EDUSP, 1965.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas*. (Sergipe Del Rey as Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823). Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

FIORIN, José Luís. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FONTES, Aglaé. *Danças e Folguedos*. Iniciação ao folclore sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado de Educação do Desporto e Lazer, 1998, pp.189-202.

FLORENTINO, Manolo; GÖIS, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 29. ed., Rio de Janeiro: Record. 1992.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João J. (orgs.) *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALLIZA, Diana D. de. *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: UFPb, 1979.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988

GRAF, Márcia C. De agredidos a agressores: “Um estudo sobre as relações sociais entre senhores e escravos no Paraná, século XIX”. In: *Estudos Econômicos*, Vol. 18, 1988, pp.147-166.

GOULART, Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: Compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. pp.33-59.

GUTIÉRREZ, Horácio. “Demografia Escrava numa Economia não exportadora: Paraná, 1800-1830”. In: *Estudos Econômicos*. Vol.17. nº 2, São Paulo: USP, 1970, pp. 297-321.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, Luís Augusto P. “*Deixai a política da capoeiragem gritar*” *capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

LE GOFF, Jacques. O documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol I, 1984.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.8, nº 16, mar/ago, 1988.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Ana Paula Visne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. *História Social*, número 4/5 – 1998. Revista de Pós Graduação em História. IFCH/UNICAMP, pp.135-155.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX: uma Província no Império*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELLO, Zélia Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. 2. ed., São Paulo: HUCITEC, 1990 (Col. Estudos Históricos).

METCALF, Alida. Vida familiar dos escravos em São Paulo no Século Dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. In: *Estudos Econômicos*, vol.17, nº 2, 1987, pp.229-243.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

MOTT, Luis. O escravo nos anúncios de Jornal de Sergipe. In: *Revista do Instituto Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, nº 29/1983-1987.

_____. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.

MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

MOTTA, José Flávio & VALENTIM, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). In: *Afro-Ásia Centro de Estudos Afro-Orientais* – FFCH, 2002.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Anna Blume, 1999.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombo, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura ocultada*. Londrina: UEL, 1999.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

NUNES, M. Thétis. *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História. Franca - Século XIX* (História Local, 7). São Paulo: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro (1850/1930)*. Sergipe: FUNCAJU, 2000.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830-1888)*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o culto aos santos na Bahia Colonial*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 34. ed., São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRIORE, Mary Del Priori. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. FREITAS, Marcos Cezar (org.). 3. ed., São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sylvio Romero*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

REIS, Isabel Cristina F. *Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense,

Departamento de História, v.2, n.3, jun., 1997.

_____. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP: Brasil/ África*, nº 18, jun, jul, ago., 1993.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

ROCHA, Solange Pereira da. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba 1820-1888*. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTANA, Joanelice Oliveira. *Introdução ao estudo da escravidão em Estância, Comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*. Salvador, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *De senhores de engenho a lavradores de mandioca: um estudo sobre a propriedade escrava (Agreste-Sertão de Lagarto 1850-1888)*. São Cristóvão, 2001. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

_____. *Declínio da Escravidão, Mutação da riqueza, Província de Sergipe. 1850-1888 (Lagarto)* relatório final do CNPq, Universidade Federal de Sergipe 2001.

SANTOS, Maria Nelly. *A sociedade libertadora: “Cabana do Pai Thomaz”*, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997.

SANTOS, Patrícia Siqueira Coutinho Magalhães. *“Pater Incertus, Matus Certa”*: um estudo sobre famílias escravas em Laranjeiras e Maruim, 1870-1888. São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS NETO, Amâncio C. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo de Cholera (1855-1856)* Campinas, 2001. Disserta o (mestrado em história) Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, institui es e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Cândido e Costa. *Roteiro da vida e morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Lares negros, olhares brancos: História da família escrava no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n° 16, pp.189-203, mar/ago.1988.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos* 13, n°. 1, 1983, pp. 117-150.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeiragem baiana na Corte Imperial (1863-1890). In: *Revista Afro-Asia*, n° 21-22. Salvador, UFBA, 1988-1999, pp.147-176.

SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e Famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. São Paulo: FFCH/USP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio L.; SILVA, Sergio (orgs.). Campinas, São Paulo: Unicamp, 2001.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, s/d.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu* (3) 1994, pp.29-62.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá, Mato Grosso: Universidade Federal do Mato Grosso, 1993.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANEXOS

Anexo 1

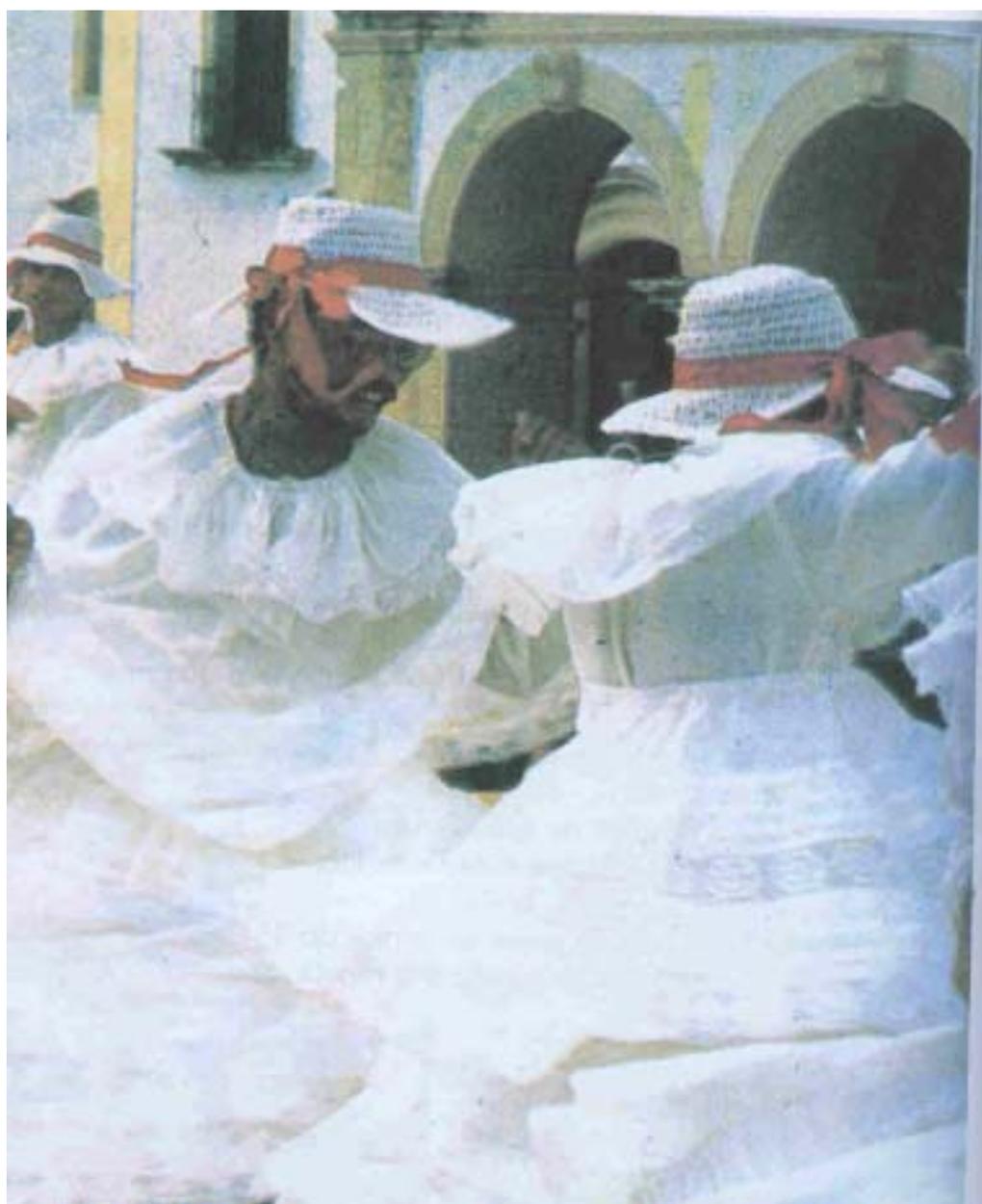


Figura: Parafusos

Fonte: FONTES, Aglaé. *Danças e Folguedos*. Iniciação ao folclore sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado de Educação do Desporto e Lazer, 1998, p.202.

Anexo 2
Tabela A.1
Agreste Sertão do Lagarto
Distribuição dos proprietários e não proprietários de escravos ano a ano

Anos	Inventariados	Proprietários		Não Proprietários	
	N ^o	N ^o	%	N ^o	%
1850	19	13	68,42%	6	31,58%
1851	10	8	80%	2	20%
1852	8	6	75%	2	25%
1853	16	12	75%	4	25%
1854	8	5	62,5%	3	37,5%
1855	10	7	70%	3	30%
1856	32	25	78,12%	7	21,88%
1857	14	8	57,14%	6	42,86%
1858	16	13	81,25%	3	18,75%
1859	8	7	87,5%	1	12,5%
1860	19	13	68,42%	6	31,58%
1861	11	5	45,45%	6	54,55%
1862	21	12	57,14%	9	42,86%
1863	15	12	80%	3	20%
1864	20	14	70%	6	30%
1865	12	8	66,67%	4	33,33%
1866	9	7	77,78%	2	22,22%
1867	9	7	77,78%	2	22,22%
1868	21	10	47,62%	11	52,38%
1869	16	6	37,5%	10	62,5%
1870	18	15	83,33%	3	16,67%
1871	22	16	72,73%	6	27,27%
1872	19	6	31,58%	13	68,42%
1873	22	11	50%	11	50%
1874	19	6	31,58%	13	68,42%
1875	6	4	66,67%	2	33,33%
1876	9	4	44,44%	5	55,56%
1877	12	7	58,33%	5	41,67%
1878	8	6	75%	2	25%
1879	17	12	70,59%	5	29,41%
1880	17	7	41,18%	10	58,82%
1881	12	9	75%	3	25%
1882	6	3	50%	3	50%
1883	12	6	50%	6	50%
1884	17	8	47,06%	9	52,94%
1885	5	3	60%	2	40%
1886	13	6	46,15%	7	53,85%
1887	15	6	40%	9	60%
1888	2			2	100%
Total	545	339	62,20%	206	37,80%

Anexo 3
Tabela A.2
1850-1888
Distribuição da população escrava por plantel

N ° de proprietários	N ° de escravos	Tipo de Plantel
100	1	Pequeno Plantel
51	2	Idem
40	3	Idem
41	4	Médio Plantel
29	5	Idem
12	6	Idem
12	7	Idem
11	8	Idem
9	9	Idem
7	10	Grande Plantel
3	11	Idem
3	12	Idem
2	13	Idem
1	15	Cont. grande Plantel
5	16	Idem
1	17	Idem
2	18	Idem
1	20	Idem
2	22	Idem
1	23	Idem
1	26	Idem
1	28	Idem
1	30	Idem
1	35	Idem
1	38	Idem
1	40	Idem
1	47	Idem
Total: 339	Total: 1646	

Fonte: Inventários 1850 a 1888 (AGJSE)

Anexo 4



Figura: São Benedito
Igreja Nossa Senhora do Rosário
Fonte: Pesquisa de Campo, 2003



Figura: São Benedito
Igreja Matriz de Nossa Senhora
da Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)